

Comunicação, Consumo e Envelhecimento:

Desafios para qualidade de vida



Organizadoras:
Joseana Maria Saraiva;
Giuseppa Maria Daniel Spenillo
lêda Litwak de Andrade César

**Joseana Maria Saraiva
Giuseppa Maria Daniel Spenillo
Iêda Litwak Andrade Cezar
(orgs.)**

**COMUNICAÇÃO, CONSUMO E ENVELHECIMENTO:
DESAFIOS PARA A QUALIDADE DE VIDA**

1ª edição

Recife
UFRPE
2025



Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Maria José de Sena

Reitora

Maria do Socorro de Lima Oliveira

Vice-reitora

Renata Valéria Regis de Sousa Gomes

Pró-Reitora de Extensão

Rinaldo Aparecido Mota

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Danielli Matias de Macedo Dantas

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Rodrigo Gayger Amaro

Pró-Reitor de Administração

Joana Silva

Pró-Reitora de Planejamento



Editora Universitária da UFRPE

Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti

Diretor da Editora da UFRPE

José Abmael de Araújo

Coordenador Administrativo

Josuel Pereira de Souza

Chefe de Produção

Marco Aurélio Cabral Pereira

Editoração Eletrônica



Apoio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE

Bibliotecária Suely Manzi – CRB/4 809

C741 Comunicação, consumo e envelhecimento: desafios para a qualidade de vida / Joseana Maria Saraiva, Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Iêda Litwak Andrade Cezar, organizadoras. – 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2025. 205 p. : il.

Inclui bibliografia.

1. Envelhecimento 2. Qualidade de vida 3. Comunicação 4. Informação 5. Consumo I. Saraiva, Joseana Maria, org. II. Spenillo, Giuseppa Maria Daniel da Silva, org. III. Cezar, Iêda Litwak Andrade, org.

CDD 640

ISBN Físico nº: 978-85-7946-492-8 ISBN Digital nº: 978-85-7946-491-1



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
EDITORA UNIVERSITÁRIA



CONSELHO EDITORIAL - EDITORA UFRPE

PORTARIA GR/UFRPE Nº 16/2025, DE 6 DE JANEIRO DE 2025.

Presidente:

Profa. Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira

Vice-Presidente:

Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti

Conselheiros / Conselheiras:

Profa. Dra. Amanda Brandão Araújo Moreno (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Ana Vitória de Almeida Macêdo (UACSA/UFRPE)

Profa. Dra. Ana Virgínia Marinho Silveira (UFRPE/Sede)

Dra. Énergy Gislayne de Sousa Melo (UAEADTec /UFRPE)

Prof. Dr. Gustavo Ribeiro de Oliveira (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Ivanda Maria Martins Silva (UAEADTec/UFRPE)

Prof. Dr. Júlio César dos Santos Nascimento (UFRPE/Sede)

Prof. Dr. José Wilton Pinheiro Junior (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Julia Maria Raposo Gonçalves de Melo Larré (UAEADTec/

UFRPE) Profa. Dra. Juliana Alves de Andrade (UFRPE/Sede)

Prof. Dr. Luis Otavio Brito da Silva (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Monica Lopes Folena Araújo (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Renata Pimentel Teixeira (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Soraya Giovanetti El-Deir (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Suzana Ferreira Paulino Domingos (UAEADTec/UFRPE)

Profa. Dra. Tatiana Simões e Luna (UFRPE/Sede)

Profa. Dra. Thais Ludmila da Silva Ranieri (UFRPE/Sede)

AGRADECIMENTOS

Sentimo-nos felizes e altamente gratificadas ao vermos essa coletânea pronta, graças ao esforço colaborativo das autoras e dos autores, tendo cada um/a contribuído com seu conhecimento, tempo e trabalho para atingir o objetivo pensado e alcançado. Agradecemos, na certeza de que essa conquista é nossa! No processo, cada etapa foi um desafio e cada conquista nos fortaleceu.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) por meio da Pró-reitoria de Pesquisa da UFRPE por ter subsidiado as bolsas de iniciação científica e aos Departamentos de Ciências do Consumo e de Ciências Sociais da UFRPE pela infraestrutura física e material para realização dos estudos apresentados nessa coletânea.

Especialmente agradecemos aos sujeitos que participaram da pesquisa, mais especificamente aos idosos/as, pela disponibilidade, tempo, esforço e, sobretudo, por socializarem suas histórias de vida valiosas, pela participação e pela confiança depositada nos/as pesquisadores/as. Nossa valorização e reconhecimento à contribuição individual de cada idoso/a para a coleta de dados e o desenvolvimento do estudo. Sem a participação de vocês a pesquisa não seria possível e nem a produção dessa coletânea.

Por fim, um agradecimento a toda equipe da Editora da UFRPE pelo empenho e esforço para editoração desse material, pela dedicação e pelo trabalho de qualidade realizado; e um agradecimento especial pelo belo design da capa, a Hiroshi Koike, e a sua empresa, a Emballa Design Estratégico. Expressamos nossa gratidão pelo esforço individual e coletivo em garantir a qualidade e a boa apresentação da coletânea.

Autoras e Autor

Joseana Maria Saraiva, Doutora em Serviço Social (UFPE). Mestra em Nutrição (UFPE). Especialista em Metodologia da Pesquisa (UFC). Bacharela e Licenciada em Economia Doméstica (UFC). Professora Associada no Departamento de Ciências do Consumo (UFRPE). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para Infância e Adolescência (NEPIAD/UFRPE). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Consumo, Envelhecimento e Qualidade de Vida (NEPECQV/UFRPE). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais e Direitos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPE). joseana.marias@ufrpe.br



Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Ex-bolsista CAPES. Mestra em Administração Rural e Comunicação Rural (UFRPE). Ex-bolsista CAPES. Bacharela em Comunicação Social - Jornalismo (PUC-Rio). Professora Associada no Departamento de Ciências Sociais (UFRPE). Coordenadora da Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRPE). Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Mudanças Sociais e Direitos – COMUDI/UFRPE. giuseppa.spenillo@ufrpe.br



Iêda Litwak de Andrade Cezar, Doutora em Comunicação Social (UMESP). Ex-Bolsista (PROSUC/CAPES/UMESP). Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX/UFRPE). Ex-Bolsista (CNPq/MEC/UFRPE). Especialista em Educação a Distância (UFF). Bacharela e Licenciada em Economia Doméstica (UFRPE). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas para a Infância e Adolescência (NEPIAD/UFRPE). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Consumo, Envelhecimento e Qualidade de Vida (NEPECQV/UFRPE). Pesquisadora da Rede FolkCom. iedalitwak@gmail.com



Leyliane Clênia Alves da Silva Marques, Bacharela em Ciências do Consumo (UFRPE). Ex-Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFRPE). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas para Infância e Adolescência (NEPIAD) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Consumo, Envelhecimento e Qualidade de Vida (UFRPE). leylianemarquescdc1@gmail.com



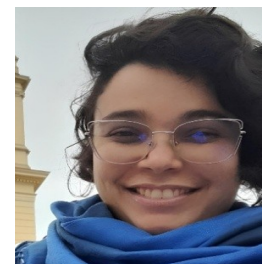
Alinne Mayara Barbosa de Moraes, Bacharelada em Ciências Sociais - UFRPE. Técnica em Rádio e TV pela Uninassau. Bolsista no Programa PET Saúde Equidade. Integra o GrPrêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero com o artigo *Mulheres Negras na Educação e os Desafios de Permanência das Alunas da UFRPE*. Alinne.mayarabarbosa@ufrpe.br



Elisandra Lima do Nascimento, Bacharela em Economia Doméstica (DCD/UFRPE). Foi monitora das disciplinas Estrutura do Vestuário e Modelagem e Vestuário, Cultura e Moda. Ex-bolsista (PIBITI- PRPPG / CNPq / UFRPE). Participou do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão PLURAL - Moda Vestuário (UFRPE). Trabalho de conclusão de curso em Economia Doméstica: Percepção do Homem Idoso em Relação ao Vestuário.



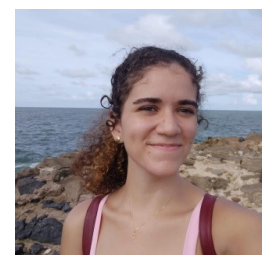
Jaqueline Ferreira Holanda de Melo, Doutoranda na Pós-Graduação em Design - UFPE. Mestra em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social - UFRPE. Bacharela em Economista Doméstica - UFRPE. Ex-bolsista PIBIC/CNPq. Técnica em Confecções do Vestuário (SENAI). Trabalhou como técnica em Economia Doméstica com ênfase na área de Alimentos, Nutrição e Saúde (DCD/UFRPE). Docente no Departamento de Ciências do Consumo (UFRPE).



Carla Caroline Sales de Santana, Bacharela em Ciências Sociais - UFRPE. Integrante do Grupo de Pesquisa COMUDI (Comunicação, Mudanças Sociais e Direitos), em que participou do Programa de Iniciação Científica (PIC/UFRPE. Mestranda em Ciências Sociais no PPGCS/UFRPE com o projeto intitulado “A insegurança e a violência como novos colonialismos urbanos”. Pesquisadora no projeto “Re(i)novando o pensamento social: uma investigação para a promoção de cosmovisões fora do cânone eurocêntrico e em prol da educação intercultural” com o COMUDI. carla.salessantana@ufrpe.br



Paola Giulia Spenillo Calonio, Bacharela em Ciências Sociais - UFRPE. Monitora na área de Ciência Política UFRPE. Integrante do Grupo de Pesquisa COMUDI (Comunicação, Mudanças Sociais e Direitos). Pesquisadora de iniciação científica no projeto "Cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis: o que as ciências sociais têm a dizer?" (2022-2023). Bolsista no projeto de extensão "Inter-formação cidadã para a construção coletiva de políticas públicas de cultura" (2023-2025). paolagiuliasc@gmail.com



Handréa Karla Carneiro dos Santos, Bacharela em Ciências Contábeis - Universidade Católica de Pernambuco. Bacharelada em Ciências do Consumo – UFRPE. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica CNPq/UFRPE. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Consumo, Envelhecimento e Qualidade de Vida (NEPECQV). handreamaria921@gmail.com



João Guilherme Carvalho de Freitas, Mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social – UFRPE. Bacharel em Gastronomia - UFRPE. Nutricionista (Universidade Salgado de Oliveira). Professor de gastronomia, Chefe de cozinha, Consultor Gastronômico e atualmente professor e coordenador do Curso Técnico de Gastronomia do IFPB Campus Areia. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Consumo, Envelhecimento e Qualidade de Vida (NEPECQV/UFRPE). joao.carvalho@ifpb.edu.br



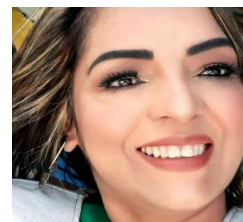
Letícia Linhares Saraiva de Alencar, Doutoranda em Administração (UFPE). Bolsista (CNPq/MEC/UFPE). Mestrado em Administração (UFPE). Ex-Bolsista (CNPq/MEC/UFPE). Bacharel Administração (UFCA). Ex-Bolsista (PET ADM/UFCA). Pesquisa marketing com ênfase em comportamento do consumidor. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Consumo, Envelhecimento e Qualidade de Vida (NEPECQV/UFRPE). leticialinharessarava@gmail.com



Maria Alice Vasconcelos Rocha, Doutora em Design de Moda - PhD in Fashion Design - University for the Creative Arts / University of Kent (2007). Mestre em Engenharia de Produção - UFPE. Especialista em Comunicação de Moda - UFRJ. Estilista de Moda em Confeção Industrial pelo Senai CETIQT-RJ e Arquiteta - UFPE. Professora titular do Departamento de Ciências do Consumo - UFRPE. Docente no Programa de Pós-Graduação em Design - UFPE. modalice.br@gmail.com



Simone Gomes da Silva, Doutora em Educação em Ciências - UFRGS, com pesquisa na área de Educação Ambiental em Escolas Públicas do Recife. Pós-Graduação em Administração em Marketing - UFRPE. Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - UFRPE. Graduada em Comunicação Social: Habilitação em Relações Públicas e Jornalismo. Técnica em Educação, vinculada à UFRPE. simone.gsilva@ufrpe.br



Silvia Cavadinha Cândido dos Santos, Mestra em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (DCC/UFRPE). Socióloga, com graduação em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Pernambuco. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Consumo, Envelhecimento e Qualidade de Vida (NEPECQV/UFRPE). silvia.gp@terra.com.br



Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Pós-Doutora - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS, Portugal. Pós-doutora - Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Sociologia, Programa Estudios Iberoamericanos - Universidad Complutense de Madrid. Mestrado em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco. Graduação em Arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Titular (UFRPE). mfaleitao@gmail.com



Rosa Maria de Aquino, Pós-Doutorado, Doutorado e Mestrado em Antropologia. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais. Estágio Sanduíche no Centre de Sociologie des Religions et d'Éthique Sociale (CSRES)/Université de Strasbourg (França). Professora (UFRPE). Representante do Brasil e da América do Sul no Conselho da Société Internationale de Sociologie des Religions/SIRS (2017-). Sócia efetiva da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Líder do Grupo de Estudos de Diversidade Religiosa e Intolerância (GEDRI), certificado pelo CNPq. Pesquisas nas áreas de religião, hinologia, relações étnico-raciais, diversidade, intolerância religiosa, povos ciganos. rosa.aquino@ufrpe.br



APRESENTAÇÃO

Essa coletânea é uma das primeiras que tem como objetivo tratar dos desafios da comunicação, do consumo e da qualidade de vida, a partir da análise dos fatores ou aspectos que influenciam essas condições, particularmente, no processo de envelhecimento. A opção pelo tema deriva de estudos anteriormente realizados pelas organizadoras da obra, a considerar, especialmente, os resultados da pesquisa – Padrão de consumo, envelhecimento populacional e impacto na qualidade de vida de idosos/as de classes sociais distintas – realizada no período de 2022 a 2025 através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, envolvendo professoras e estudantes dos cursos de Bacharelado em Ciências do Consumo e de Ciências Sociais /UFRPE, com coautoria de outros/as estudiosos/as que abordam sobre os fenômenos sociais em análise.

O foco da abordagem dos estudos que compõem a coletânea recai na necessidade de novas pesquisas tendo em vista compreender os contextos e os fatores que influenciam e determinam o consumo para uma melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento, em um país que registra à semelhança do que ocorre em outros, crescente aumento da quantidade de pessoas idosas. Conforme o Censo Demográfico (IBGE, 2022) a população idosa com 60 anos ou mais de idade chegou a 32.113.490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). Portanto, o fenômeno do envelhecimento é uma realidade e não pode ser ignorado.

A preocupação dos/as estudiosos/as das várias áreas do conhecimento científico, da gerontologia, medicina, psicologia, ciências sociais, enfermagem, economia doméstica, nutrição, comunicação, ciências do consumo, entre outras, em estudar os fatores que influenciam e determinam a qualidade de vida no processo de envelhecimento, justifica-se, primeiro, pelo aumento acelerado da longevidade e, segundo, pelos problemas gerados a partir desse fenômeno.

Com o aumento acelerado da longevidade evidencia-se o surgimento de um número crescente de idosos/as com necessidades diversas de cuidados, de alimentação saudável, de prática exercícios físicos, de se vestir bem, de se comunicar e se divertir, passear, viajar, participar e de interagir socialmente, de autossatisfação dessas e de outras necessidade e demandas. Assim, os capítulos a seguir não apenas chamam a atenção para o fenômeno da longevidade e do crescimento da população idosa, mas, apontam para a complexidade e os principais desafios gerados por esses fenômenos e suas implicações para qualidade de vida.

Santos e Saraiva (2017), autoras nessa coletânea, chamam à atenção para dois aspectos importantes que surgem como resultado do aumento da longevidade: o fenômeno da terceira idade ou da melhor idade e o das relações de consumo que se estabelecem na sociedade capitalista para o atendimento das necessidades dos/as idosos/as. O aumento da longevidade, por conseguinte, da expectativa de vida, é acompanhado pelos fenômenos da “invenção” da terceira idade e da melhor idade, que surgem no cenário das sociedades capitalistas contemporâneas. Ambos defendem o prolongamento da vida como resultado de vivência e de experiências inusitadas de envelhecimento, para tanto, prometem aos mais velhos a oportunidade de dispor de saúde, autonomia, independência financeira, bem-estar, felicidade e qualidade de vida. O segundo aspecto remete ao novo contexto que vem acompanhado de um conjunto de práticas de consumo de produtos e de serviços, de instituições e organizações, de

agentes especializados com o objetivo de definir e atender as necessidades e demandas dos/as idosos/as.

O envelhecimento é concebido, portanto, como uma das etapas mais avançadas e dinâmicas da vida, em oposição ao conceito de envelhecimento associado às mudanças físicas, como a perda de força, diminuição da coordenação e do domínio do corpo e deterioração da saúde, somando-se as perdas cognitivas relacionados com a memória e a aquisição de novos conhecimentos, sem levar em conta as diferenças individuais e os fatores socioeconômico, psicológicos e culturais que devem ser considerados ao se defender qualidade de vida no processo de envelhecimento. A Organização Mundial da Saúde (2011) se refere a limitações e/ou habilidades básicas que não podem deixar de ser consideradas para a vida social do/a idoso/a, ligada à mobilidade, ao uso dos sentidos, à comunicação, à interação social e à cognição.

Santos e Saraiva (2017) ressaltam que se sobressai, a partir dessa perspectiva, a criação de um mercado exclusivo, não mais limitado apenas a medicamentos e serviços de saúde, agora voltado também para a satisfação das novas expectativas de consumo da população idosa. Para tanto, a mídia e a propaganda mercadológica recorrem a estratégias de *marketing* agressivas e sedutoras que induzem os/as idosos/as a consumir cada vez mais. Divulgam para isso, um conjunto de produtos e de serviços farmacêuticos, médicos, tecnológicos, educacionais, sociais, culturais, de beleza, moda, vestuário e acessórios e de lazer voltados à transformação do sonho em realidade, gerando novos hábitos de consumo e novas pretensões por qualidade de vida para a *terceira idade*.

Vale-se, portanto, dos fenômenos do aumento da longevidade, da expectativa de vida e da visibilidade dada ao conceito de qualidade de vida para reintroduzir o/a idoso/a na sociedade de consumo, cuja imagem passa a ser identificada como grupos ativos, com potencial para consumir produtos e serviços. Nessa perspectiva, constatam-se mudanças de atitude, valores, costumes e de novos estilos de vida que vão incentivar nos/as idosos/as o desejo de consumir de forma ilimitada, produtos e serviços para atender suas necessidades e demandas.

O mercado e o Estado parecem desconhecer que o envelhecimento e a qualidade de vida têm classe social, ou seja, que essas condições estão diretamente relacionadas e dependentes da posição social que o/a idoso/a ocupa na sociedade. Nessa coletânea, estudos mostram que a qualidade de vida dos/as idosos/as está diretamente relacionada com a condição de vida, com o salário, com o nível educacional e com os rendimentos auferidos, que vão determinar a posição que cada indivíduo idoso/a ocupa na sociedade, por conseguinte, o padrão de consumo no que se refere aos hábitos, preferências e comportamentos na hora da compra de produtos ou serviços em diferentes campos do consumo - serviços de beleza; vestuário, calçados, acessórios e moda; serviços de saúde e alimentação; atividades de condicionamento físico e alojamento; produtos farmacêuticos; serviços imobiliários e de aluguel e aqueles relacionados diretamente com as tecnologias da informação e da comunicação.

Esse fenômeno propiciou a criação de novas necessidades e alterações nos padrões, nas relações e no consumo de produtos e de serviços dos/as idosos/as. A partir dessa problemática, a abordagem da coletânea recai em analisar a percepção dos/as idosos/as acerca do padrão de consumo no que se refere aos seus hábitos, preferências e comportamentos na hora da compra de produtos de beleza; vestuário, calçados, acessórios e moda; serviços de saúde e alimentação; atividades de condicionamento físico e aqueles relacionados diretamente com as tecnologias da informação e da comunicação. Mais, especificamente, em relação as mudanças e como essas tem impactos no seu cotidiano, bem-estar, independência, autonomia e os fatores que se

interpõem a qualidade de vida no processo de envelhecimento. Assim, as investigações centram suas análises no ponto de vista do sujeito, reconhece o valor de suas experiências e demandas individuais e efetivas.

O objetivo da coletânea, é, portanto, de se constituir um espaço de discussão e de reflexão acerca dos fatores ou aspectos que influenciam a comunicação, o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento, a partir do ponto de vista dos/as investigados/as. Os estudos que integram a coletânea mostram que a desigualdade social impõe entre os/as idosos/as um processo de envelhecimento diferenciado, conforme a classe social. Isto significa que a posição social que o/a idoso/a ocupa na hierarquia de classe determina e impacta no padrão de consumo, influenciando diretamente o consumo de produtos e de serviços, o poder de compra, o que os/as idosos/as consomem, o que compram, quanto compram, o que não compram, seus hábitos e suas preferências.

Nessa direção, desejamos que essa coletânea propicie uma leitura para além de agradável, que o olhar seja crítico, não apenas no sentido de analisar com a intenção de julgar, mas, de contribuir para aprofundar as análises através de novas pesquisas que possam acorrer para atuar no sentido de transformar as contradições da realidade apresentada pelos estudos que integram essa coletânea. Contradições determinadas pelo sistema político e econômico. Cabe a ambos, efetivar os direitos dos/as idosos/as via políticas públicas e sociais, que garantam o acesso e o consumo de produtos e de serviços essenciais aos idosos/as, incluindo acesso à saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, transporte e proteção, serviços que visam assegurar a dignidade, o bem-estar dos/as idosos/as, que propicie uma vida efetivamente ativa e independente, como direito de todos/as e não de poucos!

As Organizadoras

Joseana Maria Saraiva
Giuseppa Maria Daniel Spenillo
Iêda Litwak Andrade Cezar

PREFÁCIO

Uma amiga relatou que, enquanto caminhava e fazia exercícios num calçadão da cidade onde mora, ouviu uma jovem, que estava com outras três, exclamar: - Oia, a veia caminhando! [sic] Ela olhou para os lados e, como não havia outras pessoas nas proximidades, constatou que a “veia” a que a jovem se referia era ela própria, ou seja, a minha amiga. Sem surpresas, estereótipos negativos muito corriqueiros na realidade atual. Há sociedades em que o etarismo dirigido à pessoa idosa, ao assumir não somente a forma de preconceito, mas também de discriminação e, muitas vezes, de segregação, pretende que ela reconheça o seu lugar de “inutilidade”, de que o seu tempo já passou e o mais aceitável é que fique, de preferência em casa, “esperando a morte chegar”, como diz o cantor e compositor, Raul Seixas (1945-1989), em sua música “Ouro de Tolo”. Em outras sociedades, contudo, consideradas tradicionais, a pessoa velha é símbolo de sabedoria, uma vez que, em princípio, viveu o suficiente para acumular experiências e, portanto, ser fonte de consulta, de aconselhamentos: é o cacique de um povo, é o integrante do conselho de sábios de uma religião, é a mãe de santo de um Terreiro, entre tantas outras personagens.

Este livro, sob o título COMUNICAÇÃO, CONSUMO E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS PARA A QUALIDADE DE VIDA, coloca na mesa diversas possibilidades de viver com qualidade na fase da vida chamada velhice. Sim, ve-lhi-ce. Pode-se chamar de diversas formas – terceira idade, boa idade, melhor idade etc. – por vezes com intenção de amenizar o impacto da realidade, mas é preciso não ter receio de chamar pelo nome, sem sofismas, mesmo que seja uma designação recusada por pessoas que não admitem a velhice como um novo estágio de sua vida ou que a encarem com sentimento de inferioridade. Perfeitamente compreensível! Cada sociedade constrói classificações sobre o que considera importante ou não.

De fato, embora envelhecer seja um processo natural de seres vivos (quem estiver vivo envelhece), viver sem envelhecer é o desejo de muitas pessoas e está presente em muitas sociedades. Não por acaso o “mito da eterna juventude” traveste-se de diferentes formas na modernidade. Quantos de nós não já vimos pais e mães que se vestem como filhos e filhas ainda na fase da infância, estimulados pela indústria da moda que os levam a hábitos vestimentares iguais aos dos seus rebentos e, assim, parecerem, ou ao menos se sentirem, mais jovens?

E o que dizer da proliferação de academias (algumas em rede nacional que permitem ao usuário, em deslocamento, utilizá-las em qualquer parte do Brasil onde estejam disponíveis) e de outros espaços que estimulam e cultuam a permanência da juventude física e intervenções no corpo humano, de modo a garantir a aparência jovem com o desenho e a exposição dos corpos torneados por exercícios, cirurgias plásticas, harmonizações, etc., alguns sem resultados práticos para a saúde como um todo? Pode-se, ainda, citar os “bombados”, forma popular de designar pessoas que desenvolveram seus músculos corporais pela prática de exercícios, do culto ao corpo, tornando-se excessivamente firmes, musculadas, rijas.

Vale esclarecer mito como narrativas orais que, passado o tempo, integram o repertório de uma cultura, introduzindo valores, crenças e explicações sobre temas nem sempre compreensíveis para a razão humana. Para o antropólogo e sociólogo Claude Lévi-Strauss, o mito está condicionado ao que é dito. Livro como este leva-nos a diversas reflexões pelo conteúdo que oferece. Os artigos nele contidos têm em comum o processo de envelhecimento e os fatores que contribuem ou se interpõem a esse processo com qualidade de vida, a partir de respostas e indicativos de respostas com origem em pesquisas, com metodologias próprias e arcabouços teóricos consistentes,

com base sólida e lógica para explicação dos fenômenos. Não são apenas opiniões que podem mudar diante de um argumento mais convincente, mas frutos da crescente segurança dada pela ciência, contrariando, por vezes, o lugar comum ou apenas o que é evidente. Por essa via visibiliza-se o que não se vê a olho nu e dá-se autoridade a quem pesquisou e estudou, para defender suas próprias teses.

Chama minha atenção o mar feminino de autoras e apenas uma gota masculina no Capítulo 6 que dá um leve tom de diversidade autoral, do ponto de vista de gênero. Bravo! Priorizar as mulheres, cujas produções científicas foram ignoradas durante muitas décadas, não pode passar despercebido.

Neste Prefácio, sinalizo para alguns pontos que, a partir da minha formação profissional, julgo fundamentais. Na verdade, a leitura e o estudo de cada capítulo serão passíveis de maior aprofundamento de acordo com o interesse de cada leitor/a e sob o crivo dos seus próprios conhecimentos. Sua repercussão estará na pluralidade de olhares e, portanto, no estímulo para outros estudos e pesquisas, a fim de que seja mais bem conhecida esta fatia da sociedade que tem sido chamada à vida, à inclusão, ao pertencimento, seja por iniciativa própria, por programas governamentais ou por instituições religiosas, acadêmicas e iniciativas privadas. Longe ainda do ideal.

Todavia, a partida foi dada e, salvo melhor juízo, a coletânea pela abordagem pode ser considerada inédita! Ser foco de estudos e pesquisas nesse campo, contribui para expor como as pessoas idosas são vistas, ouvidas, compreendidas na sociedade, quais são suas necessidades, demandas, desejos e aspirações. Importante frisar que quando se fala em “pessoa idosa”, é preciso pensar no espectro de significados contidos na expressão e considerar a diversidade que a compõe: nível educacional, classe social, idade, conhecimento, oportunidades de vida, habitação, nível salarial e tantas outras abordadas nos diversos Artigos. De outra forma não tem como contribuir para a construção de espaços de desenvolvimento da cidadania ou mesmo sua conquista tardia.

Para nossa aprendizagem e futuras discussões sobre o tema, o livro apresenta três PARTES, com diferentes abordagens, que se entrecruzam com frequência. A PARTE I concentra os textos relativos a ENVELHECIMENTO, COMUNICAÇÃO E CONSUMO, ocasião em que Santos; Saraiva; Spenillo; Cezar apresentam as implicações das temáticas do consumo e da comunicação para uma sociedade que vive processos acelerados de envelhecimento de sua população, de modo a abrir o debate que se seguirá nos textos seguintes.

Saraiva; Marques encaminham suas reflexões para as representações sociais das pessoas idosas pertencentes às diversas classes sociais, na cidade do Recife, e fazem dialogar com o processo de envelhecimento com a qualidade de vida que caracteriza cada classe social. Em outro artigo, Saraiva; Silva; Cezar propõem-se a aprofundar “os estudos sobre os fenômenos da comunicação e do envelhecimento” sob a perspectiva econômica, social, política e cultural, sobretudo como repercute o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na comunicação entre a pessoa idosa e seus familiares.

Para a PARTE II convergem os textos que abordam PADRÃO DE CONSUMO E CUIDADO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO, momento em que o/a leitor/a se depara com abordagens diretamente vinculadas a consumos no vestuário, calçados, acessórios, produtos de beleza e cosméticos. E como a incorporação desses itens ao cotidiano da pessoa idosa pode contribuir ou não para o seu bem-estar e para sua inserção efetiva na sociedade a que pertence conforme a classe social.

Nascimento; Melo; Rocha trazem à discussão envelhecimento, consumo, corpo e roupa, tendo como ponto de partida estudos com mulheres de 50 anos e mais, mas

também homens de 60 anos e mais. Das mulheres buscaram compreender sua visão relativa à transformação dos seus corpos pelo tempo, mas também suas opções no que diz respeito ao vestuário. Dos homens, como se enxergavam no seu processo de envelhecimento e quais suas opções de consumo de vestuário, como forma de definir sua imagem em sociedade.

Marques; Saraiva; Alencar convidam a reflexões sobre a qualidade de vida no processo de envelhecimento, como a possibilidade de consumir, mas também a capacidade de escolher, de decidir, de ter autonomia e de exercer controle sobre sua própria vida. Mostram, ainda, em contraposição, a pessoa idosa, conforme a classe social, com dificuldade de aderir a novos produtos de beleza, vestuários, calçados, acessórios; como também no que tange à saúde, à alimentação, a medicamentos ou mesmo a atividades direcionadas para seu condicionamento físico, ou uso de tecnologias de informação e de comunicação, também abordado por Moraes; Spenillo.

Questões de ordem religiosa foram pontuadas pelas autoras. São idosas que recusam, por exemplo, o uso de maquiagem em função da proibição da religião que professam. E espiritualizam o resultado do envelhecimento no corpo, como “dádiva de Deus”, “algo natural”, “Deus quem me privilegiou em chegar nessa idade”. Essa disposição as ajuda a encarar de outro modo o próprio envelhecimento, pois as crenças dão às pessoas cosmovisões e *ethos* específicos que as auxiliam no enfrentamento da própria vida, inclusive o envelhecimento.

No conjunto de Artigos encontra-se um assinado por Freitas; Saraiva; Cezar cujo teor destaca a importância da alimentação saudável para a pessoa idosa. O autor e as autoras entrecruzam o fator alimentação com a classe social a que cada um pertence e mostram que tal pertencimento sugere diversas formas de acesso a informações e de patamares de poder aquisitivo. Chamam a atenção para o consumo de alimentos considerados inadequados e que colocam em risco a saúde dessas pessoas, às vezes já vulnerabilizadas ou pré-dispostas “a doenças que atingem especialmente pessoas nessa fase da vida”. Destacam, por outro lado, a importância do fator financeiro, um dos definidores da classe social, que facilita o acesso a bens e serviços onde se inclui, entre outros fatores, atividades de lazer, alimentação adequada e, por consequência, saúde e melhor qualidade de vida durante o processo de envelhecimento.

Esta PARTE do livro se consolida com Saraiva e Marques expondo como a moda repercute em diversos tipos de pessoas em diferentes faixas etárias conforme a classe social. Chamam a atenção para a qualidade de vida da pessoa idosa não se traduzir apenas no consumo de medicamentos para mazelas próprias da idade. Mas para a qualidade de vida como um processo amplo, sistêmico e permanente, que vai muito além da saúde física, pois implica em se sentir bem fisicamente, numa perspectiva mais ampla que inclui beleza, lazer, amor, trajetória, experiência, habilidades, conhecimentos, vitórias, sucesso, como um conjunto que leva à realização de cada ser humano.

Lembro que não se pode, no entanto, ignorar as fragilidades do envelhecimento que vão além de consequências físicas, uma vez que são acompanhadas quase sempre de perdas de parentes, cônjuges, filhas/os, amigas/os de muitos anos.

Na III e última PARTE do livro, que tem como foco ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA, três Artigos completam o mosaico. No primeiro, Moraes; Spenillo, tendo como *lócus* a cidade do Recife (PE), promovem um diálogo entre os perfis socioeconômicos de pessoas idosas e o uso que elas fazem das Tecnologias de Informação e Comunicação, com vistas a compreender, a partir da classe social de cada

um, as trocas materiais e simbólicas da comunicação nessa fase de vida, visando sobretudo a autonomia, a interdependência e a qualidade de vida.

No segundo, Santana; Spenillo; Calonio explicam a vivência de mulheres idosas que habitam a periferia urbana da cidade do Recife (PE), sob condições que limitam sua qualidade de vida. Descrevem o cenário em que vivem essas mulheres e buscam elementos que identifiquem os sentidos coletivos de viver, a partir de elementos que, segundo as autoras, compõem a vida urbana, em antonímias expressas por inclusão/exclusão, segurança/insegurança, comunitário/individualidade, e também “sustentabilidade do modo de vida urbano”.

Finalmente, Leitão e Saraiva chamam a atenção para o lugar que mulheres idosas, cujas vidas estão ligadas à pesca artesanal, ocupam, tanto no espaço público como no privado, durante o processo de envelhecimento. Mas também quanto ao decréscimo do valor social atribuído à pessoa idosa nas sociedades capitalistas, uma vez que, para as autoras, há também uma queda na sua produtividade econômica, capacidade de consumo de bens e de serviços.

A multiplicidade de abordagem está posta como muitas interseções (algumas se repetem), com olhares diferentes, mas, interdisciplinares, consequência da formação profissional, da cosmovisão, dos caminhos metodológicos e teóricos de cada autor/a. Os direitos da pessoa idosa estão nas leis, nas recomendações, nas instruções, como direitos atrelados à família, à sociedade, ao poder público e ao sistema econômico. Em um tempo mínimo estaremos preparados para o envelhecimento populacional com dignidade, como os artigos neste livro reivindicam com veemência? É preciso começar. A realização e divulgação de estudos e pesquisas a exemplo dos que contém essa coletânea, é um caminho seguramente indispensável.

Na oportunidade, relato uma experiência acadêmica de inclusão da pessoa idosa. Ministrei em 2023, aulas no Curso Especial de Ensino e Extensão em Educação, Saúde e Cidadania na Velhice, da Universidade de Formação Aberta à Pessoa Idosa, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Sem exigências de prévios conhecimentos para o alunado, o essencial era a idade, uma vez que cada participante deveria ter 60 anos e mais. A maioria deveria ter uma renda de até dois salários-mínimos, o que evidencia o caráter de inclusão social do projeto para uma parcela da sociedade que a cada dia torna-se mais longeva, mas que quase sempre vive à margem, conforme os Artigos deste livro apresentam e constataam.

A experiência foi devastadora nos meus muitos anos de professorado, no sentido construtivo, de reinvenção do ensino, de readaptação didática, de lidar com um público que se agarra à possibilidade da aprendizagem negada à época em que lhe fora devida. Com exceções, evidentemente! Grupo composto por professoras/es de diversas áreas e níveis de ensino, Mestres, Doutores, profissionais com experiências variadas, donas de casa, mães, avós, pais, avôs, católicas/os, protestantes, ateias/eus, espíritas, candomblecista, umbandista (percebam que estes dois últimos estão no singular, mas isto é outro tema a discutir, vinculado a minorias religiosas). O ecletismo do grupo era sua marca, com hegemonia de debutantes como discentes em uma Universidade. Desafios enfrentados, sonhos realizados! E a participação de cada discente mostrou que a velhice chegou, mas nem tudo em suas trajetórias estava encerrado e a realização de novos projetos de vida evidenciou-se como uma realidade palpável, ao alcance de suas mãos. Tudo a ver com o que abordam os Artigos que integram essa coletânea.

Concluo este prefácio, na expectativa de que os/as leitores/as, estudiosos/as dos fenômenos abordados nesta coletânea, encontrem subsídios para seus estudos, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão possam dar visibilidade aos resultados apresentados tendo em vista evidenciar a necessidade de medidas, políticas, programas

ou ações que visem mitigar as diferenças e disparidades sociais que afetam os/as idosos/os, sobretudo, das classes menos favorecidas. Estas diferenças podem abranger acesso a produtos de consumo individual, bem como de serviços de consumo coletivo que efetivamente, os/as idosos/as, independentemente da posição que ocupam na estratificação social, tenham acesso a condições de vida dignas e oportunidade de envelhecer com saúde, bem-estar, independência, participação social – com qualidade de vida!

Recife, junho de 2025

Profa. Rosa Maria de Aquino

(Departamento de Ciências Sociais – DECISO/UFRPE, aposentada)

Doutora em Antropologia

SUMÁRIO

PARTE I. ENVELHECIMENTO, COMUNICAÇÃO E CONSUMO

Capítulo 1 p. 20
Qualidade de vida e envelhecimento sob diferentes olhares: da ciência ou do senso comum

Silvia Cavadinha Cândido dos Santos, Joseana Maria Saraiva, Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Iêda Litwak de Andrade Cezar

Capítulo 2 p. 38
Consumo, Envelhecimento e Qualidade de vida: percepção de idosos/as de diferentes classes sociais

Joseana Maria Saraiva e Leyliane Clênia Alves da Silva Marques

Capítulo 3 p. 53
Comunicação e processo de envelhecimento: fenômenos que se inter-relacionam na socialização do/a idoso/a

Joseana Maria Saraiva, Simone Gomes da Silva, Iêda Litwak de Andrade Cezar

PARTE II. PADRÃO DE CONSUMO E CUIDADO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Capítulo 4 p. 67
Consumo de vestuário por pessoas idosas: a partir da compreensão sobre o envelhecimento e suas preferências vestimentares

Elisandra Lima do Nascimento, Jaqueline Ferreira Holanda de Melo, Maria Alice Vasconcelos Rocha

Capítulo 5 p. 82
Padrão de consumo de produtos de beleza e de cosméticos: impacto na qualidade de vida de idosos/as conforme a classe social

Leyliane Clênia Alves da Silva Marques, Joseana Maria Saraiva, Letícia Linhares Saraiva de Alencar

Capítulo 6 p. 103
Consumo alimentar saudável no processo de envelhecimento: fatores que se interpõem conforme a classe social

Joseana Maria Saraiva, João Guilherme Carvalho de Freitas, Iêda Litwak de Andrade Cezar, Leyliane Clênia Alves da Silva Marques

Capítulo 7 p. 127
Padrão de consumo de moda (roupas, acessórios e calçados): impactos na qualidade de vida de idosos/as

Joseana Maria Saraiva, Leyliane Clênia Alves da Silva Marques

**PARTE III.
ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA**

Capítulo 8 p. 146
Idosas e idosos em Recife-PE: Perfis socioeconômicos e TIC

Alinne Mayara Barbosa de Moraes, Giuseppa Maria Daniel Spenillo

Capítulo 9 p. 165
Ser idosa em Recife: uma conversa com moradoras na periferia

Carla Caroline Sales de Santana, Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Paola Giulia Spenillo Calonio

Capítulo 10 p. 181
Mulheres, geração e consumo na perspectiva da pesca artesanal

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Joseana Maria Saraiva

PARTE I.
ENVELHECIMENTO, COMUNICAÇÃO E CONSUMO

Capítulo 1

Qualidade de vida e envelhecimento, sob diferentes olhares: da Ciência ou do senso comum

Silvia Cavadinha Cândido dos Santos, Joseana Maria Saraiva, Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Iêda Litwak de Andrade Cezar

Qualidade de vida e envelhecimento são fenômenos interdisciplinares que envolvem a integração de conhecimentos, conceitos e abordagens de diferentes áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, tem chamado a atenção de estudiosos/as de diversas áreas do conhecimento científico, entre as quais da Gerontologia, Medicina, Psicologia, Ciências Sociais, Economia Doméstica, Nutrição, Terapia Ocupacional, Educação Física, Direito, Comunicação, entre outras mais recentes como Ciências do Consumo. O interesse maior recai nas variáveis que determinam uma melhor qualidade de vida para os/as idosos/as no processo de envelhecimento considerando as dimensões física, social e psicológica, bem como na direção de compreender como esses conceitos vêm sendo pensados e qual a sua significação.

Evidencia-se que, qualidade de vida e envelhecimento são conceitos evidenciados na sociedade contemporânea sob os mais diferentes olhares, da ciência ou do senso comum, do ponto de vista objetivo ou subjetivo, a partir de abordagens individuais ou coletivas, qualitativas ou quantitativas. Contudo, o significado desses fenômenos remonta a épocas distantes e, ao longo da história, evoluiu à medida que diferentes pesquisadores/as com diferentes abordagens e experiências investigavam esses fenômenos, levando a uma compreensão mais profunda, ampla e detalhada.

O processo de transição demográfica no mundo e no Brasil, caracterizado pelas mudanças nos padrões de crescimento da população e no constante aumento da expectativa de vida, influenciado especialmente pela natalidade e pela mortalidade, é uma realidade que tem contribuído para essa busca. No Brasil, particularmente, o crescimento da população de pessoas idosas, do segmento de *cabelos prateados*, tem sido expressivo. Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o percentual de idosos/as de 60 anos ou mais, em 2022 chegou a 32.113.490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). Em 2022 a população brasileira, 51,5% (104.548.325) eram mulheres e 48,5% (98.532.431) eram homens, com cerca de 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens.

Em Pernambuco, comparando com o Censo de 2010, o número de idosos/as aumentou em 34%, quando havia 1.599 centenários em Pernambuco naquele ano. Nos dois censos anteriores, esse número era inferior a 0,01%, agora, os/as centenários/as representam 0,03% da população pernambucana, estimada em 9.058.931 no Censo de 2022. O Recife, local onde se realiza esse estudo, é a 6ª cidade do Brasil e a 3ª do Nordeste com o maior número absoluto de centenários, contando com 338 habitantes.

Esses dados comprovam que a evolução demográfica no mundo e no Brasil é, portanto, uma realidade e ao mesmo tempo uma problemática quando se considera a qualidade de vida desse segmento, uma vez que o envelhecimento populacional ocasiona desafios para o sistema político, econômico, de saúde e para sociedade. O envelhecimento da população afeta o estado de saúde, por conseguinte, aumenta as doenças crônicas - hipertensão, diabetes, doenças cardíacas e alguns tipos de câncer, geralmente causadas por fatores como estilo de vida, sedentarismo, alimentação inadequada, obesidade, tabagismo, consumo excessivo de álcool, fatores genéticos.

A considerar esse contexto, o envelhecimento aumenta diretamente as demandas sociais, econômicas e culturais de um país e afeta a política previdenciária - assistência social ao idoso; aposentadoria; idade mínima para aposentar, garantias de direitos a

proteção social. Entre outras, aumenta a utilização de serviços de saúde e a demanda por cuidados no domicílio e nas Instituições de longa permanência para idosos/as. Pode afetar a disponibilidade de recursos, renda e as condições de vida que garantem a satisfação das necessidades básicas. Enfatiza-se ainda, a integração social, a comunicação, a sociabilidade e a importância da identidade cultural, do acesso à cultura, da preservação de tradições e da valorização da diversidade.

Essas dimensões vão sendo incorporadas ao conceito de qualidade de vida e de envelhecimento que passam a ser compreendidos de forma mais abrangente, a considerar não apenas fatores individuais, econômicos, mas, sociais e culturais, de forma sistêmica. Isso implica reconhecer que a qualidade de vida e o envelhecimento são fenômenos intrinsecamente ligados ao acesso a recursos, à justiça social, à participação política e à valorização da cultura e a sociabilidade.

Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo compreender as construções históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais acerca do fenômeno qualidade de vida e a suas inter-relações com o processo de envelhecimento populacional. Em particular, entender como as pesquisas, as investigações realizadas ou em andamento estão explicando esses fenômenos, seja na sociologia, ciências sociais, da saúde, ou em qualquer outra área. Como tem buscado à compreensão das causas, das consequências e dos processos que levam à ocorrência desses fenômenos e suas consequenciais. Em outras palavras, como esses estudos têm analisado e entendido esses fenômenos, as implicações e os significados atribuídos a eles historicamente.

Nesta direção, este estudo tem como objetivo compreender como as pesquisas, as investigações realizadas ou em andamento estão explicando esses fenômenos, mais, especificamente, a qualidade de vida e suas implicações no processo de envelhecimento, considerando os fatores que influenciam diretamente a percepção e a vivência da qualidade de vida pela população idosa.

Trata-se de um estudo caracterizado como revisão teórica-conceitual estruturada por meio de pesquisa bibliográfica. Foram consultadas 32 referências, entre artigos científicos, dissertações e teses publicados em espanhol, inglês e português nas bases de dados *online*/portais de pesquisa: *Scielo* (Scientific Eletronic Library Online), *Lilacs* (Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), *Bireme* (Biblioteca Virtual em Saúde) e *Google Acadêmico*, publicados do ano de 1961 a 2022.

Sobressai-se ainda a pesquisa documental em sites de instituições e organizações governamentais, tendo como principal fonte de dados a documentação produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Saúde, pela Organização Mundial da Saúde e Organização Mundial das Nações Unidas. A estratégia de busca foi estabelecida com os descritores Qualidade de vida, envelhecimento, história, conceitos.

Nessa direção, o estudo se encontra estruturado em três itens com questões explicativas acerca das pesquisas e das investigações realizadas ou em andamento que buscam explicar os fenômenos estudados, mais, especificamente, a qualidade de vida e suas implicações no processo de envelhecimento. O primeiro item trata da introdução, que agrega a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos, a metodologia e a importância do estudo.

O segundo item caracteriza a análise e a discussão dos resultados acerca da revisão da literatura. O terceiro item traz as considerações finais do estudo, síntese dos pontos cruciais da problemática de pesquisa e das conclusões do estudo, derivadas da análise dos resultados, extraídos das leituras realizadas. No final do estudo, encontram-se as referências bibliográficas.

Qualidade de Vida: conceitos e significados

À significação da expressão "qualidade de vida" apresenta múltiplos significados que envolvem conhecimentos, valores, percepções e experiências diversas. Segundo Moreira (2006, p.1), um conceito detentor de uma vasta trajetória histórica que vem passando por várias transformações conforme o grau de desenvolvimento de cada sociedade. Para compreendê-lo, faz-se necessário buscar as construções históricas, culturais, políticas e sociais, por possuírem uma relação direta tanto com elementos subjetivos (geradores singulares de bem-estar) quanto com os elementos objetivos (bens materiais e serviços indispensáveis). Para a autora, a qualidade de vida e a incessante procura da humanidade por essa qualidade expressam a necessidade de se viver bem e de se tentar superar as condições adversas.

Autores como Bagnara, Lara e Calonego (2010, p. 1) ressaltam que a humanidade luta pela sobrevivência desde as sociedades pré-históricas. Para isso, utilizou estratégias diversas para vencer as adversidades e viver melhor, se deslocou de um lugar para o outro, a procura de alimentos, subiu em árvores, nadou, escalou penhascos, saltou e lançou as suas diferentes armas de arremesso, dentre outras ações que aperfeiçoaram as suas funções, educando-as, de forma gradativa e inconscientemente. Para a humanidade, o domínio de técnicas adequadas para a produção do fogo no período neolítico (Pré-história) traduziu-se num enorme salto em termos de qualidade de vida, permitindo ao ser humano proteger-se do frio, dos predadores e cozinhar os próprios alimentos.

Outro aspecto que remete à discussão sobre qualidade de vida diz respeito ao período Proto-História (período entre a pré-história e a história, que precede o surgimento da escrita) com a invenção da roda, em cerca de 4000 a. C., ao possibilitar a troca dos antigos trenós por carros de duas ou quatro rodas. A descoberta intensificou a locomoção e o transporte de cargas ao proporcionar maior mobilidade ao ser humano, além da capacidade de explorar e habitar outras terras (Moreira, 2006, p. 2).

Bodstein (1997, p. 186) remete a condição de qualidade de vida à Antiguidade grega. A época, o bem-estar humano não dependia, exclusivamente, das atividades relacionadas com a satisfação das necessidades, a reprodução, a sobrevivência e o trabalho, associava-se, sobretudo, às questões de participação na vida pública, espaço de liberdade e de igualdade. A autora enfatiza que “participar da vida pública adquiria nesse contexto um sentido preciso: uma realização, uma conquista e, portando, uma ação que se projetava para além das necessidades biológicas do homem.

A participação política dos gregos na polis estava vinculada às questões de qualidade de vida, essa questão encontra ressonância em Souza (2011, p. 1) ao lembrar a filosofia grega, cujo objetivo do homem de alcançar a felicidade encontrava-se no seio da família e no convívio no interior da cidade, através da interação entre os cidadãos. A busca da felicidade não deveria se restringir ao prazer, à satisfação de necessidades fisiológicas, mas sim abranger a honra, a socialização, a interação e a participação na esfera pública, que mostrava ao homem os verdadeiros valores e sentidos da vida.

Na Idade Média vivenciou-se um período de grande dificuldade intelectual, uma vez que não se contava com o acesso aos tratados científicos da Idade Antiga grega, cabendo apenas às compilações resumidas e, por vezes, deturpadas da civilização romana. Mesmo assim, foi na Idade Média que aconteceu o surgimento de universidades, o que resultou nos avanços da metodologia científica e da física e, conseqüentemente, contribuiu para a qualidade de vida.

Segundo Costa (2003, p. 2), os povos medievais refletiam muito a respeito da felicidade, do bem, do belo, da verdade, enfim, todas as categorias supremas às quais a vida humana aspira visando o bem-estar e a qualidade de vida. Nessa direção, na Idade

Média, a educação era vista como um instrumento para se alcançar a sabedoria, a qual levaria o ser humano à felicidade, um bem desejado por todos e mais perfeito que todos os outros bens que induzem ao bem-estar afetivo e social e à qualidade de vida.

No final do século XVIII e, especialmente, a partir do XIX, com a Revolução Industrial, a qualidade de vida passou a ser equivalente a viver no setor urbano, contar com máquinas que fizessem o trabalho pesado e controlar da melhor forma possível a natureza. Para Buarque (1993, p. 157) as dimensões econômica, social e política vão sendo incorporadas ao conceito de qualidade de vida e se aprofundam.

A Revolução Industrial originou uma intensa transformação mundial em várias áreas. Inicialmente, com a invenção da máquina a vapor, deu-se o desenvolvimento da agricultura, dos transportes, das ferrovias e da navegação e, com a introdução das máquinas de fiar e tecer, ocorreu a produção de tecidos, elementos que iriam impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, da economia e de melhores condições de vida (Souza, 2011, p. 9).

Segundo Maranhão (2010, p. 72), baseado no que afirmou Schumpeter (1961), o desenvolvimento da economia buscou inovações produtivas, estando longe de ser guiado por uma evolução natural e harmoniosa. Isto resultou num processo cheio de contradições e descontinuidades, próprio da dinâmica capitalista, que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo o antigo e criando elementos novos (Schumpeter, 1961, p. 110).

No contexto da dinâmica capitalista, as velhas formas de produção ou de organização da vida econômica são, ocasionalmente, substituídas por outras mais novas e eficientes, em obediência a “um processo virtuoso e ininterrupto”, dando origem a níveis crescentes de prosperidade e bem-estar.

Contudo, Maranhão (2010, p. 73) considera que o movimento de reprodução do capital acabou por inverter a equação Schumpeteriana, fazendo com que os aspectos destrutivos da produção capitalista tendessem a prevalecer cada vez mais sobre os aspectos criativos. Nessa direção, é cada vez mais visível no sistema capitalista a incompatibilidade existente entre crescimento econômico e desenvolvimento social e humano.

Nessa conjuntura, Maciel (2006, p. 23) chama a atenção para o lançamento, em 1920, do livro intitulado “Economia e bem-estar”, no qual o autor faz uma referência pioneira ao termo qualidade de vida. Segundo esta autora, a obra analisou o suporte governamental para indivíduos das classes sociais menos favorecidas, o impacto sobre as suas vidas e as repercussões no orçamento do Estado. Contudo, à época, a expressão qualidade de vida não obteve a devida valorização.

Após a II Guerra Mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS) redefiniu o conceito de saúde e incorporou o de bem-estar, sendo que, na ocasião, esta discussão abriu a possibilidade de avaliação do grau do bem-estar físico, emocional e social. Nessa direção, Paschoal *et al.* (1999) o termo qualidade de vida passou a ser utilizado como ferramenta para viabilizar políticas que visassem somente o crescimento econômico, limitando-se a refletir os impactos das políticas econômicas no meio ambiente, a exemplo da exaustão dos recursos naturais e da poluição excessiva, por causar impactos externos na qualidade das condições de vida das pessoas.

Em meados de 1960, o termo qualidade de vida passou a ser utilizado nos discursos de grupos científicos e popularizou-se, principalmente, ao ser utilizado por políticos norte-americanos nos seus pronunciamentos de campanha, como recomendação para o sucesso da gestão política. A justificativa para utilizar o termo qualidade de vida também se explica pelo interesse das Nações Unidas em mensurar os

níveis de vida das diversas comunidades mundiais, incentivando um grande número de pesquisas sobre o tema (Maciel, 2006, p. 23; Pereira; Teixeira; Santos, 2012, p. 242).

Em 1964, o termo qualidade de vida passou a receber maior atenção após ser utilizado pelo presidente dos Estados Unidos (EUA) Lyndon Johnson, ao declarar, em discurso proferido na Universidade de Michigan, que “os objetivos da qualidade de vida não podem ser medidos através do balanço dos bancos”, mas, sobretudo, “podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionem às pessoas” (Fleck *et al.*, 1999, p.20). Segundo Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 242), a expressão foi utilizada para destacar o interesse das pessoas por uma “vida boa” ou “vida de qualidade”, que tinha ressonância numa época em que a sociedade procurava garantir estruturas sociais mínimas às pessoas visando o alcance da felicidade.

A partir deste contexto, os estudos e pesquisas sobre qualidade de vida continuaram sendo realizados, especialmente nos Estados Unidos. No primeiro momento, os indicadores econômicos foram o parâmetro primordial para avaliar a qualidade de vida e, em um segundo momento, foram acrescentados os indicadores sociais. A utilização dos indicadores sociais deveu-se ao fato de que, com a ascensão econômica dos Estados Unidos, o crescimento de problemas sociais relacionados à violência e à criminalidade, dentre outros, contraditoriamente, aumentou. Em função disso, os pesquisadores passaram a considerar os indicadores sociais como críticos para definir o bem-estar social da nação (Pereira; Teixeira; Santos, 2012, p. 242).

Segundo estes autores, os indicadores sociais utilizados à época focalizavam apenas fatores externos determinantes de qualidade de vida, como instrução, renda e moradia, utilizadas ainda hoje em grande escala. Somando-se aos indicadores sociais, a abordagem psicológica passou a ser considerada, enfatizando as reações subjetivas do indivíduo e o modo como este percebe a sua própria vida, felicidade e satisfação. No entanto, estudos constataam a limitação da abordagem psicológica ao analisar a qualidade de vida considerando apenas os aspectos subjetivos da pessoa, desconsiderando o contexto ambiental em que está inserida (Day; Jankey, 1996, p. 40).

Entretanto, para Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 242), os estudos mostram que os indicadores sociais ou objetivos são limitados e servem como indicadores indiretos para avaliar a qualidade de vida. Assim sendo, qualidade de vida deveria ser analisada considerando a vida atual e um padrão a ser comparado.

Nessa direção, segundo Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 242), os estudos de Day e Jankey (2006) apresentam uma teoria que combina múltiplos aspectos de seis dimensões de análise. A primeira refere-se ao objetivo-realização e relaciona-se com as questões entre o que se tem e o que se quer ter. Um segundo aspecto da teoria analisa o que os povos realmente consideram ser o seu ideal de vida. Um terceiro tipo envolve a relação percebida entre as circunstâncias atuais e o que se espera se tornar. Um quarto tipo inclui a relação percebida entre qualidade de vida atual e a melhor qualidade de vida que já se teve no passado. Um quinto sugere que uma questão importante a ser analisada é aquilo que é possuído por uma pessoa e pelo grupo de referência e, por fim, uma sexta dimensão considera importante buscar esclarecer o quão bom é o ajuste da pessoa no ambiente em que está inserida.

Na literatura da área médica constata-se que o emprego do termo qualidade de vida vem sendo associado a diversos significados, como condições de saúde e funcionamento social. Segundo Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 8) as abordagens médicas tratam, principalmente, da questão de oferecer melhorias às condições de vida dos enfermos. São utilizados termos como qualidade de vida relacionada com a saúde “healthrelated quality of life” e o estado subjetivo de saúde “subjective health status”,

bem como conceitos relacionados com a avaliação subjetiva do paciente e o impacto do estado de saúde na capacidade de se viver plenamente.

Historicamente, as teorias médicas sobre qualidade de vida têm incidido sobre a cura e a sobrevivência das pessoas. Tem sido considerado também importante tratar de qualidade de vida sob o ponto de vista das intervenções médicas, uma vez que estas causam efeitos colaterais desagradáveis durante o tratamento. Conforme concepção da comunidade médica, os tratamentos médicos ou cirúrgicos, embora contribuam para estender a vida, podem reduzir realmente a sua qualidade, como um resultado de múltiplos ou longos tratamentos e hospitalizações. Há, ainda, o preceito médico segundo o qual os benefícios do tratamento devem ser maiores do que o sofrimento que pode ser envolvido (Day; Jankey, 1996, p. 38).

Inúmeros estudos apresentam evidências a respeito das contribuições da área da saúde e de muitos outros componentes da vida social para que os indivíduos ou populações alcancem uma boa qualidade de vida e um perfil elevado de saúde. Para tanto, Buss (2000, p. 166) salienta que é necessário mais do que o acesso a serviços médico-assistenciais de qualidade, é preciso considerar os determinantes da saúde em toda a sua amplitude, e isto requer uma efetiva mobilização da população frente ao poder público na busca por políticas públicas intersectorializadas, coerentes e eficazes.

Nesse contexto, as abordagens gerais ou holísticas baseiam-se na premissa segundo a qual o conceito de qualidade de vida é multidimensional, apresenta uma organização completa e dinâmica dos seus componentes, difere de pessoa para pessoa de acordo com seu ambiente/contexto e mesmo entre duas pessoas inseridas em um contexto similar. Os valores, inteligência e interesses precisam ser considerados nestas abordagens. Para Renwick e Brown (1996, p. 77) qualidade de vida é um aspecto fundamental para se ter uma boa saúde e não o contrário, ou seja, a saúde leva a qualidade de vida.

Em uma tentativa de análise da qualidade de vida entendida de forma mais ampla, saindo principalmente do reducionismo biomédico, Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 7) abordam a qualidade de vida como sendo uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal) e, também, objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade. Nessa direção, a literatura apresenta diferentes aspectos que definem qualidade de vida, estando entre estes a capacidade de poder aproveitar as possibilidades da vida, de escolher, de decidir e de ter controle sobre a sua própria vida.

Embora se evidencie no processo de construção histórica que existem inúmeras definições e conceitos para qualidade de vida, há consenso na literatura de que não existe uma definição de qualidade de vida que seja amplamente aceita por todos. O que se percebe, é que os conceitos elaborados não incluem todos os fatores relacionados com a saúde, tais como bem-estar físico, funcional, emocional e mental, bem como aqueles outros elementos importantes da vida das pessoas, como trabalho, renda, família, amigos e outras circunstâncias do cotidiano.

Nessa perspectiva, para Minayo, Hartz e Buss (2000), os conceitos de qualidade de vida devem buscar dá conta de uma multiplicidade de dimensões discutidas nas chamadas abordagens gerais ou holísticas. Para esses autores, o conceito mais atual que pode ser citado é o preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), elaborado por um grupo de pesquisadores de diversos países que discutiram e responderam à pergunta, o que é Qualidade de Vida? Partindo do pressuposto de que saúde é o completo bem-estar físico, psíquico e social, evidenciaram que a Qualidade de Vida integra aspectos subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, emoções, realização

pessoal, entre outros) e aspectos objetivos (renda, escolaridade, e fatores relacionados com o desenvolvimento econômico e social). Os aspectos subjetivos têm relação com o estilo de vida (se fuma ou não, alimenta-se de forma saudável, se faz exercícios, entre outros) e os aspectos objetivos têm relação com as condições de vida (renda, local onde mora, se tem acesso à educação, entre outros).

A partir dessa perspectiva, o World Health Organization Quality of Life – WHOQOL - Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde – OMS - definiu qualidade de vida, como sendo, “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Whoqol Group, 1995, p. 1405). Nesse sentido a qualidade de vida pode variar de acordo com a cultura de cada indivíduo, dependendo dos seus objetivos, condições e expectativas de vida.

De acordo com Dawalibi *et al.* (2013, p. 395) o processo de envelhecimento apresenta seis domínios propostos pelo grupo WHOQOL (1998), nomeadamente: a) físico, b) psicológico, c) independência, d) relações sociais, e) meio ambiente e f) espiritualidade (religião e crenças pessoais). Partindo desses pressupostos, para essas autoras a definição de qualidade de vida é complexo, uma vez que se trata de um construto subjetivo e determinado ao longo da vida (life-span).

Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 9), este modelo é o preconizado pelo mundo ocidental, urbanizado, rico, polarizado por um conjunto de valores que poderiam ser assim resumidos: conforto, prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias que diminuem o trabalho manual, consumo de arte e cultura, entre outras comunidades e riquezas.

Qualidade de Vida: garantias nos termos da legislação vigente

Dentre os primeiros e mais conhecidos instrumentos para avaliar a qualidade de vida de grandes populações, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos mais utilizados. Segundo Maranhão (2010, p. 63), o IDH originou-se a partir de estudos promovidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que passou a utilizar o índice estatístico e a divulgá-lo desde 1990 como forma de avaliar as questões relacionadas com o crescimento econômico, e, principalmente, de introduzir medidas para detectar melhorias no bem-estar social da população, ou seja, a satisfação das necessidades sociais das populações dos diversos países.

A partir de então, esclarece o autor, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou a ser uma medida estatística formada por parâmetros, que compreendem a renda per capita, a expectativa de vida e o nível de educação, inerentes a cada país. Sendo assim, foi possível às Nações Unidas (ONU) “estabelecer critérios universais que delimitavam o grau de desenvolvimento humano e social que uma nação teria atingido” (Maranhão, 2010, p. 81).

De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2006), o Brasil melhorou o seu IDH, mas, no ranking mundial, desceu de 68º para 69º, considerando 177 países e territórios. A avaliação do IDH estabelecida pelo PNUD (2006) utilizou os seguintes indicadores: renda, representada pelo PIB (Produto Interno Bruto) per capita; saúde, avaliada pela esperança de vida ao nascer; e a educação, analisada pela taxa de alfabetização de pessoas com 15 ou mais anos de idade e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior). Os resultados indicam que, de 2003 para 2004, o Brasil cresceu em duas das três dimensões do IDH, quais sejam longevidade e renda, estabilizando-se na educação. No que concerne à esperança de vida, supera a

média global, mas não a latino-americana (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2006).

Em março de 2017, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) elaborado em 2016 e que tem como base os dados de 2015. De acordo com o relatório, o Brasil registrou um IDH de 0,754, índice igual ao registrado em 2014. Nessa ocasião, o IDH contemplou 188 países e o Brasil ficou na 79ª posição. Conforme o relatório do PNUD (2016), esta foi a primeira vez desde 2010 que o IDH do Brasil se manteve no mesmo patamar. Com esse resultado, o Brasil, além de permanecer estagnado, passou da 75ª para a 79ª posição no ranking dos 188 países avaliados, embora esteja enquadrado na relação dos países com alto desenvolvimento humano, cujo IDH se estabelece entre 0,700 e 0,799.

Entretanto, ressalta-se que, segundo o relatório da PNUD (2016), a esperança de vida dos brasileiros ao nascer manteve a trajetória de crescimento dos últimos anos e aumentou de 74,5 anos em 2014 para 74,7 em 2015. Em 2000, esse índice era de 68,6 anos, sendo registrada em 2010 uma esperança de vida ao nascer de 73,9 anos. No contexto deste estudo, o incremento na expectativa de vida dos brasileiros torna-se significativo, uma vez que evidencia que a população idosa tem visto aumentar a sua longevidade, podendo este fato decorrer de iniciativas individuais ou coletivas do próprio segmento idoso. Por outro prisma, o crescimento da longevidade brasileira pode também estar relacionado com os efeitos das políticas públicas oriundas da legislação em vigor, a exemplo da aprovação de documentos oficiais, a partir da Constituição Federal de 1988, como: a Política Nacional do Idoso (1994), Política Nacional de Saúde do Idoso (1999), o Estatuto do Idoso (2003), do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI, 2002), dentre outros. Mesmo assim, para Camarano e Pasinato (2004, p. 282), a prática da legislação brasileira tem-se mostrado ainda pouco satisfatória. Mais especificamente, os direitos dos/as idosos/as no Brasil, como estabelecidos no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) e na Política Nacional do Idoso (1999), não são efetivados na prática, tais como garantidos nesses documentos legais. Santos e Saraiva (2017) chamam à atenção para o fato de, apesar da legislação garantir ao idoso/a direitos como a saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania e liberdade, na maioria, esses direitos lhe é negado. Existe na prática uma distância enorme entre o que está na legislação, o que é garantido e o que é efetivado.

Outro mecanismo legal que tem como característica a garantia da qualidade de vida dos/as cidadãos/ãs na exigência de defesa dos seus direitos diz respeito ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), uma lei federal (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), elaborada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Presidente da República, em vigor em 11 de março de 1991. O termo “Código” é aplicado às leis que regulam determinado assunto de forma mais completa e sistematizada. O Código foi elaborado levando em conta a vulnerabilidade do consumidor. As suas normas partem do princípio de que o consumidor é sempre a parte mais fraca da relação de consumo e devem ser interpretadas de modo a garantir o equilíbrio nas relações entre consumidores e os fornecedores (Código de Defesa do Consumidor, [1990], 2013 p. 14).

Os direitos do consumidor, segundo explica o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, p.19, 2005), ganharam mais força após a entrada em vigor do referido Código (CDC), em março de 1991, sendo que o seu caminho foi aberto com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Antes do CDC, a legislação brasileira tratava as relações de consumo como algo que dispensava regulamentação. Esclarece o IDEC (2005) que os direitos do consumidor estão relacionados com os direitos civis (liberdades individuais), os direitos sociais (saúde, educação, trabalho), assim como os

chamados “difusos”, que envolvem questões referentes não apenas a uma geração, mas também às gerações futuras, à garantia da qualidade de vida, e à conservação de patrimônios culturais e naturais. Os chamados direitos difusos estão também voltados para a proteção de grupos sociais específicos, como negros, crianças, mulheres, homossexuais, dentre outros (IDEC, 2005, p. 16). Dessa feita, as pessoas idosas também contam com os seus direitos assegurados enquanto consumidores.

Densa (2008, p. 48) lembra que o Código de Defesa do Consumidor garante a efetiva reparação de danos patrimoniais e morais individuais, coletivos e difusos, em razão dos prejuízos causados nas relações de consumo. O CDC, no TÍTULO I, Dos Direitos do consumidor, CAPÍTULO I – Disposições Gerais, Art. 2º, define consumidor como sendo: toda a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo (Código de Defesa do Consumidor, [1990], 2013, p. 13).

Quanto às definições de produto e serviço, estas também fazem parte do CAPÍTULO I do CDC e constam no Art. 3º, como: § 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista (Código de Defesa do Consumidor, [1990], 2013, p. 14).

Explica Densa (2008, p. 19) que qualquer bem corpóreo ou incorpóreo suscetível de apropriação que tenha valor econômico, destinado a satisfazer uma necessidade do consumidor, é considerado produto nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A autora chama a atenção para a expressão “remuneração”, que tem uma característica abrangente e pode ser feita direta ou indiretamente pelo consumidor, em virtude de o custo estar embutido em outros pagamentos efetuados pelo consumidor. Salienta, ainda, que o CDC é fruto do Estado Social, que demonstra a preocupação com o bem-estar social do consumidor e atua conforme a intervenção na atividade econômica, embora de maneira tímida (Densa, 2008, p. 25).

O Código de Defesa do Consumidor, desde a sua criação, foca o atendimento das necessidades do consumidor, a devida proteção nos termos da lei no tange ao seu interesse econômico a melhoria da sua qualidade de vida, estabelecendo a devida transparência e harmonia nas relações de consumo, embora, ainda antagonicas.

Relações de consumo ainda consideradas antagonicas devido à natureza inerente a desigualdade de poder e de conhecimento entre o consumidor e o fornecedor. Segundo Ribeiro e Tiújo (2018) os consumidores realmente se encontram em posição de inferioridade frente aos fornecedores. Sobre essa afirmação, estão de acordo, tanto juristas como economistas e psicólogos, os quais afirmam, o consumidor, sobretudo, é vulnerável devido à falta de informação técnica e à desvantagem econômica frente às grandes as organizações empresariais.

Processo de envelhecimento e qualidade de vida: conceitos e significados

Os estudos teóricos acerca do processo de envelhecimento e das características que conferem boa qualidade de vida datam da década de 1940, quando se iniciou o interesse científico da Escola de Chicago pelo desenvolvimento do envelhecimento saudável – envelhecer bem. Para os pesquisadores dessa escola, envelhecer bem significava estar satisfeito com o status atual da vida e ter planos ou perspectivas para o futuro. Com esse entendimento, na década de 60 a percepção dessa satisfação veio a ser a dimensão mais estudada do bem-estar na velhice. A partir de estudos teóricos e

empíricos, a atenção voltou-se para a investigação sobre os efeitos da participação em atividades no bem-estar de idosos (Chachamovich; Trentini; Fleck, 2011, p. 66).

O conceito de bem-estar psicológico relacionado com a qualidade de vida e a sua correlação com outras características na velhice também obteve destacada importância. Esse fenômeno está intimamente implicado na determinação de uma melhor qualidade de vida para idosos. Entre as linhas de investigação já conduzida sobressaem-se a satisfação, o senso de controle, a autoeficácia, os mecanismos e autorregulação e a capacidade de lidar com o estresse (Chachamovich; Trentini; Fleck, 2011, p. 66).

Outro aspecto positivo para a melhoria da qualidade de vida no processo de envelhecimento relaciona-se com os efeitos positivos da rede social sobre a velhice. Esse efeito pode ser explicado por sua capacidade de amortecer impactos emocionais negativos, pela percepção do indivíduo de que conta com suporte e companhia quando necessário e pela sensação de segurança decorrente do senso de pertencimento e integração (Garcia *et al.*, 2005, p. 516).

Bodstein e colaboradores (1997) desenvolveram um estudo considerando quatro dimensões (física, funcional, psicológica e bem-estar emocional), testado por vários estudiosos para perceber o papel do estado emocional em relação à avaliação de qualidade de vida global. Os resultados mostraram que, na população estudada, o estado emocional apresentou-se como o fator de maior impacto sobre os escores de qualidade de vida. Na mesma perspectiva, outros estudos, como o de Sullivan e colaboradores (2001), revelam que os sintomas de ansiedade e depressão foram tidos como preditores de qualidade de vida relacionada com a saúde. Segundo os autores, a presença da ansiedade/depressão tem um impacto tão relevante quanto a percepção do idoso de se achar doente.

Outros estudos têm sido realizados e trazem exemplos de pesquisas realizadas com o público idoso em faixas etárias distintas, que evidenciam fatores importantes para a conceituação da qualidade de vida. Bodstein e colaboradores (1997) demonstraram que a proporção de indivíduos que avaliam a sua vida como sendo “muito boa” ou a “melhor que poderia ser” aumenta com a idade, indicam ainda, que, segundo os próprios idosos a satisfação com a vida, aumenta com o envelhecimento.

Os resultados deste estudo demonstraram que os idosos constituem uma população particular que necessita de uma abordagem diferenciada no que concerne à definição conceitual de qualidade de vida. Ao estudar essa condição com esse segmento, os instrumentos de pesquisa a serem aplicados deve considerar os idosos como sujeitos com direito a voz. Com uma metodologia semelhante à utilizada por Bowling (1995), outros autores realizaram investigações com o objetivo de definir, a partir dos indivíduos idosos, quais são os fatores relevantes na conceituação de qualidade de vida.

Nessa direção, Browne e colaboradores (1994) realizaram um estudo para propor itens relevantes para avaliar a qualidade de vida de idosos saudáveis. Selecionaram amostras de idosos e de adultos jovens (com média de idade de 28,8 anos e variação entre 19 e 61 anos) com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças entre as duas faixas etárias. Os resultados mostram fatores considerados fundamentais quando se estuda a qualidade de vida no processo de envelhecimento – família; atividades sociais; lazer; saúde; trabalho; condições ambientais de vida e religião.

Chachamovich, Trentini e Fleck (2011, p. 69) consideram qualidade de vida como sendo um tema de interesse amplo e não necessariamente ligado às questões de saúde. Neste contexto, qualidade de vida tem-se constituído a essência dos estudos sobre envelhecimento saudável, assim como se relaciona intimamente com conceitos afins, tais como o de bem-estar físico, social e psicológico, bem como a satisfação com a vida.

Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 9) o discurso da relação entre saúde e qualidade de vida, de maneira geral, existe desde o nascimento da medicina social, nos séculos XVIII e XIX, quando investigações sistemáticas começaram a referendar esta tese, iniciando os subsídios para políticas públicas e movimentos sociais. Enfatizam que se encontram na literatura vários estudos sobre saúde e qualidade de vida, principalmente aqueles associados à qualidade de vida cotidiana dos indivíduos após a sujeição a doenças, agravos ou intervenções médicas.

Segundo Dawalibi *et al.* (2013, p. 396) realizaram um levantamento em 69 artigos na base de dados SciELO (2010) com os temas terceira idade, velhice, idoso e envelhecimento, todos cruzados com a palavra-chave qualidade de vida. Dentre as variáveis estudadas, cabe informar, que as áreas de conhecimento nas quais mais se publicou sobre o tema foram Psicologia (26,1%), Medicina (21,7%), Saúde Pública e Enfermagem (17,4%) cada e Psiquiatria (11,6%). Fonoaudiologia, Fisioterapia, Odontologia e Educação Física contribuíram, somente, com 1,4% do total, cada uma, não tendo sido constatado nenhum artigo relacionando qualidade de vida à Nutrição. Quanto à área de conhecimento dos periódicos, os artigos foram divididos em duas subcategorias. De acordo com a base de dados SciELO (2010), coube às Ciências Humanas representar 14,5% das produções, enquanto as Ciências da Saúde demonstraram o significativo resultado de 85,5%, tendo sido o periódico com maior representatividade de publicação na “Revista de Saúde Pública” (Dawalibi *et al.*, 2013, p. 398-400).

Dawalibi *et al.* (2013, p. 401) sugerem que a área de Ciências Humanas se mobilize para aumentar a produção de pesquisas direcionadas ao envelhecimento, principalmente em relação à qualidade de vida do idoso, em virtude de se tratar de um fenômeno crescente em todo o mundo. Reforçam ainda os autores que o tema precisa de maior atenção por parte dos que geram conhecimento sobre o ser humano e as suas relações pessoais, sociais e culturais.

Nessa direção, Dawalibi *et al.* (2013, p. 394) chamam a atenção para a ligação existente entre qualidade de vida e envelhecimento, devendo-se observar a definição de diversos autores na literatura gerontológica, segundo os quais envelhecer é considerado um evento progressivo e multifatorial e a velhice é uma experiência potencialmente bem-sucedida, porém, heterogênea e vivenciada com maior ou menor qualidade de vida dependendo de diferentes aspectos. Para esses autores Qualidade de Vida integra aspectos subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, emoções, realização pessoal, entre outros) e aspectos objetivos (renda, escolaridade, e fatores relacionados com o desenvolvimento econômico e social).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) faz também uma ligação positiva entre os referidos fenômenos envelhecimento e qualidade de vida, expressa na seguinte definição sobre envelhecimento ativo, “é a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam velhas” (Organização Mundial da Saúde, 2005, p. 13).

Para Dawalibi *et al.* (2013, p. 394), a definição de envelhecimento ativo da OMS (2005, p. 13) não remete apenas para a responsabilidade do indivíduo, mas também para um processo que deve ser respaldado por políticas públicas e por iniciativas sociais e de saúde ao longo do curso da vida. A criação de políticas públicas tem por propósito propiciar um envelhecer de forma saudável. Nesta perspectiva, para estas autoras é fundamental aumentar as oportunidades que propiciem que os indivíduos venham a ter um estilo de vida mais favorável e adequado, o que inclui mudanças de hábitos alimentares e atividade física regular com controle da saúde física e psicológica.

De acordo com Neri (2011, p. 14), dados de pesquisas sociológicas, econômicas e epidemiológicas indicam que de forma isolada, variáveis objetivas tais como nível de renda, classe social, escolaridade, etnia, nacionalidade, gênero, idade e saúde são preditores fracos nos estudos da qualidade de vida de indivíduos e de coletividades. Contudo, quando estes fatores interagem com as variáveis subjetivas - percepção individual; opiniões e sentimentos sobre a vida; bem-estar emocional, psicológico, social, e a satisfação com a vida e com as condições de vida - ajudam a entender a atividade, o envolvimento social, a produtividade e a manutenção da saúde física e da funcionalidade nos idosos, mesmo sob condições objetivas e, até certo ponto, adversas, tais como: pobreza, doenças e eventos estressantes, os idosos podem funcionar bem, investir na própria saúde na solução de problemas cotidianos e existenciais, ajudar a família e a comunidade e a trabalhar para deixar um legado para as próximas gerações. Pode parecer um paradoxo, mas as condições subjetivas respondem pela manutenção da resiliência psicológica dos idosos, mesmo quando a resiliência biológica está comprometida (Neri, 2011, p. 15).

A autora destaca ainda que a qualidade de vida conta com quatro domínios: o bem-estar subjetivo, as competências comportamentais, as condições objetivas do ambiente físico e a qualidade de vida percebida em comparação com os recursos sociais disponíveis e com as expectativas sociais e individuais. O senso de bem-estar subjetivo reflete a avaliação pessoal sobre a dinâmica das relações entre esses quatro domínios, bem como a qualidade da experiência emocional positiva ou negativa que deriva da avaliação que o idoso faz da qualidade da sua vida. Assim, o aspecto essencial da qualidade de vida e do bem-estar subjetivo é a avaliação feita pelo indivíduo com base em critérios pessoais e com referência aos padrões e às expectativas sociais (Neri, 2011, p. 23).

A qualidade de vida subjetiva é, em resumo, uma avaliação pessoal da satisfação com a vida, que inclui aspectos emocionais, psicológicos, sociais e a percepção individual dos fatores materiais. Ela é fundamental para se estudar a saúde e o bem-estar e deve ser considerada ao avaliar a qualidade de vida de um indivíduo ou de uma coletividade quando analisada.

Segundo Neri (2011, p. 49) a subjetividade é a chave para a explicação do paradoxo de sentir-se e dizer-se bem na velhice, mesmo na presença de perdas e riscos inerentes ao envelhecimento. Esclarece que o conceito fundamental de qualidade de vida é a multidimensionalidade, devido ao fato de se aplicar a vários aspectos da vida, segundo os temas evolutivos mais salientes para indivíduos e grupos vivendo num dado contexto histórico-social. Assim, Neri (2011, p. 49) concorda que:

A avaliação da qualidade de vida está relacionada a estar bem nos domínios físicos, psicológico, de renda, das relações sociais, do ambiente físico e social, e dos aspectos espirituais, religiosos e das crenças pessoais, como registrado no instrumento transcultural de medida de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde - The Whoqol Groupe, 1998 (Neri (2011, p. 49).

Para Vecchia *et al.* (2005, p. 247) o conceito de qualidade de vida foca a autoestima, o bem-estar pessoal e abrange aspectos como: a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive.

Contraopondo-se aos estudos de caráter prescritivo, Neri (2011, p. 50) ressalta que, antes de tudo, é necessário considerar nas pesquisas sobre qualidade de vida, a

avaliação dos próprios idosos, considerando-os como sujeitos do processo de investigação. Os idosos devem, ou precisam fazer expressar os seus sentimentos, sentir aquilo que querem ou que se propõem fazer, o que desejam, o que querem e gostam de consumir.

Cada pessoa tem uma ideia própria do que é o termo qualidade de vida e considera-se capaz de conceituá-lo, fato que demonstra a ampla abrangência e divergência de interpretações que podem ser fornecidas. Nessa direção, a percepção primária sobre qualidade de vida é individual, isto é, cabe ao indivíduo reconhecer o atendimento ou o não atendimento de suas necessidades. Esta constatação já foi defendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998), ao expressar que qualidade de vida reflete “a percepção que têm os indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas, ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a autorrealização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas” (Organização Mundial da Saúde, 1998).

Nessa direção, a qualidade de vida e o envelhecimento como fenômenos sociais podem ser analisados sob os mais variados aspectos, particularmente, biológicos, psicológicos, sociológicos e socioculturais, que retratam a visão da ciência sobre estes fenômenos. Com base nestes aspectos, a sociedade gera expectativas em relação às pessoas idosas, impondo-lhes regras, situações e comportamentos. O envelhecimento, vista de forma particular e individual nas sociedades de consumo pré-capitalistas, passou a ser, na sociedade contemporânea, uma realidade social, pública, coletiva.

O sistema capitalista na sociedade de consumo contemporânea vale-se do fenômeno do envelhecimento e da qualidade de vida para reintroduzir o idoso nessa sociedade. Segundo Blessmann (2003, p. 75), a imagem dos/as idosos/as passa a ser identificada como a de grupos dinâmicos e alegres da terceira idade, como a de potencial consumidor na promoção da “indústria do lazer e do consumo”. A partir desta perspectiva, com o aumento da expectativa de vida e das taxas de sobrevivência, crescem também as oportunidades de realização e satisfação desse segmento populacional, deixando a velhice de ser caracterizada pelo ócio, somando-se a isto a denominação terceira idade. Impõe-se uma nova ideia de velhice caracterizada pela atividade, dinamismo, participação e responsabilidade pessoal de cada idoso/a de envelhecer bem e com qualidade de vida.

Surge um mercado exclusivo para idosos, não limitado a medicamentos e serviços de saúde, mas abrangendo a realização e a satisfação das novas demandas de consumo desse segmento populacional (Blessmann, 2003, p. 75). Além disso, outros elementos vêm contribuindo para uma nova sensibilização social do/a idoso/a perante o processo de envelhecimento com qualidade de vida, decorrente do aumento e da consciência do envelhecimento populacional. Para Neri (2011, p. 13), a nova perspectiva de envelhecer com qualidade de vida propiciou uma maior visibilidade dos/as idosos/as, não apenas para o mercado enquanto potenciais consumidores, mas, também, como beneficiários dos investimentos de instituições sociais, da divulgação de informações sobre o envelhecimento, qualidade de vida e na criação de oportunidades sociais para essa população, almejada por um novo mercado da cultura e do lazer.

Estas possibilidades passaram a ser garantidas por vários segmentos profissionais e institucionais, que, apoiados pela mídia e pela propaganda mercadológica, divulgam um conjunto de recursos farmacêuticos, médicos, tecnológicos, educacionais, sociais, culturais e de lazer voltados à transformação do sonho em realidade, gerando novos hábitos e novos anseios por qualidade de vida (Neri, 2011, p. 14).

Diante destas possibilidades de envelhecer com qualidade de vida, Blessmann (2003, p. 50) constata que os/as idosos/as vêm reagindo ao estigma de improdutivos, inativos, incompetentes, inúteis, dependentes, assexuados, entre tantos outros, com as novas experiências de envelhecimento. Porém, os estudos que analisam as sociedades onde as desigualdades e a heterogeneidade são muito fortes mostram que os padrões e as concepções de envelhecimento com bem-estar e qualidade de vida são estratificados. A ideia de envelhecimento com qualidade de vida está relacionada com o bem-estar das camadas superiores, mais favorecidas, em detrimento do bem-estar das classes menos favorecidas (Minayo; Hartz; Buss, 2000, p. 9).

Desse modo, a condição de classe dos/as idosos/as necessita ser observada e junto a isto para Santos e Saraiva (2017, p. 93) deve ser ainda considerada para o entendimento das categorias envelhecimento e qualidade de vida, sobretudo, apreender as construções históricas, sociais e culturais, destacando aspectos primordiais que as determinam e as conformam na sociedade de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se nesse estudo que, por um lado, um conceito globalmente aceito pode facilitar análises científicas, de órgãos governamentais, sobretudo, das políticas públicas e sociais, por outro corre-se o risco de acomodar a discussão sobre os fenômenos da qualidade de vida e do envelhecimento a partir de conceitos idealistas, com uma visão utópica da realidade, impostos pela ótica dos sistemas político e econômico. Dessa forma, o conceito de qualidade de vida é um construto cultural (por vezes contraditório) que precisa, constantemente, ser revisado, discutido e transformado de acordo com o avanço da produção de novos conhecimentos, da sociedade e sob a ótica do próprio idoso/a. Mais, especificamente, considerar a percepção subjetiva que cada idoso/a tem sobre a sua vida, analisando seus valores, costumes, hábitos, objetivos, expectativas, padrões de consumo e preocupações. Considerar a forma como o/a idoso/a avalia sua satisfação e bem-estar em diferentes áreas da vida, como saúde, relações sociais, comunicação e interações sociais, atividades de lazer, consumo de moda (vestuário e acessórios), de produtos de beleza, alimentação, espiritualidade, seguranças, autonomia e independência, entre outras.

Nesse sentido, considera-se fundamental numa investigação científica sobre envelhecimento e qualidade de vida, pesquisar a percepção individual do/a idoso/a, sobretudo, quando se trata de qualidade de vida no processo de envelhecimento. Isto porque, conforme se identificou nesse estudo, esses termos vêm sendo largamente difundidos e utilizados na sociedade de forma indiscriminada e, às vezes, ambígua, contraditória e limitada, sem considerar as demandas objetivas e subjetivas que embasam a compreensão desses fenômenos na sua totalidade, resultando na sua depreciação. Quando a investigação sobre qualidade de vida e envelhecimento se fundamenta no ponto de vista do/a investigado/a, há uma significação do seu valor e o reconhecimento de que esse conceito exprime uma meta nobre a ser perseguida, pela sociedade e pelo sistema político e econômico.

Evidencia-se, portanto, com o avanço teórico-conceitual e nos termos da lei, a concordância quanto à presença de dois grupos de variáveis na compreensão da qualidade de vida no processo de envelhecimento. A importância de se considerar os mecanismos internos psicológicos e os fisiológicos, mais especificamente, aqueles subjetivos e os objetivos, cujos primeiros produzem significativo grau de satisfação e gratificação na vida, ao nível pessoal e/ou comunitário e o segundo integra os fatores externos, capazes de desencadear os primeiros.

Há necessidade de, cada vez mais, serem realizadas investigações científicas com as populações idosas que tratem da qualidade no processo de envelhecimento envolvendo os aspectos objetivos e subjetivos que promovem qualidade de vida para idosos/as. Estas investigações revestem-se de magna importância para a ampliação do conhecimento científico desses fenômenos, tendo em consideração que são poucos os estudos que têm dado ênfase a estes fenômenos na sua totalidade.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a forma de ver e pensar os/as idosos/as como grupos dinâmicos, alegres da terceira idade, como de potencial consumidor da indústria do lazer e de outras formas de consumo”, sem considerar, inclusive que qualidade de vida tem classe social, impõe uma nova ideia de envelhecimento, caracterizado pela atividade, dinamismo, participação e responsabilidade pessoal em relação ao envelhecer bem e com qualidade de vida. Nessa perspectiva, o envelhecimento não pode ser visto como sinônimo de ócio, mas, devido a fatores como perda de capacidade funcional, aposentadoria, falta de estímulos sociais, condições econômicas e outros fatores objetivos e subjetivos pode levar o/a idoso/a ao ócio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNARA, Ivan Carlos; LARA, Aline da Almeida; CALONEGO, Chaiane. O processo histórico, social e político da evolução da Educação Física. **Revista Digital, Buenos Aires**, Ano 15, n. 145, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

BLESSMANN, Eliane Jost. **CORPOREIDADE E ENVELHECIMENTO: O SIGNIFICADO DO CORPO NA VELHICE**. Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano, Programa de Pós-Graduação, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

BODSTEIN, Regina Célia de. A. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 185-193, abr. 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor – CDC** [1990] – Nova ed. rev. atual. e ampl. com os Decretos nº 2.181/1997 e nº 7936/2013. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jan.1994.

BRASIL. Portaria GM n. 1.395, de 10 de dezembro de 1999 – **Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 dez.1994.

BRASIL. Lei nº 10.471, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BUARQUE, C. Qualidade de Vida: a modernização da utopia. **Revista Lua Nova**, n. 31, p. 157-165, 1993.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

BRASIL. **ESTATUTO DO IDOSO**. Lei nº10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e das outras providências. Brasília: Senado Federal.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão. Como Vive o Idoso Brasileiro? In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 25-73.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Teresa. O envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 253-292.

CHACHAMOVICH, Eduardo; TRENTINI, Clarissa; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Qualidade de vida em idoso: conceituação e investigação. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

COSTA, Ricardo da. A Educação na Idade Média. A busca de sabedoria como caminho para a felicidade: al-Farabi e Ramon Llull por Ricardo da Costa. In: Dimensões – **Revista de História da UFES 15**. Dossiê História, Educação e Cidadania, Vitória: EDUFES, p. 99-115, 2003. (ISSN 1517 – 2120).

DAWALIBI, Nathaly et al. Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO. Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO. **Estudos de Psicologia**: Campinas, v. 30, n. 3, p. 393-403, jul./set. 2013.

DAY, H.; JANKEY, S. G. Lessons from the literature: toward a holistic model of quality of life. In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Eds). Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications. **Thousand Oaks, CA**: Sage, 1996. p. 39-50.

DENSA, Roberta. **Direito do consumidor**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FLECK, M. P. A et al. Desenvolvimento da versão em Português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL – 100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 19-28, 1999.

GARCIA, E. L.; BANEGAS, J. R.; PÉREZ-REGADERA, A. G. Social network and health-related quality of life in older adults: a population-based study in Spain. **Quality of Life Research, Dordrecht**, v. 14, n. 2, p. 511-520, 2005.

IDEC. INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Revista do Idec**, mar. 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1940, 2000 e 2010**. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/censo-2010-cai-taxa-de-analfabetismo-no-pais>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro, 2023.

MACIEL, Erika da Silva. **QUALIDADE DE VIDA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO CONSUMO DE ALIMENTOS E ESTILO DE VIDA**. Dissertação de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 2006.

MARANHÃO, César Henrique. DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO LIBERDADE DE MERCADO: AMARTHYA SEN E A RENOVAÇÃO DAS PROMESSAS LIBERAIS. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de S.; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MOREIRA, Marilda da Silva. Qualidade de Vida: Expressões Subjetivas e Histórico-Sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 9, n. 1, p. 1-7, jul./dez. 2006.

NERI, Anita Liberalesso. Qualidade de vida na velhice e subjetividade. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Promoción de la salud: glossário**. Genebra: OMS, 1998.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Envelhecimento Ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Nova York, 1995.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)**. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. Nova York, 2006. ONU.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)**. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. Nova York, 2016.

PASCHOAL, S.M.P.; LITVOC, J.; JACOB-FILHO, W. **Qualidade de Vida dos Idosos: Avaliação dos parâmetros subjetivos**. In: ICONGRESSO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA DO MERCOSUL, Foz do Iguaçu, 1999. Resumos. P.36

PEREIRA, Éric Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 241-250, abr./jun. 2012.

RENWICK, R.; BROWN, I. The center for health promotion's conceptual approach to quality of life. In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Eds.). **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications**. Thousand Oaks: Sage, 1996. p. 75-86

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; TIÚJO, Edson Mitsuo. A educação formal para o consumo é garantia para uma presença refletida do consumidor no mercado? Uma análise com base na behavioral law and economics (economia comportamental). Dossiê Especial: indução de comportamentos neurológicos (Direito, Psicologia e Neurologia). **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Volume 8. Nº 2. Agost. 2018.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos; SARAIVA, Joseana Maria. Processo de Envelhecimento e Qualidade de Vida: significados e tendências na sociedade de consumo contemporânea. In: ALBUQUERQUE, Carla Gabriela S. S. Cavalcanti de; MOREIRA, Lucyana Paula de C.; SOUSA, Renata G.; NÓBREGA, Rita de Kásia T. (org.). **Reflexões à luz do Envelhecimento**. Recife: Libertas, 2017. 195p.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SOUZA, Thaís Batoni Gonçalves de. **RELIGIOSIDADE E ENVELHECIMENTO: PANORAMA DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – ESTUDO SABE**. Dissertação de Mestrado em Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde do Adulto, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2011.

The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): Position paper from the world Health Organization. **Social Science Medicine**, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.

The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): development and general psychometric properties. **Social Science and Medicine**, v. 46, n. 12, p. 1569-1585, 1998.

VECCHIA, Roberta Dalla; RUIZ, Tania; BOCCHI, Silvia Cristina Mangini; CORRENTE, José Eduardo. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Rev. bras. epidemiol.** 8 (3) • Set 2005 • <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2005000300006>

Capítulo 2

Consumo, Envelhecimento e Qualidade de vida: percepção de idosos/as de diferentes classes sociais

Joseana Maria Saraiva e Leyliane Clênia Alves da Silva Marques

O aumento da longevidade e do envelhecimento populacional é um processo social contemporâneo, que acontece em todas as sociedades e em todos os países do mundo. A partir das consequências geradas por esse processo, evidencia-se o surgimento de um número crescente de idosos/as com necessidades de cuidados, de alimentar-se de forma saudável, de praticar exercícios físicos, de se vestir bem, de se divertir, passear, viajar, participar e de interagir socialmente, de autossatisfação dessas e de outras necessidades e demandas.

Para atender essas necessidades, segundo Santos (2017), sobressai à criação de um mercado exclusivo, não mais limitado apenas a medicamentos e serviços de saúde, mas, agora voltado também para a realização e satisfação das novas expectativas de consumo da população idosa. Para tanto, a mídia e a propaganda mercadológica utilizam e divulgam um conjunto de recursos farmacêuticos, médicos, tecnológicos, educacionais, sociais, culturais e de lazer voltados à transformação do sonho em realidade, gerando novos hábitos e novas pretensões por qualidade de vida para esse segmento.

Vale-se, portanto, dos fenômenos do aumento da expectativa de vida, do envelhecimento e da visibilidade dada ao conceito de qualidade de vida para reintroduzir o/a idoso/a na sociedade de consumo, cuja imagem passa a ser identificada como grupos ativos, com potencial enorme para consumir produtos e serviços. Nessa perspectiva, constatam-se mudanças de atitude, valores, costumes e de novos estilos de vida que vão incentivar nos/as idosos/as o desejo de consumir de forma ilimitada, produtos e serviços.

Estudos mostram (Minayo, Hartz e Buss, 2000; Blassmenn, 2003; Kanso e Melo, 2004; Debert, 2011; Santos e Saraiva, 2017 entre outros) diferentes aspectos que definem qualidade de vida no processo de envelhecimento, entre estes a capacidade dos/as idosos/as de poder consumir e usufruir as possibilidades que a vida lhes apresenta, de escolher, de decidir e de ter controle, autonomia e independência sobre o que consome e sobre a sua própria vida. Não obstante, os meios de comunicação social, particularmente, a mídia e a propaganda, o próprio mercado, desconsideram as pessoas pertencentes a esse segmento, os quais possuem necessidades e demandas próprias e específicas, que se encontram estratificadas, conforme a classe social.

Para Santos (2017) os/as idosos/as, sobretudo, das classes menos favorecidas, apresentam fragilidades e dificuldades em relação ao consumo de produtos e de serviços em diferentes campos como: serviços de beleza; vestuário, calçados, acessórios e moda; serviços de saúde e alimentação; atividades de condicionamento físico e alojamento; produtos farmacêuticos; serviços imobiliários e de aluguel, bem como aqueles relacionados diretamente ao consumo das tecnologias da informação e da comunicação.

Com base nessa problemática, esse estudo tem como objetivo analisar e compreender as representações sociais dos/as idosos/as, de classes alta, médias e populares de Recife-PE, acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento. Mais especificamente, como esses têm impactado seu cotidiano, modo de vida, sobretudo, o processo de envelhecimento e a qualidade de vida, conforme a classe social. Torna-se imprescindível nesse tipo de investigação, compreender quem são esses/as idosos/as conforme a classe social, tendo em vista os

diferentes papéis que cada um/a ocupa , dependendo do sexo, da escolaridade, faixa etária, rendimento e características culturais. Nessa direção, evidencia-se o consumo e o envelhecimento como fenômenos sociais que sempre estiveram presentes em todas as sociedades e que podem ser estudados, considerando os mais variados aspectos que podem melhorar ou comprometer a qualidade de vida do/a idoso/a.

Trata-se de um estudo de caso, de abordagem quantiqualitativa, fundamentada na teoria histórico - crítica, cuja realidade é compreendida a partir dos contextos político, social, econômico e cultural em que se insere os fenômenos estudados. O método de análise se constituiu das representações sociais dos sujeitos sobre a problemática posta, coletados durante a pesquisa de campo financiada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFRPE, no período 2020/2023.

Nessa perspectiva, considerando as mudanças socioeconômicas, demográficas e culturais ocorridas na sociedade contemporânea, cujos resultados geraram alterações significativas nos padrões de consumo dos/as consumidores/as, sobressaindo-se as pessoas idosas, esse estudo se distingui por ser relevante, atual e necessário. Trata da visão dos/as próprios/as idosos/as acerca dos impactos gerados nos padrões de consumo desse segmento e como esses têm impacto seu cotidiano, modo de vida, sobretudo, o processo de envelhecimento e a qualidade de vida, conforme a classe social.

O artigo se encontra estruturada em cinco itens com questões explicativas acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento e a sua relação com o padrão de consumo de bens (produtos) e de serviços numa perspectiva de classe.

O primeiro item trata da introdução, que integra a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos e a importância do estudo. Ademais, questões centrais em torno das práticas de consumo existentes na sociedade contemporâneas e acerca dos fatores que tem influenciado o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento e como esse consumo têm impactado o cotidiano e o modo de vida dos/as idosos/as, conforme a classe social.

O segundo item caracteriza o caminho da pesquisa e os demais passos empregados, detalhando-se os procedimentos metodológicos, a abordagem, a tipologia do estudo, o universo e a amostra, o instrumento de coleta de dados e o método de análise.

O terceiro item apresenta os resultados e as discussões sobre as representações sociais dos/as idosos/as, organizados por classe social, mais especificamente, acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento e a relação estabelecida com o consumo de bens (produtos) e de serviços nesse processo.

Na sequência, o quarto item traz as considerações finais do estudo, consiste na síntese dos pontos cruciais da problemática de pesquisa e das conclusões do estudo, derivadas da análise dos resultados, extraídos das representações sociais dos/as idosos/as entrevistados/as por classes sociais e as recomendações sugeridas. Encontram-se, ainda, no final do estudo, as referências bibliográficas.

Caminhos da Pesquisa

A pesquisa se constitui de um estudo de caso, de abordagem quantiqualitativa, cuja preocupação fundamental se constituiu em trabalhar com o universo de dados dos sujeitos da pesquisa. Optou-se pelo estudo de caso, por considerar essa técnica como a estratégia de pesquisa mais apropriada para esse tipo de investigação. O estudo de caso possibilitou apreender a realidade dos dados investigados dentro do contexto mais

amplo em que se encontra situado. Além disso, propiciou a utilização de métodos e de técnicas diversificadas – entrevistas, relatos e avaliações – de modo a explorar o potencial descritivo e explicativo da realidade pesquisada na sua totalidade. Ao permitir a utilização de técnicas diversificadas e o recurso a diferentes fontes de evidências, essa técnica de pesquisa, propiciou um retrato abrangente e detalhado da problemática em estudo (Chizzotti, 1995).

Universo e Amostra

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Características dos Moradores e Domicílios, divulgada pelo IBGE (2017), a população brasileira mantém a tendência de envelhecimento dos últimos 12 anos, somando-se mais 4,8 milhões de idosos/as desde 2012. Nesse processo, em 2017, são mais de 30,2 milhões de idosos/as no Brasil.

Os 4,8 milhões de novos idosos em cinco anos correspondem a um crescimento de 18% desse grupo etário, que tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil. As mulheres são maioria expressiva nesse grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo). Em 2013, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), no Brasil, Recife apresentou uma população de 1.537.704 habitantes, dos quais 125.099 correspondiam pessoas com 65 anos ou mais.

Considerando esse universo populacional, selecionou-se, aleatoriamente, uma amostra de 30 idosos/as, de ambos os sexos, na faixa de etária de 60 anos ou mais, das classes Alta, Médias e Populares (A, B, C, D e E) da Cidade e Região Metropolitana do Recife-PE, com capacidade cognitiva para participar como respondente da pesquisa. Com base na classificação do IBGE (2015/2017), os/as 30 idosos/as foram distribuídos em cinco classes sociais: Classe A - 2; Classe B - 4; Classe C - 6; Classe D - 7; Classe E - 11. Conforme mostra a Tabela 1.

Nessa direção, a classe E compreende aqueles/as idosos/as que recebem de ½ a 2 salários mínimos; a classe D de 2 a 4 salários mínimos; a classe C de 4 a 10 salários mínimos; a classe B aufere de 10 a 20 salários mínimos e a classe A acima de 20 salários mínimos, conforme mostra a Tabela 1 de distribuição da amostra da pesquisa, segundo a classe social, de acordo com os parâmetros indicados pelo IBGE (2015/2017).

Instrumento de Pesquisa e Coleta de Dados

Para coleta de dados, utilizou-se um formulário de pesquisa composto por um conjunto de perguntas abertas e fechadas que norteou o processo de investigação acerca dos dados coletados. A primeira versão do formulário de entrevista foi pretextada com três (3) idosos/as da cidade do Recife-PE, entre aqueles/as não selecionados/as para integrar a amostra, tendo-se verificado a sua adequação à pesquisa no que concerne à extensão, à compreensão, ordenamento e a pertinência das questões aos propósitos do estudo.

As entrevistas foram realizadas pelas próprias autoras, gravadas e registradas. No final, cada idoso/a ciente da entrevista assinava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de janeiro a abril de 2023, com duração média de 1 hora, na sua maioria, na residência dos/as idosos/as, atendendo a solicitação dos/as mesmos/as.

Método de Análise de Dados

Tendo em vista compreender as interpretações, ideias, visões e concepções que os/as idosos/as possuem acerca dos fenômenos sociais estudados, insere-se neste estudo o conceito das representações sociais, utilizado em várias áreas do conhecimento, fundadas na teoria das representações sociais, que tem como figura central Serge Moscovici. Para esse teórico, as representações sociais se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, através da qual se permite encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (Moscovici, 2003, p. 123).

A noção de representação social parte de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no curso de comunicações interindividuais (Moscovici, 1981, p. 181). Para este teórico, as representações sociais se constituem uma das formas de compreensão da realidade, do mundo concreto, permitindo encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (Moscovici, 2003, p. 123).

De acordo com Faria e Santos (2016, p. 26) e Santos (2017, p. 104) as representações sociais regem as relações entre as pessoas, orientam as condutas e definem as identidades pessoais e sociais. Nessa direção, as representações sociais é um método eficiente para análise das concepções de idosos/as, uma vez que evidenciam os fatores que afetam e traduzem, na sociedade contemporânea, o processo de envelhecimento. Para Minayo (2007, p. 236) as representações sociais manifestam-se por meio de falas, atitudes e condutas que se rotinizam no cotidiano.

Para Siqueira (2008, p. 20) e Santos (2017, p. 104) é no cotidiano que os indivíduos constroem teorias a respeito dos objetos sociais e essas teorias são orientadoras dos comportamentos dos seres humanos. Essa ideia, Moscovici denominou representação social ou Teorias do Senso Comum, através da qual se busca compreender o processo de construção de teorias do senso comum, mostrando que este se diferencia dos outros tipos de conhecimento.

Este estudo também utilizou dados secundários acerca dos fenômenos estudados, prevalecendo à pesquisa bibliográfica e a documental. Foram consultados diversos estudos publicados em periódicos nacionais e internacionais, bancos de dissertações e teses, livros, dentre outros. Como fontes documentais, buscou-se estudos oficiais, institucionais, entre outros importantes documentos relacionados com o consumo, a segurança e os direitos do/a idoso/a.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico, demográfico e cultural de idosos/as em Recife-PE

Este item analisa o perfil socioeconômico, demográfico e cultural dos/as idosos/as sujeitos deste estudo, considerando os indicadores referentes ao sexo, faixa etária, estado civil, escolaridade e religião, de acordo com as classes sociais (A, B, C, D e E). Além disso, salientam-se os depoimentos dos/as entrevistados/as, mais especificamente, suas representações sociais, ou seja, suas concepções, interpretações, ideias, valores e visão acerca do contexto investigado.

Em relação ao sexo

De acordo com o Censo Demográfico IBGE (2022), a população idosa do Brasil era de 32.113.490 pessoas, o que representava 15,6% da população total. Em relação aos dados apresentados pelo Censo IBGE 2010, esse número aumentou 57,4%. Dessa população, a distribuição por sexo indica que 17.887.737 (55,7%) eram mulheres, 14.225.753 (44,3%) eram homens. Em todo o País, a população idosa está cada vez mais feminina.

Em Pernambuco, segundo dados desse mesmo censo, do total de 9.058.931 pernambucanos, 924 mil são idosos/as. Em 1980, esse segmento representava 4,5% da população; em 2010, 7,4% e no Censo 2022, 10,2% das pessoas que moravam em Pernambuco tinham 65 anos ou mais, um aumento significativo no índice de envelhecimento, 48,7 idosos para cada 100 crianças.

Recife, capital pernambucana e espaço da pesquisa, no Censo de 2010 abrigava 1.537.704 habitantes, a parcela de pessoas com 65 ou mais anos correspondia a 125.099 habitantes (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Segundo o Censo Demográfico IBGE (2022), a população de idosos em Recife em 2022 era de 1.488.920 habitantes, sendo a 6ª cidade do Brasil e a 3ª do Nordeste com o maior número absoluto de centenários, contando com 338 mil habitantes.

A amostra da pesquisa é de 30 idosos/as, sendo, 63% representada por mulheres e 27% por homens, dados que corroboram os encontrados pelo Censo Demográfico IBGE (2022), cujo percentual de idosos do sexo feminino é superior ao do sexo masculino.

Na ocasião da entrevista, verificou-se que a maioria das mulheres idosas, aposentadas ou pensionistas estava em casa, responsáveis pelas atividades domésticas, enquanto os homens sujeito da pesquisa, nessa mesma posição, não permaneciam nesse espaço, uns continuavam trabalhando, outros desenvolvendo atividades fora de casa tipo pagamento de contas, fazendo compras, outros ainda, são encontrados jogando dominó ou baralho na associação do bairro. Essas condições podem refletir o papel tradicional do homem como provedor das condições econômicas da família e o papel da mulher culturalmente designada como responsável pelos serviços domésticos. Reflete ainda sobre o lugar das mulheres idosas e dos homens idosos nos espaços público e privado, historicamente definidos a partir da diferenciação entre os sexos. Segundo Arendt (1989), na Grécia antiga existia a esfera da pólis considerado o planeta da liberdade, o mundo dos homens, enquanto a esfera privada era constituída pela casa (OIKIA) e pela família, caracterizada como mundo das necessidades, da mulher, da criança, dos idosos/as e dos serviços domésticos. Os depoimentos abaixo relacionados, relatam bem essa divisão de gênero e quanto ao papel de cada um/a, bem definido pela sociedade.

[...] mesmo depois de velha a responsabilidade dos afazeres da casa é minha, gostaria até de sair mais para passear e distrair a mente, mas, aí as coisas ficariam acumuladas. Meu pai sempre disse que lugar de mulher é cuidando da casa e é assim que vivo (Idosa, 63 anos);

[...] estou aqui na associação jogando dominó com os amigos, pra distrair a mente. Já trabalhei muito e fico aqui até dar a hora de ir pra casa e comer a janta que a nega Véia preparou (Idoso, 70 anos).

Verifica-se a partir dessas representações que o papel atribuído à mulher no cuidado com a casa e com os afazeres domésticos, continua sendo o mesmo quando essa envelhece e o espaço público, a rua, o mundo dos homens. Apesar da luta histórica que as mulheres vêm travando, o que se constata é que a desigualdade de gênero persiste enraizada na sociedade – o que pode ser explicado pelo machismo e pela cultura patriarcal.

Em relação à faixa etária

No que se refere à amostra estudada por idade, identifica-se que a participação foi maior no intervalo etário de 60-64 anos (46,66%), nas classes sociais A, B, D e E, com maior percentual na classe B, onde a totalidade dos participantes se encontra na

faixa etária 63-64. Na sequência, segue-se o intervalo 65-69 anos (36,66%), predominando sujeitos da Classe C, seguido do intervalo de 70-74 anos (6,66%), das Classes C e E, e dos intervalos 80-84 com 6,66%, e 85-89 com 3,33%, com os menores percentuais pertencentes às classes C e E, e apenas uma da Classe A com 85 anos de idade.

Constata-se de acordo com a faixa etária, que as mulheres têm maior longevidade que os homens. Esses resultados corroboram as análises encontradas nos estudos realizados por Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 30) e Lima e Bueno (2009). Para essas autoras, a velhice mesmo sendo um processo universal, apresenta um forte componente de gênero, pois existem mais idosas que idosos (55% de mulheres idosas no país). Estas apresentam características importantes na velhice, vivem mais que os homens, apesar de serem mais vulneráveis, sujeitas a doenças e outros problemas decorrentes da idade.

Para Kanso e Mello (2004, p. 30) as mulheres idosas vivem mais do que os homens e têm maior probabilidade de ficarem viúvas, mas, geralmente em situações de desvantagens socioeconômicas e de saúde. Confirmando os estudos de Camarano, Kanso e Mello (2004) e Fonseca *et al.* (2015) demonstraram que, em média, as mulheres vivem cinco a sete anos mais que os homens. Contudo, conforme os dados encontrados nesse estudo, isto não significa dizer que as mulheres vivem melhor que homens, principalmente, considerando as desvantagens vivenciadas pelas mulheres em decorrência, sobretudo, dos salários mais baixos, por conseguinte, a possibilidade de serem mais pobres e dependentes das políticas públicas. Para se ter uma ideia, a maioria das mulheres da Classe E ganha 01 Salário Mínimo, seguido da maioria da classe C que ganha até 02 Salários mínimos. Nesses termos, na oportunidade da entrevista, as mulheres fizeram referência à pobreza na velhice, conforme mostram os depoimentos abaixo:

[...] Eu nunca imaginei terminar a minha vida nessa pobreza, ou melhor, sem nada. Ficar velho já é ruim e na pobreza é pior ainda. O dinheiro que recebo mal dá para as despesas de comida e meus remédios, é muito triste chegar essa idade nessa condição (Idosa de 83 anos, Classe – E);

[...] É muito ruim querer as coisas e não ter, agora depois de velha ficou mais difícil ainda porque não posso trabalhar mais. Tenho ainda muitos sonhos e muita tristeza também em não poder realizar por falta de dinheiro. A velhice é a pior fase da vida, é quando a gente precisa mais de apoio (Idosa de 67 anos, Classe – E);

[...] A gente trabalha tanto, a vida inteira e quando fica velho, se aposenta, passa receber uma miséria que não dá para nada, a gente fica mais pobre na velhice, quando precisamos mais de dinheiro para comprar remédios e outras coisas (Idosa 83 anos).

Existem vários fatores que influenciam a feminização da pobreza da população idosa. Essas representações permitem perceber que esse fenômeno é complexo e multifacetado, indo além dos aspectos quantitativos de um maior número de idosas do que homens idosos no País. Observou-se que as mulheres, principalmente das classes menos favorecidas, no envelhecimento, enfrentam dificuldades diversas, relacionadas principalmente a condição econômica, sobretudo, devido ao valor dos proventos auferidos. Essa condição revela claramente a pobreza das idosas e a necessidade de políticas públicas efetivas voltadas para esse segmento, tendo em vista atender

demandas específicas desse segmento que contribuam para melhoria de sua condição e qualidade de vida.

Outro aspecto significativo que se sobressai na caracterização da faixa etária dos/as idosos/as e que verifica nessas representações, diz respeito aos reflexos negativos da idade que influenciam a vida desse segmento. Segundo Minayo e Coimbra Júnior (2002), até o momento outros atores têm falado pelos idosos, dando foco ao envelhecimento e à velhice como um processo negativo. São estereótipos carregados de preconceitos que impedem a construção de uma identidade positiva do/a idoso/a. Conhecer a visão do/a idoso/a a respeito do envelhecimento e da velhice é importante para se construir representações positivas dessa fase, visto que muitos estudos realizados mostraram que os/as idosos/as não se sentem enquadrados nos estereótipos que os outros formulam sobre a velhice.

Uchôa *et al.*, (2002) percebeu, em estudo realizado, que o olhar do outro a respeito da velhice é carregado de negativismo, o que dá um caráter homogeneizador ao processo do envelhecimento. Em contraponto, o mesmo estudo mostra que, quando o idoso é interrogado a respeito do envelhecimento, relata histórias de vidas que positivam a velhice e mostram que é uma fase heterogênea, na qual cada idoso/a envelhece de forma diferente.

Em relação ao estado civil

Os dados coletados apresentam a subdivisão da amostra desta pesquisa em relação ao estado civil dos participantes. Observa-se que 50,00% são casados, em todas as classes sociais. Isso reflete o princípio do casamento, apesar de ter passado por diversas transformações, desde a antiguidade até o presente, a família continua tendo por base de formação o instituto do casamento. Historicamente, a família é definida como sendo uma “sociedade matrimonial, formada pelo marido, a mulher e os filhos, ou o conjunto de pessoas ligadas por consanguinidade ou mero parentesco” (Guimarães, 2011, p. 121). Em décadas passadas os casamentos se davam por acordos, interesses e era indissolúvel, o patriarca era o provedor e a liderança absoluta em sua casa, e o papel das mulheres por vezes figurativo. Porém, na atualidade o casamento pode ser definido como sendo a relação jurídica constituída pela união estável e formal entre um homem e uma mulher, que estabelecem entre si o compromisso de mutuamente ampararem-se e satisfazerem, formando, assim, uma família.

Segundo a análise, as viúvas representam 26,66% de todas as classes sociais. Esse percentual pode ser justificado, segundo Fonseca *et al.* (2015, p.40) pelo fato dos homens casarem com mulheres mais jovens. Para esse autor, as normas culturais e sociais, cujo homem na relação deve ser mais velho que a mulher prevalece em nossa sociedade e isto tem levado ao crescimento do percentual de mulheres que ficam viúvas com o passar da idade.

Segundo estudo realizado por Santos (2017, p. 110) com idosos/as da cidade de Recife-PE, as viúvas em sua maioria declararam não possuir interesse em contrair novo casamento, principalmente das Classes D e E, haja vista o receio de perder a pensão e isso afetaria a renda familiar. Apenas 01 mulher da Classe E é divorciada e 5 (16,66%) das Classes B (1), D (1) e E (3) afirmam ter companheiro/a.

Em relação à escolaridade

Evidencia-se em relação ao nível de escolaridade que apenas 20,00% dos/as participantes das Classes C (2), D (5) e E (6) possuem o Ensino Médio completo e um percentual de 33,33% das Classes D (1) e E (5) não concluíram o Ensino Médio. Em relação ao Ensino Superior, a totalidade dos/as entrevistados/as da Classe A, 75%

Classe B e apenas 1 (3,33%) da Classe C possui esse nível de escolaridade. Sem deixar de considerar que uma idosa da Classe E é analfabeta.

A análise desses dados revela que o nível de escolaridade pode estar altamente correlacionado com o nível de renda dos/as idosos/as, por conseguinte a com classe social. O percentual de idosos/as das Classes C, D, e E com Ensino Médio completo ou incompleto e das classes A e B com Ensino Superior evidencia essa relação, justificada a partir de vários fatores como a ocupação, o gênero e a questão econômica. É forte, portanto, a evidência de que a causalidade entre renda e a educação é alta entre os/as idosos/as desse estudo.

Um dos fatores que os/as idosos/as justificam para não terem concluído o Ensino Médio diz respeito existência de ocupações que exerceram à época em que estavam em idade escolar, não exigia qualificação pautada na escolaridade, mas sim na prática do aprender - fazendo. Outro fator evidenciado foi a pobreza dos pais e a necessidade de trabalhar.

[...] Nos empregos da minha época não se exigia estudo, bastava apenas ser mulher pra ser balconista, faxineira, babá. Então muitas mulheres pensavam apenas no trabalho e no dinheiro que iria receber pra ajudar em casa e estudar ficava pra trás (Idosa de 69 anos – Classe D);

[...] No meu tempo, o papel da mulher era ter filho e cuidar da casa, não precisava estudar. O meus pais eram pobres e a gente tinha é que trabalhar. Eu vim estudar depois de casada e concluir o ensino médio (Idosa de 67 anos – Classe E);

[...] Sou analfabeta. Meu pai e minha mãe tiveram muitos filhos e por ser muito pobre colocava para nós trabalhar na roça. Lembro também que a escola era muito longe e a estrada muito ruim. Vivi minha vida plantando um pouco de tudo que era pra vender e pra nós comer. Hoje sou dona de casa (Idosa de 83 anos – Classe E).

As narrativas mostram claramente que os participantes em sua juventude, época de idade escolar tinham a necessidade de trabalhar e ter uma renda para ajudar a família em suas necessidades e que determinados tipos de empregos, não exigem escolaridade, apenas alguém com perfil para executá-lo, isso justifica a baixa escolaridade das idosas.

Alguns participantes expressaram o desejo de retomar os estudos, porém relatam que não sabem como fariam para este retorno. Para Serra e Furtado (2016), a inclusão escolar dos/as idosos/as ainda é um desafio. Portanto, segundo esses autores, é preciso garantir efetivamente o acesso e a continuidade à Educação ao longo da vida, dando visibilidade aos idosos/as no cenário educativo.

Na Constituição Federal de 1988, os artigos 205 e 206 defendem que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, impõe que o ensino precisa ser ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Porém, conforme mostram os resultados desse estudo, esse direito, historicamente não tem sido efetivado, o Brasil continua apresentando elevados índices de baixa escolaridade, por conseguinte, de desigualdade e exclusão social.

Segundo Santos (2017) a sociedade brasileira, historicamente, não tem se preocupado com suas demandas socioculturais, especialmente educacionais, uma vez que

muitos/as idosos/as sequer possuem a formação escolar básica. Atualmente, muitos tentam retornar à sala de aula, porém, deparando-se com práticas pedagógicas distantes de suas experiências escolares, desestimulados, desistem.

Em relação à religião

Em relação à religião, evidencia-se que a maioria dos/as idosos/as participantes da pesquisa (83,33%) de todas as classes sociais declarou ter uma religião e uma porcentagem de 16,66% nega possuir ou não se identifica com nenhuma religião. Dentre as religiões mencionadas pelos/as participantes, a católica foi a mais mencionada por (33,33%), seguida pela religião evangélica (26,66%), as duas religiões predominantes no Brasil, segundo o IBGE (2020). Outras religiões como a Espírita (10,00%), Maçom e a Matriz Africana também foram citadas por (13,33%).

Esses dados vão ao encontro do que salienta Albuquerque (2016, p. 60) acerca dos diversos segmentos religiosos existentes no Brasil. Para esse autor, a religião é resultado de um processo sociocultural que se dá a partir da construção de valores, ideias e modos de viver que vão constituir os indivíduos e a coletividade inseridos/as nos mais diversos contextos na sociedade, através dos símbolos materiais e não materiais solidificam sua fé, como sujeitos com existência legitimada e reconhecida.

A partir do que os/as idosos/as falaram, independente da classe social ou do credo religioso, suas representações religiosas estão relacionadas com um conjunto de crenças e valores que foram construídos nas relações sociais durante as suas vidas. O conjunto de valores religiosos reproduz o papel exercido pela religião na vida dos/as idosos/as, conforme mostram os depoimentos abaixo relacionados.

[...] Eu sou um homem religioso, um católico de muita fé. Desde menino fui ensinado a rezar e a crer em Deus que nas horas difíceis nos socorre. Todos os dias, eu rezo por mim, pela minha saúde, por minha família e meus amigos (Idoso de 61 anos, Católico - Classe D);

[...] Sou uma mulher muito apegada a Deus e ao Divino Espírito Santo, gosto de participar das atividades da minha igreja e em especial quando vão doar sopa nas comunidades carentes, isso me faz sentir viva e mais perto de Deus. Até esqueço minhas dores e problemas quando estou envolvida em obras sociais (Idosa de 62 anos evangélica - Classe D).

As análises dessas representações sociais evidenciam e confirmam o que Freire Júnior e Tavares (2005) chamam à atenção, na velhice, as pessoas idosas tendem a ter uma maior aproximação com a religião como recurso utilizado para enfrentar situações difíceis e de perdas. Segundo Cardoso e Ferreira (2009) o envolvimento religioso desempenha um papel na configuração dos níveis de bem-estar subjetivo dos/as idosos/as, razão pela qual diversas áreas, como a Medicina, a Psicologia e a Sociologia, vêm buscando elucidar as possíveis interrelações existentes entre esses construtos. O envolvimento religioso constitui-se, portanto, importante porque permite que o/a idoso/a participe de atividades sociais e comunitárias que lhe oportuniza desenvolvimento psicossocial e o aumento da devoção pessoal.

Em relação à faixa salarial e procedência dos recursos e benefícios

Dos sujeitos da pesquisa pertencentes as Classes C, D e E, 33,3% são aposentados/as. Segue-se com 26,66% aposentados/as e pensionistas, distribuídos/as entre as classes A, B, C, D e E. Os/as assalariados/as compõem 20,00% da amostra e

(10,00%) encontram-se desempregados/as. Identifica-se ainda que, 3,33% (1) é autônomo (Classe E), 1 da Classe A é empresário e 1 é vendedor de produtos importados.

Na oportunidade da entrevista, a maioria fez questão de ressaltar sobre os proventos auferidos, a escassez dos recursos, e o valor insignificante das aposentadorias. Para complementar a renda, faz-se necessário procurar outras formas de ganhar dinheiro para conseguir subsidiar as necessidades básicas, sobretudo, com alimentação e saúde (medicamentos).

[...] o valor do meu benefício não dá para fazer muita coisa, sempre fica uma conta atrasada porque dou prioridade a comida. Meus netos moram comigo e dependem de mim e desse dinheiro (Idosa de 67 anos, Classe E);

[...] sem emprego, preciso me virar para pelo menos comer. O material que vendo, produtos importado, no final do mês dá perto de um salário-mínimo, as vezes um pouco mais, que não dá para nada (Idoso de 60 anos, Classe E);

[...] é muito difícil viver com o que se recebe da aposentadoria, só da para comer, é muito pouco. Muito bom dizer isso nessa pesquisa para ver se o governo presta mais atenção a vida dos aposentados. Quando a gente precisa de ter mais, é quando a gente menos tem (Idoso, 70 anos da Classe C).

Essas falas revelam o contexto socioeconômico da maioria dos/as idosos/as das Classes C, D e E, cuja condição econômica se revela como mínima para a sobrevivência, devido aos baixos salários auferidos nas aposentadorias e pensões. Essa análise corrobora aquela feita por Santos (2017) quando estudou envelhecimento e qualidade de vida na sociedade de consumo a partir das representações sociais de idosos/as das Classes A, B, C, D e E de Recife-PE, evidenciou que a condição de pobreza dos/as sujeitos das Classes C; D e E é marcada por diversos fatores, principalmente pelos baixos salários auferidos nas aposentadorias e pensões, com destaque para a acentuada desigualdade social presente no país. A autora considera que a qualidade de vida dos/as idosos/as tem classe social, ou seja, está diretamente relacionada com a condição de vida, com o salário, o nível educacional, os rendimentos, que determinam a posição que cada indivíduo idoso/a ocupa na sociedade e as características socioeconômicas, culturais e de lazer das diferentes classes.

A autora chama atenção ainda para ausência do Estado como garantidor do cumprimento da lei a partir da efetivação dos direitos dos/as idosos/as fundamentados nas políticas públicas e sociais, principalmente a falta de concretização dos direitos a saúde e a assistência social. Segundo Silva *et al.* (2015, p. 95) apesar do Brasil não ser um país ainda estruturado para atender as necessidades e demandas dos/as idosos/as, sobretudo, pobres e miseráveis, é um país de velhos, cujos direitos chamam a atenção pela sua violação e não pela sua efetivação.

Segundo estudos realizados pelo Governo Federal (Brasil, 2019) as classes D e E dependem fortemente das políticas sociais, principalmente do Bolsa Família, do BPC (Benefício de Prestação Continuada), da Previdência Social e de outras fontes de renda (próprio negócio, aluguéis, ajuda de parentes e/ou de instituições filantrópicas). Nesse contexto, 47,1% da renda dos mais pobres vêm do trabalho, o restante vem da Previdência Social (39,0%), do Auxílio Brasil e do BPC (12,3%). Na classe A, apenas 24,8% da renda vem do trabalho e 74,2% são provenientes de outras,

como juros de aplicações financeiras e aluguéis, configurando a desigualdade social que afeta a população idosa.

Representações sociais dos/as idosos/as acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento

Utiliza-se neste estudo como método de análise, a teoria das representações sociais de Moscovici (2003), visando compreender as interpretações, ideias, visões e concepções que os/as idosos/as possuem a respeito dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento. Os dados apresentam o que esses sujeitos pensam sobre esses fenômenos sociais, concebidos de diferentes formas, conforme as experiências, valores, padrão de vida e classe social dos/as participantes da pesquisa.

Representação sociais dos/as idosos/as acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida – Recife-PE.

A Lei 8.080, de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), no seu artigo 3º, dá ênfase aos fatores que determinam e condicionam a qualidade de vida. Entre esses fatores destaca o meio ambiente equilibrado, o direito ao saneamento básico, ao trabalho, à renda, bem como aos serviços essenciais, caracterizados como meios de consumo coletivo, saúde, alimentação, educação, transporte, de cuidado e bem-estar social (Saraiva, 2017).

Segundo Minayo, Hartz e Buss (2000, p.7) a qualidade de vida é uma representação social construída a partir de parâmetros subjetivos e objetivos. Os primeiros compreendem bem-estar, felicidade, amor, prazer e realização pessoal. O segundo, os parâmetros objetivos que se compõem da satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade. Nessa direção, os sujeitos entrevistados/as apresentam nesse tópico suas representações sociais acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento.

Na análise, evidenciam-se a partir das representações sociais dos/as idosos/as, diferentes fatores, de caráter subjetivo, quanto objetivo, conforme defende Minayo, Hartz e Buss (2000, p.7) quando definem qualidade de vida. Entre os fatores subjetivos, sobressai-se a capacidade de amar, de se comunicar, de ser feliz, de cuidar do espírito, da beleza, de estabelecer boas relações humanas. Entre os fatores objetivos, pode-se destacar, com maior percentual de repostas, independente das preferências individuais e da classe social, a renda, o poder de compra, o salário e o dinheiro.

Os pontos de vista relacionados abaixo apresentam os diferentes fatores que definem e que influenciam a qualidade de vida para os/as idosos/as de diferentes classes sociais no processo de envelhecimento:

[...] eu acho que tudo influencia na qualidade de vida, até o meio ambiente influencia. Se tivermos boas relações com as pessoas, somos mais felizes porque a boa comunicação ajuda e você se socializar, o que é muito importante (Idoso de 60 anos – Classe A);

[...] para mim o fator que é mais importante é o dinheiro, sem ele não temos como comprar o que precisamos para ter qualidade de vida. Outros fatores são importantes, como o amor, cuidar do outro, passear, viajar, mas, salário, é o que está na frente, se não for bom, tudo fica mais difícil (Idosa de 60 anos - Classe D);

[...] acho que quando a gente tem dinheiro quando envelhece, tudo é mais fácil, por isso acho que o dinheiro é o fator mais importante. A gente tendo dinheiro pode cuidar da saúde, da alimentação, da beleza, ter lazer, viajar (Idosa de 85 anos - Classe A);

[...] para mim o principal fator é a saúde, mas para ter saúde precisa ter dinheiro, o dinheiro é muito pouco, só dá para comida e as vezes para comprar remédios, aí como a gente pode ter qualidade de vida quando está envelhecendo, se a gente fica é mais pobre? (Idosa 73 anos - Classe D).

Embora se evidencie que existem diferentes percepções acerca dos fatores que influenciam a qualidade de vida dos/as idosos/as no processo de envelhecimento, o fator que se sobressai como preponderante para quase totalidade dos/as idosos/as, de todas as classes sociais, é o dinheiro. O dinheiro é concebido, principalmente como instrumento essencial para realizar as demandas de consumo de bens (produtos) e de serviços que precisam para se ter qualidade de vida.

Para Minayo, Hartz e Buss (2000) qualidade de vida inclui fatores relacionados com a saúde, tais como bem-estar físico, funcional, emocional, mas, também outros elementos importantes para vida desse segmento, como trabalho e renda.

A qualidade de vida depende de vários fatores, como a saúde, a educação, a habitação, a segurança, a alimentação, a atividade física, o sono, o trabalho e os relacionamentos sociais, mas, sob o ponto de vista dos/as idosos/as sujeitos da pesquisa a condição econômica é preponderante para se ter acesso aos bens e serviços necessários para uma vida digna. Isso justifica o papel crucial que a condição financeira tem para esse segmento, além de determinar a compra dos bens e dos serviços que consomem, influencia diretamente na desigualdade econômica. Na realidade, não existe qualidade de vida sem condição econômica, são fatores interdependentes.

Os dados encontrados nessa análise corroboram aqueles achados por Santos (2017) em pesquisa realizada acerca das representações sociais dos/as idosos/as sobre consumo, envelhecimento e qualidade de vida da Cidade do Recife-PE. Quando os sujeitos foram indagados/as sobre os fatores que determinam a qualidade de vida no processo de envelhecimento, a maioria das respostas se referiu a condição financeira como fator mais importante para o consumo de produtos e de serviços. Além disso, para eles/as, esse fator é essencial para promover o acesso à alimentação, a saúde e a compra de medicamentos, o lazer, e até mesmo à realização pessoal.

Considerações Finais

As análises desenvolvidas neste estudo permitem compreender os aspectos investigados em relação à caracterização sociodemográfica, econômica e cultural dos/as idosos/as sujeitos da pesquisa, bem como suas representações sociais acerca dos fatores que influenciam o consumo, o envelhecimento e a qualidade de vida.

Considera-se, sobretudo, que foi imprescindível nessa investigação compreender quem são esses sujeitos, conforme a classe social a qual pertence, tendo em vista os diferentes papéis que cada idoso/a ocupa em cada classe social, dependendo do sexo, da escolaridade, faixa etária, condição econômica, de rendimento e outras características culturais e sociais das diferentes classes.

O ser humano passa por várias fases durante a vida (infância, adolescência, juventude e velhice). E a cada estágio, vivencia diversos tipos de experiências que

acabam impactando diretamente no estilo de vida e comportamento como consumidor/a de produtos e de serviços.

Como base nesse pressuposto, o que se constata nesse estudo, é que entre os vários fatores que influencia o consumo de produtos e de serviços - papel social ou grupo a que pertence; a cultura; as demandas e necessidades; opinião de outros consumidores/as; estágio de vida; novas tendências; mercado e economia – a classe social é o fator que mais diz do poder aquisitivo das pessoas idosas, deixando clara a influência que o poder de compra de produtos e de serviços tem para o consumo, no processo de envelhecimento e para envelhecer com qualidade de vida.

Os resultados apresentam as condições econômicas mínimas a partir dos contextos socioeconômicos da maioria dos/as idosos/as pesquisados/as, principalmente, daqueles/as que compõem as classe C, D e E, em consequência dos baixos salários auferidos, pensões ou aposentadorias. A ausência do Estado na atuação como provedor social de políticas públicas voltadas para essa população é desastrosa. Os direitos dos/as idosos/as só existem nos termos da lei, na prática, a efetivação desses como se encontram assegurados nos documentos formais não são efetivados, são negados.

Consta-se, portanto, nesse estudo, que os/as idosos/as das classes menos favorecidas estão submetidos/as a condições mínimas de sobrevivência. Isso significa referir as condições socioeconômicas e a ausência de políticas sociais efetivas. Considera-se, sobretudo, que o envelhecimento é um processo determinado não apenas pelos fatores biológicos, psicológicos e culturais, mas, principalmente, por determinantes econômicos, mais, especificamente, salário e renda conforme salientam os/as próprias/as sujeito da pesquisa. Apesar do Brasil não ser um país ainda estruturado para atender as necessidades e demandas dos/as idosos/as, sobretudo, pobres e miseráveis, é um país de velhos, cujos direitos chamam a atenção pela sua violação e não pela sua efetivação.

A considerar a tendência de envelhecimento da população nas últimas três décadas, decorrente do aumento da expectativa de vida pela melhoria das condições de saúde e pela redução da taxa de fecundidade, esses dados podem subsidiar o Estado como formulador e provedor de políticas públicas efetivas voltadas para a população idosa na perspectivas de melhoria de condição de vida. Na direção do mercado, contribuir no sentido de oferecer produtos e serviços, conforme as demandas e necessidades de cada classe social tendo em vista ofertar produtos e serviços acessíveis as necessidades dos/as idosos/as, sobretudo, das classes sociais menos favorecidas.

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito à visão biologicizada que os/as idosos/as possuem acerca do envelhecimento. Isto significa afirmar que, apesar dos avanços de ordem teórico-conceitual acerca do envelhecimento como um fenômeno dependente de fatores não apenas biológicos, mas, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão ainda é predominante para os/as idosos/as sujeitos desse estudo, carregada de negativismo e do caráter homogeneizador do envelhecimento. Considera-se que o processo de envelhecimento individual é heterogêneo, ou seja, cada idoso/a envelhece de forma diferente, influenciado fortemente por variáveis como nível de renda, sexo, raça/cor, etnia, sobremaneira, pela classe social que vai determinar o consumo de produtos e de serviços e, por conseguinte, a qualidade de vida de cada idoso/a.

Nessa perspectiva, é importante salientar que o envelhecimento não pode ser considerado como sinônimo de velhice, uma vez que a velhice é definida como a última etapa do desenvolvimento humano, ao passo que o envelhecimento é o processo que integra essas etapas. Para Neri (2006) a velhice corresponde à última fase do ciclo vital e é delimitada por fatores de natureza múltipla, incluindo eventos como perdas

psicomotoras e afastamento social, já o envelhecimento seria o processo de mudanças pautado nas características biopsicossociais de cada indivíduo.

Embora qualidade de vida e a dignidade sejam termos que não estão na Constituição (1988) como direito de cidadania, sugere-se nesse estudo que se lute para que estejam, trata-se de um direito coletivo fundamental a ser alcançado pelo ser humano, sobremaneira, pelas populações das classes menos favorecidas, pobres e miseráveis, a considerar os/as idosos/as desse estudo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carla Gabriela S. S. Cavalcanti de; MOREIRA, Lucyana Paula de C.; SOUSA, Renata G.; NÓBREGA, Rita de Kásia T. (org.). **Reflexões à luz do Envelhecimento**. Recife: Libertas, 2017.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BLESSMANN, Eliane Jost. **Corporeidade e envelhecimento: o significado do corpo na velhice**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano Disponível – UFRS. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3105> Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: **promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jan.1994.**

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Portaria GM n. 1.395, de 10 de dezembro de 1999 – **Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 dez.1994.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, 25/01/2019.

BRASIL. Lei no 10.471, de 1o de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5,n. 1, p. 163-177, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão. **Como Vive o Idoso Brasileiro** In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**, IPEA, 2004.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE JÚNIOR, Renato Campos; TAVARES, Maria de Fátima Lobato. A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado: conhecendo e valorizando sua opinião. **Revista Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n. 16, p. 147-58, set.2004/fev.2005.

FONSECA, Estela da Silva et al. Perfil do Idoso Brasileiro a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011. In: Silva, Emília Pio da; MAFRA, Simone Caldas Tavares (org.) **Envelhecimento no Brasil: O retrato da diversidade**. Visconde do Rio Branco: Suprema 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1940, 2000 e 2010**. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/censo-2010cai-taxa-de-analfabetismo-no-pais>. Acesso em: 11 jun. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015**. Estudo e Pesquisa: Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro n. 35.

LIMA, L. C. V. de, & BUENO, C. M. L. B. (2009). **Envelhecimento e gênero: A vulnerabilidade de idosas no Brasil**. Revista Saúde e Pesquisa, 2(2), 273-280.

MINAYO, Maria Cecília de S.; COIMBRA Jr., Carlos E. A. (org.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência contra idosos**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS DO IDOSO, 1., Brasília. **Eixos temáticos: Rede de Proteção ao Idoso**. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2005. p. 3-8.

MOSCOVICI, On social representations. In: FORGAS, J. P. (org.). **Social cognition. Perspectives on everyday understading**. Nova York: Academic Press, 1981. p. 181-209. Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida na velhice e subjetividade**. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multi- disciplinar**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

NERI, A. L.; FORTES, A. C. G. A dinâmica do estresse e enfrentamento na velhice e sua expressão no prestar cuidados a idosos no contexto da família. **Tratado de geriatria e gerontologia**, v. 2, p. 1277-88, 2006.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos; SARAIVA, Joseana Maria. **Processo de Envelhecimento e Qualidade de Vida: significados e tendências na sociedade de consumo contemporânea**. In: SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos. **Envelhecimento e qualidade de vida na sociedade de consumo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, 2017. 187p.

SARAIVA, Joseana Maria. **Trajetória histórica social da população deficiente: da exclusão à inclusão social** **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017.

SILVA, S. S. **ESTATUTO DO IDOSO – Um Crítico e Novo Olhar Sobre o Idoso e os Desafios a Serem Enfrentados**. Dissertação de Mestrado em Direito, Centro Universitário Eurípedes de Marília, Marília, SP, 2007.

UCHÔA, E; FIRMO, J. O. A; LIMA-COSTA, M. F. F. **Envelhecimento e Saúde: Experiência e construção cultural**. In: MINAYO, M.C.S.; COIMBRA JR, C.E.A. (Org.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 2002, p.25-35.

Capítulo 3

Comunicação e processo de envelhecimento: fenômenos que se inter-relacionam

Joseana Maria Saraiva, Simone Gomes da Silva, Iêda Litwak de Andrade Cezar

Neste artigo aprofundam-se os estudos sobre os fenômenos da comunicação e do envelhecimento, a examinar com atenção os contextos econômicos, sociais, políticos e culturais em que surgem e evoluem, em particular, os impactos do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) do processo de comunicação social dos/as idosos/as no envelhecimento, tendo como fundamento os relacionamentos sociais, sobremaneira, aqueles estabelecidos com os familiares, cônjuge, filhos(as), netos, genros e outros que compõem o grupo familiar que convivem.

A diversidade de apreciações acerca desses fenômenos, destacam a comunicação como um fenômeno que desde a sua origem propiciou a reprodução das relações sociais. Esse processo possibilitou novas formas de organização da sociedade e da sua dinâmica social, por conseguinte, acarretou em si benefícios, mas, também contradições. Particularize-se nesses estudos em relação ao envelhecimento, consequências geradas pelo consumo das tecnologias da informação e da comunicação que são favoráveis aos as crianças, aos adolescentes, jovens e adultos que utilizam essas tecnologias, que os/as beneficiam no processo de comunicação, mas, também se conformam em fatores que se interpõem de forma negativa as relações sociais dos(as) idosos(as) no processo de envelhecimento.

Os estudos que fundamentam a revisão teórica que embasa a relação entre o processo de comunicação e o de envelhecimento, mostram aspectos significativos que provocam pertinentes reflexões acerca dessa relação. Silva e Andrade Cezar (2021) consideram que, as TICs se apresentam como uma necessidade, a fim de diminuir a distância do público idoso dos relacionamentos sociais. Contraditoriamente, o acesso e a utilização dessas tecnologias, podem facilitar sua inclusão no processo de comunicação, contudo, podem também com a mesma intensidade afetar de forma negativa seus processos de interação social e sua qualidade de vida, quando em detrimento da valorização das relações familiares, são excluídos delas pelo uso em excesso, associado à apropriação das TICs pelos membros da família.

Para tanto, é significativo e relevante a análise desses fenômenos para entender, particularmente, a realidade demográfica dos(as) idosos(as) e as condições que os(as) acometem. Nessa perspectiva, o estudo contribuirá para subsidiar o planejamento de políticas públicas e sociais voltadas para as condições vivenciadas por esse segmento populacional, direcionadas no sentido de assegurar e promover suas demandas, sobremaneira, de comunicação social, tendo em vista propiciar sua integração e participação efetiva e ativa na sociedade com qualidade de vida.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, de caráter explicativo que se propõe estudar e compreender as consequências geradas pelo consumo das TICs pelas crianças, adolescentes, jovens e adultos, que podem conformar-se em fatores que se interpõem de forma negativa as relações sociais dos(as) idosos(as) no processo de envelhecimento com esses sujeitos. Parte-se do princípio que a comunicação socializa novas informações capazes de influenciar de forma positiva a socialização dos(as) idosos(as) nos relacionamentos familiares, a considerar esses(as) como sujeito dessas relações.

Para tanto, a revisão bibliográfica utiliza as contribuições dos diversos autores que tratam do assunto, por meio de artigos científicos publicados em diferentes periódicos, tese/dissertações de mestrado disponíveis nas bases de dados das bibliotecas das universidades federais, no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, Scielo - Scientific Electronic Library Online, da área de Educação, sociologia, antropologia, entre outras, de construção do conhecimento tendo em vista o cuidado com o processo de envelhecimento, com as tendência e perspectivas para esse público cada vez mais presente. Para isso, foram selecionados 30 artigos que abordam os fenômenos estudados, os quais atendem aos objetivos do estudo. De posse dos estudos selecionados procedeu-se a leitura e a análise integral dos mesmos, visando discutir os fenômenos propostos numa perspectiva crítica para compreensão da realidade dos fenômenos propostos.

Envelhecimento, processos de comunicação e impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação

A comunicação e o envelhecimento têm sido abordados como fenômenos sociais que sempre estiveram presentes nas sociedades desde a Pré-história e que podem ser estudados, a considerar os mais variados aspectos. Partindo desse contexto, desde os primórdios da humanidade, a comunicação se constitui uma necessidade para estabelecer relações entre os indivíduos, entendimento e socialização entre os(as) idosos(as). Segundo Barros, Souza e Teixeira (2020) pode-se atribuir o surgimento da espécie humana a comunicação, a partir do estabelecimento de regras de entendimento para convivência entre os atores envolvidos no processo de subsistência, como forma de se sustentar e se consolidar, sendo a comunicação um pilar concreto para a existência do ser humano atual em um mundo globalizado.

Nessa direção, o envelhecimento e a comunicação podem ser analisados sob diferentes perspectivas. Nomeadamente para o envelhecimento pode-se compreendê-lo sob a visão biológica, psicológica, sociológica, antropológica e socioculturais. Tratando-se da comunicação, evidencia-se a visão do senso comum e a científica, além dos aspectos psicossociais, culturais e tecnológicos.

Para Silva e Andrade Cezar (2021) isto implica, portanto, trazer à análise o desenvolvimento da comunicação e sua relação com o processo de envelhecimento. Nesse estudo, interessa, mas, especificamente, dialogar sobre a influência das TICs, destacando as dificuldades dos(as) idosos(as) em relação ao acesso e uso dessas tecnologias pelos(as) idosos(as) e os efeitos que elas podem provocar nas relações sociais estabelecidas na família e, sobretudo, na exclusão desse segmento do processo de comunicação e seu isolamento.

Para tanto, faz-se importante considerar para compreensão da evolução do fenômeno da comunicação, o contexto sócio-histórico em que evolui e sua influência no processo de envelhecimento humano. Para essas autoras, a história da humanidade e da sociedade revelam está ligada diretamente ao desenvolvimento das formas de comunicação que foram consolidando-se ao longo dos tempos. Interrelações sobre a valorização do velho nas sociedades pré-capitalistas e sua desvalorização nas sociedades contemporâneas, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e suas consequências para interação social dos(as) idosos(as).

Para Melvin DeFleur e Sandra-Rokeach (1985) e Silva e Andrade Cezar (2021) a origem e a evolução da comunicação humana podem ser explicadas através da teoria de transições. Segundo essa teoria esse processo pode ser compreendido a partir de cinco etapas. A primeira se deu com o desenvolvimento da sinalização, a segunda com o

acréscimo da fala, posteriormente, veio a escrita, a impressão e a comunicação com os veículos de massas atuais.

Outros estudos compreendem essa evolução considerando os períodos da comunicação corporal, a oral, a escrita e a digital que correspondem as mesmas etapas. Para melhor compreensão desse fenômeno, analisar-se-á cada etapa de acordo com o contexto sócio-histórico em que evoluiu. A primeira delas, a Sinalização, segundo Bragança (2009, p. 1) e Silva e Andrade Cezar (2021) ocorreu na Pré-História, há cerca de 90 mil anos atrás, cujos indivíduos, hominídeos, não falavam, portanto, não havia a oralidade, mas, existia a emissão de sons – ruídos, roncões, rosnados, guinchos e movimentos corporais – traduzidos em forma de símbolos como o uso das mãos para uma série de gestos comunicativos.

Segundo Barros (2020) a comunicação se dava por meios de gestos e sinais que eram entendidos por aqueles envolvidos nos processos, inclusive pelas pessoas velhas, mas, a conversação era imprecisa e prejudicava o entendimento das informações que acontecia de forma lenta. Assim, os gestos manuais foram sendo combinados com expressões faciais e, em seguida, as vocalizações. As estruturas anatômicas do aparato vocal e das áreas cerebrais envolvidas evoluíram ao longo do tempo, conferindo vantagens adaptativas e de sobrevivência enormes e melhorias no relacionamento social (Sabbatini, 2001, p. 6).

Segundo esse processo, com o início da oralidade, em 90 e 40 mil anos atrás, surge a Idade da Fala, caracterizada como interpessoal, familiar, limitada ao campo visual e auditivo do indivíduo. Segundo Silva e Andrade Cezar (2021), a análise entre as formas de comunicação existentes nas sociedades pré-históricas e a compreensão sobre o envelhecimento à época, revela uma estreita relação com a compreensão desses fenômenos. Segundo Beauvoir (1970, p. 68) na sociedade pré-histórica, o fato de se ter mais idade, de conhecer as tradições sagradas, magia, religião e técnica, de saber preparar os alimentos retirando dos mesmos as propriedades nocivas, estava relacionado ao imenso poder e autoridade dos anciãos.

Esses valores reforçam e certificam a valorização dos mais velhos nas relações sociais familiares, principalmente, pela experiência, a transmissão dos grandes mitos e rituais, sendo os idosos considerados sábios, videntes, guardiães das tradições e mestres dos mestres. Para se ter ideia, nas sociedades primitivas, os velhos eram objetos de veneração. Os jovens, nas relações familiares recorriam a eles em busca de seus conselhos, eram respeitados e lhes confiavam até as relações de negócios. Em geral, as sociedades da antiguidade, consideravam o estado de velhice dignificante e adotavam como sábio aquele que atingia essa etapa (Schachter-Shalomi e Miller, 1996, p. 56).

Para Santos (2016, p. 68) subsistia, assim, o conhecimento especial dos(as) idosos(as), necessário para a comunicação e a transmissão da cultura existente de geração em geração. As pessoas idosas eram consideradas como verdadeiras pontes entre o passado e o futuro das gerações, cabia a elas por serem mais velhas e experientes regular os assuntos discutidos entre as gerações.

Como se verifica, a comunicação e o envelhecimento sempre existiram e acompanharam o desenvolvimento da humanidade. Nas sociedades pré-históricas, competia aos mais velhos a transmissão de conhecimento e de habilidades inerentes à sobrevivência do grupo familiar, sendo sua autoridade como anciã respeitada por todos.

As inter-relações entre comunicação e envelhecimento, da Idade Antiga à Idade Média, leva a comunicação após a Era da Fala, a Era da Escrita, em torno de 5 mil anos atrás, quando passa a ter sentido os significados padronizados, criados pelas representações pictóricas, uma linguagem de comunicação baseada em desenhos,

gráficos, tabelas e outras formas de representação visual, considerado o primeiro passo para a escrita (Silva e Andrade Cezar, 2021).

Segundo Gustavo (2013) após a invenção da escrita, a humanidade entrou no período propriamente dito da história, sendo a grande responsável pelo desenvolvimento das capacidades do ser humano em todos os aspectos. A escrita aconteceu em várias partes do mundo, em lugares distintos, sendo a transcrição mais antiga a dos sumérios e dos egípcios e foi a grande responsável pelo desenvolvimento das capacidades do ser humano em todos os aspectos.

Com a evolução da própria da Escrita, seguindo o processo de desenvolvimento da

comunicação, Santos (2020) salienta que os Sumérios foram os primeiros a criar símbolos para sons e, neste sentido, sílabas passaram a ser escritas, considerado o primeiro passo para a escrita fonética. Posteriormente, o ser humano criou a própria escrita em papiros, pedras e placas de argila para poder gravar, armazenar e transmitir suas mensagens.

Segundo Milhomen, Santo e Brandão (2012, p. 7) os desenhos em cavernas constituem formas que os seres humanos primitivos encontraram de memorizar e registrar o que acontecia em seu cotidiano. Os desenhos nas cavernas eternizavam as memórias e mensagens, aprimorando a forma de comunicação, auxiliando na evolução do processo intelectual, permitindo dessa forma, a perpetuação das tradições e da cultura. Os desenhos deixados nas paredes, com o decorrer do tempo, passaram a transmitir uma ideia que ficou caracterizada como ideograma.

É possível afirmar, que a escrita permitiu nos processos de comunicação do ser humano, relacionar o próprio desenvolvimento e evolução da humanidade. Segundo Recuero (2000), a escrita foi muito importante para o avanço da comunicação, sobretudo, porque permitiu que o conhecimento ultrapassasse a barreira do tempo e que a mensagem pudesse existir independente de um emissor, podendo ser recebida a qualquer momento por alguém que soubesse decifrar o código. Ademais, com a escrita desenvolveu-se a ciência, que possibilitou a criação das raízes do conhecimento científico, a civilização, o espaço pôde ser reconfigurado, medido, transformado e a distância passou a ser algo concreto, passível de ser medido.

O impacto da escrita foi algo tão extraordinário na vida do ser humano que os historiadores costumam afirmar que o fim da Pré-história e o início da História propriamente dita e todo processo de civilização que compreende a evolução da humanidade, acontece com a invenção da escrita.

As inter-relações entre comunicação e o envelhecimento da Idade Moderna à Contemporânea, com o desenvolvimento da escrita e do processo de comunicação, acontece a Idade da Imprensa. Em 1455, na cidade de alemã de Mainz, é apresentada por Gutemberg a primeira máquina capaz de fazer reproduções, cujo primeira foi um livro confeccionado por uma prensa que possuía tipos móveis feitos de metal. Tal invenção disseminou-se com muita rapidez e revolucionou a forma de desenvolver e preservar as informações e a cultura (Dias, 2013, P. 24).

Para esse autor, a partir dessa invenção foi aberto o caminho para a popularização do livro e a disseminação do conhecimento em larga escala, para o desenvolvimento do jornal impresso e para a democratização da educação. Sabe-se que, durante milênios a escrita restringia-se a modos de réplica muito limitados, como as tabuinhas com escrita cuneiforme dos povos sumérios, os papiros egípcios, os ideogramas chineses, entre outras variadas formas de reprodução, cujo acesso era restrito a pequenos grupos de pessoas, geralmente escribas (Fernandes, 2021).

Com o passar dos tempos se torna comum a prática de copiar os livros, tarefa que se gastava muito tempo e se tomava muito espaço. Sem dúvida, a escrita alfabética significou um enorme avanço para a comunicação, contudo, como os manuscritos eram grandes e pesados e difícil de ser transportado, acabou se tornando um problema (Santos, 2020).

A invenção da imprensa, no Século XV, mais especificamente a criação da máquina de impressão tipográfica, foi significativa para abrir os caminhos para a popularização do livro, a disseminação do conhecimento em larga escala e o desenvolvimento do jornal e da comunicação e a democratização da educação. A máquina de impressão tipográfica, foi na verdade um dos acontecimentos que mudaram a história da leitura, da circulação de ideias em escala mundial e, sobremaneira a comunicação.

Com essa grande invenção, o primeiro livro impresso foi a Bíblia, em idioma vernáculo (em alemão), no Século XVI, até então a Bíblia era lida em latim e sua circulação não era tão grande tal como passaria a ser a partir da invenção da imprensa. Com este instrumento, segundo Perle (2007, p. 7), o seu criador produziu cerca de 300 exemplares da Bíblia divididos em dois volumes (Fernandes, 2021).

Para Silva e Andrade Cezar (2021), o nome imprensa vai adquirindo no decorrer da história novos significados que se referem às organizações de comunicação de massa, de informações por meio de jornais, revistas, livros, rádio, televisão, cinema e Internet, os quais formam um sistema denominado 'mídia' nos tempos mais contemporâneos. Para outros teóricos como Santos (2020) imprensa vai designar, originariamente, um tipo de dispositivo técnico capaz de reproduzir palavras, frases, textos ou mesmo livros inteiros através de caracteres ou tipos móveis.

A partir desse contexto, com o avanço do sistema econômico mercantilista, a ascensão da classe burguesa, da invenção da imprensa, da comunicação, entre outras inovações, a Idade Moderna fomenta outras formas de desenvolvimento econômico, de consumo, de comunicação, que avançam em detrimento dos tipos de sociedade do velho mundo.

No século XVIII, a melhoria das condições materiais e de higiene contribuiu para ampliar a longevidade das pessoas, multiplicando-se a quantidade de pessoas com 80 ou mais anos e, até centenárias, sendo que a longevidade surgia como penhor de virtude (Silva e Andrade Cezar, 2021).

Contudo, essa condição só favoreceu as classes privilegiadas e/ou dominantes, à medida em que os indivíduos de 40 ou mais anos das classes inferiores, em função das condições de trabalho, da miséria e da fadiga, apresentavam forte decadência física e, à medida que envelheciam, eram condenados à indigência da própria velhice, ficando a cargo da família, das instituições caritativas ou da igreja, onde as interações sociais eram bastante afetadas.

Segundo Santos (2017, p.40-42) o sentimentalismo para com os mais pobres e fracos, avôs e avós caracterizados como velhos, encontrava-se sustentado pela beneficência criada pela sociedade filantrópica da época, os(as) idosos(as) eram afastados da convivência e da comunicação familiar. A partir do final do Século XVIII e início do Século XIX, multiplicaram-se, nessa conjuntura, instituições de caráter filantrópico para o cuidado da velhice desamparada e pobre. A prática da filantropia era tida como uma maneira de garantir a felicidade, uma preocupação por parte da burguesia que visava obter essa felicidade por meio da virtude e perdão dos pecados, contudo, na realidade, a institucionalização filantrópica dos mais velhos, levava ao abandono, a solidão, sobremaneira ao afastamento da vida familiar.

Contraopondo-se a essa realidade, nas classes privilegiadas, os homens de idade eram beneficiados, de forma geral, com melhores condições e qualidade de vida. Graças ao progresso técnico direcionado para esse segmento da população, a vida material e social tornou-se mais confortável e menos cansativa em toda Europa, prolongando o tempo de vida ativa. Segundo Beauvoir (1970, p. 204), os sexagenários participavam da vida social, iam ao teatro, frequentavam cafés, bailes, salões de festas, tendo ocorrido diversos casamentos de homens idosos com mulheres muito jovens.

Para Silva e Andrade Cezar (2021) no final do Século XVIII e início do século XIX era visível a ascensão da sociedade capitalista na Europa e em outros continentes. Segundo Beauvoir (1970, p. 204) e Santos (2017, p.42) defendia-se uma ideologia que a velhice deveria ser valorizada, no entanto, esta ideologia restringia-se à valorização dos(as) idosos(as) da classe dominante, em detrimento da desvalorização dos(as) velhos(as) das classes menos favorecidas, que permaneciam em condições desfavoráveis de vida, material e social.

Para Silva e Andrade Cezar (2021) a era da Comunicação em Massa no Século XIX revela muitos reflexos no processo de envelhecimento. Estudos como os de DeFleur e Ball-Rokeach, 1993; Bragança, 2009; Costa, 2011; Santos, 2017; Santos, 2017, entre outros, mostram que a Era da Comunicação em Massa teve início no final do século XIX com a disseminação de jornais para pessoas comuns e o advento das mídias elétricas como o telégrafo e o telefone. No Século XX esse processo vai se consolidando com a criação da televisão, que amplia a divulgação de filmes e rádios, veículos responsáveis pela transição que continua hoje.

Conforme análise de Silva e Andrade Cezar (2021), em meados do XIX, a comunicação em massa, mas, especificamente, o Jornalismo, com a invenção do Telégrafo em 1844, propiciou um grande salto tecnológico. Esse aparelho considerado o pai de toda a comunicação moderna, permitiu que textos que levariam horas ou até dias para serem transportados fossem repassados pelos profissionais de jornalismo às redações em questão de minutos. Ademais, o telégrafo permitiu, sobretudo, que a imprensa se tornasse muito mais ágil, isto porque, permitiu, que um fato que acontecia pela manhã virasse notícia à tarde, podendo ser facilmente publicada em um jornal.

Ao longo no Século XX com a criação do rádio, do cinema e da TV, acontece efetivamente a explosão dos meios de comunicação de massa. Segundo DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 20), o advento das mídias elétricas como o telégrafo e o telefone, consolidou a criação da televisão e ampliou a divulgação de filmes e rádios. O advento do rádio, na década de 1950, ficou conhecida como a ‘era de ouro’ e a “nova era da comunicação”, isso porque suas ondas possibilitaram a quebra de uma barreira que subsistiu à tecnologia da impressão, bem como cristalizou o acesso em massa, uma comunicação mais abrangente (Perles, 2007, p. 8).

Segundo Graziano (2009), neste mesmo contexto, começa a surgir no Brasil a televisão, considerada ícone das famílias brasileiras. A priori, foi vista como meio de possibilitar maior acesso comunicativo as famílias, apoiados na crença salvadora do acesso à TV, para o reducionismo do analfabetismo brasileiro, e conseqüentemente maior desenvolvimento econômico do país, tendo em vista estímulo ao consumo (SILVA, 2016).

Para Silva (2016), a TV se tornaria um dos mais poderosos e eficiente meio de comunicação, uma vez que, além de contribuir para alfabetizar todos os povos, sobretudo, seria necessária para a funcionalidade dos sistemas econômicos realizar a publicidade de preços e dos mercados. Para Graziano (2009, p. 2) a TV não deixou de propiciar contribuições relevantes à comunicação, em sua gênese havia interesses em disputas favoreciam uns aspectos e outros não, de caráter político e econômico.

Nesse processo, conforme entendimento de Carvalho (2006) as questões da transmissão de dados, mais especificamente, a de informática, que já vinha sendo integradas às telecomunicações, começa a se alastrar no país, setor que ficou conhecido como “teleinformática”. Segundo Silva e Andrade Cezar (2021) estes avanços, foram pouco a pouco se convertendo em serviços disponíveis à sociedade. Não obstante, nos dias mais atuais do presente século o uso da informática, dos computadores e dos telefones móveis para comunicação humana, acabou sendo recursos utilizados em grande escala na sociedade de consumo contemporânea.

Para DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 12) a comunicação humana na Era dos Computadores, com a sociedade informatizada representou não apenas uma evolução, mas, uma revolução. As tecnologias dos computadores, remodelaram os veículos de comunicação de massa tendo em vista atingir cada vez mais um número maior de indivíduos e grupos e, a partir de então provocaram uma série de mudanças e alterações constantes no comportamento e cotidiano dos(as) consumidores(as).

Para Bragança (2009, p. 4) a Era dos Computadores e da Informação concretizou a conquista do espaço, a criação e utilização de satélites de comunicação que revolucionaram as comunicações com a ampliação das transmissões de rádio e televisão, assim como, das transmissões de dados, das redes de computadores e da criação da Internet e consolidação do ciberespaço. Segundo William Gibson (2003) o ciberespaço trata-se de um espaço composto por computadores e usuários conectados em uma rede mundial. Esse seria, segundo McLuhan (1971) uma nova sociedade, tipo uma aldeia, completamente interconectada e tomada pelas mídias eletrônicas, que aproximaria as pessoas de toda parte, permitindo que se conhecessem e se comunicassem.

Para Silva e Andrade Cezar (2021) as expressões de conhecimento e comunicação humana, a partir do surgimento da *Internet* como uma rede mundial de computadores, conformam-se como um espaço que não existe fisicamente, mas virtualmente. Para Bragança (2009, p. 5) a Era dos Computadores e da Informação, impulsionaram as comunicações, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias, revolucionaram os processos de transmissão de mensagens, de dados, de voz e de vídeo com altíssimas velocidades e uma convergência total ao mundo e a realidade virtual. Segundo Dias (2013), além disso, o desenvolvimento dessas tecnologias permitirem a retransmissão de programas da televisão educativa e comercial, abriram novas perspectivas para a comunicação telefônica, para transmissão de dados, fax, internet e muitos outros serviços especializados.

Para Silva e Andrade Cezar (2021) com a criação da internet o que se constata é uma nova forma de comunicação entre as pessoas no ciberespaço acontece. À medida em que a quantidade de dispositivos físicos conectados ao ciberespaço superou a quantidade de habitantes no mundo todo, a quantidade de informações geradas e disseminadas na sociedade aumentou exponencialmente. A comunicação passou a ser de pessoas com pessoas, através dos milhares de dispositivos tecnológicos que sustentam a internet e o ciberespaço, há ainda comunicação e conectividade entre os próprios objetos e os dispositivos. Enfim, uma infinidade de equipamentos com suporte para acessar o mundo virtual e fazer parte dele como integrante ativo, emitindo e recebendo mensagens e trocando informações e, ampliando as formas do homem se conectar ao universo virtual.

Para Silva e Andrade Cezar (2021) a era dos Computadores e da Informação na contemporaneidade são fatores que influenciaram significativamente a comunicação no processo de envelhecimento. Como se mostrou anteriormente, a partir da Idade Antiga, registra-se a decadência cada vez maior da importância que era dada à velhice, ao tempo

em que se exalta a ascendência juvenil. Esse contexto leva a velhice a ser entendida por toda sociedade como uma força destruidora, inclusive pelos artistas, poetas e escritores, que não mais a entendiam a velhice como ideia de honra, privilégio e qualificação associada à sabedoria.

Nesse processo, segundo Beauvoir (1970, p 138), a Revolução Urbano Industrial, substituiu as pessoas idosas pela força de trabalho dos jovens, esses, passaram a dominar o mundo da produção. O ensino passou a ser em massa, nas escolas e nas fábricas, voltado à produção industrial, fato que contribuiu ainda mais para que o idoso passasse a ser visto como uma figura frágil e antiquada perante os novos padrões exigidos pela sociedade de consumo capitalista.

Para Santos (2017) os mais jovens passaram a dominar o mundo da produção, respaldados pela ciência e pela técnica, sendo o(a) idoso(a) considerado(a), muitas vezes, como uma pessoa indesejável por não possuir a mesma capacidade física e a velocidade para atuar com os mais jovens.

Segundo Silva e Andrade Cezar (2021) com a evolução demográfica, a expectativa de vida da população aumentou gradativamente em nível mundial. Esse cenário para essas autoras parece que contribui para mudar o processo de desvalorização da velhice e colaborar com a revalorização dessa etapa da vida. A queda da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida já ultrapassa a idade de 75 anos em vários países. Segundo o IBGE (2014), no Brasil, a proporção de idosos de 60 ou mais anos de idade passou de 9,7%, em 2004, para 13,7%, em 2014, sendo o grupo etário que mais cresceu na população. Em 2030, esta proporção será de 18,6%, e, em 2060, de 33,7%, ou seja, a cada três pessoas na população, uma terá pelo menos 60 anos de idade. Em relação à proporção de jovens, a projeção é que em 2040 estima-se 153 idosos para cada 100 jovens (IBGE, 2015).

A ideia é que a idade passou a ter um significado diferente, por conseguinte, evidencia-se uma revalorização da velhice no século XXI. Nesse cenário, com a expectativa é que os/as idosos/as com uma maior expectativa de vida, detém uma melhor saúde, aposentadoria ativa e com disponibilidade para viajar, retorno e vivenciar outras experiências.

Para Santos (2017) a sociedade que excluiu os(as) idosos(as) com a revolução industrial, passa a valorizá-los na sociedade contemporânea da comunicação e da informação, devolvendo-lhes a posição de valorização que possuía nas sociedades pré-capitalista, a partir de novos valores que caracterizam envelhecimento ativo e saudável. Um estilo de vida que insere a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas.

Para Silva e Andrade Cezar (2021), nesse contexto, percebe-se que as relações sociais mediadas pelos avanços no campo das TICs propiciaram novas configurações de organização da dinâmica da vida social em todas as fases da vida. Essas novas configurações trazem em si contradições inerentes a vida social e cultural que, envolve, particularmente, o fenômeno do envelhecimento e sua relação com essas novas tecnologias, provocando assim, pertinentes reflexões acerca da materialidade da realidade social que envolve os(as) idosos(as) em relação ao processo de comunicação e interação social, sobremodo, no ambiente familiar. O acesso às TICs pelos membros da família tem reflexos diretos nas relações estabelecidas com os(as) idosos(as) na família, sobressaindo-se na unidade doméstica (Silva e Andrade Cezar, 2021).

Cabe chamar atenção para um outro aspecto que não pode deixar de ser analisado por que também interfere na interação social do(a) idoso(a) nas relações sociais estabelecidas na família. Segundo Helman (2005) na sociedade contemporânea

caracterizada pelas novas TICs, as pessoas idosas tendem a ter um status inferior, em detrimento da atual desenvoltura das pessoas mais jovens, que possuem maiores habilidades e conhecimento mais amplo para em interagir com os elementos dessa área. De forma que, por possuírem perfis mais hábeis e maior nível de conhecimento em relação às novas TICs, absorvem estas em velocidade muito mais rápida do que seus pais, avós e outros membros da família que incluem a população idosa. Essa condição vai refletir de forma negativa nos processos interativos, uma vez que os(as) idosos(as) não acompanham a agilidade dos mais novos.

Nessa mesma direção, Santo *et al* (2019) a partir do diálogo com idosos(as), enunciou temáticas que envolveram o desvelamento das tecnologias e o seu impacto na comunicação dos(as) idosos(as). Destacaram nesses enunciados, a fragilidade dos participantes, em relação aos avanços das TICs e a dificuldade apresentada por este público nos processos interativos, principalmente relacionados à família, decorrentes do uso em grande escala destas ferramentas pelos membros e o afastamento das interações sociais com os(as) idosos(as). Para Santos *et al.* (2018) se, por um lado, é possível dizer que o aumento da expectativa de vida dos(as) idosos(as) retrata uma conquista no âmbito social e da saúde, por outro, representa um desafio ao atendimento das possíveis demandas econômicas e sociais, principalmente em países em desenvolvimento em relação as tecnologias da comunicação e da informação, principalmente quando se trata do seu uso e das influências que essas têm tido no âmbito das interações sociais familiares.

O que se pode apreender dessa realidade, é que o sistema capitalista tendo em vista o lucro, apropria-se do contexto do aumento da expectativa de vida dos(as) idosos(as), do fenômeno do envelhecimento e da qualidade de vida para reintroduzir o(a) idoso(a) nessa nova sociedade e nos meios de comunicação social. Para Blessmann (2003, p. 75) e Santos (2017) a imagem apresentada é de idosos(as) capazes, dinâmicos e alegres que pertencem à terceira idade, como potenciais consumidores(as) da indústria do lazer e das TICs.

A partir da lógica da racionalidade econômica capitalista, conforme salienta Saraiva (2015), com o aumento da expectativa de vida e das taxas de sobrevivência, crescem também as oportunidades de realização e satisfação desse segmento populacional, deixando a velhice de ser caracterizada pelo ócio, somando-se a isto a denominação terceira idade (SANTOS, 2017).

Impõe-se assim, uma nova ideia de velhice caracterizada pela atividade, dinamismo, capacidade de interagir com as novas tecnologias, responsabilizando o(a) idoso(a) de envelhecer bem, de forma ativa e com qualidade de vida.

Para Silva e Andrade Cezar (2021), a partir desse contexto, surge um mercado para idosos(as), não limitado a medicamentos e serviços de saúde, mas abrangendo a realização e a satisfação das novas demandas de consumo para esse segmento populacional, abrangendo o consumo das novas tecnologias da informação. O sistema capitalista parece desconhecer que existem diversas alterações decorrentes do envelhecimento do organismo que podem influenciar o uso das TICs, inclusive dificuldades de ordem econômicas, sociais e culturais, que podem refletir na exclusão social do(a) idoso(a) não apenas ao consumir essas tecnologias, mas, ao interagir com as pessoas, principalmente dos relacionamentos familiares que as utilizam e que levam a sua exclusão social e a solidão.

A partir dessa perspectiva, é relevante considerar, que a comunicação e o envelhecimento são definidos como processos inerentes ao ser humano, sendo o envelhecimento progressivo e irreversível, inerente, natural e comum a todos os seres

humanos e animais. Nesse processo, o indivíduo pode sofrer influência de fatores sociais, políticos, econômicos e psicológicos.

Alterações funcionais e estruturais podem acarretar prejuízos motor e dificuldades de ordem psicológica e social ao(a) idoso(a) impactando de forma negativa sua relação com o ambiente físico e social em que está inserido(a) (Silva e Andrade Cezar, 2021).

Partindo desses pressupostos, segundo Mesquita, Cavalcante e Siqueira (2016) diversas alterações decorrentes do processo de envelhecimento do organismo podem influenciar o processo de comunicação, trazendo dificuldades que poderão refletir, inclusive na exclusão social do(a) idoso(a) desse processo.

Para Lima e Lvos (2015), a considerar o crescente envelhecimento populacional, bem como, a constante evolução e consolidação das TICS, faz-se necessário considerar a necessidade da sua utilização e apropriação pelos(as) idoso(as), para manter-se incluído nos meios sociais os quais estão inseridos(as) necessitam não apenas apropriar-se desses objetos tecnológicos, mas, aqueles que já têm a habilidade e devem respeitar o tempo dos(as) idosos(as) e suas limitações, evitando que eles(as) sintam-se excluídos do uso e das consequências geradas pelo uso por outros de sua convivência.

Silva e Andrade Cezar (2021) ressaltam que essa exclusão pode se dá não somente por alterações de ordem fisiológica, mas também pode influenciar a interação social entre os(as) idosos(as) e distintos. Um outro aspecto relevante a considerar que pode causar essa exclusão, diz respeito ao fato que para se manter incluído nos meios sociais, como consumidor(a) das TICs, e os(as) necessita se apropriar dessas tecnologias, e para tanto, precisa ter não apenas condições econômicas, mas, também habilidades para as utilizar ou consumir.

Os estudos como os de Minayo, Hartz e Buss (2000) e o de Santos e Saraiva (2017) que analisam as sociedades onde as desigualdades e a heterogeneidade são muito fortes, mostram que os padrões de vida são significativamente estratificados e as concepções de envelhecimento como bem-estar e qualidade de vida são significativamente positivistas, fragmentadas e não críticas. A ideia de envelhecimento com qualidade de vida está relacionada com o bem-estar das camadas superiores, mais favorecidas, em detrimento do bem-estar das classes menos favorecidas.

Nesse aspecto, para Silva e Andrade Cezar (2021), o que vai determinar a compra e o consumo pelos/as idosos/as de produtos e de serviços da classe das Tecnologias da Informação e Comunicação para os/as idosos/as das classes menos favorecidas, é a condição econômica, de salário e de renda, considerando, sobretudo, prioritariamente, suas demandas e necessidades básicas para a sobrevivência. Contraditoriamente, para os(as) idosos(as) das classes mais favorecidas, o que vai determinar a compra e o consumo TICs é a necessidade, a demanda e o desejo de possuir para o adequado conforto e bem-estar. O que se constata na sociedade caracterizada como de comunicação de massa e informacional é a existência de esperanças, desejos, demandas e anseios atendidos de forma diferenciada, conforme a classe social, sobremodo, a partir da influência da indústria mercadológica e de publicidade, que faz os(as) idosos(as) sentirem-se menos improdutivos, incompetentes, inúteis e dependentes.

Considerações Finais

Compreender a diversidade de apreciações acerca desses fenômenos, destacando as inter-relações entre comunicação e envelhecimento, com destaque ao impactos do uso das TICS pelos membros da família no processo de comunicação social desse segmento, torna-se fundamental, sobremaneira, quando se considera o processo de

comunicação como uma atividade humana, a partir da qual as trocas de informações são geradas, tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento humano, bem como sua qualidade de vida.

Considerar o crescente envelhecimento populacional, bem como, a constante evolução e consolidação das TICs e suas implicações no processo de comunicação dos(as) idosos(as) sugere, sobretudo, entender a questão social que embasa a relação entre esses dois fenômenos estudados. Sugere compreender que os(as) idosos(as) fazem parte do segmento demográfico que mais preocupa a sociedade, por ser, o mais vulnerável, em função das limitações conferidas pelo processo de envelhecimento, pela dependência, pelos problemas de saúde, pelas perdas, pelo abandono e, sobretudo, pela solidão, sobressaindo às limitações econômicas, sobretudo, dos(as) idosos(as) das classes menos favorecidas, extremamente agravadas, que afetam também a sua interação social.

Como desdobramento de futuros estudos sugere-se investigar, a partir das representações sociais dos(as) próprios(as) idosos(as) quais são suas demandas em relação as TICs e suas implicações no processo de comunicação social quando essas demandas não são atendidas, destacando aspectos primordiais que as determinam e as conformam na sociedade de consumo contemporânea. Em que o uso das TICs pode afetar as interações sociais dos(as) idosos(as) e sua qualidade de vida?

Nessa direção, a condição de classe dos(as) idosos(as) necessita ser compreendida e junto a isto, deve ser ainda considerado para o entendimento das interrelações entre - comunicação e envelhecimento e as implicações das TICs no processo de comunicação dos(as) - apreender as construções históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais, destacando aspectos primordiais que determinam e conformam essas interrelações na sociedade de consumo contemporânea.

Considera-se que, as TICs se apresentam como uma necessidade, a fim de diminuir a distância do público idoso ao acesso e a utilização dos meios tecnológicos, visto que a sua não inclusão pode afetar de forma negativa seus processos de interação social e sua qualidade de vida.

Este estudo reforça o pensamento de muitos outros teóricos de que a promoção para formação de uma consciência crítica dos/as idosos/as, no sentido vencer suas limitações e desafios deve ser intensificada, de forma coletiva, na busca do alcance de um futuro mais promissor para nova demografia em relação a apropriação e uso das TICs. Para tanto, o controle social, pelo segmento idoso, das políticas voltadas para a defesa dessa causa, torna-se essencial. Isso pode ser feito através da participação do segmento idoso nos conselhos próprios da categoria, em defesa da efetivação do direito, tencionando uma melhor qualidade de vida no processo de comunicação.

Referências

BLESSMANN, Eliane Jost. **CORPOREIDADE E ENVELHECIMENTO: O SIGNIFICADO DO CORPO NA VELHICE**. Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano, Programa de Pós-Graduação, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

BRAGANÇA, Isabela. **Evolução da comunicação**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/16088693/Evolucao-da-comunicacao-humana-Podemos-explicar-a-historia-da-existencia-humana-atraves-das-etapas-do-desenvolvimento-dacomunicacao>>
Acessado em: 30 jun. 2025.

BARROS, Álvaro Gonçalves de; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; TEIXEIRA. Risiberg. Evolução das comunicações até a internet das coisas: a passagem para uma nova era da comunicação humana. **Caderno de Educação Básica**. Páginas – Vol.5.No 3 (2020).

BEAUVOIR, Simone de. **A VELHICE – A Realidade Incômoda**. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1970.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Meneses de. **A trajetória da internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. R.J. 2006. Disponível em: <http://www.nethistory.info/Resources/Internet-BR-DissertacaoMestrado-MSavio-v1.2.pdf>. Acessado em: 12 abr. 2025.

DEFLEUR, Melvill L. BALL-ROKEACH. Teorias da Comunicação em Massa. Tradução da 5 ed. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1993.

DIAS, Carlos Antônio. Tecnologias e novos modos de comunicação. A (re)invenção do conhecimento no ciberespaço na percepção dos docentes imigrantes digitais de uma universidade pública. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem. UENF, 2013.

LIMA SC; LVOS. Almeida. Letramento digital de idoso no contexto do EJA em Mossoró - RN. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia. 2015;4(1):1-14.

MINAYO, Maria Cecília de S.; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

FERNANDES, Claudio. Invenção da imprensa. Brasil Escola. <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/invencao-imprensa.htm/> Acessado em: 20 jun. 2025.

GRAZIANO. Diólia de Carvalho. **Avanços e desafios na tecnologia audiovisual brasileira: caso da IPTV**. VII Encontro Nacional de História, mídia alternativa e alternativa midiática. Fortaleza, 2009.

GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2003.

HELMAN, C. G. Cultural aspects of time and ageing: time is not the same in every culture and every circumstance; our views of ageing also differ [Special Issue]. **European Molecular Biology Organization**, 6 (S1), 2005.

HELMAN, C. G. Cultural aspects of time and ageing: time is not the same in every culture and every circumstance; our views of ageing also differ [Special Issue]. **European Molecular Biology Organization**, 6 (S1), 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1940, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/censo-2010-cai-taxa-de-analfabetismo-no-pais> Acesso em: 12 mar. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. **Estudo e Pesquisa: Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro n. 35. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> Acesso em: 28 de abril 2025.

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **Guerra e paz na aldeia global**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

NERI, Anita Liberalesso. Qualidade de vida na velhice e subjetividade. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

NERI, A. L.; Fortes, A.C. G. A dinâmica estresse e enfrentamento na velhice e sua expressão no prestar cuidados a idosos no contexto da família. In: FREITAS, E. V., Py, L., CANÇADO, F. A. X., DOLL, J. e GORZONI, M. L. (Ed.). **Tratado de geriatria e gerontologia**, 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1277-1288

PENDERGAST, Donna; MCGREGOR, Sue; TURKI, Kaija. **Os próximos 100 anos: Criando Futuros para a Economia Doméstica**. 2012. Disponível em: <http://www.ohea.on.ca/uploads/1/2/6/0/12605917/chapter>> Acesso em: 20 out. 2020.

RECUERO, Raquel. **A Internet e a nova revolução na comunicação mundial**. Ensaio de artigo. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/revolucao.htm>> Acessado em 30 jan. 2025.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos. **Sociedade de consumo, processo de envelhecimento e qualidade de vida: a partir das representações sociais dos/as idosos/as**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social. UFRPE, 2016.

SANTOS, Paloma Ariana dos; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss; MARÇAL, Cláudia Cossentino Bruck; ARAKAWA-BELAUNDE, Aline Megumi. A percepção do idoso sobre a comunicação no processo de envelhecimento. **Audiol Commun Res**. 2019; 24: e 2058.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos; SARAIVA, Joseana Maria. Processo de Envelhecimento e Qualidade de Vida: significados e tendências na sociedade de consumo contemporânea. In: ALBUQUERQUE, Carla Gabriela S. S. Cavalcanti de; MOREIRA, Lucyana Paula de C.; SOUSA, Renata G.; NÓBREGA, Rita de Kásia T. (org.). **Reflexões à luz do Envelhecimento**. Recife: Libertas, 2017. 195p.

SARAIVA, Joseana Maria. **A lógica do capital e do Estado na provisão dos meios de consumo coletivo: uma experiência de responsabilidade social no campo da assistência à criança**. Recife: Editora UFPE, 2015.

SILVA, Joel Severino de. História da comunicação e dos seus meios: um constitutivo pedagógico. Eixo 01 - Educação e Comunicação. ANAIS do SIMEDUC, n.7(2016).

SILVA, Simone Gomes da; Andrade Cezar, Iêda Litwak de. PAPEL DA UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO PROMOTORA DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. In Coletânea Educação em foco [livro eletrônico]: **História, política e cultura da educação no Brasil**: volume 2 / Organizadores Willian Douglas Guilherme, Diogo Luiz Lima Augusto, Roger Goulart Mello. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

PERLES, João Batista. Comunicação: conceitos, fundamentos e história. Biblioteca. On-line de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentoshistoria.pdf> Acessado em: 10 mar. 2025.

SANTOSIVONETE, Paloma Ariana dos; BUSS, Teresinha Schülter; BRUCK, Heidemann Cláudia Cossentino; ARAKAWA-BELAUND, Marçal Aline Megumi. A percepção do idoso sobre a comunicação no processo de envelhecimento. **Audiol., Commun. Res.** 24 • 2019 • <http://doi.org/10.1590/2317-6431-2018-2058>.

PARTE II.
PADRÃO DE CONSUMO E CUIDADO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Capítulo 4

Consumo de vestuário por pessoas idosas a partir da compreensão sobre o envelhecimento e suas preferências vestimentares

Elisandra Lima do Nascimento, Jaqueline Ferreira Holanda de Melo, Maria Alice Vasconcelos Rocha

Este artigo é uma revisão de dois estudos realizados pelas autoras, que abordam sobre as categorias envelhecimento, consumo, corpo e roupa. O primeiro estudo realizado por Melo (2013) trata de entrevistas realizadas com mulheres acima de 50 anos de idade sobre suas compreensões frente às mudanças de seus corpos, em função do tempo e de suas vivências e suas preferências de consumo vestimentares. O segundo estudo, realizado por Nascimento (2018) versa sobre entrevistas com homens acima de 60 anos sobre suas compreensões em relação ao processo de envelhecimento, ao modo como se veem nesse processo e como idealizam as roupas que irão consumir e compor a autoimagem.

As pesquisas referentes aos estudos mencionados foram desenvolvidas no âmbito da Economia Doméstica - área de conhecimento, historicamente relacionada a abordagens que trata da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias, que dentre os campos do saber que abarca, o vestuário é um objeto de estudo - tendo em vista compreender a percepção do segmento da população idosa sobre o consumo de vestuário, mais especificamente, quanto às suas predileções e rejeições de tipos de roupas, considerando suas mudanças biopsicossociais.

O primeiro estudo chama atenção para o fato de que o índice de envelhecimento no Brasil cresceu de 31,7 em 2001, para 51,8 em 2011 (IBGE, 2013). Enquanto o segundo estudo apresenta que, conforme IBGE (2018), o número de idosos cresceu 18% em 5 anos e ultrapassou 30 milhões em 2017. Ambos os estudos chamam atenção para esta fração da população, que é um segmento que tem despertado, dado o seu crescimento populacional, a visibilidade do mercado enquanto potenciais consumidores/as, inclusive de moda. Estamos falando sobre homens e mulheres que foram jovens nas décadas de 1960 e 1970, que passaram por mudanças corporais, além das socioculturais, mudanças que podem ter influenciado o processo de envelhecimento e, conseqüentemente, a escolha e o consumo de produtos, como o vestuário.

Na primeira pesquisa, Melo (2013) abordou o fenômeno do envelhecimento numa perspectiva biológica que demarca segundo Rodrigues (2010) as terceira e quarta idades a partir dos 50 anos. No segundo estudo Nascimento (2018) foi considerado o fator cronológico determinado pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), o qual apresenta como marco, de 60 anos de idade para ser idoso/a (Brasil, 2003).

Para o desenvolvimento das pesquisas, além dos marcos biológicos e cronológicos, também foram considerados os aspectos psicossociais. Nessa direção, apresenta-se e se discute neste estudo, os resultados das percepções dos sujeitos participantes da pesquisa acerca de suas preferências de consumo em relação ao envelhecimento e o vestuário para pessoas idosas. A perspectiva é apreender essas preferências levando em conta as demandas das/os idosas/os entrevistadas/os e assim buscar subsidiar o mercado de produtos de vestuário para melhor atender as demandas dos/as idosos/as.

O Envelhecimento

Segundo Santin (2010), as fases da vida são percebidas desde os primórdios da humanidade, observadas a partir do nascimento até a finitude. O envelhecimento como

processo natural e, assim, parte da vida, foi objeto de reflexão desde o filósofo grego Cícero; e cientificamente, começou a ser objeto de estudo com o surgimento da gerontologia e da geriatria.

Para Vieira e Glaslan (1996) durante as primeiras décadas do século XX, o envelhecimento natural foi erroneamente analisado como um estado patológico, o que de certo modo contribuiu para estigmatizá-lo ao invés de se procurar entendê-lo. Ribeiro, Alves e Meira (2009) chamam atenção para o fato de que o envelhecimento não deve ser considerado apenas como um período de perdas e incapacidades, pois muitos/as idosos/as tem a sua capacidade funcional preservada. Vale considerar a forma como os indivíduos percebem e lidam com as situações da vida e com as transformações do envelhecimento, que determinam em grande parte, ter uma velhice saudável ou não.

O processo de envelhecimento para Neri (2013) é um processo universal, determinado geneticamente, podendo ser chamado também de envelhecimento natural, que se acelera após os cinquenta anos de vida, sendo marcado pela diminuição da possibilidade de reprodução e ocorrência de mudanças sistêmicas.

Chagas e Rocha (2012) conceituam o envelhecimento como um processo dinâmico e progressivo no qual existem alterações morfológicas, funcionais e bioquímicas que alteram gradativamente o organismo. Para Fonseca (2014), o envelhecimento é um processo por enquanto inevitável, programado geneticamente e que não ocorre de forma semelhante no organismo de cada ser humano, iniciando-se desde a fecundação, seguindo o processo de nascimento, crescimento, desenvolvimento e morte. Ribeirinho (2005), com base no estudo de Fernandes (2002), apresenta quatro conceitos sobre o processo de envelhecimento: idade cronológica (presente no registro de nascimento); idade biológica (relativa ao biofisiológico); idade social (comportamento no convívio com as pessoas); e idade psicológica (capacidades do indivíduo se adaptar ao meio ambiente).

Ribeirinho apresenta esses conceitos visando apresentar o envelhecimento como um fenômeno multidimensional, de modo que ações voltadas para este público, sejam pensadas de modo holístico. Rodrigues *et al.* (2010) chamam atenção para possíveis marcos etários do processo de envelhecimento, e afirmam que, do ponto de vista biológico temos quatro idades, contadas desde o nascimento; e do ponto de vista psicológico, temos três estágios de maturidade, contados a partir do que em muitas culturas se considera o começo da fase adulta.

Quadro 01. Classificação das Idades sob Ponto de Vista Biológico

| | |
|------------------------|-----------------------|
| Primeira idade: | de 0 a 20 anos |
| Segunda idade: | de 21 a 49 anos |
| Terceira idade: | de 50 a 77 anos |
| Quarta idade: | de 78 a 105 anos |

Fonte: adaptado de Rodrigues, 2010, p.46.

Quadro 02. Classificação da Maturidade dos Seres Humanos

| | |
|----------------------------|--|
| Maturidade inicial: | dos 20 aos 35 ou 40 anos |
| Maturidade média: | dos 41 aos 65 ou 70 anos |
| Maturidade tardia: | dos 66 anos em diante, se dividindo em: idoso jovem dos 66 aos 74 e idoso velho dos 75 aos 85 anos |

Fonte: adaptado de Rodrigues, 2010, p.46-47.

Em relação envelhecimento psicossocial, é válido ressaltar que está associado ao estado emocional, a autoimagem e a autoestima que podem ser afetados pelo processo de envelhecimento, como também as mudanças de papéis sociais e como suportar as situações como perdas de entes e amigos queridos, como exposto por Kachar (2003):

O envelhecimento natural do corpo afeta o estado emocional, a autoimagem a autoestima do indivíduo: as rugas e os cabelos brancos que incomodam, os reflexos, que se tornam mais lentos [...] O envelhecimento é uma fase que pode ser encarada pelo sofrimento das perdas: morte de entes queridos, gerando o aumento do isolamento; dificuldades econômicas propiciadas pela diminuição do poder aquisitivo da aposentadoria; deterioração da saúde e perda de papéis sociais, com a interrupção profissional, o crescimento dos filhos e a perda do cônjuge. Este estado de coisas leva à diminuição da autoestima e da autoimagem (Kachar, p.44)

A partir do exposto, neste estudo, entende-se o envelhecimento como um processo natural da vida, inerente ao ser humano, que pode variar de indivíduo para indivíduo, a depender das condições biológicas e socioeconômicas, mas, especificamente, do seu estilo de vida, vivências, trajetórias, estrutura fisiológica e genética, de classe, gênero e étnico-cultural.

O Corpo no processo de envelhecimento

Sobre o modo como o envelhecimento é percebido e vivido, Tótorá (2008) reflete sobre o modelo “saudável” posto na contemporaneidade - modelo que valoriza um perfil de jovialidade, de “anti-envelhecimento”, que movimenta um mercado de consumo de medicamentos, cosméticos, alimentos, além de intervenções cirúrgicas - e, assim, a autora se contrapõe a este ideário de juventude perene e defende que os modos de envelhecer são diversos, e que as pessoas devem ser valorizadas, segundo as suas especificidades.

Segundo Netto (2004) com a chegada da velhice, as alterações anatômicas se tornam mais visíveis e são as mais perceptíveis. O autor destaca que a pele resseca, tornando-se mais quebradiça e pálida, perdendo o brilho natural do corpo jovem. Os cabelos tornam-se brancos, e aumenta a queda, onde os fios não são mais naturalmente substituídos.

Sobre a pele, Vieira e Glaslan (1996), com base no estudo de Tsuji e Hanada (1981), expõem que as rugas se originam com a perda de substâncias elásticas da pele, que quando exposta ao sol, são mais agravadas. Ainda segundo as autoras, a pele se torna áspera e seca, sensível a infecções e a mudanças bruscas de temperatura, pois as glândulas que as regulam (sebáceas e sudoríparas) diminuem.

Ribeiro, Alves e Meira (2009) afirmam que as alterações musculoesqueléticas, diferentemente das alterações cutâneas, geram dor e algum grau de dificuldade de locomoção. As articulações sinoviais livremente móveis (ou diartroses), também conhecidas como juntas, como as articulações dos joelhos, dos pulsos, dos cotovelos e dos quadris, são as mais afetadas pelo envelhecimento.

Netto (2004) afirma que o enfraquecimento do tônus muscular e da constituição óssea ocasiona mudanças na postura do tronco e das pernas, intensificando as curvaturas da coluna torácica e lombar. Segundo o autor, as articulações tornam-se mais endurecidas, reduzindo assim a extensão dos movimentos e produzindo alterações no equilíbrio e na marcha. No caso das mulheres, Vieira e Glaslan (1996), a partir das afirmações feitas por Netto (2004), destacam que a menopausa é uma das principais

alterações que ocorrem no sistema reprodutor da mulher, que interferem no tônus das mamas, onde as glândulas mamárias são substituídas por tecido fibroso com perda de tecido gorduroso e os ligamentos que sustentam as mamas tornam-se menos resistentes, e assim a firmeza destas diminui.

Outra alteração muito pertinente ao processo do envelhecimento, que muitos estudos têm citado: o aumento do perímetro da cintura. Santos e Sichierib (2005), com base no estudo de Zamboni *et al.* (1997) sobre distribuição de gordura em mulheres de diferentes grupos etários por meio de tomografia computadorizada, expõem que o envelhecimento leva a redistribuição e internalização da gordura abdominal, principalmente entre as mulheres. Em relação aos homens, quando se pensa sobre envelhecimento masculino é relevante considerar o conceito de Andropausa, uma vez que sua ocorrência pode gerar além de alterações físicas, alterações psicológicas.

Segundo Koffe *et al.* (2005) a andropausa é também conhecida como a menopausa masculina. Para esses autores, o envelhecimento masculino está muito associado ao fenômeno da andropausa, que seria a produção insuficiente das taxas de andrógenos e em especial o hormônio da testosterona, que é produzida no organismo masculino. O envelhecimento do homem é acompanhado de uma progressiva diminuição do número de seus andrógenos, entre os quais destaca-se a testosterona [...] afetando o corpo humano como um todo [...] e sua escassez ou ausência é associada a quase todas as doenças degenerativas (Koffe *et al.*, 2005, p. 09).

Spirduso (2005) explica que a estatura entre 25 e 29 anos tem a tendência de aumentar e após esse período, ocorre um decréscimo lento, passando assim a uma diminuição na estatura à medida que envelhecem. Segundo Reebelatto e Morrelli (2007), o indivíduo masculino quando atinge aproximadamente os 40 anos pode perder cerca de 1 cm de sua altura por década. Já no que concerne à gordura corporal, Spirduso (2005) expõe que os homens, aproximadamente aos nove anos, começam a depositar mais gordura no abdômen, apresentando assim um padrão de gordura “maçã”, em que a gordura se acumula principalmente no tronco, tórax, costas e abdômen.

À medida que os homens envelhecem ocorre um aumento da gordura corporal, sendo redistribuídas, porém continuam mantendo o padrão maçã. A partir do exposto, é possível perceber que dentre tantas mudanças que permeiam o processo de envelhecimento, as alterações físicas realmente são inerentes e notáveis, apesar de haver um enaltecimento a um padrão estético de corpo com aspecto jovial. Os cabelos tornam-se grisalhos, a pele enruga, as articulações que se tornam menos flexíveis, a redução do tônus muscular, o aumento do perímetro da cintura. É pertinente ao corpo que envelhece ser mutável, e adquirir necessidades específicas, que precisam ser atendidas por meio de produtos adequados, como vestuário, por exemplo.

A Roupas e o público Idoso

A roupa é um produto que o ser humano ao longo da história da humanidade tem utilizado para vestir-se, o que, segundo Lima (2000) é parte de uma necessidade. Pelo fato do corpo ser sensível às intempéries e ao tempo, necessita ser coberto. Neste sentido, Flügel (1966) destaca que, a roupa possui três funções motivadoras do vestir: proteção, enfeite e pudor. A função de proteção está ligada intimamente à proteção contra danos físicos, além de possíveis danos imaginários, como por exemplo, a necessidade de proteção da mente contra a ação dos espíritos e da magia.

Ao passo que a motivação relacionada ao enfeite tem a finalidade fundamental de valorizar a aparência física, de modo a atrair olhares admiradores de outros e fortalecer a autoestima. Paradoxalmente, o pudor tende a nos fazer ocultar as

excelências físicas que possamos ter e geralmente nos impede de chamar atenção dos outros para nós mesmos (Flügel, 1966).

No decorrer da história da humanidade, com o desenvolvimento da indústria, especificamente relacionada às roupas, vários grupos da sociedade passaram a ser atendidos apenas quando enquadrados em certos padrões. De acordo com Silveira (2008), a indústria do vestuário, por sua produção em massa e necessidade de um corpo de referência, passou a fazer o uso de tabelas pré-definidas, que quando feito indiscriminadamente, resulta na inadequação dos produtos a muitos/as usuários/as, causando insatisfação para os/as mesmos/as.

No sentido da satisfação do/a usuário/a, Rocha (2010) destaca com base no trabalho de Rasband (2002), a questão do ajuste da roupa, que tem oito funções: (1) realce da aparência e da atratividade; (2) contribuição para a autoconfiança; (3) caimento suave sobre a figura; (4) melhoramento da relação entre o vestuário e o formato corporal; (5) realce das áreas mais atraentes do corpo; (6) desvio da atenção das imperfeições físicas; (7) ajuste natural ao corpo em movimento e (8) suporte a uma vida ativa.

Deste modo, Rocha (2010), ainda a partir do estudo de Rasband (2002), apresenta que o desenvolvimento de uma roupa deve considerar a forma do corpo, pois este pode variar devido a seis características: (1) estatura (baixa, média ou alta), (2) estrutura óssea (delgada, média ou grossa), (3) peso (proporção ideal entre peso, estatura e estrutura óssea), (4) áreas proporcionais do corpo (diagrama do conjunto de medidas), (5) tipo de figura (o polígono formado por seus ombros, cintura e quadris) e (6) postura, ou seja, o alinhamento de partes do corpo em relação a outras.

Em suma, o interesse e a demanda pelos produtos de vestuário são afetados por diferentes fatores, o sexo, a família e o ciclo de vida, a religião, os fatores éticos, a educação, a renda, e dentre os demais, a idade merece destaque (Ballstaedt, 2006). Ballstaedt (2006) afirma que o segmento das pessoas idosas representa um amplo *nicho* de mercado para inovações em produtos de moda, especialmente se estes, além de valores estéticos, considerarem o conforto e a praticidade para o seu desenvolvimento e posterior uso.

Os estudos evidenciam que ocorrem várias alterações biológicas e psicossociais no indivíduo no processo de envelhecimento (Santos, 2017). Em virtude disso, o vestuário destinado ao público idoso deve considerar algumas questões. Como destaca Vianna (2016), o envelhecimento torna a pele do idoso mais fina e sensível, sendo assim a recomendação da não utilização de peças de vestuário feitas com tecidos ásperos.

No momento de aquisição da roupa deve-se estar atento, ainda, às questões de segurança e a utilização de aviamentos apropriados, pois existem zíperes ou fechos que possam oferecer o risco de ferir o usuário, bem como deve-se optar pela utilização de tecidos de qualidade (Vianna, 2016).

O vestuário pode contribuir para o controle das variações de temperatura corporal, contudo não é recomendado o uso de lã para idosos, pois, pode causar irritação na pele. E para facilitar o manuseio da peça é indicada a utilização de poucos botões ou tiras de velcro, com o fechamento de preferência na parte frontal da peça (Diogo e Yoshika, 1996); além de se considerar a modelagem, que determinará o caimento e o ajuste adequado ao corpo (Vianna, 2016).

Ademais, o produto de moda-vestuário para o público idoso, requer considerar aspectos referentes à própria biologia, mas também deve ser projetado levando-se em consideração o convívio social e o modo como o indivíduo se percebe no meio em que vive e consigo mesmo.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo de caráter descritivo por versar sobre a descrição de características de uma determinada população ou fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis relacionadas (Gil, 2002, p.42). Segue a abordagem qualitativa uma vez que não se preocupa com representatividade numérica, mas, com o aprofundamento da compreensão dos sujeitos, de um segmento social, com foco nas individualidades de cada participante, apresentando os dados obtidos de forma não quantitativa (Gerhardt, 2009, p. 31).

Em relação ao primeiro estudo (2013), o grupo de entrevistadas foi constituído de apenas 10 mulheres, na faixa etária de 50 anos de idade ou mais, considerando o universo de moradoras da Região Metropolitana do Recife (RMR/PE). Segundo Minayo (2015, p. 64) o mais significativo na pesquisa de abordagem qualitativa não é o percentual de entrevistados, mas, o informante ser convidado a falar livremente sobre o tema e as perguntas do investigador/a buscar aprofundar as reflexões dos sujeitos.

A coleta e o registro dos dados do primeiro estudo em relação às mulheres, foram realizados no mês de maio do ano de 2013, por meio da técnica de apresentação de imagens. Mais, especificamente, a partir do catálogo virtual britânico NN4M, de produtos de moda-vestuário.

Apresentou-se às entrevistadas 60 modelos disponíveis no referido catálogo, para que pudessem se posicionar que tipos de roupas mais lhe agradavam; para o registro das informações cedidas ao longo da investigação, utilizou-se o aparelho eletrônico de gravação de voz e bloco de anotações, respeitando o termo de consentimento, que garante o anonimato dos sujeitos entrevistados. Nesse sentido, as mulheres entrevistadas foram identificadas e mencionadas nas análises a partir de pseudônimos por elas escolhidos, e de suas respectivas idades.

Quadro 03 - Codinome e Idade das Entrevistadas.

| Codinome | Idade |
|-------------------|--------------|
| Gatosa | 56 anos |
| Maria Rosa | 56 anos |
| Rouxinol | 59 anos |
| Maria Ig | 59 anos |
| Minerva | 70 anos |
| Silbene | 73 anos |
| Cilça | 74 anos |
| Dinéia | 75 anos |
| Jasmim | 77 anos |
| Marta | 83 anos |

Fonte: MELO, J. F. H. Diálogos sobre o corpo e a roupa: o vestuário para mulheres acima de 50 anos. Monografia (Bacharelado em Economia Doméstica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2013.

Em 2018, no mês de julho, realizou-se a pesquisa relativa à coleta de dados do segundo estudo, com vista a compreender a percepção que homens idosos têm sobre o vestuário, mais, especificamente, em relação às suas predileções. Participaram das entrevistas 20 homens voluntários, na faixa etária de 60 a 75 anos de idade, moradores da Região Metropolitana do Recife/PE. Utilizou-se para coleta de dados a entrevista estruturada, constituída por um roteiro composto por perguntas abertas que foram feitas a pessoas previamente selecionadas, o que permitiu comparar as respostas no momento

da análise, conforme orienta Castro (2008, p.159). Tendo em vista respeitar o anonimato dos entrevistados, identificou-se os mesmos por codinomes, escolhidos pelos próprios, conforme mostra o Quadro 4.

Quadro 04 - Codinome e Idade dos Entrevistados.

| Codinome | Idade | Codinome | Idade |
|-----------------|--------------|-----------------|--------------|
| Babá | 61 anos | Dudu10 | 67 anos |
| Machado | 61 anos | Regis | 67 anos |
| Miguel | 62 anos | Nino | 68 anos |
| Sousa | 62 anos | Dias | 68 anos |
| Abreu | 64 anos | Irineu | 70 anos |
| Adelmo | 64 anos | Rick | 70 anos |
| Carneiro | 64 anos | Luiz | 72 anos |
| Elísio | 65 anos | João | 74 anos |
| Silva | 65 anos | Matias | 75 anos |
| Pedro | 66 anos | Severino | 75 anos |

Fonte: NASCIMENTO, E. L. Percepção do homem idoso sobre o vestuário. Monografia (Bacharelado em Economia Doméstica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2018.

O método ou a técnica para realização da análise dos dados nos dois estudos que compõem essa pesquisa se constituiu da análise de conteúdo, adequado a proporcionar a exploração dos dados com toda riqueza e possibilidades, considerando a pluralidade de significados atribuídos pelos entrevistados. Segundo Campos (2004, p. 611) a análise de conteúdo é um método muito utilizado na análise de dados qualitativos, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento, balizado por duas fronteiras: de um lado a fronteira da linguística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras (hermenêutica).

Resultados e Discussão

No primeiro estudo, o envelhecimento foi abordado conforme o olhar e as compreensões das mulheres e, no segundo estudo, considerou-se as percepções dos homens. Da mesma forma, o vestuário foi abordado sob ambos os pontos de vistas e relatos de experiências de cada grupo de entrevistados, os quais foram considerados para refletir sobre as demandas do público idoso.

Envelhecimento: ótica das mulheres

As entrevistadas foram questionadas sobre as alterações corporais mais significativas ao longo da vida, ao passo que pontuaram: o aumento de peso; o aumento no perímetro da cintura, a mudança na coloração dos cabelos, que se tornaram grisalhos ou brancos; a flacidez da pele; e as alterações na mobilidade.

As mulheres não associaram tais mudanças apenas ao envelhecimento, mas também aos hábitos de vida e acontecimentos relacionados às suas trajetórias, sendo recorrente a menção à gravidez, como a principal causa para o aumento da cintura. No entanto, esta é uma mudança esperada com o avançar da idade, conforme Santos e Sichierib (2005) explicam. Adicionalmente, segundo Zamboni *et Al.* (1997), o acúmulo de tecido adiposo na região da cintura é algo propício ao processo do envelhecimento, independente de estado gravídico.

Eu engordei muito porque tive quatro filhos com uma diferença pouco de tempo, tive 4 filhos num intervalo médio de 1 ano a 1 ano e meio para o nascimento de cada um, e, de surpresa, após 11 anos tive a última gravidez, que foi a filha caçula (Silbene, 73 anos).

Neste sentido, as entrevistadas foram questionadas quais as alterações corpóreas que mais as inquietavam, uma vez que, mais importante que sofrer alterações é o modo que os indivíduos percebem estas transformações (Ribeiro; Alves; Meira, 2009). As entrevistadas destacaram: o aumento da “barriga”, o aumento de peso, a diminuição da saúde e mudanças na pele, como o surgimento de rugas e sinais.

As rugas em torno dos olhos, eu acho assustadoras, e os cabelos brancos. Foi quando eu percebi que eu estava ficando velha. Me assustou, mas não me dói mais, embora eu olhe no espelho e não me reconheça, é uma imagem que demonstra que se passou muito tempo, e eu não sinto que se passou tanto tempo assim. É uma imagem de como se eu tivesse mais tempo do que eu já tenho, quando meu raciocínio parece que tenho 40 anos, porque estou no auge da minha capacidade intelectual, e eu já estou com 70 e isso fica marcado no meu rosto, eu procuro não olhar (Minerva, 70 anos);

A quantidade de sinais que estão aparecendo no meu pescoço e eu não estou gostando, mas é a natureza. Poxa, já estou ficando cheia de marcas, de carimbo, por que não ter a pele de bebê? Por que a pele está engelhando? Por que está ficando seca, cheia de mancha? Então, eu respondo: A erosão do tempo, o sol, a chuva, o vento, o calor, assim como as montanhas são marcadas pela erosão do tempo, nosso corpo também. O importante é a cabeça, deve deixar as coisas acontecerem de acordo com a natureza, mas que a cabeça não fique assim cafona, tão para trás (Rouxinol, 59 anos).

Em uma atenção mais detalhada às duas últimas falas nos faz refletir sobre o envelhecimento como um processo multidimensional, em que os indivíduos podem compreender que a idade biológica difere da idade psicológica (Ribeirinho, 2005), uma vez que as próprias entrevistadas ressaltaram que corpo e mente se consolidam de modo distinto: no corpo percebe-se a passagem do tempo de modo mais marcado, enquanto a mente ainda se encontra em plena atividade. Sobre este fato, Goldenberg (2011), ao estudar o comportamento das mulheres brasileiras e alemãs acima dos 60 anos, percebeu que as realizações profissionais, intelectuais e afetivas das mulheres, com o avançar da idade, são mais estruturadas e importam positivamente para elas.

Envelhecimento: sob a ótica dos Homens

Os entrevistados foram questionados sobre o envelhecer e suas percepções sobre este processo. As respostas foram associadas a mudanças físicas, como cansaço físico, dificuldade de locomoção e psicossociais, como a diminuição de atividades para realizar no dia a dia. Estas percepções reiteram o pensamento de Souto (2015), que afirma que no Brasil o ser idoso ainda está muito associado a termos pejorativos e carregado pela negatividade, seja por parte dos próprios idosos e/ou pela mídia e população geral.

É ficar acomodado, pensar muito que não tem condições de praticar um esporte, achar que tem que ficar em casa, envelhecer é deixar sua mente ficar cansada e não pensar na sua melhora. (Dudu10, 67 anos);

Envelhecer é às vezes ter vontade de fazer as coisas do tempo do passado, quando fazia, podia fazer tudo e agora não tem condição de fazer, me considero cansado e velho. Não sou mais aquela pessoa de 15 anos. (João, 74 anos);

Envelhecer é criar rugas na cara, ficar com o cabelo branco, o cara ficar andando se encostando pelas paredes, ficar velho. (Matias, 75 anos). Envelhecer em idade é ter as condições físicas e biológica menos ativa. E envelhecer psicologicamente é ficar de pijama, jogando dominó em casa. (Miguel, 62 anos);

Envelhecer é quando a pessoa está sem atividade, está parado né? Sem estímulo para fazer nada, sem tesão para nada, nem para trabalhar nem para andar, nem para fazer nenhuma atividade, só cochilando. (Reges, 67 anos).

Em paralelo, as falas dos entrevistados confirmam a colocação de Kachar (2003) de que o envelhecimento humano acontece devido a várias alterações nos aspectos biológicos e psicossociais, porém variando de um indivíduo para outro. Uma vez que a vivência de cada pessoa é o que vai determinar o seu envelhecimento, este é um processo influenciado por questões de condições sociais e estilo de vida. Os homens assim como as mulheres também ressaltam que há distinção entre o físico e o psicológico no processo do envelhecimento e que fatores sociais, como desenvolver e participar de atividades está associado à dinamicidade da mente, apesar do corpo apresentar um ritmo menos acelerado.

O Vestir: os apontamentos feitos pelas mulheres

Diante dos resultados sobre a percepção das mulheres sobre o processo de envelhecimento, fez-se pertinente investigar a relação que tinham com o vestuário.

Dada a proximidade da roupa com o corpo, é relevante considerar o desenvolvimento adequado de uma roupa para a melhor satisfação do(a) usuário(a). Desta forma, seis entrevistadas responderam que faziam ajustes nas roupas visando uma melhor adequação da peça ao corpo. Enquanto as demais que não faziam ajustes, ressaltaram a dificuldade em encontrar roupas que lhes caíssem bem, mas preferiam passar pelo incômodo de procurar dentre várias peças uma que apresentasse bom caimento, ao invés de reformá-las.

Para todas as mulheres, a cintura é a região corpórea mais levada em consideração para se realizar ou não um ajuste em uma roupa. Em relação aos modelos e tipos de peças de roupa que mais lhe agradavam, conforme as imagens que lhes foram apresentadas oriundas da vitrine virtual britânica NN4M (2013), as escolhas das entrevistadas apontaram para modelos que na parte superior (top) tinham mangas - preferencialmente curtas-, decote variável, e que não fossem muito justas ao corpo. Em relação à parte inferior do vestuário (bottom), preferiram as saias, embora elas não tenham excluído a escolha por calças. Dentre os modelos *one piece*, preferiram vestidos.

Quadro 5. Modelos mais escolhidos pelas mulheres da amostra



Fonte: NN4M in MELO, J. F. H. Diálogos sobre o corpo e a roupa: o vestuário para mulheres acima de 50 anos. Monografia (Bacharelado em Economia Doméstica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2013.

Ademais, outros parâmetros devem ser pensados, principalmente tendo em vista as roupas escolhidas por Cilça e Gatosa (74 e 56 anos, respectivamente). Elas optaram por modelos bem distintos quando comparados às escolhas das outras mulheres: túnica com mangas mais longas e modelagem mais ampla (Cilça), e ambas as mulheres selecionaram peças que evidenciam o colo (principalmente a escolhida por Gatosa); como pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 6. Modelos de roupas escolhidos por Cilça e Gatosa



Fonte: NN4M in MELO, J. F. H. Diálogos sobre o corpo e a roupa: o vestuário para mulheres acima de 50 anos. Monografia (Bacharelado em Economia Doméstica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2013.

Vale salientar ainda que a idade das entrevistadas mencionadas leva à inferência de que as mulheres com idade próxima aos cinquenta anos valorizam o que se aproxima do ideário social de roupa que confere jovialidade. Por outro lado, as mulheres que estão duas décadas de vivência à frente, apresentam preferências mais próximas à visão de “mais coberto”, “mais recatado”, embora destituído de uma aparência que venha a ser tachada de “antiquada”. As entrevistadas ainda afirmaram preferir roupas coloridas e com estampas florais. Assim, destacamos que elas são as mulheres que presenciaram o colorido das décadas de 1960 e 1970, presente nos movimentos da Jovem Guarda, dos/as *Hippies* e da Tropicália; fator que pode estar atrelado ao fascínio pela diversidade e beleza das cores, tão valorizadas em suas juventudes. Nem tudo foram flores e as entrevistadas expressaram desagrado às roupas curtas, embora tenham sido da geração da minissaia; e às roupas de “cintura baixa”, pois não “modelam” a cintura.

Eu diria aos fabricantes de roupas que as mulheres não são como as modelos que vemos em revistas e televisão; o tamanho único é intolerável, os tamanhos P, M, G também não atendem as necessidades de todas as mulheres. As mais maduras em geral tendem a serem mais gordinhas; temos opções de roupas tamanho especial que os modelitos, deixam todas iguais, criatividade zero, além de terem preços abusivos nas lojas dos shoppings (Maria Ig, 59 anos).

Roupas mais modernas para gordinhas e mais jovens para mulheres acima dos 50 anos (Gatosa, 56 anos).

Por fim, em relação ao que as mulheres diriam aos produtores de roupas, as falas reforçaram a necessidade de uma maior variedade de tamanhos, modelos, principalmente para as pessoas que estão acima do peso, que é uma predisposição do público idoso diante o processo do envelhecimento. Adicionalmente, elas mencionaram a necessidade de uma maior disponibilidade de roupas que propiciem conforto térmico,

o que, principalmente no caso das mulheres, é mais sentido quando se inicia a menopausa; e com acabamento mais elaborado, dado que é um público mais exigente e de uma geração em que as roupas não eram descartáveis.

O Vestir: os apontamentos feitos pelos homens

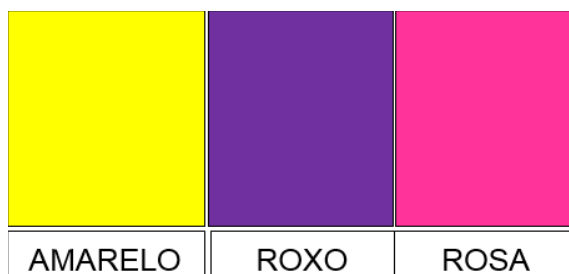
Sobre as preferências vestimentares dos idosos, isto é, a predileção de tecidos, cores, estampas e aviamentos, a maior parte dos entrevistados se reportaram primeiramente às cores e estampas, não expondo muito quais seriam suas preferências de tipos de tecidos e aviamentos. Na visão de Fischer-Mirkin (2001, p. 29) a “nossa escolha da cor vai além do mero ‘gosto’. Sejam as associações de cores apreendidas ou inatas, nossas preferências podem revelar muito sobre a nossa experiência e personalidade”. As cores mais citadas como favoritas foram azul, preto, marrom, creme e branco (Figura 2) e as menos favoritas foi o amarelo, o rosa e o roxo (Figura 03).

Figura 02. Cores Favoritas dos Entrevistados.



Fonte: NASCIMENTO, E. L. Percepção do homem idoso sobre o vestuário. Monografia (Bacharelado em Economia Doméstica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2018.

Figura 03. Cores Menos Favoritas dos Entrevistados.



Fonte: NASCIMENTO, E. L. Percepção do homem idoso sobre o vestuário. Monografia (Bacharelado em Economia Doméstica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2018.

A escolha por estas cores parece estar atrelada a um perfil consumidor que remete seu vestir à ideia de discrição e simplicidade, de modo que a preferência por cores sólidas e frias prevalece.

Todas as minhas roupas eu gosto, só não gosto dessas cores amarelo demais, bem vivo, não gosto, roupa vermelha pra mim eu não gosto, Prefiro um azulzinho, cremezinho, branco, estampa só gosto se for coisa simples, carnaval e São João não gosto, é mais uma roupa limpa, às vezes uma listradinha, mais fantasiado demais como carnaval eu não gosto. Essa roupa com esses bonecos que eles botam no peito eu não uso, não quero nem de graça. (João, 74 anos);

Que não seja estampada demais, que não seja cor de rosa, uma roupa simples. (Irineu, 70 anos).

As cores citadas como favoritas e não favoritas, podem também estar relacionadas às questões de gênero e aos padrões que a sociedade tenta impor às pessoas, ditando quais seriam as cores ideais para o sexo feminino e masculino, como dizeres de pessoas públicas de que “menino veste azul e menina veste rosa”. No que tange as tipologias das peças de vestuário, a bermuda foi bastante citada como sendo um dos modelos mais citados pela facilidade de utilização, por representar “simplicidade” e pelo clima da região, já que o Nordeste é uma região bastante quente, quando comparado às outras regiões do Brasil, se tornando assim uma peça mais “arejada” e confortável para os usuários.

Eu gosto mais de andar de bermuda, uma calça eu uso num aniversário. Eu gosto mais de tá de bermuda mais à vontade. E quase todas as bermudas eu gosto delas. (Nino, 68 anos).

Surgiram também os que declararam não ter preferência por uma peça específica, considerando ser essencial a utilização de uma roupa que esteja limpa e com caimento adequado. Mencionaram a preferência por roupas “esportivas” no seu dia a dia, seja pelo conforto ou pelo gosto pessoal.

Pra mim tanto faz, o importante é andar limpinho. (Severino, 75);

Não tenho nenhuma preferência de roupa, cabendo em mim eu vou e uso, só não gosto de roupa social, porque trabalho com jovens realizando atividades na rua, aí uso muito roupas esportivas. (Miguel, 62 anos);

Geralmente gosto muito de usar camisas esportivas lembrando a cidade do Recife, símbolo de carnaval, as roupas que compro gosto de colocar bordado do meu nome “Dudu10” e identificar meu time do coração. (Dudu10, 67 anos).

Em relação a satisfação com o vestuário, entre os que responderam estar “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”, isto se dá pelo fato de que são eles mesmos que compram suas roupas, priorizando escolher bem, de modo a evitar a sensação de arrependimento pós-compra.

Eu estou satisfeito com as minhas roupas, eu mesmo escolho e compro, procuro escolher bem pra não ter que trocar, então estou satisfeito. (Silva, 65 anos);

Gosto de todas, eu mesmo compro! (Severino, 75 anos).

Percebeu-se, porém, - mesmo os entrevistados declarando estarem “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com as roupas que possuem -, insatisfação em algumas falas, relacionada aos tamanhos e às modelagens com as peças disponíveis no mercado.

Os cortes de roupas de antigamente eram melhores que agora, os cortes de agora são bem diferentes, antigamente eu achava calças mais folgadas, hoje existem, mas são poucas no comércio, as que eu acho no comércio não me agradam o tecido, não vestem bem, não tem um bom caimento. (Elísio, 65 anos);

Às vezes tem uma roupa que assenta mais na gente, mas às vezes tem umas roupas que de acordo com a confecção ela é mais folgada, tem aquele número, mas a forma dela é mais larga um pouco, aí eu me acho meio desarrumado com a roupa folgada demais, visto porque tem que usar, mas não acho ela adequada. (João, 74 anos).

A variação das medidas para um mesmo tamanho de uma peça de roupa pode ser compreendida dada a falta de padronização de tabelas de medidas, podendo assim variar de confecção para confecção. A insatisfação dos entrevistados com a modelagem pode ser elucidada pelo fato de que o próprio fenômeno “moda” abarca mudanças; em dada época, as calças eram mais “folgadas”, enquanto nos anos 2010, a produção de vestuário tem adotado modelagens que sejam mais ajustadas ao corpo, como modelos “slim” ou “skinny”, que tem o seu uso prevalecente entre o público mais jovem.

Considerações Finais

Frente ao exposto, considera-se que o público idoso tende a apresentar a necessidade por um vestuário que represente a vitalidade de suas mentes, ao passo que se adéquam aos seus corpos em processo de envelhecimento, que naturalmente passam por mudanças biofísicas, que precisam ser consideradas por desenvolvedores de produto de moda. Se falarmos em grande escala, as roupas precisam ser pensadas com estilo transgeracional. Ou seja, o caimento adequado ao corpo não é impeditivo para que a estética seja pensada para além do que a sociedade institui como sinônimo do ser jovem, ter menos idade; pois, no público adulto em geral, há pessoas com 25 anos ou 60 anos que preferem roupas com tons fechados, enquanto pessoas com 30 ou 70 anos podem preferir roupas com estampas diversas. Afinal, cada indivíduo representa um constructo multidimensional, em processos de vida diversos, que por sua vez, repercutem em gostos e formas anatômicas diversas, não apenas devido à idade.

Referências

BALLSTAEDT, Ana Luiza Maia Pederneira. **Comportamento e Estilo de Vida da População Idosa e seu Poder de Consumo.** Disponível em: <https://dspace.palermo.edu/ojs/index.php/actas/article/view/3132>. Acesso em: 31 Mar 2025.

BRASIL. **ESTATUTO DO IDOSO.** Lei nº10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e das outras providências. Brasília: Senado Federal.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde.** /2. [online]. 2004, vol.57, n.5, pp.611-614. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>

CASTRO, Francisco de Paulo Falcão. **Elaboração de Monografia: com o preparar e redigir projetos de pesquisa, monografias, dissertações ou teses.** Olinda, PE: Livro Rápido, 2008.

CHAGAS, Adriana Moura, ROCHA, Eliana Dantas. Aspectos fisiológicos do envelhecimento e contribuição da Odontologia na saúde do idoso. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 69, n. 1 (2012).

DIOGO, Maria José D. YOSHIKA, Júlia Mieko. Ensinando a higiene pessoal e a troca do vestuário. In RODRIGUES, Rosalina A.P. DIOGO, Maria José D. **Como cuidar dos idosos.** São Paulo: Papirus, 1996. P. 33 – 42.

FLÜGEL, John Carl. **A Psicologia das Roupas.** São Paulo: Mestre Jou, 1966.

FONSECA, Maria de Fátima. FIGUEIREDO, Quelhas Barbosa. **O envelhecimento humano: aprendendo a viver com a idade.** Edições Vieira da Silva: Lisboa, 2014.

GERHARDT, T. E et al. **Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira. **Contemporânea**, 2011, ed.18, vol. 9, n.2, p. 77-85.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Índice de envelhecimento no Brasil cresce de 31,7, em 2001, para 51,8 em 2011. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticiasview=noticia&id=1&idnoticia=2268&busca=1&t=sis-2012-acesso-jovens-pretos-pardos-universidade-triplicou-dez-anos> Acesso em: 06 Abr. 2025.

KACHAR, Vitória. **Terceira idade e Informática: aprender revelando potencialidades / Third age and Informatics: learning disclosing potentialities**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOFFE, Walter. RHODEN, Emarne Luiz. **Envelhecimento masculino: urologia sem segredos. Sociedade brasileira de urologia**: Rio de Janeiro, 2005.

LIMA, Paula Garcia. **Moda, necessidade e consumo**. Disponível em: http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auuspicios_publicaciones/actas_diseño/articulos_pdf/A6037.pdf Acesso em: 31 Mar 2025.

MELO, J. F. H. **Diálogos sobre o corpo e a roupa: o vestuário para mulheres acima de 50 anos**. Monografia (Bacharelado em Economia Doméstica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2013.

NASCIMENTO, E. L. **Percepção do homem idoso sobre o vestuário**. Monografia (Bacharelado em Economia Doméstica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2018.

NERI, Anita Liberalesso. Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In: MALLOY-DINIZ, Leandro F. FUENTES, Daniel. COSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional**. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 17-42.

NETTO, Matheus Papaléo. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, Elizabete Viana. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2011. p. 62-75.

RIBEIRINHO, Carla Marina da Cunha. **Concepções e práticas de intervenção social em cuidados sociais no domicílio**. Dissertação mestrado em serviço social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 2005.

RIBEIRO, Liliâne da Consolação Campos; ALVES, Pâmela Braga; MEIRA, Elda Patrícia de. Percepção dos idosos sobre as alterações fisiológicas do envelhecimento. **Ciências e Cuidado em Saúde**, vol. 8(2), p. 220-227, Abr/Jun, 2009.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

ROCHA, Maria Alice Vasconcelos. CONEXÕES CONCEITUAIS ENTRE MODA, VESTUÁRIO, DESIGN E ARTE. In: CAMPOS, G. B.; SILVA, J. (orgs.). (Org.). **Design, Arte, Moda e Tecnologia**. São Paulo: Rosari, Universidade Anhembi Morumbi, PUC-Rio e Unesp-Bauru, 2010, v. , p. 1-12.

RODRIGUES, Nara Costa et al. **Gerontologia social: para leigos**. 2.ed.rev. e atual. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 112p.

SANTIN, Silvino. **ENVELHECIMENTO HUMANO: CIÊNCIA, CULTURA E ÉTICA**. In: Congresso Internacional de Envelhecimento Humano: da Complexidade ao Desafio da Interdisciplinaridade. Passo Fundo, 2012. Disponível em: http://www.labomidia.ufsc.br/Santin/Saude/9_Envelhecimento_humano.pdf Acesso em: 31 Mar 2024.

SANTOS, Débora Martins dos; SICHIERIB, Rosely. Índice de Massa Corporal e Indicadores Antropométricos de Adiposidade em Idosos. In: **Rev Saúde Pública**, São Paulo, 39(2):163-8, 2005.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos. **Envelhecimento e qualidade de vida na sociedade de consumo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, Recife, BR-PE, 2017.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Classe social e desigualdade de gênero no Brasil**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS. GT - Gênero na contemporaneidade, 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt09-15/3700-jsantos-classe/file>. Acessado em: 28 dez. 2024.

SILVEIRA, Icléia. Usabilidade do Vestuário: Fatores Técnicos/Funcionais In: **Modapalavra eperiódico**, Ano 1, n.1, jan-jul, 2008, pp. 21 . 39.

SOUTO, Giulyanne Maria Silva. **Imagem corporal e envelhecimento**. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2015.

SPIRDUSO, Waneen Wyrick. **Dimensões físicas do envelhecimento** - Barueri, SP: Manole, 2005.

TÓTORA, Silvana. Apontamentos para uma ética do envelhecimento. **Revista Kairós**, São Paulo, 11(1), jun. 2008, pp. 21-38.

VIANNA, Claudia Maria Monteiro. **Questões ergonômicas da relação da idosa com o vestuário**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 2016.

VIEIRA, C.M.; GLASHAN, R.Q. Aspectos gerais da anatomia e fisiologia do envelhecimento – uma abordagem para o enfermeiro. **Acta Paul Enf**. São Paulo, v.9, n.3, p.24-30, 1996.

Capítulo 5

Padrão de consumo de produtos de beleza e de cosméticos: impacto na qualidade de vida de idosos e idosas conforme a classe social

*Leyliane Clênia Alves da Silva Marques, Joseana Maria Saraiva, Letícia Linhares
Saraiva de Alencar*

Em um cenário de mudanças de valores, costumes, atitudes e de novos estilos de vida, bem como do aumento da expectativa de vida, por conseguinte, do envelhecimento populacional, o conceito de qualidade de vida tem sido bastante evidenciado e valorizado. De acordo com o novo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) o Brasil é considerado um país cuja população está envelhecendo a passos largos e vivendo mais. Para se ter ideia, a população idosa com 60 anos ou mais de idade chegou a 32.113.490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%).

Nesse contexto de crescimento da população idosa e de aumento da longevidade, a qualidade de vida tem sido encarada como um grande desafio para o Estado e para sociedade, sobretudo, no sentido de pensar essa qualidade além dos números, com vida plena e significativa, com saúde física e mental, independência e autonomia.

O crescimento da população idosa e de aumento da longevidade, é acompanhado pelos fenômenos da invenção da terceira idade e da melhor idade, que surgem no cenário das sociedades capitalistas contemporâneas, defendendo o prolongamento da vida através de vivência e de experiências inusitadas de envelhecimento, oferece aos mais velhos a oportunidade de dispor de saúde, autonomia e independência financeira, dentre outros recursos. Para Santos (2017) esse novo contexto vem acompanhado de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados com o objetivo de definir e atender as necessidades dos/as idosos/as, tidos como vítimas da marginalização e da solidão. “A nova linguagem, empenha-se em alocar o tempo dos aposentados, é ativa na construção e na defesa do envelhecimento como uma das etapas mais avançadas e dinâmica da vida, em oposição à ideia da aposentadoria como um momento de desengajamento passivo de uma vida ativa” (Debert, 1999, p. 2).

Para Blessmann (2003, p. 64) nessa perspectiva, o envelhecimento é associado às mudanças físicas, como perda de força, diminuição da coordenação e do domínio do corpo e deterioração da saúde, dentre outras, além das mudanças cognitivas evocadas por problemas relacionados com a memória e aquisição de novos conhecimentos, sem levar em conta as diferenças individuais e a relação com fatores socioeconômico, psicológicos e culturais.

A partir desse contexto, Blessmann (2003, p. 65) enfatiza igualmente as iniciativas de programas destinados ao atendimento aos idosos/as e chama a atenção para o fato de que a temática da qualidade de vida começa a ser destacada. Segundo a autora, emerge ainda, na sociologia e na psicologia, uma concepção evolutiva de velhice na perspectiva teórica do curso de vida, que passou a ajudar as ações profissionais que investem nos potenciais que as pessoas ainda conservam para a compensação das perdas próprias do processo do envelhecimento.

Nessa direção, Blessmann (2003, p.65) ressalta, sobretudo, que se faz necessário completar o contexto das teorias do envelhecimento humano, com novos estudos e pesquisas para o entendimento dos contextos que influenciam a qualidade de vida no envelhecimento, como tema de grande relevância direcionada às pessoas idosas.

Segundo Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 7) uma análise da qualidade de vida no processo de envelhecimento envolve, saindo, principalmente do reducionismo biomédico, devem abordar a qualidade de vida no processo de envelhecimento como sendo uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos que considerem (bem-estar, felicidade, amor, prazer, lazer e realização pessoal).

Chachamovich, Trentini e Fleck (2011, p. 67) chamam à atenção para o fato de que embora não haja um consenso específico sobre a definição de qualidade de vida, ou dos seus componentes, evidencia-se concordância quanto à presença de dois grupos de variáveis na determinação desta condição. O primeiro, diz respeito aos mecanismos internos psicológicos e fisiológicos, considerados importantes porque produzem um significativo grau de satisfação e de gratificação na vida, ao nível pessoal e/ou comunitário. O segundo grupo, integra os fatores externos, capazes de desencadear os primeiros, entre esses, é importante considerar aqueles gerados a partir das mudanças socioeconômica e cultural que resultou na satisfação de novas necessidades criadas pelo sistema capitalista e pela sociedade de consumo contemporânea.

Nessa direção, a literatura apresenta diferentes aspectos que definem qualidade de vida no processo de envelhecimento, estando entre estes a capacidade dos/as idosos/as de poder consumir e usufruir as possibilidades da vida, de escolher, de decidir e de ter controle, autonomia e independência sobre o que consome e sobre a sua própria vida.

Contudo, inúmeros são os estudos que mostram as fragilidades e as dificuldades dos/as idosos/as em relação ao consumo de novos produtos e de serviços em diferentes campos do consumo como: produtos e serviços de beleza; vestuário, calçados, acessórios e moda; serviços de saúde e alimentação; atividades de condicionamento físico e alojamento; produtos farmacêuticos; serviços imobiliários e de aluguel e relacionados diretamente com as tecnologias da informação e da comunicação.

A partir dessa problemática, diante das mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas no mundo moderno - que propicia a criação de novas necessidades e demandas - mais, especificamente, alterações nos padrões de consumo e no modo de vida, realizar uma investigação científica sobre a percepção dos/as idosos/as acerca dessas mudanças e como essas tem impactos seu cotidiano, bem-estar, independência, autonomia e qualidade de vida, torna-se relevante e primordial.

Considerando esses pressupostos, acerca da problemática posta, esse estudo, tem como objetivo avaliar e compreender as representações sociais dos/as idosos/as de classes alta, médias e populares, acerca do consumo de produtos de beleza e de cosméticos, como estes têm impacto em sua qualidade de vida.

Segundo Isaac e Caldeira (2020) o consumo de produtos de beleza e de cosméticos aumentou muito nas últimas décadas. Em função disso, essa autora realizou um estudo para compreender por que as pessoas usam tanto esses produtos e evidenciou que o uso está relacionado ao bem-estar e a elevada autoestima. Além disso, dependendo das faixas etárias e das classes sociais e dos diferentes graus de escolaridade e gêneros, os comportamentos de compra e os tipos de produtos de beleza e de cosmético usados pelos consumidores/as, podem ser bem diferentes.

Nessa direção, esse estudo propõe avaliar e compreender as representações sociais dos/as idosos/as de diferentes classes sociais, graus de escolaridade e gêneros, os comportamentos de compra e os tipos de produtos de beleza e de cosmético usados pelos/as mesmas e como estes têm impacto em sua qualidade de vida.

A relevância do estudo se confirma nos dados da Abihpec (2024) que mostram o Brasil ocupando a quarta posição no ranking mundial de consumo de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC), ficando atrás apenas dos Estados

Unidos, da China e do Japão, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Além disso, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) setor de HPPC corresponde a 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, esse cenário não corresponde somente em virtude do consumo feminino desses produtos, mas também do consumo masculino. Estudo publicado pela própria Abihpec mostrou que quase a metade dos homens brasileiros (45%) consome produtos de beleza e cosméticos no atendimento de suas necessidades.

Trata-se de um estudo de caso, de abordagem quantiquantitativa, cujo método de análise se constitui das representações sociais dos /as entrevistados/as sobre o fenômeno estudado. A amostra da pesquisa se compõe de 30 idosos/as com 60 anos de idade ou mais, trabalhadores/as, aposentados/as ou desempregados/as, pertencentes às classes sociais A, B, C, D e E segundo classificação do IBGE (2015/2017).

Nessa perspectiva, esse estudo se distingue por ser relevante, atual e necessário. Trata da visão dos/as próprios/as idosos/as acerca dos impactos gerados nos padrões de consumo desse segmento e como esses têm impacto seu cotidiano, modo de vida, sobretudo, no processo de envelhecimento e na qualidade de vida, conforme a classe social.

O artigo se encontra estruturada em cinco itens com questões explicativas acerca dos fatores que influenciam o consumo dos produtos de beleza e a qualidade de vida no processo de envelhecimento e a sua relação com o padrão de consumo numa perspectiva de classe.

O primeiro item trata da introdução, que agrega a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos e a importância do estudo. Questões centrais em torno das práticas de consumo existentes na sociedade contemporâneas e acerca dos fatores que tem influenciado o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento.

O segundo item caracteriza o caminho da pesquisa e os demais passos empregados, detalhando-se os procedimentos metodológicos, a abordagem, a tipologia do estudo, o universo e a amostra, o instrumento de coleta de dados e o método de análise.

O terceiro item apresenta os resultados e as discussões sobre as representações sociais dos/as idosos/as, organizados por classe social, mais especificamente, acerca dos fatores que influenciam o consumo de produtos de beleza e a qualidade de vida no processo de envelhecimento e a relação estabelecida com esse consumo, numa perspectiva de classe.

Na sequência, o quarto item traz as considerações finais do estudo, consiste na síntese dos pontos cruciais da problemática de pesquisa e das conclusões do estudo, derivadas da análise dos resultados, extraídos das representações sociais dos/as idosos/as entrevistados/as por classes sociais e as recomendações sugeridas. No final do estudo, encontram-se as referências bibliográficas.

Abordagem e Tipologia do Estudo

A pesquisa se constitui de um estudo de caso, de abordagem quantiquantitativa, cuja preocupação fundamental se funda em trabalhar com o universo de dados dos sujeitos da análise. Optou-se pelo estudo de caso, por considerar esse tipo de o estudo como a estratégia de pesquisa mais apropriada para esse tipo de investigação. O estudo de caso possibilitou apreender a realidade dos dados investigados dentro do contexto mais amplo em que se encontra situado. Além disso, propiciou a utilização de métodos e técnicas diversificadas – entrevistas, relatos e avaliações – de modo a explorar o potencial descritivo e explicativo da realidade pesquisada na sua totalidade, o qual

resultou em um retrato abrangente e detalhado da problemática em estudo (Chizzotti, 1995).

Universo e Amostra

Segundo o Censo Demográfico IBGE (2022) a população idosa com 60 anos ou mais de idade chegou a 32.113.490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). Desse segmento, 51,5% (104.548.325) eram mulheres e 48,5% (98.532.431) eram homens, com cerca de 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens.

A população idosa de Pernambuco tem aumentado nos últimos anos. Em 2022, o Censo (IBGE, 2022) registrou 9.058.931 habitantes no estado. A população idosa com 60 anos ou mais corresponde a 15% desse total (1.332.159 pessoas idosas). Recife, sua capital, local onde se realizou esse estudo, em 2022, tinha 69.141 pessoas com 65 anos ou mais.

Considerando esse universo populacional, selecionou-se, aleatoriamente (em locais de maior circulação de idosos/as), uma amostra de 30 idosos/os, de ambos os sexos, na faixa de idade de 60 a 86 anos de idade, qualificados em sete categorias, mais especificamente, empresários, aposentados, pensionistas, desempregados e autônomos. Todos com capacidade cognitiva para participar como respondente da pesquisa, compondo as classes Alta, médias e populares (C; D; E) da cidade do Recife-PE. Considerando a classificação do IBGE (2015/2017), os/as 30 idosos/as foram distribuídos em 5 Classes: Classe A (2); Classe B (2); Classe C (6); Classe D (7); Classe E (11).

Para o estudioso Richardson (2008, p. 218) o quantitativo de 20 entrevistas em pesquisa que utilize a abordagem qualitativa é o ideal. Para Creswell (1988); Guest, Bunce e Johnson (2006); Morse (2000, 2008); Harvey (2000) os trabalhos de avaliação qualitativa devem contemplar entre 30 e 50 entrevistas. Com base nesses pressupostos, compreende-se o quantitativo de 20 a 50 entrevistas como um número que permite transcrever e tirar conclusões possíveis sem probabilidade de saturação de dados. Desse modo, considera-se a quantidade de 30 entrevistas como satisfatória e mais apropriada para, inclusive, melhor contemplar as cinco classes sociais que compõem a amostra.

Instrumento de Pesquisa e Coleta de Dados

Para coleta de dados, utilizou-se um formulário de pesquisa composto por um conjunto de questões abertas e fechadas que norteou o processo de investigação. A primeira versão do formulário de entrevista foi pretextada com três (3) idosos/as da cidade do Recife-PE, entre aqueles não selecionados/as para integrar a amostra, tendo-se verificado a sua adequação à pesquisa no que concerne à extensão, à compreensão, ordenamento e a pertinência das questões aos propósitos do estudo.

As entrevistas foram realizadas pelas próprias autoras, gravadas e registradas. No final, cada idoso/a ciente da entrevista assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de dezembro e fevereiro de 2024, com duração média de 1 hora, realizada, na sua maioria, na própria residência do/a idoso/a, a pedido do/a mesmo/a.

As respostas foram tabuladas, categorizadas e distribuídas na Tabela 1. As respostas dadas as questões abertas foram agrupadas considerando o teor de semelhança e destacando-se os depoimentos considerados ilustrativos de determinados pontos de vista, opiniões ou visão. Os relatos mais significativos são apresentados na análise em

forma de recuo, em seguida foram analisadas, tendo como referência a teoria das representações sociais.

Métodos de Análise de Dados

As entrevistas realizadas com os/as idosos/as permitiram coletar informações sobre suas histórias individuais, visões e percepções sobre o universo das representações sociais. É no cotidiano que os indivíduos constroem teorias a respeito das razões existenciais e essas teorias são orientadoras dos comportamentos dos seres humanos (Siqueira, 2008, p.20).

Para análise das visões e percepções sobre o universo das representações sociais dos sujeitos, utilizou-se a teoria das representações sociais, que tem como figura central Serge Moscovici. Para o referido teórico, a noção de representação social parte de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano (Moscovici, 1981, p. 181). Este teórico defende, sobremaneira, que as representações sociais se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, permitindo encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (Moscovici, 2003, p. 123).

Perfil Socioeconômico e demográfico dos sujeitos da pesquisa

Os resultados indicam predominância do sexo feminino, casados/as, entre 60 e 64 anos, sendo a maioria funcionários públicos, aposentados/as, pensionistas, trabalhadores/as empregados/as, empresários/as ou beneficiários/as do BPC/LOAS. A escolaridade é baixa, refletindo barreiras ao acesso educacional e suas implicações econômicas.

Representações sociais dos/as idosos/as sobre o consumo de produtos de beleza e de cosméticos como estes têm impactado em sua qualidade de vida, mais especificamente, o que os sujeitos respondentes pensam sobre este fenômeno social, de acordo com suas experiências, valores, padrão de vida e classe social.

Em relação ao consumo de produtos de beleza

Quando se indagou os/as idosos/as se consumiam produtos de beleza, 90% dos/as participantes de todas as Classes Sociais (A, B, C, D e E) afirmaram utilizar produtos de beleza, apenas 10% sendo (1) da Classe D e (2) da Classe E ressaltaram não utilizar produtos de beleza. Aqueles/as que afirmaram consumir produtos de beleza justificaram o uso a partir de motivações baseadas principalmente nos benefícios e na satisfação que os cosméticos trazem no atendimento de suas demandas e estímulos interiores, destacando os desejos de melhor aparência, bem-estar e autoestima. Os depoimentos transcritos justificam essas motivações:

[...] sim, eu uso produtos de beleza, em especial os que são para o rosto como ácidos, colágeno e protetor solar e de qualidade (Idosa de 85 anos – Classe A);

[...] uso produtos de beleza como hidratante, creme de barbear, óleos corporais e até mesmo Botox. Esses produtos alteram a aparência para melhor e nos deixam mais felizes e com mais vontade de viver, passear, viajar e de namorar (Idoso de 61 anos- Classe A);

[...] eu uso sim produtos de beleza. Eles são excelentes para cuidar da aparência e manutenção da beleza. Uma pessoa bem cuidada, que usa bons produtos de beleza é muito bem tratada aonde chegar.

Beleza e cuidado é o nosso cartão de visita (Idosa de 63, anos – Classe B);

[...] eu gosto muito de usar produtos de beleza, um simples batom deixa a gente mais bonita. Uma maquiagem deixa a gente mais jovem (Idosa de 67 anos – Classe E).

Aqueles/as que alegaram não consumir produtos de beleza, ao justificar suas respostas, acabaram afirmando. Os depoimentos transcritos abaixo evidenciam essa afirmação:

[...] não. Eu não uso produtos de beleza. Homem não gosta dessas coisas, mas, eu só uso os de higiene pessoal tipo desodorante, perfume e creme de barbear (Idoso de 61 anos – Classe D);

[...] eu não uso essas coisas de beleza, acho tudo isso uma besteira. Uso desodorante e perfume e já tá bom demais (Idosa de 67 anos – Classe E);

[...] não tenho dinheiro para comprar produtos de beleza, um velho como eu só usa apenas produtos de higiene para o corpo (sabonete, desodorante, colônia) já está bom demais porque ninguém olha pra velho não, se embelezar para que? (Idoso de 70 anos – Classe E).

As representações sociais que compõem esses depoimentos, particularizando aqueles cujos/as idosos/as afirmam utilizarem produtos de beleza, refletem a percepção que possuem acerca dos impactos positivos desses produtos no autocuidado, para prevenir doenças, proporcionar bem-estar, fortalecer a autoestima e promover a interação e a inserção social. Estudo realizado por Onesko (2018) intitulado “qualidade e satisfação com a vida: percepção de beleza, autoestima e felicidade de idosos/as com um grupo da terceira idade” de Maringá-PR, evidenciou visões e concepções sobre o uso de produtos de beleza que corroboram os encontrados neste estudo. Para as mulheres idosas sujeitos desse estudo, “se cuidar” com uso de cremes, hidratantes, batons, produtos para os cabelos é fundamental para o bem-estar. Os homens, de um modo geral, afirmaram usar produtos de beleza pela importância de usar esses produtos na velhice para cuidar e manter a beleza.

No nosso estudo, a maioria dos homens usam produtos de beleza e afirmam ser indispensáveis para proteção do corpo e manutenção da beleza no processo de envelhecimento. Contrariando essa percepção, um percentual de 22,22% dos homens idosos, não valorizam o consumo de produtos de beleza e dizem não usar, mas, dizem consumir produtos de higiene pessoal – sabonete, desodorante, creme dental, entre outros. A indústria dos produtos de beleza é muito diversificada e abrange uma ampla gama de produtos, incluindo os de higiene pessoal citados pelos sujeitos que dizem não usar produtos de beleza. É comum esse entendimento acerca dos produtos de beleza e dos produtos de higiene pessoal. Esses mesmos idosos afirmaram não usar produtos de beleza “porque é coisa de mulher”.

O que se constata é que apesar do mercado de cosmético voltado ao público masculino está em constante expansão, ainda existem homens inseguros em relação consumi-los devido a tabus, que parecem ter sido derrubados, mas, ainda permanecem. Segundo Garcia (2011) ainda existe o pensamento estereotipado de que homens que usam produtos de beleza são caracterizados como afeminados.

Em relação aos produtos de beleza que mais consomem e porque consomem

Quando se indagou os sujeitos desta pesquisa sobre “Quais são os produtos de beleza que mais usam? Os/as entrevistados/as na sua totalidade, independente de Classe social afirmaram, primeiramente utilizar “perfume/colônia”, seguidos por aqueles /as, 73,33% que relataram utilizar “hidratante corporal”, 36,66% que declararam consumir “maquiagem” e nessa ordem, 36,66% afirmaram utilizar “protetor solar” corporal ou facial. Observa-se ainda um percentual de 23,33%, especificamente de homens das Classes A, C, D e E que relataram consumir o produto de beleza “Creme de barbear”. Sem desconsiderar um percentual de 10% (3) dos/as entrevistados/as da Classe D que afirmaram consumir produtos de beleza em geral, sobretudo, os de menor valor, de acordo com “Sua condição financeira”.

A partir da leitura das representações sociais dos/as idosos/as é possível observar que eles/as utilizam produtos de beleza de vários tipos - produtos para o corpo, produtos para a pele, maquiagem, produtos para o cabelo, barba, entre outros. Embora não se tenha indagado os sujeitos sobre as características dos produtos, na oportunidade da entrevista, a maioria ressaltou não apenas sobre o porquê de utilizar, mas, a finalidade – limpar, perfumar, alterar a aparências, eliminar odores corporais, manter a pele em bom estado, retirar manchas, entre outras. Os depoimentos abaixo evidenciam essas manifestações:

[...] a colônia é um produto que refresca, eleva a autoestima da pessoa, o cheiro dá prazer, o resultado é muito bom. Agora tem que ser uma colônia boa, de marca boa. Eu uso sempre, tenho de várias marcas, nem que seja cara, mas, compro (Idoso de 61 anos - Classe A);

[...] quem nunca sentiu o cheiro da colônia de bebê e não se lembrou dos filhos quando eram pequenos? As fragrâncias nos remetem a lugares, pessoas e momentos especiais. São excelentes, refresca nosso corpo, gosto muito (Idosa de 64 anos - Classe B);

[...] o meu falecido marido andava muito cheiroso, usava colônia alfazema, muito boa. Eu aprendi com ele a usar colônia, ter esses cuidados com o corpo. A gente ver que as pessoas nos tratam melhor quando estamos limpos e cheirosos. Se eu estiver em qualquer lugar e sentir o cheiro do perfume seiva de alfazema, acho que ele estava por perto (Idosa de 67 anos - Classe C);

[...] eu gosto de usar colônia, marca a história, tem uma que é bem antiga, perfumada, Alfazema, se eu senti o cheiro lembro da minha juventude, perfuma e refresca (Idosa, 64 anos – Classe D).

A análise dessas representações sociais traduz a escala de valores dos sujeitos da pesquisa em relação à manutenção da tradição do consumo dos produtos de beleza. Verifica-se o uso frequente do termo colônia visando resgatar situações inesquecíveis de histórias de vida, manifestando acontecimentos vividos que narram fatos que atribuem valor aos produtos de beleza utilizados, a exemplo do consumo de colônia. Apesar de o termo colônia ser frequentemente utilizado pelos idosos/as, atualmente verifica-se que esse termo não é comumente utilizado pelas pessoas mais jovens que costumam atribuir a esse produto de beleza o termo perfume. Pode-se justificar a utilização desse termo colônia pelos idosos/as ao fato de ser uma linguagem frequentemente utilizada na década de 60/70 associada a fragrâncias mais leves e refrescantes, enquanto "perfume" era utilizado para fragrâncias mais concentradas e intensas. Ambos os termos eram

amplamente utilizados na indústria de fragrâncias da época, refletindo as preferências e tendências da moda daquele período.

Segundo os depoimentos dos/as idosos/as acima mencionados, um dos fatores que leva ao uso de colônia é por esta propiciar frescor e bem-estar, ou seja, um estado de satisfação no qual o/a idoso/a se sente bem físico e emocionalmente. Para os sujeitos da pesquisa, o consumo de colônias leva a relembrar emoções, melhora o humor, aumenta a confiança e facilita o estabelecimento de novas relações sociais.

Essas representações sociais corroboram os estudos realizados pela Revista Super Interessante (1987), cuja análise apresenta o ato de perfumar-se como sendo um dos mais duradouros costumes do ser humano. Seja para disfarçar os odores naturais do corpo, seja como complemento de elegância e sensualidade, ou ainda para ter e transmitir a sensação de higiene e bem-estar, as pessoas consomem cheirosas essências, loções, desodorantes, talcos e colônias.

É importante considerar ainda, a partir de estudo realizado por Cerqueira *et al.* (2013) que os produtos de beleza mais utilizados pelos/as consumidores/as adultos/as no Brasil, são em ordem de preferência, perfumes e hidratantes corporal. Embora esse estudo de Cerqueira *et al.* (2013) não faça referência a idosos/as, apenas sujeitos adultos/as e nem a classe social, os dados encontrados corroboram aqueles identificados nesta pesquisa quanto ao tipo de produtos consumidos. Estudo mais recente da Revista Forbes (julho/2020) aponta no relatório da *Euromonitor International* (2018/2019), o Brasil como o quarto maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo. Essa posição do país em relação ao consumo de cosméticos para cabelo, perfumes, pele e produtos para higiene bucal, só perde para os Estados Unidos, China e Japão.

Outro produto de beleza mencionado pelos/as idosos/as sujeitos da pesquisa, utilizado na rotina de autocuidado é o hidratante corporal, citado por 73,33% dos sujeitos de todas as Classes Sociais. Para esses/as o uso do hidratante corporal é muito importante na fase do envelhecimento devido à pele necessitar de maiores cuidados, como mostram os depoimentos abaixo:

[...] eu uso hidratante todos os dias porque a minha pele, depois que fiquei com idade mais avançada, foi ficando muito seca. Se eu deixar de passar o hidratante, incomoda, a pele fica muito seca, com a aparência de relaxada e isso me incomoda. Compro sempre os hidratantes mais adequados, de qualidade (Idosa de 86 anos - Classe A);

[...] a gente vai ficando velha e a pele vai apresentando seus sinais e fica seca e enrugada. Tenho que passar hidratante todas as vezes que tomo banho, assim como o dermatologista me ensinou, pois é nessa hora que a pele absorve mais o produto. É o produto de beleza que mais uso e procuro sempre comprar de acordo com o meu tipo de pele (Idosa de 64 anos - Classe B);

[...] o uso do hidratante é importante na minha idade para manter a pele macia e me deixar cheirosa e mais jovem. São produtos caros, mas, a gente faz o sacrifício e compra porque precisamos (Idosa de 69 anos-Classe D);

[...] os produtos de beleza é caro, nunca compro, mas, as vezes ganho hidratante, gosto muito porque a pele fica mais macia, parece que quando a gente usa a pele fica mais bonita (Idosa de 67 anos - Classe E).

As análises desses depoimentos vão ao encontro do que os estudos na área dermatológica mostram acerca do que acontece com a pele no processo de envelhecimento. Percebe-se por parte dos/as idosos/as a necessidade de manter a pele sempre hidratada, contudo, evidencia-se que há um certo desconhecimento acerca dos mecanismos fisiológicos que mantem a pele seca e sobre a constituição dos produtos de beleza. Para Ribeiro (2010) e Paz *et al.* (2015) todo hidratante deve possuir uma substância conhecida como ativo hidratante (substância que penetra na pele e retém água, prevenindo a perda de água trans epidérmica), a exemplo do ácido hialurônico que é produzido naturalmente pelo corpo e com o passar dos anos fica escasso nas células provocando a perda da elasticidade da pele. Esse ativo, estimula a produção do colágeno, porém, o uso incorreto do produto pode causar sérias complicações, tais como, infecção, edema, resultado inestético, oclusão vascular, risco de necrose e cegueira.

É de grande importância conhecer essas informações, fundamentais para se conseguir um resultado eficaz do produto. Em complementação a orientação de Ribeiro (2010) e Paz *et al.* (2015), verifica-se a importância da compreensão por parte dos sujeitos deste estudo em entender que especialmente na terceira idade ocorre à desidratação, perda do colágeno e elastina, que conferem a elasticidade e a sustentação da pele. Por isso, a pele torna-se enrugada e fina. Há também a diminuição das glândulas sebáceas e sudoríparas tornando a pele mais seca e com menor capacidade de adaptação às mudanças de temperatura do meio ambiente. Somando-se a isso entender que o envelhecimento cutâneo decorre dos fatores intrínsecos e extrínsecos. O fator intrínseco que é a ação cronológica e genética sobre a pele e tecidos que se apresentam como desidratação, rugas e flacidez e o fator extrínseco, que provém de hábitos de vida ou de fatores ambientais. Essa compreensão levará os/as idosos/as a comprar e consumir produtos de beleza de forma consciente e, por conseguinte, obter melhores resultados e qualidade de vida.

Sem deixar de considerar, o que dois idosos/as das classes D e E chamam à atenção em relação ao preço dos produtos de beleza. Para eles/as esses produtos são caros e o custo interfere no consumo. É sabido que, entre os fatores que influenciam o consumo de um determinado produto é o poder de compra, sobretudo, quando se considera a condição econômica das classes menos favorecidas. É o poder de compra que vai determinar a capacidade do/a idoso/a consumir, quando é alto, a renda é maior e o consumo de um determinado produto aumenta, o contrário, o consumo diminui ou não acontece.

Segue-se a análise com 40% dos/as idosos/as de todas as Classes sociais que afirmam usar produtos de beleza tipo “creme facial” cuja função é eliminar manchas (antimanchas), antirrugas e antissinais. Deste percentual, 100% dos/as respondentes das Classes A e B declararam fazer uso diário desse produto, da classe C (33,33%), da Classe D 2 (28,87%) e da Classe E apenas 2 (18,18%), respectivamente. Verifica-se que o consumo desse produto reduz de acordo com a classe social, mais especificamente, com o poder de compra do/a idoso/a. Não dá para desconsiderar também, especialmente na área da beleza, que os preços dos produtos são motivados pelas marcas que impactam no consumo, sobretudo, quando se considera a classe social.

A marca também pode impactar na qualidade do produto, aspecto importante no processo de envelhecimento. De acordo com estudos realizados por Piaia *et al.* (2021) o envelhecimento facial está associado com a diminuição gradual da espessura da pele e a perda de sua elasticidade ao longo do tempo, acompanhado da diminuição de colágeno cutâneo, ácido hialurônico (AH) e da elastina. Ainda segundo estes autores, a exposição aos raios ultravioletas, alimentação inadequada, tabagismo e etilismo, estresse não

controlado, poluição e qualidade do sono, é algo individual, que varia com o estilo de vida e acelera o processo de envelhecimento com efeitos sobre a pele.

As mudanças resultantes desse processo podem ser corrigidas visando um rosto harmônico, natural e rejuvenescido, desde que os/as idosos/as tenham uma boa compreensão e usem de acordo com a orientação dos especialistas da área dermatológica os produtos adequados e como utilizarem de forma correta, conforme cada tipo de pele. Verifica-se, entretanto, conforme representações sociais dos/as idosos/as, que embora a procura por produto de beleza e por procedimentos estéticos pouco invasivos, seja significativa, não existe por parte dos sujeitos uma preocupação com o produto adequado e o seu uso. Na oportunidade da entrevista, apenas (1) respondente manifesta essa preocupação.

[...] Fico sempre muito atenta aos produtos cosméticos que uso, acho que os melhores são aqueles indicados pelo dermatologista, aqueles que o médico prescreve com receita e a gente vai na farmácia especializada e compra, custam caro, mais são os melhores (Idosa de 66 anos - Classe C)

O que se verifica, a partir da análise das respostas dos sujeitos, é que, embora os estudos mostrem o aumento nos últimos anos do consumo de produtos de beleza, não existe por parte do segmento idoso/a uma compreensão mais ampla acerca do uso correto dos produtos de beleza, principalmente de sua função, no caso dos cremes faciais, sua função é a recuperação e manutenção da estética facial. Esse dado é comprovado na própria literatura, segundo Machado (2024) são poucas as citações na literatura que tratam da importância de saber usar estes recursos de forma correta, qual a função de cada um, como esses produtos podem contribuir para recuperação da estética facial e qualidade de vida.

No que se refere ao uso do produto de beleza tipo maquiagem, 36,66% das mulheres, participantes da pesquisa, de todas as Classes Sociais, disseram fazer uso deste tipo de produto de beleza, visando realçar a aparência, a beleza, a jovialidade e o bem-estar.

[...] pela manhã, logo quando acordo, lavo o rosto e já passo maquiagem. Pra mim, usar batom e lápis de olho é uma maneira de ficar bonita e me sentir bem (Idosa de 67 anos - Classe E);

[...] eu gosto muito de usar maquiagem, embora alguns produtos não sejam pensados pra minha idade. Sinto-me outra pessoa quando estou maquiada, me sinto bonita, me sinto muito bem (Idosa de 64 anos – Classe D);

[...] quem inventou a maquiagem estava muito inspirado porque além de cuidar da aparência, cuida da alma e eleva a autoestima. Maquiagem é vida! Uso diariamente (Idosa de 69 anos - Classe D).

Verifica-se a partir desses registros que a concepção que as idosas têm sobre maquiagem varia de acordo com as representações sociais que possuem sobre envelhecimento e qualidade de vida. Para um percentual de 36,66% que usa maquiagem, o consumo desses produtos é fundamental para o seu bem-estar, para ressaltar a beleza na velhice, manter uma boa aparência, elevar a autoestima e confiança, refletindo uma concepção positiva sobre o envelhecimento. As idosas que afirmaram não usar maquiagem (6,66%), justificaram não usar esses produtos porque entendem o envelhecimento como uma graça divina, natural da velhice, como algo inerente ao ser humano.

[...] gosto muito de produtos de beleza, porém, não uso maquiagem porque a minha religião não permite. Aprendi a gostar da minha aparência natural e que envelhecer é uma dádiva de Deus e não preciso esconder minhas rugas, envelhecer é algo natural (Idosa de 64 anos - Classe B);

[...] maquiagem é coisa para mulheres que querem esconder a idade, as rugas, graças a Deus eu me amo como sou, amo minhas rugas, contam minha história. O envelhecer é para todos, foi Deus quem me privilegiou em chegar nessa idade (Idosa de 68 anos - Classe C).

Depreende-se a partir dessas falas um entendimento da velhice perpassada pela visão biologicizada do envelhecimento. Essa perspectiva defende o envelhecimento como um processo natural que envolve mecanismos de mudanças moleculares e fisiológicas relacionadas à idade e que provoca alterações na pele, como rugas, manchas, pele seca e de textura espessa, perda da visão de perto, perdas sensoriais (déficit auditivo e visual), déficits cognitivos, problemas osteoarticulares, entre outros.

Para Minayo e Coimbra Júnior (2002) essa concepção trata o envelhecimento como um processo negativo, carregado de estereótipos que impedem a construção de uma identidade positiva. Contrariando essa visão, Debert (1998, p.8) defende que a velhice não é uma categoria natural, mas sim uma categoria socialmente construída. O envelhecimento é inerente ao ser humano, mas, depende dos fatores de ordem não apenas biológico, mas, econômicos, sociais e culturais.

Os resultados expostos mostram que o protetor solar é um produto citado pelos/as idosos/as entre os quais eles/as menos usam. Do total da amostra, 36,66% dos/as respondentes das Classes A, B, C e D, exceto da Classe E, responderam utilizar este produto. Os resultados mostram as principais representações que os sujeitos têm sobre a importância de usar esse produto e sua finalidade.

[...] uso protetor solar no rosto e no corpo para evitar o aparecimento de manchas na pele, retardar o envelhecimento que o sol causa e correr atrás do prejuízo porque eu não usava o Sundown da maneira correta. Eu passava de manhã quando saía de casa e não passava de novo, mas aí aprendi com o dermatologista que tem que reaplicar várias vezes ao dia (Idoso de 61 anos - Classe A);

[...] Hoje uso protetor solar diariamente, conforme recomendação médica. Sou de um tempo em que as pessoas frequentavam a praia para exposição excessiva ao sol, ou seja, se bronzear, isso me trouxe danos à pele. Hoje compro e uso produto de excelente qualidade e de forma correta (Idosa de 64 anos - Classe B);

[...] Eu gosto muito do Protetor Solar do Boticário Fator 70, me protege do sol, evita manchas, não é oleoso e procuro usar seguindo recomendação do especialista (Idosa de 68 anos - Classe C);

[...] só uso protetor solar quando vou à praia e mesmo assim passo pouco porque é um produto caro e não posso ficar passando o tempo todo. No dia a dia, não uso porque esqueço e também porque fico com a pele visguenta (Idosa de 69 anos - Classe D);

[...] uso protetor solar, mas, só quando vou a praia e uso pouco, é um muito produto muito caro e rende pouco, a gente tem que economizar (Idosa de 61 anos – Classe D).

A maioria dos/as idosos/as que demonstraram utilizar o protetor solar de forma adequada, manifesta uma compreensão acerca das práticas inadequadas no cuidado com a pele e a exposição à radiação ultravioleta natural. Parecem estar conscientes de que sem usar o protetor solar podem estar expostos/as ao desenvolvimento dos agentes etiológicos para o câncer de pele. De acordo com Tofetti e Oliveira (2006) a exposição aos raios ultravioleta, dependendo do tempo de exposição e a genética pode provocar o envelhecimento precoce da pele e problemas mais sérios como o câncer de pele. Desse modo, o protetor solar se torna um aliado não só para a vaidade das pessoas, mas como um cosmético que protege a saúde da pele, sobretudo, no envelhecimento.

Pode-se verificar ainda, que, os/as idosos/as pertencentes às Classes A e B com nível de escolaridade mais elevado do que aqueles/as das Classes C, D e E utilizam o protetor solar seguindo as orientações da Sociedade Brasileira de Dermatologia (Brasil, 2004) - medida pela quantidade correta e pela reaplicação periódica do produto, indispensáveis na eficácia do protetor na pele. Esses resultados parecem refletir que o grau de instrução pode indicar que quanto mais elevado o nível de conhecimento dos/as idosos/as, maior compreensão e domínio eles/as tem sobre um determinado assunto, por conseguinte, têm habilidades superiores para entender e aplicar esse conhecimento na sua vida cotidiana.

Sobre o uso do creme de barbear 23,33% dos idosos, especificamente homens, das Classes A, B, C e D disseram fazer uso desse produto de beleza. O barbear é um dos principais meios de embelezamento masculino, mas também o grande causador de micro lesões na pele. Para esse idosos, o uso do creme de barbear contribui para manter os pelos da barba hidratados e torná-los mais macios e fáceis de cortar, uma que vez o barbear torna-se mais confortável. Esta preocupação pode ser observada na fala dos idosos entrevistados:

[...] eu uso creme de barbear para facilitar a remoção dos pelos e pra que minha pele fique lisinha, sem irritação (Idoso de 60 anos- Classe A);

[...] eu costume usar creme de barbear, é um produto muito bom, o meu rosto não fica vermelho e não inflama quando eu uso. A minha pele fica lisinha e sem arranhões, me deixando com aparência bem cuidada (Idoso de 67 anos - Classe B).

A análise desses relatos reflete os efeitos que o creme de barbear produz na pele, isto é, hidrata, lubrifica, acalma e refresca. Ademais, na concepção dos idosos desta pesquisa, o creme de barbear ajuda na proteção da pele evitando irritações e os deixando com o rosto liso e jovial. O ato de “fazer a barba” usando o produto de beleza, está, portanto, é relacionado não apenas a questões estéticas, mas, de saúde e conforto.

Considera-se ainda, 10,00% (3) do total da amostra que consome produtos de beleza, participantes, da Classe D, que afirmaram usar produtos de beleza, porém, “só compram aqueles que a condição financeira permite.” Conforme mostram os relatos abaixo relacionados.

[...] uma vez fui pro médico e ele passou um hidratante da marca Neutrogena dizendo que era muito bom, mais quando fui à farmácia, desisti de comprar, pois preço era fora do meu orçamento (Idosa de 69 anos - Classe D);

[...] Sou revendedora Avon, como vendo os produtos aí aproveito e uso, sai bem em conta para mim e minha família, se fosse para eu comprar outros produtos de beleza de outras marcas não usaria

porque meu dinheiro não dá, minhas condições não dão (Idosa de 67 anos - Classe E);

[...] eu só uso o que meu dinheiro pode comprar. Não consigo comprar coisa cara porque o preço é além do que posso pagar, se eu comprar os produtos que gostaria, vai faltar na minha feira. Então prefiro comer do que comprar produto de beleza (Idoso de 61 anos - Classe E).

Os relatos desses/as idosos/as refletem a condição de classe dos/as respondentes, cuja maioria pertence à classe D e E, e percebem de 1 a 2 salários mínimos conforme condição socioeconômica já analisada na primeira etapa dessa pesquisa. Devido aos baixos salários auferidos nas aposentadorias e nas pensões os/as idosos/as que se encontram nesses extratos vivenciam uma condição de pobreza e de miséria já constatada. O próprio governo em estudo realizado sobre os programas de transferência-distributivas (Brasil, 2019) ressalta que os/as idosos/as das classes D e E são fortemente dependentes das políticas sociais, principalmente do Programa Bolsa Família, do BPC/LOAS e da Previdência Social, cujos proventos não suprem as demandas básicas para a sua sobrevivência e qualidade de vida.

Essas análises corroboram os estudos de Guimarães (2015) cujos resultados evidenciam que a maioria dos indivíduos que se encontra nessa condição econômica, consome produtos de beleza os mais baratos, cuja compra é realizada na oportunidade da feira mensal, principalmente, no que tange a produtos para o cabelo, higiene pessoal e de cuidados com a pele, quando não, adquirem em revistas e sites, na condição de parcelas. O autor evidencia ainda que os/as idosos/as são motivados a adquirir os produtos de beleza através das propagandas, pela indicação de amigos ou a partir de suas próprias necessidades. Para esse segmento o consumo desses produtos gera expectativas em relação a se sentirem mais jovens, bonitos e atraentes, melhorar a saúde e a qualidade de vida.

Em relação à concepção sobre cosmético

Indagou-se os sujeitos da pesquisa acerca dos que é cosmético. Se sabiam o que era? Os resultados mostram que 43,33% das Classes A, B, C, D e E afirmaram que sabiam. Para estes/as, “cosméticos são produtos que reparam e protegem a pele (cuidam da pele)”. Para 23,33% das Classes A e B, são “produtos que melhoram e embelezam a aparência (deixam a pele mais bonita, mais tratada)”. Segue-se com 33,33% das Classes C, D e E que afirmam não saber o que é cosmético. Conforme representações sociais, registrou-se as seguintes visões:

[...] para mim são produtos que melhoram a aparência, rejuvenesce a pele profundamente, deixa mais bonita (Idoso de 61 anos - Classe A);

[...] são produtos para pele com a função de reparar danos e proteger a pele, devolvendo um aspecto viçoso e jovial (Idosa de 63 anos - Classe B);

[...] tipo de produto que atua na pele para cuidar, hidratar, melhorar a aparência, tratar (Idosa de 66 anos - Classe C);

[...] produtos para cuidar da pele, para tirar manchas, tirar rugas e ficar mais bonita, eu escuto muito falar e vejo na televisão (Idosa de 60 anos - Classe D);

[...] são produtos que as mulheres usam para se embelezar, produtos muito caros, nunca compro porque não posso comprar (Idosa de 67 anos - Classe E).

Verifica-se a partir das análises dos depoimentos que a concepção dos/as idosos/as sobre o que é produto cosmético, independente de classe social, reflete uma visão reduzida e limitada quando se faz uma análise mais aprofundada acerca dessa categoria de estudo. No entendimento dos/as idosos/as, cosméticos compreende apenas produtos para a pele, especificamente do rosto, que possui ativos proporcionadores de proteção para o rejuvenescimento e que reverte situações de insatisfação com a própria aparência, principalmente em relação a pele do rosto que afetam a autoestima, a insatisfação com sua autoimagem.

Segundo a definição conferida pela Vigilância Sanitária (ANVISA, 2004), cosmético “são preparações constituídas por substâncias naturais ou sintéticas, de uso externo nas diversas partes do corpo humano, pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral, com o objetivo de limpar, perfumar, alterar sua aparência e ou corrigir odores corporais e ou protegê-los ou mantê-los em bom estado”.

Para Da Franca e Machado (2019) a manutenção e a aparência da pele de idosos/as não depende apenas do uso de cosméticos, melhoram com um conjunto de práticas que vai além desses produtos, inclui desde uma alimentação saudável, rica em vitaminas e sais minerais, capaz de prevenir o envelhecimento, à prática de exercício físico de forma sistemática.

Para Scotti e Velasco (2003, p.15) a longevidade deve vir acompanhada de qualidade de vida, pois, as pessoas estão envelhecendo sem querer aprese. Para isso, é preciso considerar que a qualidade de vida envolve vários aspectos, entre os quais, bem estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais afetivos com família e amigos e condições de saúde, educação, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias adequadas.

Para Saraiva *et al.* (2024) o envelhecer com condição, por conseguinte com qualidade de vida deve propiciar maior a atenção a velhice, sobretudo, por parte do estado e pelo mercado, que deve perceber o/a idoso/a como possível consumidor/a de produtos e de serviços oferecidos pelo mercado e pelo Estado como alimentos, lazer, cultura, estética, moda, educação, transporte, segurança e saúde, tendo em vista atender as suas demandas e necessidades independente de classe social de forma satisfatória e adequada.

Em relação a preferência por marcas de cosméticos

Seguindo a investigação, questionou-se os/as idosos/as se possuíam preferência por algum tipo de marca de cosmético (Sim Não Por quê?). Da totalidade da amostra, 21 (70%) das Classes A, B, C, D e E afirmaram ter preferência por marcas e 9 (30%) apenas das Classes D e E, ressaltaram usar qualquer marca, o que dinheiro dá para comprar. Dos 70% que afirmaram sim, 30% das Classes B, C e D citaram preferir a marca Natura, seguidos de 25,55%, especificamente das Classes D e E que mencionaram a marca Avon. Segue-se a análise com 16,66% participantes das Classes C e D que também declararam preferir a marca Avon, mas, também, Nivea. Ademais 37,79% das classes A e B que mencionaram consumir produtos de mais de uma marca: O Boticário, L'occitane; Chanel; L'Oréal; Neutrogena; Pharmapele; Victoria's Secret. As representações sociais relacionadas abaixo esclarecem essa leitura estatística. Estas

afirmações podem ser observadas nas falas dos/as entrevistados/as, a partir dos depoimentos abaixo:

[...] tenho preferência sim por algumas marcas como O Boticário, L'occitane, L'Oréal, Chanel, porque são de excelente qualidade, uso com segurança e me sinto muito bem, não vejo preço, busco qualidade (Idosa de 85 anos - Classe A);

[...] eu tenho preferência por algumas marcas, já uso faz um tempo, estou acostumada e gosto. Sempre uso L'Oréal, Victoria's Secret, Neutrogena. Uso também quando o médico passa manipulado, aí dou preferência aos produtos da Pharmapele (Idosa de 64 anos - Classe B);

[...] só compro produto de beleza de marca reconhecida, porque são bons e o efeito é comprovado (Idosa 63 anos – Classe B);

[...] Uso muito a marca Nivea, uso aquela da latinha azul desde a minha juventude, tanto para o rosto como para passar no corpo, confio no produto. Natura também é uma marca boa, mas, é mais cara (Idoso de 74 anos - Classe C);

[...] eu uso tanto os produtos da Natura como os da Avon desde sempre, para mim são os melhores e tem preço bom que dá para a gente comprar e é bom (Idosa de 69 anos - Classe D);

[...] gosto muito de usar os produtos da Avon, batom, pó, hidratante, quando posso comprar, quando não tenho dinheiro, não sei em qual marca, o que dinheiro dá, compro no Supermercado, porque são baratinhos, não sei nem a marca (Idosa de 67 anos - Classe E);

[...] compro Avon quando posso, quando vejo a revista, quando o dinheiro dá, mas uso qual qualquer marca, o que o dinheiro dá para comprar, sabonete, shampoo, pasta de dente, no supermercado (Idosa de 67 anos – Classe E).

As respostas dos/as idosos/as acerca da preferência por diferentes marcas de cosméticos refletem diretamente a condição econômica, sobretudo, a classe social a que estão situados/as socioeconomicamente na sociedade. Nesse contexto, Natura e Avon - marcas populares, de grande alcance no mercado, com maior força de vendas e preços mais acessíveis - são as duas marcas de cosméticos mais mencionadas, principalmente pelos/as idosos/as das Classes C, D e E. Sem desconsiderar o que ressaltam em suas falas, “compram essas marcas quando o dinheiro dá, quando não, compram no supermercado, de qualquer outra marca”.

Os dados reforçam os resultados anteriormente analisados em relação ao perfil socioeconômico dos/as idosos/as por classe social e a relação que estabelecem com o consumo de produtos e de serviços e a qualidade de vida. Para as classes menos favorecidas quem vai determinar a compra e o consumo de produtos de beleza em relação a marca nesse estudo, é a condição econômica, o salário e a renda. Para os/as idosos/as das Classes A e B o que vai determinar a compra e o consumo de produtos e de serviços é o desejo, o que eles/as gostam e a qualidade do produto.

Segundo Santos (2017) a qualidade de vida dos/as idosos/as no Brasil encontra-se diretamente relacionada a sua condição de vida, ao salário, o nível educacional, aos rendimentos, que vão determinar a posição que cada indivíduo idoso/a ocupa na

sociedade e as características culturais e de lazer das diferentes classes. De acordo com essa análise, marcas internacionais consagradas como L'Oréal, L'occitane, Chanel, Neutrogena e Vitória Secret foram mencionadas pelas Classes A e B, refletindo a condição de renda e o padrão econômico, ressaltado pelos/as próprios/as idosos/as quando se referem só produtos de beleza de marca, de qualidade e que compram porque gostam independente preço.

Estudo realizado por Jordão (2008) com trabalhadoras domésticas de setores populares sobre mídia, consumo e beleza, evidenciou que as entrevistadas das Classes C, D e E justificam suas respostas afirmando que não citam marcas internacionais por não serem acessíveis a seu padrão de renda e de consumo. Para esse autor, os/as consumidores dessas Classes quando valorizam produtos de marcas, tendem a consumir marcas conhecidas, priorizando as que estão em promoção, portanto, com menor preço.

O contexto dessa análise reflete ainda 9 (30%) da amostra das Classes D e E que ressaltaram usar qualquer marca, o que o dinheiro dá para comprar, o que estiver mais barato.

[...] tenho minhas preferências, gostaria de comprar produtos de marcas boas, igual as pessoas que têm dinheiro usa, mas, não tenho condições, então compro qualquer marca, a que tiver mais em conta (Idoso de 60 anos – Classe D);

[...] eu compro e uso qualquer uma, nem olho de que marca é, olho preço, o que tiver mais barato compro (Idosa de 63 anos – Classe E);

[...] eu sei que existe umas marcas melhores que outras, mas, não posso comprar marcas caras, compro o que está na promoção, o que for mais barato compro (Idoso de 63 anos – Classe D);

[...] uso o que meu dinheiro pode comprar, nem entendo essa história de marca, sei nem o que é isso (Idoso de 60 anos – Classe E).

Os dados mostram que as respostas estão concentradas em dá ênfase a questão da condição econômica, refletindo a análise anterior sobre os fatores que determinam a compra de produtos de beleza ou cosméticos quando se considera a classe social. Para as classes menos favorecidas quem vai determinar a compra e o consumo desses produtos não é a marca, mas, a condição econômica, o salário e a renda.

Sobre a relação entre o uso de produtos de beleza e/ou cosméticos e o impacto na qualidade de vida

Para finalizar a pesquisa sobre o consumo de produtos de beleza e ou cosméticos e os impactos desse consumo na qualidade de vida dos/as idosos/as, indagou-se os sujeitos acerca da relação que estabelecem entre o consumo de produtos de beleza e/ou cosméticos e os impactos na qualidade de vida, mais especificamente, se para eles/as essa relação existe.

Para 88% dos sujeitos pertencentes as Classes Sociais A, B, C, D e E essa relação existe sim, e 12% das Classes D e E não souberam responder. Para os integrantes das Classes A, B e C, (40%) essa relação existe “Quando o produto é de qualidade (ajuda a elevar a autoestima; proporciona bem-estar; melhora a aparência; melhora a qualidade de vida)”. Para 32,5% dos 48% dos/as integrantes das Classes D e E “os produtos de beleza melhoram a qualidade de vida sim (para aqueles que podem comprar; para quem tem dinheiro; tem boas condições financeiras).

[...] os produtos de beleza de qualidade elevam a autoestima, os cheiros são prazerosos e trazem resultados que impactam nossa qualidade de vida positivamente (Idoso de 60 anos – Classe A);

[...] os produtos de beleza parecem que dão poderes a quem usa, estimula o bom humor, revigora a aparência, deixa a gente mais bonita, proporciona bem-estar (Idosa de 64 anos – Classe B);

[...] bons produtos ajudam os idosos a se cuidar e a diminuir os impactos do tempo, trazendo bem estar, conforto psicológico, qualidade de vida (Idosa de 67 anos – Classe C);

[...] quem inventou os produtos de beleza teve uma grande inspiração porque além de cuidar do exterior, alivia a alma e traz confiança e autoestima (Idosa de 67 anos – Classe C);

[...] produtos de beleza contribuem para qualidade de vida das pessoas sim, mas, daquelas que podem comprar produtos bons, eu por exemplo não posso (Idosa de 60 anos – Classe D);

[...] produtos de beleza trazem resultado jovial e melhora a autoestima. Certa vez fui modelo para colocar Botox, me valorizei, tive uma alegria extra, fiquei bem mais nova, minha autoestima foi a mil (Idosa de 60 anos – Classe D);

[...] é muito bom usar produtos de beleza, melhora a qualidade de vida porque a gente fica mais bonita, mas, para quem tem dinheiro e pode comprar, eu não posso, o dinheiro é muito pouco (Idosa de 67 anos Classe E).

A análise dessas falas traduz as visões dos/as idosos/as acerca do consumo de produtos de beleza e/ou cosméticos e sua relação com a qualidade de vida no processo de envelhecimento. Observa-se que a maioria dos sujeitos, independentemente da classe social, compreendem os produtos de beleza como excelentes aliados ao cuidado pessoal, melhoria da autoestima e bem-estar. Essa correlação, parece estar coerente com o conceito de qualidade de vida defendido por Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 7) que conceituam qualidade de vida no processo de envelhecimento considerando parâmetros subjetivos como bem-estar, felicidade, amor, prazer, lazer e realização pessoal. Caldeira e Isaac (2020) realizaram um estudo sobre a influência dos cosméticos no bem-estar e na autoestima e evidenciaram que o uso de produtos de beleza ou de cosméticos pelos/as entrevistados/as, muitas vezes, vai além da beleza física, ou dos cuidados higiênicos, podendo estar intimamente relacionado ao bem-estar pessoal, isto é, na maioria das vezes, o consumidor/a adquire um cosmético simplesmente para melhorar de sua autoestima.

Os dados também refletem a percepção de um percentual significativo de idosos/as, que, embora concordem que os produtos de beleza melhoram a qualidade de vida, são acometidos por um sentimento de insatisfação com a condição econômica de não poder consumir como gostariam os produtos de beleza, refletindo a influência que a condição econômica e de classe social tem sobre o consumo desses produtos no processo de envelhecimento, por conseguinte, na melhoria da qualidade de vida.

Apenas uma idosa da Classe A externou descontentamento com as linhas de produtos de beleza que estão disponíveis no mercado.

Considerações Finais

Os resultados das análises desenvolvidas neste estudo permitiram compreender as representações sociais dos/as idosos/as acerca do consumo de produtos de beleza e de cosméticos e como estes têm impactado em sua qualidade de vida, mais especificamente, o que os sujeitos respondentes pensam sobre essa questão, de acordo com suas experiências, valores, padrão de vida e classe social.

Considera-se, sobretudo, que foi imprescindível nessa investigação compreender as representações sociais dos/as idosos/as acerca do fenômeno investigado. As entrevistas permitiram coletar informações sobre suas histórias de vida, sentimentos, visões, gostos e percepções sobre o consumo de produtos de beleza e de cosméticos e como esse consumo tem influenciado e impactado a qualidade de vida no processo de envelhecimento conforme a classe social.

As análises das representações sociais mostram que, os sujeitos integrantes da pesquisa, passaram por várias fases durante a vida chegando a velhice e a cada estágio vivenciaram diversos tipos de experiências e vivências emocionais, sociais, culturais e espirituais que refletem seus valores, costumes, modo vida e seu comportamento como consumidores/as de produtos e de serviços.

Depreende-se dessas análises que vários fatores influenciam o consumo de produtos de beleza e de cosméticos. Entre esses vários fatores – os valores; a cultura; as demandas e as necessidades; a opinião de outros consumidores/as; faixa etária; novas tendências; o gosto pessoal ou preferências, entre outros. Entretanto, a classe social é o fator que mais determina o poder aquisitivo dos/as idosos/as, deixa claro a influência que o poder de compra tem para o consumo de produtos de beleza e de cosméticos por esse segmento, os impactos e a relação com a qualidade de vida.

A baixa condição econômica da maioria dos/as idosos/as em consequência dos baixos salários auferidos, pensões ou aposentadorias, sobressaindo-se aqueles/as das Classes, D e E, revela as mínimas condições de sobrevivência a que está submetida à população idosa das classes menos favorecidas sujeitos da pesquisa. Os efeitos dessa problemática parece conduzir ao consumo de produtos de beleza e de cosméticos não pela marca ou qualidade do produto e adequação ao tipo de pele e faixa etária, mas, de acordo com poder de compra.

Revelando o antagonismo entre as classes sociais, a compra e o consumo de produtos de beleza e de cosméticos para as classes A e B é determinada pela expectativa da qualidade do produto, conforto, bem-estar, segurança, seus desejos e demandas, dentre outras dimensões que vão propiciar qualidade de vida.

Considera-se que, apesar do Brasil não ser um país ainda estruturado para atender as necessidades e demandas dos/as idosos/as, sobretudo, das classes menos favorecidas, já é, de acordo com último Censo (2023) um país de velhos, cuja desigualdade social relacionadas sobretudo a renda, oferecem à população idosa um envelhecer com a qualidade de vida comprometida.

Ressalta-se que os produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC), por oferecer não apenas benefícios estéticos e prevenir doenças, quando utilizados como parte de uma rotina equilibrada de autocuidado, podem funcionar como um potencializador de bem-estar, de fortalecimento da autoestima, da inserção social e da qualidade de vida.

Nessa perspectiva, considerando a tendência de envelhecimento da população nos últimos anos, esses dados podem auxiliar o Estado e o mercado, no sentido de oferecer produtos e serviços que atendam as necessidades e as demandas das classes sociais menos favorecidas no que concerne ao poder de compra, isso significa tornar não apenas os itens de venda relacionados aos produtos de beleza e cosméticos mais

acessíveis para esse segmento da população, mas, outros bens e serviços cujo o consumo promova a melhoria da qualidade de vida.

Referências

ABIHPEC, Associação **Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos**. (2015). Disponível em: <https://abihpec.org.br/> Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. **Como prevenir o câncer de pele. Rio de Janeiro: INCA**, 2014. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/resultado.asp>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BLESSMANN, Eliane Jost. **CORPOREIDADE E ENVELHECIMENTO: O SIGNIFICADO DO CORPO NA VELHICE**. Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano, Programa de Pós-Graduação, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

CALDEIRA, Larissa Rigo; ISAAC, Vera Lucia Borges. **A Influência dos Cosméticos no Bem-estar e na Autoestima**. Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, SP, Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cosmeticsonline.com.br/artigo/417> . Acesso em: 17 abr. 2024.

CERQUEIRA, A. C. Comportamento do consumidor de cosméticos: um estudo exploratório. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira-BA, v. 6, n. 1, p. 128-157, nov. 2013.

CORRÊA, Sílvia Saldanha. **Gerontologia em Estética**. Indaial: UNIASSELVI, 2018. ISBN 978-85-515-0157-3. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=29857>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CHACHAMOVICH, Eduardo; TRENTINI, Clarissa; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Qualidade de vida em idoso: conceituação e investigação. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. 164 p.

DA FRANCA, W. B. L.; MACHADO, K. E. Promoção da saúde através dos cuidados cosméticos: programa interdisciplinar universidade da criatividade. **Revista UFG**, Goiânia, v. 19, 2019. DOI: 10.5216/revufg.v19.60617. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/60617>. Acesso em: 17 abr. 2024.

DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997.

SANTOS, Ana Claudia Saldanha dos, *et al.* Comportamento de compra de cosméticos na melhor idade: diferenças ou similaridades entre os gêneros? **International Journal of Business Marketing**, v. 3, n. 2, p. 88-97, 2018.

FERREIRA, Nácia Loureiro. **Medo da Velhice: A relação entre o envelhecer e a demanda da beleza jovial.** 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12367/1/Nadia%20Loureiro%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FIN, T. C. et al. Estética e expectativas sociais: o posicionamento da mulher idosa sobre os recursos estéticos. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 18, n. 4, p. 133-149, 2015. DOI: 10.23925/2176-901X.2015v18i4p133-149.

GARBACCIO, Juliana Ladeira et al. Conhecimento e prática referidos por idosos no autocuidado com a pele no Centro-Oeste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, p. 45-56, 2016.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: [Link]. Acesso em: 30 mar. 2024.

JORDÃO, J. **Beleza que põe mesa: a relação de trabalhadoras domésticas com mídia, beleza e consumo.** 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

ONESKO, Jéssica de Almeida. **Qualidade e satisfação com a vida: percepção de beleza, autoestima e felicidade de idosos em um grupo da terceira idade.** 2018. Disponível em: <http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/5978>. Acesso em: 17 abr. 2024.

PRAHALAD, C. K. A riqueza na base da pirâmide. São Paulo: Bookman, 2005.

RIBEIRO, A. S. **Dermatologia geriátrica: cuidados com a pele do idoso.** São Paulo: Atheneu, 2010.

SANTOS, Ana Claudia Saldanha dos. **Compra de cosméticos na melhor idade: um estudo na cidade de Santana do Livramento.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2017. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNIP_6507df2a8d459c4f02b2047e3fd04c9e. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos. Envelhecimento e qualidade de vida na sociedade de consumo. Dissertação de Mestrado/UFRPE. Recife-PE, 2017. 187f.

SARAIVA, Joseana Maria Saraiva et al. Consumo alimentar no processo de envelhecimento: fatores que interpõem conforme a classe social. In: PRAXEDES, M. F. da S. (Org.). **Ciências da saúde: bem-estar integral e qualidade de vida.** Ponta Grossa: Atena, 2024. ISBN 978-65-258-2485-7.

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. **Comportamento do Consumidor**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SCOTTI, L.; VELASCO, M. V. R. **Envelhecimento Cutâneo à Luz da Cosmetologia**: estudo do envelhecimento cutâneo e da eficácia das substâncias ativas empregadas na prevenção. São Paulo: Tecnopress, 2003.

SEBRAE. **Mercado da moda para a terceira idade: oportunidade para empreender**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mercado-da-moda-para-a-terceira-idade-oportunidade-par>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA, Carla Mendes Queiroz . A masculinidade como fator impeditivo aos serviços e ao auto-cuidado: uma revisão de literatura. [Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva](#) . Governador Valadares, 2010. 35f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em saúde da Família).

SOUZA, Ivan Domicio da Silva. **Prospecção no setor cosmético de cuidados com a pele: inovação e visão nas micro, pequenas e médias empresas**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TOFETTI, L. W.; OLIVEIRA, R. A. **Câncer de pele: prevenção e cuidados**. São Paulo: Atheneu, 2006.

Capítulo 6

Consumo alimentar saudável no processo de envelhecimento: fatores que se interpõem conforme a classe social

Joseana Maria Saraiva, João Guilherme Carvalho de Freitas, Iêda Litwak de Andrade Cezar, Leyliane Clênia Alves da Silva Marques

Para Santos (2017, p. 166), a qualidade de vida para os/as idosos/as tem classe, ou seja, está diretamente relacionada com a condição de vida, com o salário, com o nível educacional e com os rendimentos, que vão determinar a posição que cada indivíduo idoso/a ocupa na sociedade, as características culturais, de lazer, principalmente, o consumo de bens (produtos) e de serviços das diferentes classes sociais.

Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 9) a ideia de envelhecimento com qualidade de vida está associada ao bem-estar das camadas superiores, mais favorecidas, em detrimento do bem-estar das classes menos favorecidas, relacionado à baixa condição econômica. Para os/as idosos/as das classes menos favorecidas, o consumo de produtos básicos como gêneros alimentícios, é sempre associado à condição econômica, de salário e de renda, considerando as demandas e necessidades básicas para a sobrevivência (Santos, 2017, p. 168).

Com base nesses pressupostos, a condição de classe social torna-se imprescindível nos estudos que envolvem categorias de estudo como envelhecimento e qualidade de vida. Para Santos (2017) e Saraiva (2015) a condição de classe dos/as idosos/as necessita ser considerada para o entendimento das categorias envelhecimento e qualidade de vida, sobretudo, para apreender as contradições que conformam os fatores que determinam consumo diferenciado de produtos e de serviços pelos idosos/as no processo de envelhecimento.

A evolução demográfica no mundo e no Brasil é uma realidade e se constituiu fator relevante para a escolha do problema investigado nesse estudo. O envelhecimento populacional é um fenômeno que ocorre em escala global e esse processo caracteriza-se pelo constante aumento da expectativa de vida. No Brasil, particularmente, o crescimento desse segmento de “cabelos brancos” tem sido expressivo, a exemplo, segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), o percentual de idosos de 60 anos ou mais, passou de 9,7%, em 2004, para 13,7%, em 2014, sendo o grupo etário que mais cresceu na população. A expectativa é que em 2030, esta proporção corresponda a 18,6%, e, em 2060, de 33,7%, isso significa que a cada três pessoas da população, uma terá pelo menos 60 anos de idade (IBGE, 2015).

A partir dessa realidade, o envelhecer com qualidade de vida propiciou maior visibilidade a velhice, sobretudo, pelo mercado, que percebe o/a idoso/a como possível consumidor/a de produtos e de serviços oferecidos pela indústria de alimentos, do lazer, da cultura, da estética, da moda, da saúde e de outras formas de consumo.

Segundo Santos (2017, p. 19) para atender as necessidades e demandas desse segmento, emerge um nicho de mercado exclusivo, não mais limitado apenas a medicamentos e serviços de saúde, mas agora voltado também para a realização e satisfação das novas demandas de consumo desta população, oferecidos pela indústria de alimentos, dos cosméticos, da medicina estética, entre outros, que garante um novo modo viver, um estilo de vida saudável.

Particularizando a indústria de alimentos, com o crescimento da população idosa o mercado se encontra em ampla expansão. A evolução demográfica refletiu

diretamente na mudança de hábitos alimentares dos/as idosos/as e, sobremaneira, no consumo alimentar. Estudos mostram, Campos (2008); Almeida, Guimarães e Rezende (2011); Monteiro, (2012) entre outros, que devido à progressiva incapacidade para realizar sozinho as atividades cotidianas, principalmente, as atividades de preparo e cocção de alimentos, os/as idosos/as têm dado preferência a consumir alimentos de fácil preparo, evitando os que possam causar dificuldades de manipulação durante as refeições. Além disso, o processo de envelhecimento considera também outras dinâmicas sociais e psicológicas, que podem contribuir para alimentação inadequada desse segmento.

Com a evolução demográfica, a entrada da mulher no mercado de trabalho – considerada a principal cuidadora dos/as idosos/as - e com os novos modelos e arranjos familiares, começa a delinear-se a crise no cuidado desse segmento populacional. Para Fabrício (2017, p. 14), idosos/as precisam de atenção especial por vários motivos e a perda da autonomia e da independência, necessita, muitas vezes, do apoio de outros para realizar atividades essenciais à vida diária, de familiares ou de alguém que cuide deles/as. Nessas circunstâncias, ir ao supermercado para a aquisição de alimentos, bem como a preparação das refeições se tornaram tarefa muito difícil.

Essa situação vai se refletir diretamente no consumo alimentar dos/as idosos/as que passam a consumir cada vez menos alimentos naturais e cada vez mais, alimentos ultraprocessados, mais, especificamente, que passaram por uma série de processos industriais.

O que se constata é que os hábitos alimentares mudaram, principalmente, nas grandes cidades, onde antes do advento das indústrias de alimentos e dos avanços tecnológicos, se produzia refeições mais saudáveis - com alimentos sazonais, frescos e pouco processados, com sabor natural, consistência e aparência – se consome hoje, refeições mais simples e rápidas, fáceis de consumir uma vez que já vem prontas (ou semi-prontas), alimentos por conveniência.

Ocorre que, o ser humano, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, estão substituindo refeições tradicionais baseadas em alimentos de verdade, como arroz, feijão, carne, saladas e frutas, pela conveniência apresentada por alimentos prontos, industrializados, vazios em nutrientes e ricos em sal, açúcar, gorduras e outras substâncias químicas – aditivos, conservantes, estabilizante, flavorizantes e corantes - que agravam ainda mais o problema. O uso contínuo e sistemático desses alimentos traz riscos à saúde, sobretudo, dos idosos mais vulneráveis as doenças.

Segundo Minayo (2017) uma parte expressiva dos/as idosos/as do Brasil acima de 60 anos de idade, possui alguma ou múltiplas dependências físicas, mentais e sociais. Essas pessoas são as mais vulneráveis a doenças, violências, negligências e abandono e entre estas, as pobres e as que não têm família são as mais frágeis e mais vulneráveis a doenças. Também são essas as maiores vítimas da escassez de recursos, ficando a cargo das famílias atenderem às suas necessidades e demandas, comprometendo sua saúde e qualidade de vida.

Outros estudos - Chaimowick (1997); Campos (2000); Bós (2007); Campos (2008); Mendonça (2010); Menezes *et al* (2010); Almeida *et al* (2011), entre tantos outros, concordam que os/as idosos/as a partir dos 65 anos de idade é o grupo mais vulnerável as doenças, sobretudo, aquelas caracterizadas como crônicas não transmissíveis, resultantes do estilo de vida, chamados de doenças da modernidade (hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares, respiratórias, renais, musculoesqueléticas, dentária e mental). Doenças geralmente associadas aos problemas decorrentes do envelhecimento das populações e às causas externas. Entre essas últimas, os problemas socioeconômicos que expõem grandes segmentos da população a

condições de carência e demanda de consumo não satisfeito, fatores nutricionais relacionados à alimentação inadequada, alcoolismo, tabagismo ou outros hábitos.

Como problemas decorrentes de causas externas, segundo pesquisa da Vigitel (2015/2016) o consumo de alimentos doces - sorvetes, chocolates, bolos, biscoitos ou doces, como também de refrigerantes - vêm aumentando no segmento idoso a partir dos 65 anos, numa frequência de 5 ou mais dias na semana. O Ministério da Saúde (2017) em uma coletiva realizada em Brasília e transmitida pelo Periscope do Ministério divulgou os dados da Vigitel 2016 - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, sobre as Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT. Os dados mostram que as DCNTs aumentam com o avanço da idade e que atinge percentuais altos da população idosa a partir dos 65 anos, sendo mais frequente naqueles com menor escolaridade.

A obesidade aumentou consideravelmente nos últimos 10 anos, de 11,8% em 2006 para 18,9% em 2016. O diagnóstico médico de diabetes passou de 5,5% em 2006 para 8,9% em 2016 e o de hipertensão de 22,5% em 2006 para 25,7% em 2016. Hipertensão arterial e diabetes também apresentam taxas elevadas na população, principalmente em idosos e com menor nível de instrução. Para o Ministério da Saúde (2017/2018) esses dados reforçam a tendência do crescimento de portadores das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, sinalizando que as medidas implementadas na tentativa de diminuir esses números, infelizmente foram totalmente ineficazes do ponto de vista epidemiológico. Faz-se necessário a implementação urgente de estratégias efetivas para combater essas epidemias.

Essas estratégias reforça a importância essencial do foco na prevenção primária, capaz de garantir que as gerações futuras não corram o risco de morrer de forma prematura por causa dessas doenças. Para essas e outras intervenções, que trarão enormes benefícios, é preciso que os formuladores de política, os gestores públicos e os tomadores de decisão estejam preparados e atentos e em condições de neutralizar interesses contrários, por exemplo, da indústria de alimentos e de outras formas e fatores que contribuem para essa problemática.

Para Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde (2015, p. 33) o registro correto e completo de dados sobre as DCNTs, inclusive novas pesquisas e estudos mais completos, interdisciplinares, são mecanismos eficazes para diagnosticar e monitorar os fatores que levam ao consumo alimentar inadequado e ao risco as DCNTs e assim contribuir para o progresso na prevenção e promoção da saúde e qualidade de vida. Para tanto, as instâncias do setor saúde e outras diversas esferas políticas e institucionais, devem mobilizar recursos, estudos, desenvolver políticas, identificar melhores práticas e construir parcerias para o apoio prioritário à pesquisa e os estudos.

Nesse contexto torna-se primordial, nas investigações com idosos/as sobre consumo e hábitos alimentares considerar os contextos socioeconômico, cultural e o sistema de valores onde se encontram inseridos/as. Estudos de maior abrangência no campo da Saúde Coletiva enfatizam preocupações com a qualidade de vida dos/as idosos/as, tanto no que se refere aos aspectos subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal), quanto às suas necessidades básicas mais objetivas de vida.

Estudos do Ministério da Saúde (2017); Vigitel (2016/2017); Pesquisa de Orçamento Familiar – POF (2008/ 2009) mostram que, o consumo de alimentos doces - de sorvetes, chocolates, bolos, biscoitos, entre outros como refrigerantes - vem aumentando consideravelmente no segmento idoso refletindo em riscos a saúde.

Esses mesmos dados mostram que os/as idosos/as estão substituindo refeições tradicionais baseadas em alimentos de verdade, como arroz, feijão, carne, saladas e

frutas, pela conveniência apresentada por alimentos prontos, industrializados, vazios em nutrientes e ricos em sal, açúcar, gorduras e outras substâncias químicas – aditivos, conservantes, estabilizantes, flavorizantes e corantes - que agravam ainda mais a saúde. Os estudos ressaltam que o uso contínuo e sistemático desses alimentos provoca riscos à saúde, sobretudo, dos/as idosos/as, uma vez que estão mais vulneráveis as doenças.

Segundo Minayo (2017) uma parte expressiva dos/as idosos/as do Brasil acima de 60 anos de idade, sobretudo, das classes menos favorecidas, os mais pobres, são mais vulneráveis a doenças, violências, negligências e abandono. Também são essas as maiores vítimas da escassez de recursos, ficando a cargo das famílias atenderem às suas necessidades e demandas, comprometendo sua condição e qualidade de vida e sua saúde.

Outros estudos - Campos (2008); Almeida, Guimarães e Rezende (2010); Monteiro (2012); Fabrício (2017); Santos (2017), entre outros também evidenciam que os/as idosos/as a partir dos 65 anos de idade é o grupo mais vulnerável as doenças, sobretudo, aquelas caracterizadas como Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) - hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares, respiratórias, renais, musculoesqueléticas, dentária e mental). Doenças geralmente associadas aos problemas decorrentes do envelhecimento das populações e causas externas. Entre essas últimas, os problemas socioeconômicos expõem grandes segmentos da população a condições de carência e demandas de consumo não satisfeitas, fatores nutricionais relacionados à alimentação inadequada, alcoolismo, tabagismo ou outros hábitos.

Como problemas decorrentes de causas externas, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2011, p. 11) através do Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) para 2021-2030 (Plano de Dant), considera as DCNTs um problema de saúde de maior magnitude e responsáveis por a 72% das causas de mortes. As DCNTs atingem fortemente camadas pobres da população e grupos vulneráveis, sobretudo, idosos/as. De acordo com os dados a Vigitel de 2015 a 2016, a obesidade aumentou consideravelmente nos últimos 10 anos, de 11,8% em 2006 para 18,9% em 2016. O diagnóstico médico de diabetes passou de 5,5% em 2006 para 8,9% em 2016 e o de hipertensão de 22,5% em 2006 para 25,7% em 2016. Tanto a obesidade quanto a hipertensão arterial e a diabetes apresentam taxas elevadas na população, principalmente em idosos e com menor nível de instrução.

Diante dessa problemática, este estudo tem como objetivo analisar e compreender as representações sociais de idosos/as de diferentes classes sociais da cidade de Recife-PE acerca da relação entre consumo alimentar saudável e qualidade de vida no processo de envelhecimento. Mais, especificamente, compreender os fatores que se interpõem ou contribuem para uma alimentação saudável no processo de envelhecimento a partir da visão dos/as idosos/as. Para tanto, necessário se faz caracterizar o perfil socioeconômico e demográfico dos/as idosos/as, sujeitos da pesquisa, tendo em vista compreender esse perfil conforme a classe social.

Nessa perspectiva, este estudo visa subsidiar as políticas voltadas para o planejamento e desenvolvimento de ações de prevenção, promoção da saúde, sobretudo, com foco na alimentação saudável no processo de envelhecimento tendo em vista a melhoria da saúde e qualidade de vida dos/as idosos/as.

Metodologia, Abordagem e Tipologia do Estudo

O estudo se constitui de natureza quantitativa, constituindo-se o estudo de caso a estratégia mais adequada para a investigação. A opção por esta abordagem justifica-se por ser a mais indicada para categorizar, analisar e interpretar os fatos que trabalham com os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, um espaço

profundo de apreensão das relações, dos processos e dos fenômenos (Minayo, 1994, p. 21). O estudo de caso possibilitou aos pesquisadores/as ampliar as possibilidades de uso das ferramentas metodológicas, obtendo um cenário tanto mais abrangente, como detalhado do fenômeno estudado.

Segundo Chizzotti (1995, p. 102) e Yin (2001, p. 94), o estudo de caso é a técnica mais utilizada por propiciar o uso diversificado de diferentes fontes de evidências, além de possibilitar um retrato abrangente e detalhado do fenômeno em estudo, favoreceu a organização do relato dos dados de forma ordenada e crítica, permitindo uma avaliação analítica e fidedigna.

O sujeito-alvo do estudo de caso se constituiu dos/as representante típicos do problema em questão, que neste estudo é o segmento idoso/a da cidade do Recife/PE, de diferentes classes sociais, do qual se busca apreender as representações sociais que possui acerca da relação hábitos e consumo alimentar saudável e qualidade de vida no processo de envelhecimento.

O estudo de caso considera a utilização de métodos e técnicas diferenciadas, como - documentos, artefatos, entrevistas, observações, relatos, avaliações - de modo a explorar o potencial descritivo e explicativo do fenômeno pesquisado, a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos às categorias teóricas analisadas. Para Chizzotti (1995, p.102), o uso diversificado desses recursos leva a um aprofundamento mais detalhado do fenômeno estudado, o que favorece uma organização e uma construção crítica do fenômeno estudado.

Universo e Amostra da Pesquisa

No Brasil, segundo o IBGE (2010, s/p) o número de idosos/as corresponde a 20.590.599 pessoas, representando 10,8% da população total. Em Pernambuco, segundo dados desse mesmo censo, a população do estado compreende 8.796.448, sendo 7,8% representado pelo coletivo idoso/a.

Considerando esse contexto, adotou-se a classificação socioeconômica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015) que divide o segmento populacional, incluindo os/as idosos/as em cinco faixas de renda ou classes sociais (A, B, C, D e E).

Essa classificação se tornou a mais adequada para esta pesquisa uma vez que o IBGE utiliza o critério rendimentos mensal para considerar a estratificação socioeconômica dos/as idosos/as. Assim, a amostra foi distribuída em cinco (5) classes sociais, com rendimento mensal mensurado em salários mínimos. Nessa direção, consideram-se as classes A, B, C, D e E como sendo, respectivamente, a Classe Alta, Média Alta, Média/Média, Média Baixa e Classe Baixa.

Dessa forma, a classe E compreenderá aqueles/as idosos/as que recebem de ½ a 2 salários mínimos; a classe D vai de 2 a 4 salários mínimos; a classe C de 4 a 10 salários mínimos; a classe B entre 10 e 20 salários mínimos e a classe A acima de 20 salários mínimos, conforme orientação do IBGE (2015).

Para seleção de uma amostra significativa, considerou-se os estudos de Cresswell (1998, p.159) que orienta para a amostra de estudos com abordagem qualitativa, ater-se no máximo a 25 e no mínimo 5 entrevistados/as. Complementando essa orientação, Minayo (2017, p.6), salienta que a pesquisa de abordagem qualitativa não requer uma quantidade de entrevistados (as) maior que 30, para qualquer tipo de fenômeno investigado.

Contudo, optou-se por realizar a coleta de dados através da técnica de entrevista semiestruturada com 40 idosos/as de classe sociais diferentes (A, B, C, D, E) selecionados/as aleatoriamente, considerando 2 da classe A, 2 da classe B, 12 da classe

C, 7 da classe D e 17 da classe E, considerando os percentuais da população brasileira, estratificada em cada classe social, conforme o IBGE (2015).

As entrevistas foram transcritas através de um questionário, composto de perguntas abertas e onde os/as idosos/as foram interrogados sobre seus dados sociais, demográficos e econômicos e sobre o conhecimento e significados acerca da alimentação saudável, hábitos alimentares, qualidade de vida e envelhecimento, entre outros aspectos correlacionados. Além disso, foi questionado também sobre os fatores que se interpõem ou contribuem para a construção de hábitos alimentares e alimentação saudável no processo de envelhecimento com qualidade de vida. Posteriormente, as respostas foram tabuladas e categorizadas para as análises e discussão dos dados obtidos. O critério de escolha adotado além da classe social foi a aceitação dos/as entrevistados/as em participar da pesquisa após esclarecimento dos objetivos da mesma pelo pesquisador e assinatura do termo de consentimento. Os/as entrevistados/as foram selecionados/as de forma aleatória, sendo divididos posteriormente, por gênero, faixa etária e classe social de acordo com sua renda.

A fim de manter a integridade e anonimato dos/as idosos/as que se dispuseram a participar da entrevista, os/as mesmos/as foram esclarecidos/as sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, lendo e concordando em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados

Para elaboração de uma coleta de dados completa e que traga de forma integral todas as informações referentes ao problema estudado, considerou-se na pesquisa o uso da entrevista estruturada auxiliada por um questionário contendo perguntas abertas e fechadas.

Para isso, entende-se que a entrevista estruturada se constitui como a técnica de coleta de dados fundamental, por ser a mais adequada para a obtenção das representações sociais dos sujeitos no contexto social estudado. Segundo Richardson (2012), a entrevista estruturada é uma importante técnica que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre o entrevistador e o sujeito entrevistado, facilitando a interação face a face, elemento fundamental na pesquisa em ciências sociais.

Para tanto, o instrumento de coleta de dados se constituiu de um formulário de entrevista composto por um conjunto de perguntas abertas e fechadas compondo cinco (5) blocos. O instrumento (Apêndice A) definitivo coletou as respostas dos objetivos propostos e ficou estruturado da seguinte forma: BLOCO I – Dados de identificação da entrevista; BLOCO II – Caracterização socioeconômica-demográfico e cultural dos/as idosos/as participantes da pesquisa. BLOCO III – Identificação das representações sociais dos/as idosos/as das classes sociais pesquisadas sobre alimentação saudável; BLOCO IV – Representações sociais dos/as idosos/as das classes sociais pesquisadas sobre a relação entre alimentação saudável e qualidade de vida versus processo de envelhecimento; BLOCO V – Identificação dos hábitos alimentares dos/as idosos/as; BLOCO IV – Identificação das práticas de consumo alimentar dos/as idosos/as.

No final, cada idoso/a ciente da entrevista assinava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice B). A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2018, com duração média de 1:30 hora, nas residências dos/as idosos/as, a pedido dos/as mesmos/as.

Os dados identificados serão analisados considerando a representação social dos sujeitos, estabelecendo parâmetros com os diferentes estudos de casos desenvolvidos no Brasil e em outros países do mundo, dando especial atenção aos aspectos relacionados

por estes estudos como essenciais para a compreensão dos hábitos e do consumo alimentar dos idosos/as, especialmente a identificação dos fatores que interferem ou contribuem para que os sujeitos da pesquisa tenham uma alimentação saudável no processo de envelhecimento com qualidade de vida.

Método de Análise dos Dados

As análises e discussões tratadas neste estudo foram baseadas na teoria das representações sociais, desenvolvido por Serge Moscovici, que entende que as representações sociais se constituem como uma das formas de interação entre os sujeitos ou grupos a partir da compreensão da realidade, capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade (Moscovici, 2003, p. 40). O conceito das representações sociais, a partir dos estudos de Moscovici, consiste numa área de conhecimento específico que tem por objetivo a construção de condutas comportamentais e estabelecer comunicação entre sujeitos em um grupo social produtor de interações interpessoais. A representação social, conforme Moscovici (2003), considera as Teorias do Senso Comum, o que significa que os indivíduos constroem em seus cotidianos teorias a respeito dos objetos sociais e essas teorias são orientadoras dos comportamentos dos seres humanos. Nesse sentido, buscava compreender o processo de construção de teorias do senso comum, mostrando que este se diferencia dos outros tipos de conhecimento.

Já para Gramsci (1989), o senso comum seria o ponto inicial de onde se deveria partir para construir uma nova concepção de mundo, uma consciência crítica, ou seja, o senso comum, por ser submisso à ideologia dominante, precisaria, então, de ser superado pela filosofia da práxis. A possibilidade única do senso comum ser capaz de gerar mudanças só pode se dar pela via da possibilidade desse senso comum ser capaz de se transpor de uma consciência ingênua do mundo para uma consciência crítica.

Segundo Moscovici (1981, p.181), a noção de representação social parte de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no curso de comunicações interindividuais. As representações sociais se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, do mundo concreto, permitindo encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (Moscovici, 2003, p. 123).

De acordo com Faria e Santos (2016, p. 26), as representações sociais regem as relações entre as pessoas, orientam as condutas e definem as identidades pessoais e sociais. Nessa direção, as representações sociais são um método eficiente para análise das concepções de idosos/as, sobre o que entendem por alimentação, sobretudo, a alimentação saudável. Visto que toda sua construção e desenvolvimento cronológico são sociais e seus hábitos alimentares e conhecimentos sobre o assunto foi formado com vivências de toda sua vida. Justamente por essa complexidade que se refere o estudo dos hábitos alimentares e seus significados que para Minayo (2007, p. 236), as Representações Sociais manifestam-se por meio de falas, atitudes e condutas que se rotinizam no cotidiano.

Dessa forma, o estudo buscou compreender as representações sociais dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre hábitos e consumo alimentar de idosos/as de classes sociais diferentes da cidade de Recife – PE. baseado também em bibliografia que aborde o tema proposto. Para isso, foram consultados diversos estudos publicados em periódicos nacionais e internacionais, bancos de dissertações e teses, livros, documentos oficiais, dentre outros que abordassem os temas sobre consumo alimentar, alimentação, alimentação saudável, hábitos alimentares, envelhecimento, classe social e qualidade de vida de idosos/as.

Análise e discussão acerca do perfil socioeconômico e demográfico dos/as idosos/as participantes da pesquisa

A análise e discussão dos dados sócios - demográficos de 40 idosos/as divididos/as por classe social (A, B, C, D, E) considera a divisão do grupo por sexo, faixa etária, estado civil e o nível de escolaridade, bem como os dados econômicos – faixa salarial e procedência dos benefícios.

Quanto ao sexo

O aumento da expectativa de vida do ser humano é uma realidade em escala global, condição também presente no Brasil. Segundo uma análise dos Censos Demográficos do IBGE de 1940 até 2015 evidenciam que houve um aumento crescente no número de idosos/as no Brasil. Os dados demonstram que em 1940, 4% da população brasileira tinha mais de 60 anos. No ano 2000, esse percentual ascende para 8,6% da população total do país, significando um aumento de 4,6%, dentro da faixa etária dos 60 anos ou mais. Em 2010, o IBGE aponta que 10,8% da população brasileira é de idosos/as, em 2014 essa população cresce para 13,7% e em 2017, segundo o IBGE (2018), supera o percentual para 30,2 milhões de idosos(as).

Outro dado relevante que traz o IBGE (2018), diz respeito à população brasileira idosa em relação ao sexo, dos 30,2 milhões de idosos/as com mais de 60 anos em 2017, as mulheres são maioria expressiva nesse grupo etário, com 16,9 milhões (56%), enquanto os homens idosos representam 13,3 milhões (44%).

Os dados apresentados na Tabela 1 corroboram a pesquisa realizada pelo IBGE (2017) no que concerne ao sexo no Brasil, uma vez que o percentual de mulheres idosas (60%) é significativamente superior ao de homens idosos (40%).

Os dados encontrados nesse estudo corrobora aqueles encontrado em Pernambuco e em Recife quando se identifica os dados em relação ao sexo da população idosa. Segundo IBGE (2018) 8,6% da população desse estado é idosa, considerando o total de 9,49 milhões de habitantes. Em Pernambuco, segundo dados do Censo Demográfico IBGE (2010), a população do estado consolidou 8.796.448 habitantes, sendo destes 7,8% representada pelo coletivo idoso. Recife, local onde se realizou essa pesquisa, possui uma população de 1.537.704 habitantes, sendo 53,84% do sexo feminino e 46,16% do sexo masculino, mais, especificamente 7,5% é do sexo feminino com 60 anos ou mais de anos e 4,4% é do sexo masculino com 60 anos ou mais.

Quanto a Faixa Etária

No que diz respeito a faixa dos/as idosos/as identifica-se que a faixa etária entre 60 e 74 anos de idade é a que apresenta maior quantitativo de indivíduos, composta por 34 pessoas (85%). Em seguida vem à faixa etária entre 75 e 84 anos de idade (12,50%) e com menor percentual a faixa etária entre 85 ou mais de 90 anos de idade (2,50%). Esses dados corroboram aqueles do identificados pelo IBGE (2015) cuja expectativa de vida da população idosa no Brasil é de 75,5 anos de idade.

De acordo com Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 28) é comum separar esse segmento populacional em dois subgrupos etários: de 60 a 79 anos e de 80 anos ou mais. Os avanços da medicina e da tecnologia levaram ao aumento da sobrevivência dos indivíduos, isso, o grupo de 80 anos ou mais, chamado de “mais idoso”, passou a ter maior representatividade dentro de segmento. Apesar desse grupo não ser preponderante

nesse estudo, os dados mostram que um percentual de 7,50% pode ser caracterizado como mais idosos.

Diferentes normativas e documentos legais caracterizam a faixa etária da entrada do ser humano na terceira idade ou velhice. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003) justifica que começa aos 60 anos de idade nos países em desenvolvimento e aos 65 anos de idade nos países desenvolvidos. A Constituição Federal Brasileira (1988), menciona a terceira idade com início aos 65 anos de idade, ao tempo em que o Código Penal Brasileiro refere a idade de 70 anos. Já a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, Art. 1º/ 2003) considera idoso/a, a pessoa com idade igual ou maior de 60 anos.

A partir dessa condição, uma expressão bastante utilizada para caracterizar a faixa etária dos/as idosos/as é a terceira idade, pronunciada pela primeira vez pelo médico e gerontólogo Jean-Auguste Huet em 1956 em Paris, posteriormente usado por outros pensadores. Para esse gerontólogo, os idosos na terceira idade faziam parte da classe de pessoas que vivem a sua terceira idade (*troisième âge*) e o termo passou a ser amplamente repetido e utilizado, vinculado ao envelhecimento com a aposentadoria. A terceira idade, como sugere “L’invention du troisième âge” (Lenoir, 1979) emerge em meio aos debates acerca da responsabilidade social e a necessidade de políticas públicas que contemplem a situação vital das pessoas acima de 60 anos, que carecem de auxílio financeiro e cuja aposentadoria não cobre as necessidades reais da condição física própria desta faixa etária (Ruelle, 2003).

Outra caracterização dos /as idosos/as segundo Papalia, Olds e Feldman (2013, p. 573) utilizada pelos cientistas sociais especialistas em envelhecimento referem-se a três grupos de adultos mais velhos: o “idoso jovem”, o “idoso idoso” e o “idoso mais velho”. Cronologicamente, os idosos jovens são pessoas entre 65 e 74 anos, que em geral são ativas, animadas e vigorosas. O idoso idoso, são pessoas entre 75 e 84 anos e o idoso mais velho, pessoas com 85 anos em diante, mais propensas a uma condição de fragilidade e doença, e com dificuldade em administrar as atividades diárias da vida (ADVs). Considerando os dados encontrados nesse estudo e a relação com essa caracterização, identifica-se que o nosso maior percentual são idosos/as jovens (85%) e significativamente heterogêneos em vários aspectos.

Quanto ao Estado Civil

Os dados da Tabela 1 apresentam a distribuição da amostra desta pesquisa em relação ao estado civil. Ressalta-se a predominância do estado civil casado com 65% (25), em todas as classes sociais. A presença de homens idosos casados é maior - 87,50% (14) do que a presença de mulheres casadas idosas, 11 (45,83%), sobretudo, na classe C com 41,66% (5) e classe E com 29,41% (5) de homens casados. A justificativa para essa quantidade de homens casados, segundo Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 32) se deve a redução da mortalidade de homens na idade adulta que contribuiu para uma diminuição da viuvez e um aumento na proporção de casados, principalmente para homens idosos. Outro fator a ser levado em conta é que 13 dos 14 idosos casados possuem idade entre 60-75 anos, intervalo que corresponde à média da expectativa de vida da população brasileira – 75,5 anos (IBGE, 2015).

O segundo de maior percentual referente ao estado civil dos/as idosos/as constitui o da viuvez (20,51%). Dos/as idosos/as viúvos/as, 2 são homens e 6 são mulheres. Em relação a classe social, desses/as 8 idosos/as, 5 são da classe E, 1 da classe D e 2 da classe C. De acordo com Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 30) as mulheres idosas estão mais propensas à longevidade, devido ao maior cuidado com a saúde em relação aos homens. Por conta disso, idosas tem maior probabilidade de

ficarem viúvas, mas, normalmente, em condições socioeconômicas desfavoráveis, como violência, discriminação e baixa fonte de renda, confirmando a condição social da maioria das mulheres viúva entrevistadas nesse estudo.

A viuvez pode também ser resultado, segundo Fonseca et al., (2015, p. 40), da relação de homens mais velhos com mulheres mais novas, de acordo com as normas sociais e culturais da sociedade, principalmente, à época em que eram jovens adultos. Santos (2017, p. 98) afirma que muitas viúvas idosas não voltam a se casar porque dependem das pensões e estas representam peso no orçamento familiar. Para se ter uma ideia dessa condição, a Tabela 2 apresenta os dados socioeconômicos referentes a procedência dos recursos e benefícios dos idosos/as, mostram que, 7,69% (3) são pensionistas e do sexo feminino, 1 da classe C, 1 da D e 1 da classe E. Das 3 idosas pensionistas, 100% vivem com companheiros (7,69%), mas não são casadas com eles - devido a possibilidade de perda da pensão - corroborando com a análise realizada por Santos (2017) que afirma sobre o peso desse benefício na renda familiar.

Corroborando Santos (2017), Dias *et al.* (2018, p. 483) afirma que apesar da longevidade, idosas com menor renda, estão mais expostas a adoecimentos e privação material básica, que certamente se adicionam as doenças próprias da velhice, a viuvez prolongada, ausência de cuidados familiares e a violações diversas, como a violência doméstica, do que os homens de menor renda nessa faixa etária. Nessa perspectiva, para Santos (2017, p. 97) compreender o perfil socioeconômico dos/as idosos/a levando em consideração a faixa etária, o nível socioeconômico, o suporte familiar, são importantes

tendo em vista compreender a condição de vida e sua relação com o processo de envelhecimento, longevidade e qualidade de vida. Por fim 3 idosos/as são solteiros, sendo um 1 da classe A e 2 da classe E.

Quanto à Escolaridade

Os dados mostram que uma grande parcela dos/as idosos/as entrevistados/as, 60% possuem Ensino Fundamental Incompleto e apenas 2,50% o Ensino Fundamental Completo, desses/as a maioria é das classes D e E, consideradas menos favorecidas. Seguidos de 20% que possui Ensino Médio completo, 7,50% Ensino Superior Completo, 2,50% Especialização e 5,00% Doutorado. Ademais, 2,50% dos/as idosos/as da pesquisa são analfabetos. Esse resultado mostra o grande percentual de idosos/as que não possuem formação básica completa (Ensino Fundamental e Ensino Médio). Esses dados refletem diretamente a condição de classe dos/as idosos/as, uma vez que a maioria dessa parcela se encontra nas classe D e E. Os dados mostram que entre 45,83% do Ensino Fundamental Incompleto são da classe E, 10,25% da classe D e 37,50% da classe C. Todos os/as entrevistados/as das classes A e B possuem Ensino Superior Completo e 2 possuem Doutorado. Apenas 1 indivíduo da classe E possui o Ensino Superior Completo e 1 indivíduo da classe C possui especialização.

Estudo realizado por Dawalibi *et al.* (2014, p. 3510) evidenciou que ter o Ensino Superior completo influencia positivamente na qualidade de vida dos/as idosos/as. O nível de escolaridade dos/as idosos/as nesse estudo (indivíduos com Ensino Superior ou Médio) tornam-se diferenciados em relação aos que tem menor nível de instrução (Ensino Fundamental) e permite que administrem a renda de forma a usá-la com mais consciência, atenuando o impacto da situação socioeconômica sobre sua qualidade de vida.

Segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010) apenas 19,5% de toda população idosa do Brasil é alfabetizada, isto pode justificar a baixa escolaridade desse segmento. Outro dado que somando a esse pode justificar a baixa escolaridade dos/as idosos/as, sobretudo, dos/as mais pobres, é o que apresenta a Pesquisa Nacional por Amostras de

Domicílios (PNAD, 2016) em relação aos idosos/as que ainda trabalham, 65,5% possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto como maior nível de instrução. A mesma pesquisa aponta que 67% desses/as idosos/as começaram a trabalhar com no máximo 14 anos de idade, explicando um dos motivos que aponta essa discrepância quanto a escolaridade, não tiveram tempo de estudar.

Estudo realizado por Campos *et al.* (2016, p. 9) sobre o envelhecimento saudável, a partir do ponto de vista de idosos/as octogenários/as, evidenciou que dos/as participantes da pesquisa, a maioria era do sexo feminino, viúva, com baixa escolaridade, aposentadas ganhando menos de um salário-mínimo e vivendo na companhia de familiares ou cuidadores

Essa condição se assemelha a encontrada nesse estudo, sobretudo, no que concerne ao sexo, a escolaridade e a renda, uma vez que, dos/as 24 idosos/as que possuem o Ensino Fundamental incompleto, 14 são mulheres e das classes menos favorecidas. Segundo Campos *et al.* (2016) essa condição reflete hoje as desigualdades sociais do início do século XX, época em que essas idosas deveriam estar na escola, mas, a essas era vedado o direito de estudar, principalmente, as mulheres pobres.

A população idosa longeva de hoje, principalmente, aqueles/as que se encontram com mais de 75 anos, viveu o período escolar em que poucos frequentavam a escola e que não havia a abrangência do ensino público de massa, isso justifica, especialmente, nas classes menos favorecidas, o baixo nível de escolaridade, confirmado pelos resultados encontrados. Segundo Porciúncula (2012, p. 63) era comum que as famílias dessem mais importância ao auxílio dos filhos na manutenção financeira da casa do que à formação escolar. Além disso, as mulheres não iam à escola, pois deveriam passar por uma formação dedicada ao lar e a serem boas esposas e mães, enquanto seus maridos saíam para o trabalho.

Caracterização do perfil socioeconômico dos/as idosos/as participantes da pesquisa conforme classe social

Os dados revelam as diferenças de faixa salarial dos sujeitos entrevistados quando se considera as diferentes classes sociais referenciadas pelo IBGE (2006). Observa-se que a maioria 52,50% dos/as idosos/as percebem entre $\frac{1}{2}$ a 2 salários mínimos e que desse percentual 80,95% pertencem a classe E. Em seguida, 30% se encontram na faixa salarial de 2 a 4 Salários Mínimos e pertencem a Classe C e D, a maioria concentra-se na Classe D (85,72%), contudo, vale ressaltar que os salários não chegam a quatro mínimos. Os dados mostram ainda que 3 idosos/as se encontram na faixa salarial entre 4 e 10 mínimos (Classe C Média/Média, entretanto, vale a pena chamar atenção que desses/as nenhum chega a perceber mais que 5 salários mínimos.

Esses achados corroboram dados recentes do perfil socioeconômico dos/as idosos/as de Recife – PE, em estudo realizado por Santos (2017), cuja análise evidenciou que a maioria dos/as entrevistados/as pertencentes às Classes C, D e E, sobretudo, das duas últimas, percebem salários entre menos de 1 a 3 Salários Mínimos, refletindo segundo a autora a condição de pobreza e de vulnerabilidade social em que estão submetidos os/as idosos/as em função dos salários auferidos. Essa reflexão é particularmente relevante quando se considera a renda familiar dos/as idosos/as das classes D e E participantes da pesquisa que deu origem a esse estudo. Embora os dados da Tabela 2 não apresente a renda familiar dos/as idosos/as, na oportunidade da entrevista, a maioria revelou que o salário era a única renda da família, oriunda da aposentadoria ou de pensões, conforme mostram os relatos abaixo:

[...] tenho vergonha de dizer quanto ganho de pensão, é muito pouco, só dá para comer, e é com essa única renda que a família vive (Idosa – Classe E);

[...] a gente dá graças a Deus porque se não fosse a pensão, eu e toda família passava fome, é muito pouco mesmo, mas, a gente vive disso (Idosa – Classe E).

Nessa linha de argumentação, estudos realizados por Neri (2007, p. 14) com objetivo de avaliar a relação entre renda e consumo de idosos, evidenciou analisando os resultados da Pesquisa de Idosos/as no Brasil do SESC/FPA. Idosos entrevistados, 93% afirmaram que o principal destino da renda é com a alimentação, ressaltando a importância da mesma na aquisição de alimentos. Com o passar da idade, o gasto da renda com alimentação diminui – 94% dos idosos/as entre 60 e 64 anos de idade gastam primariamente com alimentação, enquanto 90% dos idosos/as que estão com mais de 80 anos de idade. Em contrapartida aumentam a despesa com remédios (50% contra 80%) (Neri, 2007, p. 18).

Santos (2017, p. 112) chama à atenção para o pressuposto de que o acesso aos recursos financeiros é um dos fatores determinantes de qualidade de vida para os/as idosos/as, uma vez que estes são essenciais para garantia das condições básicas para se ter qualidade de vida – bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, lazer, saúde, alimentação saudável, educação e outros parâmetros que afetam a vida do/a idoso/a. Na pesquisa realizada por esta autora, em Recife-PE, local de realização desse estudo, encontrou idosas ainda não aposentadas, da Classe E, sobrevivendo com ½ salário mínimo, em estado de plena miséria.

Silva *et al.* (2013, p. 39) destaca que dependendo da condição socioeconômica, as pessoas com rendas menores – entre 1 e 3 salários mínimos – dependendo do quantitativo de membros que dependem dessa renda, tendem a ter dificuldades para obter uma alimentação minimamente adequada, dentre os quais os/as idosos(as). Esse segmento da população já tem comprometido um elevado custo com serviços de saúde, gastos em medicamentos e outros produtos e serviços para saúde, os quais comprometem o seu orçamento doméstico, prejudicando a aquisição de alimentos, por vezes condiciona a insegurança alimentar.

Essa reflexão confirma a realidade vivida por 6 idosos/as da Classe E participantes da pesquisa que na oportunidade da pergunta sobre os fatores que interferem para uma alimentação saudável, referem-se, sobremaneira, a questão financeira como principal fator, conforme mostram os depoimentos abaixo.

[...] o preço dos alimentos e o dinheiro que a gente tem é que diz o que a gente compra para alimentação. o dinheiro é o que mais interfere, se tem dinheiro compra todos os alimentos que é bom para saúde, se não tem não compra. a gente deixa de comprar muitos alimentos (idoso – classe e);

[...] devido às condições financeiras, alguns alimentos que gostaria de comprar, não consigo comprar, o dinheiro não, a gente fica só com vontade (Idoso – Classe E);

[...] devido aos custos e a minha condição financeira, não compro os alimentos com mais qualidade e que preciso (Idosa – Classe E);

[...] o dinheiro é o fator que mais interfere, principalmente, quando é pouco. Tem que gastar com compra de alimentos, remédios, transporte, energia, e muitas outras coisas, o que sobra para

alimentação é pouco, mas, a gente se vira com o que dá (Idosa – Classe E).

Esses depoimentos refletem as condições socioeconômicas dos/as idosos/as das classes menos favorecidas do Brasil, sobretudo, do Nordeste. De acordo com Teixeira e Rodrigues (2009, p. 250) boa parte dos idosos/as do Brasil pertencentes as classes mais pobres continuam trabalhando mesmo aposentados, tendo em vista os baixos valores auferido das aposentadorias, ou dos benefícios de assistência social, somando-se ao tamanho da família sob sua responsabilidade, para maioria.

Segundo o IBGE (2006, s/p), no Brasil o arranjo familiar mais comum é do idoso/a que mora com sua família, corresponde a 44,5% dos idosos no País. A região Nordeste se destaca com percentuais maiores, que correspondem a 51,6%, especialmente entre classes sociais mais baixas, visto que as necessidades socioeconômicas impedem a saída dos filhos da residência do idoso/a.

Verifica-se que embora os dados do IBGE sejam de 2006, essa realidade persiste no Brasil. Nesse estudo, a maioria dos/as idosos/as das classes C, D e E, conforme relatou, morar com a família devido às condições socioeconômicas dos filhos, os quais dependem ainda dos salários auferidos por eles/as. Isso reflete o índice de desemprego e subemprego do Brasil e conseqüentemente a falta de oportunidades de trabalho para os mais jovens e para população adulta. Essa condição reflete diretamente na melhoria da qualidade de vida do/a idoso/a que passa usar o seu benefício para custear as despesas com os/as filhos/as que já deveriam estar independentes financeiramente.

Outro aspecto que justifica os baixos salários da maioria dos/as idosos/as das classes C, sobretudo, D e E, é o grau de escolaridade, conforme se mostrou na Tabela 1, cuja parcela considerável dos/as idosos/as entrevistados/as (61,53%) possui apenas o Ensino Fundamental Incompleto e 2 são analfabetos.

Segundo Neri (2006, p. 759) que idosos/as que possuem maior grau de escolaridade, normalmente possuem melhor qualidade de vida e acesso a bens de consumo (lazer, alimentação, entre outros), do que idosos/as que possuem menor grau de escolaridade, que está relacionado com a baixa renda desses indivíduos, sobretudo por mulheres idosas, por conta das políticas de educação prevalentes nas décadas de 1930 e 1940, quando o acesso de mulheres à escola era muito restrito e o papel social da mulher, a época, no que diz respeito ao trabalho doméstico. Esse ponto corrobora com a amostra da presente pesquisa, visto que boa parte dos entrevistados são compostos por idosas e em sua maioria são das classes C, D e E.

Contrapondo-se a essa realidade, os dados apresentam apenas 2 idosos/as da Classe B (Média Alta) que se encontram na faixa salarial entre 10 a 20 salários mínimos e 2 que se encontram na Classe A e recebem acima de 20 salários mínimos. No que diz respeito aos estudos de Neri (2006), a relação renda, gênero e escolaridade não se confirma no presente estudo, uma vez que a maioria dos sujeitos das classes A e B é mulher.

A diferença do estilo de vida dos/as idosos/as de diferentes classes sociais é visível, principalmente por conta do acesso a renda. Segundo estudos de Andrade Cezar, Santos e Saraiva e (2015, p. 8) a desigualdade social afeta de modo diferente a distribuição de recursos na velhice e o faz de uma forma peculiar, sobrevivem com melhor qualidade de vida os/as idosos/as que têm mais recursos, aqueles/as que compõem as classes mais favorecidas. De acordo com as entrevistas realizadas pelos/as autores/as desse estudo, para os sujeitos da classe A e B, 50% da renda é usada para obtenção de conforto, baseado no acesso a bens de consumo (produtos) e serviços garantidos pelo padrão financeiro. Já para os sujeitos das classes menos favorecidas (C,

D e E), é evidente a percepção da importância das condições financeiras para garantir as necessidades básicas elementares à sobrevivência humana.

De onde os/as idosos/as obtêm seus recursos

Conforme dados do estudo, os/as idosos/as entrevistados/as obtêm seus recursos financeiros/benefícios por meio de pensões e aposentadorias. Verifica-se que para 62,50% da amostra os ganhos financeiros são provenientes da aposentadoria - 44% da classe E, 20% da classe D e 36% da classe C. Os demais idosos/as da classe A (2) e B (2) continuam na ativa e o ganho financeiro é proveniente dos salários. É importante destacar que 5 idosos/as da Classe E também ainda se mantêm no mercado de trabalho auferindo salários mínimo.

Para Faber (2012, p. 125) as pessoas com mais 60 anos, atualmente, estão em parte economicamente ativas, em parte pela melhora da qualidade de vida e ou pela necessidade de ter uma maior fonte de renda. Sendo assim, essa população ainda é produtiva, inserida no mercado de trabalho e atuante na sociedade.

Santos (2017, p. 108) corrobora com Fonseca *et al.* (2015, p. 48) em que esse número de idosos no mercado de trabalho brasileiro é consequência do aumento dessa parcela da população no mercado, demonstrando interesse do mercado pelo público. Isso é consequência a diversas condições como melhoria na saúde e educação e aumento da expectativa de vida. Todavia é importante salientar que muitos vivem com empregos informais e ou precisam dessa fonte renda para ajudar nas despesas domésticas.

Segundo Alencar e Campos (2006, p. 31), os espaços cuja economia é primária, no caso da agricultura, homens e mulheres sempre trabalharam e envelhecem trabalhando. No setor terciário, é no comércio, que idosos/as, por conta própria, estão mais presentes, principalmente em atividades informais, tanto aquelas que nunca foram formalmente empregadas porque não tiveram oportunidades educacionais para tanto, quanto aquelas que já foram jubiladas do trabalho formal.

Os autores (p. 31) ainda complementam que no contexto atual da realidade econômica brasileira, ter um trabalho passa a ser uma necessidade prioritária e até um privilégio. A onda de desemprego gerada, em parte, pelo processo de globalização da economia, mas, principalmente, pela desigualdade na distribuição de bens e de oportunidades sociais, afeta a todos, independentemente da idade. Apenas 3 idosos/as dos 40 entrevistados adquirem seus recursos por pensão, sendo distribuídos igualitariamente entre as classes C, D e E.

Representações sociais dos/as idosos/as acerca dos fatores que se interpõem a uma alimentação saudável no processo de envelhecimento com qualidade vida

Os dados mostram que um percentual de 40% dos/as idosos/as responderam que existem fatores que interferem ou que contribuem para uma alimentação saudável e 60% (24) afirmaram que não existem fatores. Dos/as 40% (16) que afirmaram sim, 37,50% (6) da classe E referiu “a condição financeira (dinheiro; preço dos alimentos; salário; renda) e 43,75 (7) apontaram “a falta de tempo (o corre-corre do dia-a-dia; o consumo de gorduras, salgadinhos, refrigerantes, sal, entre outros)”. Já 18,5% (3) idosos/as da classe A e B se referiram ao “conhecimento que se sabe sobre alimentação saudável (recomendações médicas e outras fontes de informação) como fatores que contribuem para se ter uma alimentação saudável”.

A alimentação como já se mostrou nesse estudo é influenciada por fatores econômicos, sociais e culturais que refletem diretamente no consumo e nas práticas alimentares. Especialmente quando se avalia os fatores que interferem para se ter uma

alimentação saudável, constata-se que um dos fatores mais mencionados pelos/as idosos/as da classe E foi o econômico, mais especificamente, a condição financeira, particularizando o preço dos alimentos mediante os baixos salários. Conforme mostra o depoimento abaixo:

[...] quem não quer ter uma alimentação saudável, todo mundo quer. O problema é que comprar arroz, feijão já custa caro, o dinheiro mau dá, imagine comprar alimentos integral, frutas, hortaliças orgânica, óleo de girassol e outros mais, o dinheiro não dá não, mas, que é bom para saúde é (Idosa da classe E);

[...] a compra de alimentos normal, ou seja, carne, arroz, feijão, farinha, fubá, macarrão, ovo, para família toda, já vai aí metade do salário, se a gente for comprar comida saudável que é muito mais cara, não sobra nada para as outras despesas. Mas, eu sei que o bom é consumir frutas, verduras, peixe e outros alimentos que é bom para saúde (idosa, classe E).

Esses depoimentos parecem comprovar que as idosas reconhecem a importância de uma alimentação saudável, contudo, o destaque nesse caso para não ter uma alimentação saudável são os fatores econômicos – salário, renda, preços dos alimentos - que parecem exercer influência decisiva.

Não apenas no caso dos/as idoso/as da classe E desse estudo, cujos salários não ultrapassam 2 salários mínimos, mas, da maioria dos/as brasileiros/as das famílias de baixa renda, a manutenção de uma dieta saudável deve representar efetivamente uma grande provocação diante dos baixos salários que auferem. Conforme mostram os depoimentos a compra de alimentos, independente da característica de ser saudável já compromete cerca de 40 a 50 por cento da renda total dessas famílias, o gasto com a compra de alimento saudável comprometeria o rendimento muito mais. Segundo pesquisa realizada pelo IPEA (2017) o dinheiro gasto com a alimentação apresenta um grande impacto na renda dos/as idosos/as, sobretudo os mais pobres. No Nordeste, os/as idosos/as da classe D e E chegam a gastar mais de 40% de sua renda em alimentação, mostrando que o consumo com a alimentação ainda é maior que a média nacional e regional.

Borges *et al.* (2015) realizou estudo com objetivo de identificar o custo necessário para a obtenção de uma dieta saudável no Brasil por famílias de baixa renda e o comprometimento dessa renda familiar com dieta saudável. Os resultados da pesquisa mostraram que as obtenções de alimentos excederam às recomendações para feijões, óleos, doces, carnes/ovos e não alcançaram as recomendações para frutas, hortaliças, lácteos e cereais. Atingir as recomendações para uma dieta saudável aumentaria os gastos com a alimentação em 58%, para indivíduos de renda/per capita de \leq US\$ 1,00 per capita/ dia, e em 39%, para indivíduos com renda \leq R\$ 415,00, e comprometeria em 145% a renda familiar e conclui que os Brasileiros de menor poder aquisitivo para ter uma dieta saudável necessitam aumentar a renda para atingir ideal.

Outros estudos como o de Defante; Nascimento (2015) e Lima-Filho (2015) realizado com 24 famílias de baixa renda de municípios do Mato Grosso do Sul, evidenciou que o principal critério de escolha de alimentos era o preço dos mesmos. Os sujeitos da pesquisa eram conscientes em relação à importância da alimentação adequada, porém, tinham que fazer escolhas que podiam não ser as melhores para a saúde, mas, devido ao recurso disponível era o que podiam gastar com a compra de alimentos, precisando, fazer ponderações sobre o que se pode ou não comprar.

Na sequência das discussões sobre os fatores que se interpõem a prática de uma alimentação saudável 43,75% (7) idosos do sexo masculino, das classes A, C, D e E

apontam a falta de tempo (o corre-corre do dia-a-dia) como fator que leva ao consumo de gorduras, salgadinhos, refrigerantes, sal, entre outros. Conforme mostram relatos abaixo:

[...] faço as refeições fora de casa, não dá tempo de fazer refeições em casa, em função disso consumo muitos doces e outras besteiras como refrigerantes e frituras na rua. O trabalho não me dá tempo de focar numa alimentação mais saudável” (Idoso – Classe A);

[...] como muito fora de casa. Além disso, sempre vou a festas e me acabo nos salgadinhos fritos e como muita gordura, embutidos e refrigerantes” (Idoso – Classe D);

[...] bebo bebidas alcoólicas e consumo petiscos, salgados, linguiças, frituras aos finais de semana e depois do trabalho, não deveria comer isso, mas é meu cano de escape” (Idoso - Classe E).

As discussões da análise desses depoimentos transmitem as práticas alimentares dos sujeitos entrevistados, cujo consumo de bebidas alcoólicas e alimentos como salgados, embutidos, fritura, entre outros alimentos ricos em gorduras saturadas, açúcares e sódio é bastante comum entre eles, durante a semana e nos finais de semana, particularmente.

Analisando o que os idosos colocam em relação à falta de tempo para se dedicarem ao cuidado com a alimentação, as implicações do ritmo de trabalho sobre o consumo de alimentos não saudáveis podem ser considerados um fator relevante que interfere nas práticas de uma alimentação saudável, principalmente, quando se considera a carga de trabalho dos idosos das classes C, D e E para sustento das famílias, apesar dos benefícios auferidos, a maioria dos/as idosos/as continuam trabalhando para complementar os rendimentos.

Sobre a falta de tempo para uma alimentação mais saudável, estudo realizado por Kawae *et al.* (2015, p. 627), com idosos de uma Universidade Aberta a Terceira Idade, evidenciou a preferência dos idosos para consumirem comidas de fácil preparo devido ao pouco tempo para as refeições. O autor atribui essa condição aos reflexos das mudanças econômicas e sociais das últimas décadas, que propiciaram a praticidade e a economia de tempo, valores pelos quais a indústria alimentícia e os serviços de alimentação, principalmente nos grandes centros urbanos, usufruem do fator falta de tempo para vender alimentos industrializados e refeições rápidas.

Nesse contexto, a falta de tempo e a vida moderna fazem com que o gasto dos/as brasileiros/as com refeições fora da unidade doméstica seja altíssimo, seja, com food service, em padarias, lanchonetes ou mesmo com vendedores ambulantes e refeições prontas congeladas. De acordo com a pesquisa Refeição Assert - Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador (2017) o valor, que equivale a 91,6% do salário mínimo nacional, é o custo do consumo diário de uma refeição completa fora de casa (comida, bebida, sobremesa e café) levando em conta uma semana com cinco dias de trabalho. Trazer outros estudos que confirmam isso.

Não se pode deixar de avaliar ainda os riscos à saúde para quem come fora de casa. Canesqui (2005) e Menezes (2010) mostram que, quem tem esse hábito corre mais riscos de estar acima do peso e de desenvolver as DCNTs, uma vez que a variedade de alimentos vendidos em restaurantes e em lanchonetes são mais ricos em gorduras, sódio, açúcares, nutrientes, ingredientes diretamente associados a um maior índice de hipertensão e outras doenças.

Por fim, somente 3 (18,75%) idosas, da classe A e B, apontam que o conhecimento adquirido através de cursos, mídia e orientações médicas contribui para

uma alimentação saudável e com qualidade de vida. Conforme se observa no relato abaixo:

Eu costumo ir de segunda a sexta para a academia, que fica em um shopping na Zona Sul do Recife. Compro meus produtos naturais, integrais e light's em lojas especializadas e mantenho a rigidez na minha alimentação para ser sempre saudável. Chega certa idade em que não podemos nos descuidar. Sou muito informada sobre os cuidados da saúde, com a alimentação principalmente (Idosa – 60 anos, Classe A).

Essa fala atenta não apenas para a importância que se deve ter com a alimentação saudável, mas, para o cuidado que se deve ter com a saúde, sobretudo, ressalta a magnitude de estar bem informada sobre essas questões, constituindo-se a informação e o conhecimento fatores que contribuem para se ter uma alimentação saudável no processo de envelhecimento com qualidade de vida, sob o ponto de vista dessa idosa e das demais.

Segundo estudo realizado por Menezes *et al.* (2010, p. 271-272) com 202 idosos/as sobre a percepção que possuíam sobre alimentação saudável, a maioria (69,8%) atribuiu à noção de alimentação saudável às orientações e aos conhecimentos nutricionais adquiridos ao longo de sua vida, reforçando a importância do conhecimento como fator para se ter hábitos e práticas alimentares saudáveis.

Segundo esse mesmo autor, nesse sentido, alimentação saudável significa prevenção ou tratamento de doença, largamente disseminado entre idosos/as que frequentam serviços de saúde, um dos lugares onde esses/as entram em contato com as informações sobre alimentação saudável, concebida a partir da ótica biomédica, afastando, nessa perspectiva, a noção de saudável do contexto do desejo, perdendo o significado social e cultural da alimentação. O entendimento do autor se dá no sentido de chamar atenção das orientações que são dadas nos postos de saúde apenas na perspectiva nutricional, da prevenção de doenças e promoção da saúde. Importante se faz ressaltar nesse estudo, a atenção para o significado de considerar outras iniciativas que contemplem alimentação saudável, discutir os avanços das incorporações das práticas integrativas e complementares em saúde, na alimentação do/a idoso/a.

A falta de conhecimento teórico, científico ou sistematizado acerca do entendimento sobre alimentação saudável, baseada nas necessidades nutricionais diárias, de acordo com a faixa etária e considerando os grupos básicos de alimentos, sem desconsiderar os fatores econômicos, sociais e culturais, é um dos fatores que influencia a qualidade da alimentação do dia a dia dos/as idosos/as como vem se mostrando nesse estudo, a partir da visão dos próprios/as entrevistados/as. O/a idoso/a que tem o conhecimento mais elaborado acerca dessa categoria, tem mais propensão a desenvolver práticas alimentares saudáveis uma vez que o conhecimento é algo construído a partir do sujeito, no movimento da ação-reflexão, formação de uma consciência da importância de uma alimentação saudável.

Considerações Finais

As análises desenvolvidas nesse estudo, a partir das representações sociais dos sujeitos entrevistados possibilitou responder ao problema de pesquisa apresentado, investigar os fatores que levam ao consumo alimentar inadequado pelos/as idosos/as e ao risco as DCNTs e assim contribuir para prevenção e promoção da saúde e qualidade de vida desse segmento no processo de envelhecimento. Para tanto, considerou-se primordial na investigação ouvir os sujeitos sobre os fatores que se interpõem ao consumo e práticas alimentares saudáveis, a partir das expectativas, visões, concepções

e padrões de consumo conforme o contexto socioeconômico, cultural e o sistema de valores onde se encontra inseridos/as os sujeitos, conforme a classe social. A análise do perfil socioeconômico e demográfico dos/as idosos/as foi indispensável para estabelecer vinculações entre as representações sociais dos sujeitos e suas interpretações, ideias, visões e concepções sobre os fatores que se interpõem a uma alimentação saudável no processo de envelhecimento, considerando as categorias de classe, idade, sexo e escolaridade.

O grau de escolaridade também se constituiu um fator que interfere sobre os hábitos e as práticas alimentares. A visão sobre hábitos alimentares e alimentação saudável são concepções que são influenciadas diretamente pelo grau de escolaridade. A constatação está nas análises das representações sociais dos/as idosos/as quando se considera o grau de instrução dos sujeitos entrevistados e se verifica que os/as idosos/as das classes sociais A e B com maior grau de instrução do que aqueles/as das classes C, D e E, sobretudo, da classe E, tem interpretações acerca dessas categorias muito mais elaboradas e mais sistematizadas teoricamente.

O consumo regular de frutas e hortaliças e de alimentos não processados ou industrializados, sem agrotóxicos ou orgânicos, também é menor entre os/as idosos/as que têm menos escolaridade e são das classes menos favorecidas. Entre os que estudaram até mais de 8 anos, Ensino Médio, percebe-se que há de certa forma um aumento do consumo desses alimentos. Na faixa dos que possuem o Ensino Superior, o percentual é maior ainda, sem desconsiderar a influência da faixa salarial.

As condições socioeconômicas a que está submetida os/as idosos/as sujeitos da pesquisa, das classes C, D e E, sobretudo, da classe E, revela à ausência de políticas sociais efetivas, um indicador que mede o grau de acessibilidade aos direitos sociais. Particularmente em Recife-PE, os indicadores demonstram a negação destes direitos, uma vez que a velhice ainda persiste sendo uma fase da vida onde as pessoas idosas pobres continuam a lutar pela sobrevivência, recebem salários reduzidos, não têm a devida assistência do Estado e vivem em condições humilhantes, em se tratando inclusive da segurança alimentar e nutricional, os/as quais não consomem uma alimentação adequada, pelo fato de possuírem recursos financeiros insuficientes.

Ainda sobre a condição financeira de acordo com a classe social e partindo das representações sociais dos/as entrevistados/as, os recursos financeiros, decorrentes de aposentadorias e/ou pensões, são insuficientes e acabam por interferir no gasto destinado a alimentação, favorecendo o consumo de alimentos de baixo custo, de fácil preparo, muitos vezes ricos em gordura, carboidratos simples, sódio e aditivos químicos que contribuem para o desenvolvimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCTN). Além disso, uma parcela considerável dos/as idoso/as das classes menos favorecidas, tem outros gastos com medicamentos de alto custo, planos de saúde, moradia, somando-se as despesas de outros familiares (filhos/as e netos/as) que acabam comprometendo a compra de alimentos para consumo diário como frutas, hortaliças, cereais integrais, leguminosas, bem como o consumo de carne, leite e derivados, que representam um gasto mais elevado, frente a outras demandas e necessidades familiares.

Nessa condição, pode-se afirmar que, as práticas alimentares dos/as idosos/as são influenciadas por fatores econômicos, sociais e culturais, que implicam diretamente no acesso, na escolha e no consumo dos alimentos e de outros bens (produtos) e serviços. Frente a isso, observa-se que apenas uma pequena parcela de idosos/as pertencente as classes sociais A e B participantes da pesquisa possuem recursos financeiros suficientes que garante acesso a compra de alimentos nutricionalmente saudáveis, bem como o consumo de outros produtos e serviços como academias,

acompanhamento de profissionais da área da saúde, opções variadas de lazer, vestuário, entre outros que propiciam qualidade de vida no processo de envelhecimento.

Reforça-se a influência do fator financeiro sobre o processo de envelhecimento e qualidade de vida, considerando que apesar das perdas e desgastes que acompanham esse processo, o dinheiro possibilita o acesso bens (produtos) e serviços como o de saúde de melhor qualidade, atividades de lazer e alimentação adequada e saudável propiciando melhores condições e qualidade de vida ao processo de envelhecimento.

Considera-se, portanto, diante dessas análises que os recursos financeiros é um fator primordial para se ter alimentação saudável no processo de envelhecimento, uma vez que os recursos financeiros vai possibilitar não apenas o acesso a uma alimentação saudável, mas, o consumo de outros produtos e serviços de qualidade imprescindíveis a promoção da saúde da pessoa idosa e a qualidade de vida no envelhecimento.

Os resultados das análises das representações sociais dos/as idosos/as exibem visivelmente que o conhecimento científico se difere das crenças e das opiniões do sensu comum, uma vez que as visões acerca dos hábitos alimentares, da alimentação saudáveis, envelhecimento e qualidade de vida baseadas no sensu comum, nas experiências e vivências dos/as idosos/as, não exprimem a real essências dos fenômenos investigados, comprometendo o entendimento do fenômeno na sua totalidade, consolidando um pensamento fragmentado e superficial. Para tanto, a construção de um entendimento menos fragmenta, mais ampliado e crítico em relação aos fenômenos estudados configura-se como um dos desafios para a formação de hábitos e práticas alimentares saudáveis.

Considera-se assim, o conhecimento e a informação como fatores que tem influência sobre a formação de hábitos e as práticas alimentares saudáveis, reforçando a importância do conhecimento como fator que se interpõe para se ter hábitos e práticas alimentares saudáveis a partir da perspectiva dos/as próprios idosos/as. Esse conhecimento deve ser iniciado desde os primeiros anos da educação infantil, quando a criança está formando seus valores, costumes e hábitos.

Referências

- ALENCAR, RS; CAMPOS, JB. Velhice e trabalho: a informalidade como (re) aproveitamento do descartado. **Estud interdiscip envelhec** (10:29-43), 2006.
- ALMEIDA, I. C.; GUIMARÃES, G. F.; REZENDE, D. C. de. Hábitos alimentares da população idosa: padrões de compra e consumo. **AGROALIMENTARIA**. Vol. 17, Nº 33; julh./dez., 2011.
- BORGES, Camila Aparecida; CLARO Rafael Moreira; MARTINS, Ana Paula Bortoletto; VILLAR Betzabeth Slater. Quanto custa para as famílias de baixa renda obterem uma dieta saudável no Brasil? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 31(1):137-148, jan, 2015.
- BÓS, A. J. G. Características fisiológicas do processo do envelhecimento. In: BUSNELLO, F. M. **Aspectos nutricionais no processo de envelhecimento**. São Paulo: Atheneu, 2007. p.3-15.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022** / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 160 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. VIGITEL Brasil 2015. **Saúde Suplementar : vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico** / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. VIGITEL Brasil 2016. **Saúde Suplementar : vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico** / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel Brasil 2015: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico : estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2015 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. "Como vive o idoso brasileiro?", in CAMARANO, A. A. (Org.) **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 25-76.
- CAMPOS et al. Fatores** que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. Rev. Nutr., Campinas, 13(3): 157-165, set/dez, 2000.
- CAMPOS, ACV; FERREIRA, EF; VARGAS, AMD ;GONÇALVES, LH. Healthy aging profile in octogenarians in Brazil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2016.
- CAMPOS, Teresa Fialho de Souza. **Alimentação na Terceira Idade**. Portal Educação, 2008.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

ANDRADE CEZAR, Iêda Litwak de; SARAIVA, Joseana Maria; SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido; FREITAS, João Guilherme Carvalho de. **Determinantes da insatisfação de usuários/as de ILPI's com a qualidade da alimentação**. V Congresso Internacional de Envelhecimento Humano, 2015.

CHAIMOWICZ, Flávio. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Rev. Saúde Pública** [online]. 1997, vol.31, n.2, pp. 184-200. ISSN 1518-8787.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. 164p.

DAWALIBI NW, GOULART RMM, PREARO LC. Factors related to the quality of life of the elderly in programs for senior citizens. **Ciênc Saúde Coletiva**. 2014;19(8):3505-12.

DEBERT, Guita Grin. A Reinvenção da Velhice. **Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1999.

DEFANTE, Lilliane Renata , NASCIMENTO, Leidy Diana Oliveira , LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. **Comportamento de consumo de alimentos de famílias de baixa renda de pequenas cidades brasileiras: o caso de Mato Grosso do Sul**. Published 23 November 2015 Geography, Disponível em: DOI:[10.1590/151870122015203](https://doi.org/10.1590/151870122015203)

DIAS, Marly de Jesus Sá; AZEVEDO, Leila Moraes Nogueira; SILVA, Leida Cabral Nascimento da; SOUZA, Francisca Thamires Lima de. Violência simbólica contra mulher idosa nas relações de gênero. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)São Luís** - Vol. 4 - Número Especial - Jul./Dez. 2018.

FABRÍCIO, Tamires Carolina Marques. **Representações sociais de idosos/as usuários/as de Ilpis acerca dos fatores que afetam a qualidade do consumo coletivo de produtos e de serviços** / Tamires Carolina Marques Fabrício. 2017. 132 f. : il. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco – 2017.

FARIA, Lina; SANTOS, Luiz Antônio de Castro. *Sense of Coherence: O sentido de coerência nos caminhos do envelhecimento*. In: FARIA, Lina; CALÁBRIA, Luciana; ALVES, Waneska (org.). **Envelhecimento: um olhar interdisciplinar**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2016. 438 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: 2013**. Rio de Janeiro: IBGE; 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em: 7 jun 2025.

MENDONÇA, P. S. M.; RELVAS, K.; CORREA, S. R. A. Estudo do comportamento alimentar de consumidores idosos no Brasil: alimentos preferidos, perfil do consumidor e contexto de consumo. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 529-543, jul./dez. 2010.

MENEZES, M.F.G.; TAVARES, E.L.; SANTOS, D.M.; TARGUETA, C.L.; PRADO, S.D. Alimentação saudável na experiência de idosos. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** v. 13, n. 2, p. 267-275. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10 eds. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Problemas de saúde e vulnerabilidade da população idosa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(1):7-18, 2017.

MINAYO, Maria Cecília. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(1):7-18, 2000.

MINAYO, Maria Cecília; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5:9 (1) • Rio de Janeiro – RJ, 2000 • Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>

MONTEIRO, J. S. **Educação Nutricional e Ecologia por uma Cultura de Paz**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

MOSCOVICI, On social representations. In: FORGAS, J. P. (org.). **Social cognition. Perspectives on everyday understading**. Nova York: Academic Press, 1981. p. 181-209.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NERI, A. L. (2007). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Edições SESC. 2007.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Dieta saudável** - Ficha nº 394. 2015. Disponível em: <http://who.int/mediacentre/factsheets/fs394/en/> Acesso em: 12 jun. 2025.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Dieta saudável** - Ficha nº 394. 2015. Disponível em: <http://who.int/mediacentre/factsheets/fs394/en/> Acesso em: 01 mar 2024.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social – métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres *et al.* 3 ed. – 14. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos. **Envelhecimento e qualidade de vida na sociedade de consumo** / Sílvia Cavadinha Cândido dos Santos. 2017. 187 f.: il. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

SARAIVA, Joseana Maria. **A lógica do capital e do Estado na provisão dos meios de consumo coletivo: uma experiência de responsabilidade social no campo da assistência à criança**. Recife: Editora UFPE, 2015.

SILVA, Ana Luísa Maresch Rosa da. **A importância da alimentação no envelhecimento saudável e na longevidade: artigo de revisão**. 61 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra 2013.

VIGITEL/BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Glossário temático: alimentação e nutrição** / Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. – 2. ed., 2. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 52 p. ISBN 978-85-334-1907-0.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 7

Padrão de consumo de moda (roupas, acessórios e calçados): impactos na qualidade de vida de idosos/as

Joseana Maria Saraiva, Leyliane Clênia Alves da Silva Marques

O envelhecimento populacional é um fenômeno que está acontecendo em todas as partes do mundo, representa uma conquista do desenvolvimento social e uma das maiores da humanidade. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), em aproximadamente três décadas, o número de pessoas idosas será equivalente ao número de criança.

Com o crescimento da população de idosos/as, a qualidade de vida tem sido encarada como um grande desafio para a sociedade. De acordo com o novo Censo (IBGE 2022), o Brasil é considerado um país cuja população envelhece rapidamente, com um percentual significativo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Segundo dados desse Censo, a população idosa com 60 anos ou mais de idade chegou a 32.113.490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). Acompanhando os dados dos últimos dois Censos, em 2022 a população brasileira em relação ao sexo se constitui de 51,5% (104.548.325) mulheres e 48,5% (98.532.431) homens, com cerca de 6,0 milhões de mulheres a mais do que os homens.

Esses dados acompanham o fenômeno da invenção da terceira idade, que surge no cenário das sociedades contemporâneas, beneficiadas com o prolongamento da vida, cuja ideologia indica vivência e experiências inusitadas de envelhecimento, oferecendo aos mais velhos a oportunidade de dispor de saúde, independência financeira e qualidade de vida dentre outros recursos. Para Santos (2017) essa nova fase vem acompanhada de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados com o objetivo de definir e atender as necessidades desses/as idosos/as, tidos como vítimas da marginalização e da solidão. “A nova linguagem, empenhada em alocar o tempo dos aposentados, é ativa na construção das etapas mais avançadas da vida como uma fase dinâmica, em oposição à ideia da aposentadoria como um momento de desengajamento passivo de uma vida ativa” (Debert, 2011, p. 2).

A partir desse contexto, Blessmann (2003, p. 65) enfatiza igualmente as iniciativas de programas destinados ao atendimento aos idosos/as e chama a atenção para o fato de que a temática da qualidade de vida começa a ser destacada. Segundo a autora, emerge ainda, na sociologia e na psicologia, uma concepção evolutiva de velhice na perspectiva teórica do curso de vida, que passou a ajudar as ações profissionais que investem nos potenciais que as pessoas ainda conservam para a compensação das perdas próprias do processo do envelhecimento.

Nessa direção, Blessmann (2003, p.65) ressalta, sobretudo, que se faz necessário completar o conjunto das teorias do envelhecimento humano, com novos estudos e pesquisas para o entendimento de novos contextos que influenciam as novas demandas, por conseguinte, a qualidade de vida no envelhecimento, como problemática de grande relevância que envolve às pessoas idosas.

Nessa direção, uma análise da qualidade de vida no processo de envelhecimento deve envolver, segundo Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 7), saindo principalmente do reducionismo biomédico, parâmetros subjetivos que considerem bem-estar, felicidade, amor, prazer, lazer, realização pessoal).

Chachamovich, Trentini e Fleck (2011) chamam à atenção para o fato de que embora não haja um consenso específico sobre a definição de qualidade de vida, ou dos

seus componentes, evidencia-se concordância quanto à presença de dois grupos de variáveis na determinação desta condição. No primeiro grupo, os mecanismos internos psicológicos e fisiológicos considerados importantes, produzem um significativo grau de satisfação e gratificação na vida, ao nível pessoal e/ou comunitário. O segundo grupo integra os fatores externos, capazes de desencadear os primeiros, entre esses, é importante considerar aqueles gerados a partir das mudanças socioeconômica e cultural que resultou na satisfação de novas necessidades criadas pelo sistema capitalista e pela sociedade de consumo contemporânea.

Com o crescimento da população de idosos/as no cenário mundial, a qualidade de vida dessa população é encarada com grande desafio. O último Censo (2022) mostra que o Brasil possui 15,8% da população total e um crescimento de 46,6% em relação ao Censo Demográfico 2010, quando representava 10,8% da população. Esses dados demonstram que a longevidade está propiciando as pessoas viverem cada vez mais vezes, não só no país, mas no mundo de forma geral. Segundo Onesko (2018) aspectos relacionados às doenças e aos declínios na saúde dos/as idosos/as são bastante estudados e debatidos, porém, pouco ou quase nunca se mencionam nos estudos acerca dos fatores relacionados ao bem-estar deste/as idoso/as como: beleza, moda, vestuário, autocuidado, autoestima, felicidade, satisfação com a vida e com qualidade de vida. Estes assuntos precisam ser investigados, uma vez que realçam a importância da autonomia do/a idoso/a, mostrando seus desejos, necessidade, demandas, ambições, orgulho de trajetórias, percepções de cuidado consigo entre outros aspectos que ajudam a promover a qualidade de vida.

Nessa direção, a literatura apresenta diferentes aspectos que definem qualidade de vida no processo de envelhecimento, estando entre estes a capacidade dos/as idosos/as de poder consumir e usufruir as possibilidades da vida, de escolher, de decidir e de ter controle, autonomia e independência sobre o que consome e sobre a sua própria vida. Contudo, inúmeros são os estudos que mostram as fragilidades e as dificuldades dos/as idosos/as em relação ao consumo de produtos e de serviços em diferentes campos do consumo como: serviços de beleza; moda (vestuário, calçados, acessórios); serviços de saúde e de alimentação; atividades de condicionamento físico e alojamento; produtos farmacêuticos; serviços imobiliários e de aluguel bem como aqueles diretamente relacionados com as tecnologias da informação e da comunicação - TIC.

No campo específico da moda (vestuário, calçados, acessórios) segundo Gomes (2003); Lima (2013); Onesko (2018) e Santos (2020) ao pensar, projetar, até mesmo adquirir um produto tipo calçado e/ou vestuário para um/a idoso/a, considerando que estas pessoas possuem necessidades e demandas particularizadas devido a problemas de saúde/ limitações acarretadas pela idade, à firmeza do passo, que vai sendo perdida com os anos, à flexibilidade de seu corpo, que já não é a mesma, entre outros, faz-se necessário a preocupação em estar adequando o produto às reais necessidades desse público. Para Lima (2013) não se trata apenas de mais um projeto de um produto, por exemplo um calçado, mas, de um projeto que está sendo pensado para atender necessidades de pessoas idosas, com demandas específicas, cujas exigências requerem atenção quanto suas limitações.

A partir dessa problemática, é primordial diante das mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas a partir do mundo moderno, que propicia a criação de novas necessidades e demandas, mais, especificamente, alterações nos padrões de consumo e no modo de vida, realizar uma investigação científica sobre a percepção dos/as idosos/as acerca dessas mudanças e como essas tem impactado seu cotidiano, bem-estar, independência, autonomia e qualidade de vida.

Para tanto, entende-se que, para isso, é imprescindível nesse tipo de investigação, compreender quem são esses idosos/as e o que consomem conforme a classe social, tendo em vista as diferentes condições e papéis que cada idoso/a ocupa em cada classe social, dependendo do sexo, da escolaridade, faixa etária, nível de fortuna, de rendimento e outras características culturais das diferentes classes.

Considerando esses pressupostos acerca da problemática posta, esse estudo tem como objetivo analisar e compreender o perfil socioeconômico, demográfico e cultural e as representações sociais dos/as idosos/as de classes alta, médias e populares, acerca do consumo de produtos de moda (vestuário, calçados e acessórios) e como estes têm impacto em sua qualidade de vida. O estudo, é parte dos resultados do projeto de pesquisa - Padrão de consumo, envelhecimento populacional e impactos na qualidade de vida dos/as idosos/as de Recife – PE, desenvolvido pelo Departamento de Ciências do Consumo/UFRPE, desde 2021, através do Programa Institucional de Iniciação Científica/CNPq/PIBIC.

Trata-se de um estudo de caso, de abordagem quantiquantitativa, cujo método de análise se constitui das representações sociais dos /as entrevistados/as sobre o fenômeno estudado. A amostra da pesquisa se compõe de 30 idosos/as com 60 anos de idade ou mais, trabalhadores/as, aposentados/as ou desempregados/as, pertencentes às classes sociais A, B, C, D e E segundo classificação do IBGE (2015/2017).

O artigo se encontra estruturado em cinco tópicos. O primeiro, trata da introdução, que agrega a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos e a importância do estudo. O segundo tópico, caracteriza o caminho da pesquisa e os demais passos empregados, detalhando-se os procedimentos metodológicos, a abordagem, a tipologia do estudo, o universo e a amostra, o instrumento de coleta de dados e o método de análise. O terceiro item apresenta os resultados e as discussões sobre as representações sociais dos/as idosos/as, organizados por classe social, acerca dos fatores que influenciam o consumo de produtos de moda (vestuário, calçado e acessórios) e os impactos na qualidade de vida. Na sequência, o quarto item traz as considerações finais do estudo derivadas da análise dos resultados, extraídas das representações sociais dos/as idosos/as entrevistados/as por classes sociais e as recomendações sugeridas. No final do estudo, encontram-se as referências bibliográficas.

Caminho da Pesquisa - Abordagem e Tipologia do Estudo

Optou-se pelo estudo de caso, por considerar esse tipo de estudo como a estratégia de pesquisa mais apropriada para esse tipo de investigação. O estudo de caso possibilitou apreender a realidade dos dados investigados dentro do contexto mais amplo em que se encontra situado. Além disso, propiciou a utilização de métodos e técnicas diversificadas – entrevistas, relatos e avaliações – de modo a explorar o potencial descritivo e explicativo da realidade pesquisada na sua totalidade, o qual resultou em um retrato abrangente e detalhado da problemática em estudo (Chizzotti, 1995).

Universo e Amostra

Segundo o Censo Demográfico IBGE (2022) a população idosa com 60 anos ou mais de idade chegou a 32.113.490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). Desse segmento, 51,5% (104.548.325) eram mulheres e 48,5% (98.532.431) eram homens, com cerca de 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens.

A população idosa de Pernambuco tem aumentado nos últimos anos. Em 2022, Censo (IBGE, 2022), registrou 9.058.931 habitantes no estado. A população idosa com 60 anos ou mais corresponde a 15% desse total (1.332.159 pessoas idosas). Recife, sua

capital, local onde se realizou esse estudo, em 2022, tinha 69.141 pessoas com 65 anos ou mais.

Considerando esse universo populacional, selecionou-se, aleatoriamente (em locais de maior circulação de idosos/as), uma amostra de 30 idosos/os, de ambos os sexos, na faixa de idade de 60 a 86 anos de idade, qualificados em sete categorias, mais especificamente, empresários, aposentados, pensionistas, desempregados e autônomos. Todos com capacidade cognitiva para participar como respondente da pesquisa, compondo as classes Alta, médias e populares (C; D; E) da cidade do Recife-PE. Considerando a classificação do IBGE (2015/2017), os/as 30 idosos/as foram distribuídos em 5 Classes: Classe A (2); Classe B (2); Classe C (6); Classe D (7); Classe E (11).

Para o estudioso Richardson (2008, p. 218) o quantitativo de 20 entrevistas em pesquisa que utilize a abordagem qualitativa é o ideal. Para Creswell (1988); Guest, Bunce e Johnson (2006); Morse (2000, 2008); Harvey (2000) os trabalhos de avaliação qualitativa devem contemplar entre 30 e 50 entrevistas. Com base nesses pressupostos, compreende-se o quantitativo de 20 a 50 entrevistas como um número que permite transcrever e tirar conclusões possíveis sem probabilidade de saturação de dados. Desse modo, considera-se a quantidade de 30 entrevistas como satisfatória e mais apropriada para, inclusive, melhor contemplar as cinco classes sociais que compõem a amostra.

Instrumento de Pesquisa e Coleta de Dados

Para coleta de dados, utilizou-se um formulário de pesquisa composto por um conjunto de questões abertas e fechadas que norteou o processo de investigação. A primeira versão do formulário de entrevista foi pré-testada com três (3) idosos/as da cidade do Recife-PE, entre aqueles não selecionados/as para integrar a amostra, tendo-se verificado a sua adequação à pesquisa no que concerne à extensão, à compreensão, ordenamento e a pertinência das questões aos propósitos do estudo.

As entrevistas foram realizadas pelas próprias autoras, gravadas e registradas. No final, cada idoso/a ciente da entrevista assinava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de dezembro e fevereiro de 2024, com duração média de 1 hora, realizada, na sua maioria, na residência do/a idoso/a conforme sua solicitação.

As respostas foram tabuladas, categorizadas e distribuídas e agrupadas considerando o teor de semelhança e destacando-se os depoimentos considerados ilustrativos de determinados pontos de vista, opiniões ou visão. Os relatos mais significativos são apresentados na análise em forma de recuo, em seguida foram analisadas, tendo como referência a teoria das representações sociais.

Métodos de Análise de Dados

As entrevistas realizadas com os/as idosos/as permitiram coletar informações sobre suas histórias individuais, visões e percepções sobre o universo das representações sociais. É no cotidiano que os indivíduos constroem teorias a respeito das razões existenciais e essas teorias são orientadoras dos comportamentos dos seres humanos (Siqueira, 2008, p.20).

Para análise das visões e percepções sobre o universo das representações sociais dos sujeitos, utilizou-se a teoria das representações sociais, que tem como figura central Serge Moscovici. Para o referido teórico, a noção de representação social parte de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano que constituem em uma das formas de compreensão da realidade, permitindo encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (Moscovici, 1981/2003, p. 123).

Perfil socioeconômico, demográfico e cultura dos/as idosos/as conforme a classe social

Os resultados mostram que a maioria dos/as idosos/a é do sexo feminino, casado, predominando a faixa etária entre 60 e 64 anos, funcionários públicos, aposentados/as, pensionistas, trabalhadores/as empregados/as, empresários/as e beneficiários/as do BPC - Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. A maioria é católico/a e a escolaridade é baixa, configurando as escassas oportunidades de acesso a escola, por conseguinte, uma condição de vulnerabilidade econômica, que vai influenciar diretamente no padrão de consumo dos/as idosos/as, nos seus hábitos, preferências, comportamento, no modo e no estilo de vida, na hora de comprar um produto, seja, vestuário, calçados ou acessórios.

Em relação a frequência em que os/as idosos/as compram produtos de moda vestuário

Quando se indagou com qual frequência os/as participantes da pesquisa compram roupas, 36,66% das Classes Sociais A, B, responderam que compram roupas sempre que precisam e que sentem vontade de comprar, sem uma frequência estabelecida. Segue-se 33,33% das Classes C e D que afirmaram só comprar roupas quando tem necessidade. Para 16,66% dos/as participantes das Classes D e E o que lhes impulsionam a comprar roupas é ter o dinheiro para comprar, mais, especificamente, só compram quando o dinheiro dá e para 13,33% exclusivamente da Classe E, nunca compram roupas porque não podem comprar, geralmente ganham de outras pessoas. Conforme apresentam os relatos abaixo relacionados:

[...] sempre que preciso eu compro uma roupa, pode ser uma blusa, saia ou até mesmo vestido. Se tenho vontade, satisfaço meu desejo, compro (Idosa – Classe A);

[...] compro roupa sempre que tenho vontade de vestir uma roupa nova, quando vou a uma festa, um aniversário, um teatro, gosto de andar arrumado e por isso compro sempre (Idoso – Classe A);

[...] só compro roupa quando preciso, em tempo de festa da minha igreja quero chegar lá muito arrumadinha, com roupa nova e elegante (Idosa – Classe B);

[...] eu mesma, só compro alguma roupa quando preciso mesmo, quando o dinheiro dá para comprar, por isso, cuido bem das minhas roupas para elas durarem bastante (Idosa - Classe C);

[...] gosto muito de comprar roupa nova, mas, não posso, só compro quando o dinheiro dá, quando sobra (Idosa – Classe D);

[...] nunca compro roupa porque não posso, mas, sempre ganho, nunca falta quem me dá (Idosa de 70 anos – Classe E);

[...] dificilmente compro roupa, tenho amigas que me dão, graças a Deus (Idosa – Classe E).

A análise das representações sociais contidas nas falas dos/as idosos/as em relação a frequência com que compram roupas, mostra que não existe uma periodicidade ou uma regularidade para aquisição de roupas. Na ocasião na entrevista, conforme a classe

social, cada um/a justificativa sua resposta. Para os/as idosos/as das Classes A e B na sua totalidade, o desejo e a satisfação são sentimentos que predominam para a compra de roupa, enquanto para as Classes C, D e E, sobretudo, para os/as entrevistados das Classes D e E, o que prevalece é a condição financeira para comprar, ou seja, ter o dinheiro disponível. O poder de compra representa para os/as idosos/as a capacidade financeira para adquirir bens (produtos), no caso específico roupas.

Para Lima (2002) o desejo é o que move o ser humano para o consumo, muitas vezes como forma de preencher o vazio interior. Contudo, isso não significa que todas as pessoas tenham condições de consumir impulsionadas pelo desejo, uma vez que consumem para suprir necessidades materiais de sobrevivências.

O consumo de roupas aqui assume, portanto, uma grande variedade de condições e sentidos e envolve muito mais do que o simples ato de compra de um produto, uma vez que para uns o acesso aos recursos financeiros determina a possibilidade de chegar à compra, ao ato de comprar, para outros pode significar uma condição específica de reforço do padrão de consumo entre indivíduos de classes sociais diferenciadas. Destaca-se nesse estudo, 13,33% exclusivamente da Classe E que nunca compram roupas porque não podem comprar, geralmente ganham de outras pessoas, configurando um sentimento de inferioridade.

Segundo Zukin e Maguire (2004) explicar o consumo pode implicar o estudo da satisfação de necessidades ou desejos (desde a necessidade de comer e vestir), mas, à compensação de sentimentos de inferioridade, insegurança ou perda, assim como aludir distinções sociais, do reforço de padrões de superioridade e inferioridade entre indivíduos e grupos, da simbolização de sucesso ou poder (Campbell, 1995).

Em relação a roupa que mais gosta de vestir e o porquê dessa preferência

Quando os/as idosos/as foram indagados sobre a roupa que mais gostam de usar/vestir e o porquê dessa preferência, um percentual de 73,32%, dos/as respondentes de todas as classes (A, B, C, D e E), afirmaram gostar de usar calça, camisa e vestido porque são confortáveis e práticos. Segue-se com 16,66% das Classes A, B, C que relataram gostar mais de roupas clássicas, tipo conjuntos saia e blusa e terno por ser um estilo mais elegante e por atender as demandas de trabalho as atividades religiosas na igreja. Considera-se ainda, apenas 10,00% das classes B e C que manifestaram sua preferência por roupas esportivas como bermudas, camisetas, legging e top e 2 idosos da classe E que afirmaram usar qualquer tipo de roupa, porque só usam roupas usadas.

As representações sociais descritas abaixo refletem as preferências e justificam as escolhas dos/as idosos/as pelo consumo de roupas, conforme mostram os depoimentos.

[...] eu costumo usar diariamente moda tipo casual, é sempre uma calça jeans e camisa polo, desde que seja de qualidade e assim me sinto muito confortável e bem vestido (Idoso – Classe A);

[...] sempre uso conjuntos de saia e blusa ou calça e blusa por me sentir mais confortável e elegante (Idosa – Classe A);

[...] eu gosto mesmo é de usar vestido, é muito prático para vestir, é muito confortável e me deixa pronta pra qualquer ocasião (Idosa – Classe C);

[...] gosto de conjunto de saia e blusa porque esse é o tipo de roupa que a minha religião exige, deixa a mulher mais bem vestida (Idosa – Classe B);

[...] tenho um cargo de liderança na igreja, então pra exercer minhas atividades, eu preciso sempre está de roupa social ou de terno (Idoso – Classe D);

[...] gosto de roupas simples, confortáveis e de tecidos de algodão devido ao clima muito quente (Idosa – Classe B);

[...] o que mais gosto de vestir hoje é bermuda e camiseta leves, soltas, bonitas, porque agora preciso fazer atividade física, estou fazendo caminhada pra melhorar a circulação e músculos (Idoso – Classe B);

[...] ultimamente tenho usado mais roupa de academia porque por orientações médicas tenho que praticar atividade física (Idosa - Classe C);

[...] uso qualquer tipo de roupa, o que me derem eu uso e agradeço (Idosa – Classe E).

A análise das representações sociais contidas nas falas dos/as idosos/as reflete a necessidade desses/as de ter conforto e bem-estar no vestir. A maioria enfatiza a importância das roupas serem simples, confortáveis e de tecidos naturais, a exemplo do algodão que é leve, respirável e absorve a umidade, ajudando a manter o corpo fresco e seco, sobretudo, em climas quentes.

Os conjuntos de saias e blusas citados pelas idosas das Classes A, B e C, reflete a necessidade de se sentirem mais elegantes, uma vez que são estilos de roupas considerados práticos, versáteis e elegantes, assim como os ternos, um item que atende as demandas dos/as idosos tanto de trabalho, como para encontros e eventos que exigem maior formalidade, como os que acontecem na igreja.

Segundo Barnard (2003), essas situações podem acontecer a considerar que a moda e o vestuário são usados como apontadores de posições sociais e culturais, comunicam, portanto, significados e marcam a realidade na qual o indivíduo se encontra, ou que ainda possa construir.

Para os/as idosos/as que ressaltaram gostar mais de roupas para atividades físicas, remete a preocupação com uma rotina que inclui a atividade física, uma forma de envelhecer com saúde. Para isso, escolher roupas para praticar exercícios físicos é preciso considerar conforto, segurança e qualidade.

Sem desconsiderar duas idosas da Classe E que afirmaram “usar qualquer roupa, usa o que lhe dão,” refletindo a condição da classe social que ocupam na sociedade, é determinada, principalmente, pela renda familiar. Segundo perfil socioeconômico dos/as idosos/as deste estudos, a maioria dos sujeitos da classe D e E se encontra nessa condição de vulnerabilidade social.

Se os/as idosos/as possuem dificuldades ao escolher o tecido das roupas

Quando os/as idosos/as foram indagados/as se possuíam dificuldades para escolher o tipo de tecido das suas roupas e, se sim, quais as dificuldades, 60,00% dos/as respondentes de todas as classes sociais afirmaram que sim, justificando suas respostas de acordo com suas preferências e necessidades. Para 33,32% a dificuldade é encontrar roupas de tecidos de fibra natural, são os melhores, embora mais caros. Segue-se com 26,66% que declararam ter dificuldades em encontrar roupas de tecidos leves, macios,

flexíveis e confortável, que seja bonito e esteja na moda. Conforme mostram os depoimentos:

[...] os tecidos atuais são artificiais, são quentes, não uso tecido assim. Blusas de poliéster, de cetim popular são muito ruins de vestir, quando você fica suada, a roupa cola na pele, mancha, gera muito desconforto. Gosto de tecidos de algodão ou de linho, são os melhores. As roupas além dos tecidos devem ser bonitos e estar na moda (Idosa – Classe A);

[...] tem alguns tecidos de camisa que são quentes, desconfortáveis, por isso prefiro os tecidos de algodão, linho, que tem bom caimento, não pregam no corpo, não esquentam. Gosto também de tecidos e modelos que estão na moda, seja jovial, bonito (Idoso - Classe A);

[...] prefiro camisas de linho, ou, roupas de malha de algodão esportivas e que estejam na moda (Idoso – Classe B);

[...] eu não gosto de usar calça jeans, é um tecido quente, grosso, áspero e isso me incomoda muito. Gosto mesmo de tecidos frescos e leves (Idosa – Classe C);

[...] a minha preferência são para os tecidos finos de algodão, que não pinicam a pele, são práticos pra vestir, não amassam e são confortáveis, mas as roupas são caras, acabo comprando qualquer uma (Idosa – Classe E);

[...] as roupas de algodão são as melhores, mas, são caras no preço. Gosto de usar roupas de malha de algodão porque não aperta, não es quente muito, não pinica, é maleável, confortável;

[...] não gosto muito de tecidos acetinados, de poliéster, são irritantes grudam na pele não deixam o vento passar, mas, são o que podemos usar pois são mais baratos (Idosa – Classe E).

A análise das falas dos/as idosos/as traduz suas preferências e visões acerca dos tipos de tecidos e suas características. Observa-se que independente da classe social, fazem referência aos tipos de tecidos, suas características e salientam suas preferências. A maioria ressaltou gostar de roupas de tecido de algodão, a exemplo do linho, porque são finos, não pinicam, deixam passar o ar, não esquentam, são suaves e maleáveis, propiciam conforto e bem-estar diário, diferentes dos de poliéster que são quentes e desconfortáveis. Nesse mesmo sentido, dito de outra forma, outra parcela significativa dos/as idosos/as, declararam ter dificuldades em encontrar roupas de tecidos leves, macios, flexíveis e confortável.

Idosos/as, da Classe E, questionam ainda, os tecidos sintéticos como o poliéster que não absorvem o suor e por isso se tornam quentes, enquanto as roupas confeccionadas com tecidos de algodão e de linho, embora sejam os melhores, são os mais caros, fora do poder aquisitivo dos/as idosos/as dessa classe.

Para Viana e Quaresma (2015) com o envelhecimento e o aumento da população idosa, por conseguinte, as transformações que ocorrem no corpo nesse processo, torna-se necessário compreender os tipos de tecidos que os/as idosos/as mais gostam para que o mercado produza o vestuário adequado a esse segmento, que associados as novas tecnologias possam trazer mais conforto, satisfação, bem estar e qualidade de vida para a terceira idade. Um fator importante na escolha dos tecidos é que sejam agradáveis ao

toque, suaves, maleáveis, que deixem passar o ar, que propiciem conforto diário e evite sintomas da pele devido a hipersensibilidade, sobretudo, para o segmento idoso.

Estudos realizados por Bartels (2011) apud McCann e Bryson (2014) respaldam as justificativas dos/as idosos/as quanto às dificuldades apresentadas quanto as escolha dos tecidos de suas roupas. Para esses autores os tecidos que constituem as roupas devem propiciar conforto, controle da umidade, conforto ergonômico (facilidade de movimento/ajuste próprio) e conforto psicológico (aparência, estar na moda), aspectos ressaltados pelos/as respondentes desta pesquisa.

Contrapondo-se a maioria que apresentou dificuldades na escolha dos tecidos de suas roupas, 40,00% dos/as participantes de todas as classes sociais integrantes da pesquisa afirmaram não ter observações ou dificuldades a relatar sobre a escolha do tipo de tecido.

[...] não tenho problema nenhum. Eu gosto de vários tipos de tecidos, modelos, cores e estampas, desde que goste e fique bem em mim (Idosa – Classe C);;

[...] eu uso tudo, qualquer coisa, de cor, modelo, cores, se eu achar bonito tudo certo, se for confortável e não arranhar, já gosto (Idosa – Classe D);

[...] eu já vou direto à loja certa e compro o que eu gosto, do tecido certo, nas cores e modelos que eu gosto, que me deixam bonita (Idosa de 64 anos – Classe B);

[...] não conheço os tecidos, compro roupa de qualquer um tecido, desde que fique bem em mim, tenha bom caimento e não seja quente (Idosa – Classe C).

Os/as idosos/as que afirmaram não ter dificuldades para escolher os tecidos de suas roupas, contrapõem-se nos depoimentos ao darem ênfase as características dos tecidos, sobremodo, aquelas que propiciam conforto e bem-estar – não serem quentes; ter bom caimento; ser confortável; não arranhar. Portanto, conhecer as características de cada tipo de tecido é crucial para que se possa tomar a melhor decisão na hora da compra de roupas, de forma consciente.

Dificuldades dos/as idosos/as na escolha da roupa em relação ao corpo

Seguiu-se a investigação tendo em vista compreender as representações sociais dos/as idosos/as sobre o consumo de moda, vestuário, calçado, acessórios e como estes têm impactado na sua autonomia, independência e qualidade de vida. Para tanto, indagou-se os sujeitos sobre a escolha das roupas, se tinham dificuldade na escolha em relação ao corpo, se sim, qual ou quais?

Os resultados mostram que 33,33% dos/as participantes de todas as classes sociais afirmaram ter dificuldades. Desse percentual, 10% das Classes B, C e E declaram ter dificuldades por serem obesos/as, 6,66% das Classes A e B relataram obstáculos relacionados à estatura. Com o mesmo percentual de 6,66% (2) sendo (1) da Classe D e (1) da Classe E declararam ter dificuldades em relação a suas medidas extras, como seios grandes, quadril largo, ombros estreitos. Sem desconsiderar, apenas um idoso, da Classe D alegou descontentamento com a modelagem de calça masculina com pernas retas e estreitas. Conforme mostram os depoimentos abaixo selecionados.

[...] sou baixa e barriguda, a calça sempre tem que fazer a bainha e compro um número maior pra não apertar a barriga (Idosa – Classe A);

[...] sou gorda e tudo pra quem é gordo é caro e difícil de encontrar, Na maioria das vezes recorro à costureira pra fazer sob medida, do jeito que gosto (Idosa – Classe B);

[...] sempre preciso mandar fazer a bainha da calça e também às vezes a forma da calça engana, uso 46 mais, já comprei 48 e até 50, essas modelagens parece não ter um padrão certo. A gasta muito para mandar arrumar (Idoso de 67 anos – Classe B);

[...] tenho os seios grandes, é difícil encontrar blusas que caiam bem. Geralmente as de tamanho grande são as melhores porque não apertam nos seios, mas, não fica bem (Idosa – Classe C);

[...] as calças agora têm as pernas bem estreitas e apertadas como se fosse cantor de sertanejo. Eu não gosto disso, prefiro as calças de estilo tradicional com pernas largas, não é fácil encontrar (Idoso de 74 anos – Classe C);

[...] gosto de estar na moda, vestir roupas bonitas, mas, observo que nunca as roupas da moda é feita para os idosos. Roupas para idosa é sempre uma coisa feia, não sei por que isso (Idosa – Classe E.)

Observa-se nesses depoimentos a visão dos/as idosos/as acerca da relação que possuem com o corpo/roupa. Independente de classe social os sujeitos manifestam suas insatisfações com os diferentes tipos de corpo e sua influência na vestimenta / roupa. Relatam os produtos moda / vestuário disponibilizados pelo mercado de confecções e o descontentamento com as roupas / vestuário por não está de acordo com as proporções corpóreas, o ajuste, o caimento, o valor, tamanhos e formas não padronizadas que interferem no atendimento de suas necessidades, comprometendo o bem- vestir e a sensação de conforto e bem-estar.

Para a/o autor/a Menegucci e Santos Filho (2010) as indústrias que confeccionam roupas ainda não focaram neste nicho de mercado, produzem roupas para os/as idosos/as sem levar em consideração as preferências ou as limitações físicas que ocorrem no processo de envelhecimento. Para ele/a os produtos moda vestuário disponibilizados pelo mercado pelas confecções devem proporcionar a esse segmento conforto, precisam ser bonitos e ter boa vestibilidade, considerando os diferentes tipos de corpo, os quais influenciam no resultado final da vestimenta. Essa análise vai ao encontro do que revela a maioria dos/as entrevistados/as, em relação as peças do vestuário quando não estão de acordo com as proporções corpóreas, o ajuste, o caimento, o bem-vestir e a sensação de conforto ficam comprometidas.

Uma modelagem pode ficar perfeita em uma idosa que tem o corpo tipo retangular, porém, pode ficar bem para aquela que tem formas do tipo ampulheta. Para Saltzman (2008) e Strada (2008), as roupas devem ser criadas considerando os diferentes tipos de corpo, os quais influenciam na vestimenta final, no atendimento das necessidades e satisfação do usuário/a, o contato com a pele e o movimento do corpo. Para esses autores/as, a roupa não é só estética, é preciso propiciar ao usuário/a o sentir prazer ao vesti-la. Quando o produto moda vestuário não propicia esse sentir prazer ao vestir, pode provocar sentimentos no usuário/a de preocupação, medo e desconforto – sentimento manifestado pelos/as idosos/as desse estudo.

Em relação ao consumo de acessórios e como estes tem impacto em sua autonomia independência e qualidade de vida

Em Relação ao uso de acessórios

A quantidade de respostas foi maior que o número de respondentes quando se indagou os/as idosos/as sobre o uso de acessórios. Independente da classe social, 83,34% afirmaram usar diversos tipos de acessórios, enquanto que 16,66% das Classes D e E alegaram não usar. Um aspecto comum nas respostas dos/as entrevistados/as, é que os acessórios são itens que adicionam estilo e classe ao vestuário, aperfeiçoando o visual e a autoestima. Vejam:

[...] quando vou sair gosto muito de acessórios, meu colar, brincos e minhas pulseiras são sempre combinando, o estilo clássico. Uso também uma boa bolsa onde levo meus remédios, o celular e meus óculos (Idosa – Classe A);

[...] pra mim é indispensável o uso de um bom relógio de ouro e aquele trancelim com uma medalha de Nossa Senhora. Acessórios de ouro trazem muita elegância e classe ao visual da pessoa, também uso boné e chapéu quando vou para os dias de lazer (Idoso – Classe A);

[...] gosto de um bom óculo de sol, aqueles de armação grande porque me deixa com a autoestima em dia, me sinto mais bonita. Costumo usar também conjuntinhos de brincos e colar para compor um look bem alinhado (Idosa – Classe B);

[...] homem só gosta mesmo de usar relógio e trancelim porque dar um ar de masculinidade e beleza (Idosos – Classe B);

[...] em casa ou quando vou sair estou sempre de brincos, se não uso me sinto nua. Mas, na hora de sair capricho mesmo, coloco bolsa anel, relógio, gosto de combinar tudo, a bolsa com a sandália. Me sinto feliz quando estou arrumada, a gente fica mais bonita (Idosa – Classe C);

[...] sim eu gosto de brinco, pulseira, colar, óculos, bolsa, não basta a roupa ser bonita, os acessórios é que dão um tchã. Torna a roupa mais elegante, dá um toc especial (Idosa - Classe D);

[...] eu gosto de usar óculos, brinco, bolsa e relógio, me sinto pronta com isso, uso por prazer (Idosa – Classe E);

[...] sou roqueiro desde a adolescência e meus acessórios são sempre os mesmos como a pulseira de couro, anel de caveira, bolsa nas costas (Idoso – Classe E).

A análise desses depoimentos revelam as percepções quanto ao uso de acessórios pelos/as idosos/as de todas as classes sociais e o impacto desse consumo na qualidade de vida. Percebe-se em suas falas que o uso de acessórios é fundamental para manutenção da autoestima, confiança, bem-estar, prazer e felicidade, além de acrescentar a roupa estilo e classe, criando um novo visual. Nesse sentido, os acessórios podem contribuir para transformar a imagem que os sujeitos têm sobre si ao utilizar os adornos referidos em suas falas, desde um acessório simples como o uso de um brinco, até a combinação de roupas com cintos, sapatos e joias para complementar um look.

Os estudos realizados pela Estilista e Teórica Titta Aguiar (2010) sobre o uso de acessórios por idosos/as - Acessórios: por que, quando e como usá-los - vão ao encontro do significado atribuídos aos apetrechos utilizados pelos/as entrevistados/as da nossa pesquisa. A autora evidenciou que, os acessórios são chaves da moda, que enriquece os *looks*, marcam estilo, dizem para onde o/a idoso/a está indo, reforçam a autoestima, a personalidade e são atribuídos como itens de força, de emoção, de prazer e fascinação.

Contrapondo-se a essa análise, um percentual de 16,66% dos/as participantes da pesquisa em pauta, duas (2) da classe D e quatro (3) da classe E, disseram não utilizar acessórios. As idosas da Classe D disseram que não usam porque não gostam, por não se sentirem atraídas para usarem esses apetrechos. Os outros/as 4 da Classe E disseram que não usam porque não tem condições financeiras, o dinheiro não dá para comprar, só usam se ganhar de alguém. Conforme, mostram as suas falas:

[...] não sou vaidosa, não gosto de usar esse tipo de coisa, acho que fico feia, não fica bem pra minha idade, também sou evangélica (Idosa – classe D);

[...] já sou velha e não uso nada disso, meu dinheiro é pouco, só dá para o necessário, não sobra para outra coisa (Idosa – Classe E);

[...] não sou vaidosa, ainda bem, não tenho dinheiro para comprar essas coisas, se alguém me presentear posso até usar (Idosa de 67 anos – Classe E).

As representações das duas idosas que afirmaram não usar acessórios por não gostarem, por não se sentirem atraídas para usarem esses apetrechos, pode-se justificar a partir da religião, as duas são evangélicas. Segundo Nascimento (2011 p.19) para as igrejas pentecostais, bem como a Igreja Assembleia de Deus, o uso de adornos femininos como colares, brincos, pulseiras são caracterizados como acessório de moda, portanto, considerados símbolos do mundanismo e da vaidade, que por sua vez diz respeito ao pecado e tais acessórios quando usados tem como função seduzir os homens. Para o apóstolo Paulo “as mulheres devem ter discrição em sua aparência, isso significa, usar roupas decentes e apropriadas, não chamar a atenção quando arrumam o cabelo e não devem usar ouro, pérolas ou roupas caras”. Para algumas igrejas essas doutrinas devem ser seguidas rigidamente.

O poder de compra dos/as idosos/as da Classe E pode justificar a resposta das 4 entrevistadas que disseram não usar acessórios porque “não tem condições financeiras, o dinheiro não dá para comprar, só usam se ganhar de alguém”. A capacidade de obter bens (produtos) mercadorias e serviços é determinado pelo poder de compra dos indivíduos.

Segundo Silva (2022) os efeitos da inflação sobre as diferentes classes de renda, tem corroído o poder de compra dos/as consumidores/as, sobretudo, das classes menos favorecidas. Para essa autora, a inflação é responsável por uma série de distorções na economia, prejudicando não apenas os investimentos e o crescimento do País, mas também impõe elevados custos sociais, que tendem a ser inversamente relacionados ao nível de renda dos indivíduos, implicando maior penalização aos mais pobres e miseráveis, reduzindo seu poder de compra, concentrando riqueza e acentuando a desigualdade social.

Em relação a preferência por marcas ao comprar suas roupas e acessórios.

Os/as idosos/as também foram indagados/as acerca de suas preferências por marcas ao comprar suas roupas e acessórios, se tem, quais e por quê. Apenas 20,00%

dos/as idosos/as das Classes A e B declararam ter preferência, para eles/as a marca constitui um item importante para compra de suas roupas e acessórios (porque garante a qualidade do produto; durabilidade, conforto; sofisticação, beleza; elegância). A partir dessa perspectiva ressaltaram as marcas de suas preferências: *Lacoste; Le Liz; Arezzo; Picadilly; Vivara; Technos; Prada, Alain Delon*, conforme ressaltam nos depoimentos.

[...] só gosto de usar roupa de excelente qualidade, uso sempre Lacoste, “Le Liz, Alain Delon, que as camisas são impecáveis, alta durabilidade, bom caimento (Idoso – Classe A)

[...] adoro bolsa da Arezzo, sapatos Picadilly, relógio e joias Vivara, mas, as vezes também uso Romanelli que são bijuterias muito boas e caras, as pessoas elogiam, acham bonito (Idosa – Classe B)

[...] uma coisa que me importa e dou preferência é a marca, é qualidade garantida, só uso bolsa, roupas, perfumes, biju, de marca Arezzo, Vivara, entre outras marcas, gosto que as pessoas vejam o que estou usando, coisa boa (Idosa – Classe B)

Com base na transcrição *ipsis litteris* dos depoimentos dos/as entrevistados/as, os resultados mostram visões bem similares entre a totalidade dos/as idosos/as da Classe A e a metade da Classe B sobre as preferências por acessórios e vestuários de marcas de luxo. Isso pode ser justificado pela própria condição de classe aos quais pertencem os/as respondentes. Na perspectiva de Veblen (1965) as respostas dos/as idosos/as se enquadram no que ele denomina de consumo conspícuo, e de Mouclier (2000) de consumo como necessidade hedônica.

O consumo conspícuo refere-se à prática de consumir, de maneira ostensiva, bens e serviços de alto preço e alto valor simbólico, como demonstração pública da riqueza do/a consumidor/a, no intuito de alcançar ou manter um certo status social. Mouclier (2000) trata do consumo pela necessidade hedônica, ou seja, envolve a compra por prazer, satisfação, em vez de pôr necessidade, concentrando-se no prazer e nas experiências emocionais que o produto pode proporcionar. Para Seixas (2009), esses produtos de marca de luxo, funcionam como instrumentos de diferenciação de outras classes através de avanços contínuos no consumo, o luxo é usado para alargar mais ainda o espaço que os separam.

Dos 80% dos/as idosos/as que disseram não ter preferência por marca, um percentual de 53,33% das classes B, C e D, afirmou usar qualquer tipo de marca, o que conta é o “preço ser de acordo com o bolso” e “gostar do produto”. Ademais, 26,66%, especificamente das classes D e E que ressaltaram “ter dinheiro pouco não dá para escolher nada de marcas” (compra o que o dinheiro dá; marca é para quem pode, quem tem muito dinheiro):

[...] sou o tipo de pessoa que não liga para marcas não, compro o que gosto e o que dinheiro der eu levo (idosa - Classe B);

[...] Eu uso qualquer marca, se eu gostar eu levo, se for uma conhecida e estiver com um preço bom, eu levo, mas, caro não levo não, porque não posso (Idoso – Classe C);

[...] não compro nada de marca porque o dinheiro é pouco para tantos compromissos que tenho a pagar, é tudo contado, nem compro em loja de marca, não posso (Idosa – Classe D);

[...] O meu dinheiro não dá pra comprar roupas pela marca, a única coisa que dá pra comprar são os remédios e com muito apereio (Idosa – Classe E);

[...] pobre não escolhe isso, minha renda não permite fazer muitas compras. Então só compro o necessário para as necessidades, alimentos, às vezes compro roupas na promoção ou no camelô (Idosa – Classe E).

A perspectiva por meio da qual cada idoso/a interpreta a escolha de marcas na compra de roupas e acessórios, reflete e reforça que essa escolha está relacionada diretamente com a condição econômica, por conseguinte, com a condição de classe social. Os relatos dos/as idosos/as, sobretudo, das classes D e E revelam que as necessidades de consumo de bens (produtos) são hierárquicas, dependem de suas prioridades, aquelas primeiras que correspondem as carências da sobrevivência: alimento e remédios, necessidades que não podem deixar de serem satisfeitas.

Nesses termos, na visão desses/as idosos/as, diferente da visão daqueles/as entrevistados/as das classes A e B, os produtos de luxo ou de marca de luxo, servem para atender as demandas dos estratos superiores, das classes mais favorecidas. Segundo Veblen (1965), produtos de marca que funcionam como instrumentos de diferenciação de outras classes sociais através do consumo, constituindo-se instrumentos de hierarquia social.

Em relação ao consumo de calçados e como estes tem impacto em sua autonomia, independência e qualidade de vida.

Quando os/as respondentes foram indagados/as sobre a preferência em relação aos calçados e o porquê dessa preferência, 60,00% de todos/as entrevistados/as, independente de classe social, afirmaram que preferem os calçados tipo sapatilha, tênis e sandália rasteira, porque propiciam conforto, segurança e facilidade na hora de calçar e retirar. Segue-se com 26,66% também de todas as classes, que declararam preferir sapatos tipo social (sapato de salto, sapato fechado, sapato social para homens, botas). O sapato tipo Mocassim foi mencionado por 13,33% dos homens das classes A, D e E, especificamente, por ser flexível, sem cadarço e fácil de calçar. Sem desconsiderar (1) idosa da classe E (3,33%) que declarou preferir o calçado tipo Anabela.

De acordo com a fala da maioria dos/as idosos/as a escolha do calçado vai se dá não pela estética, beleza, mas, principalmente de acordo com suas necessidades diárias, conforto, praticidade e segurança.

[...] no meu dia a dia gosto de uma sapatilha porque além de confortável, não preciso ficar pedindo pra ninguém me ajudar a calçar e me dá segurança (Idosa – Classe A);

[...] gosto de usar sapato baixo e confortável pra não doer meus pés e não cair. Procuro sempre um tênis que seja fácil de calçar e tirar (Idosa – Classe B);

[...] prefiro sandália baixa porque eu tropeço muito, tenho medo de usar outro tipo e cair na rua, me sinto segura (Idosa – Classe C);

[...] meu pé é gordo e pra ficar confortável eu uso sapatilha ou sandália papete, não gosto de salto, não me dá segurança (Idosa – Classe C);

[...] uso tênis sem cadarço porque é fácil de calçar e apoia bem o meu pé, nos dá segurança para caminhar, as calçadas são cheias de buracos (Idoso – Classe D);

[...] gosto de sapatilha sem salto ou tênis por causa do equilíbrio, conforto, segurança para não escorregar e cair (Idosa – Classe E).

Na análise dessas falas observa-se que independe de classe social os/as idosos/as atentam-se para o conforto, a facilidade de calçar e a segurança do calçado, principalmente pelo risco de quedas. Segundo Lima (2013) a terceira idade está exposta a situações de riscos e acidentes e alguns produtos podem contribuir para a ocorrência desses acidentes ou potencializar problemas relacionados à saúde do/a idoso/a, a exemplo o uso inadequado dos calçados.

Nessa direção, o sapato tipo Mocassim foi mencionado por 13,33% dos idosos das classes A, D e E, por ser flexível, confortável sem cadarço, fácil de calçar e reduz o risco de quedas:

[...] Gosto de usar mocassim nos momentos que vou para o lazer, é confortável e me dá segurança, me preocupo em torcer o pé ou cair (Idoso – Classe A);

[...] uso mocassim em algumas ocasiões por ser muito confortável e evita risco de quedas (Idoso – Classe D);

[...] gosto do sapato mocassim porque é macio, confortável, seguro e mais barato (Idoso – Classe E).

Identifica-se nos depoimentos dos/as idosos/as uma preocupação com a segurança que o calçado pode propiciar no sentido de reduzir o risco de quedas. É uma inquietação que procede, estudo realizado por Rosa, Capellari e Urbaneto (2019) avaliou os tipos de sapatos utilizados por idosos/as de Instituições de Longa Permanência para Idosos quanto à sua adequação. Os resultados mostraram que a maioria dos/as idosos/as avaliados/as possuía calçado adequado. No entanto, o uso de calçado inadequado mostrou-se associado diretamente as quedas. Esses resultados reforçam que esse pode ser um dos motivos que leva a preocupação dos/as idosos/as com o uso de calçados que lhes dê segurança. Essa preocupação aponta para a necessidade de investigar se os/as idosos/as compreendem o que conforma ser um sapato adequado ou inadequado.

Em relação ao que os/as idosos/as levam em consideração ao comprar calçados

Do que trata essa questão, a grande maioria dos/as entrevistados/as (86,66%) de todas as classes sociais afirmou considerar conforto, durabilidade, qualidade, principalmente segurança. Sem desconsiderar 13,33% das classes D e E que declararam considerar, especialmente, o preço (o que cabe no bolso; o que o dinheiro dá para comprar).

As respostas dos/as idosos/as reafirmam a preocupação com a segurança que o calçado pode propiciar no sentido de reduzir o risco de quedas. Na realidade, os/as idosos/as apontaram uma diversidade de tipos de calçados - sapatos, sapatilhas, botas, tênis, sandálias, chinelos - de padrão estético, texturas, formatos e materiais vários, mas, o que eles/as apresentam estar preocupados/as é com o conforto e a segurança que o calçado pode dar para eles/as no sentido de evitar acidentes, é isso que mais consideram na hora de comprar o calçado.

Para Lima (2013) essa preocupação deve ser considerada ao se pensar, projetar ou até mesmo ao adquirir um calçado para um/a idoso/a, uma vez que estas pessoas possuem particularidades, devido a problemas de saúde/ limitações acarretadas pela idade, à firmeza do passo, que vai sendo perdida com os anos, à flexibilidade de seu corpo, que já não é a mesma, entre outros. A autora chama à atenção, que não se trata apenas de um projeto calçadista, mas uma preocupação em estar adequando o produto às reais necessidades de um público que requer atenção quanto as limitações que se apresentam com idade, além de serem exigentes quanto à qualidade do produto e com desejos estético-formais como qualquer outro público consumidor.

Sem desconsiderar quase metade dos/as idosos/as das Classes D e E que declararam considerar, especialmente, o preço (o que cabe no bolso; o que o dinheiro dá para comprar). O que se pode depreender dessas manifestações, é que os/as consumidores/as de baixa renda ou sem renda do Brasil e de outros países emergentes ou em desenvolvimento, tem padrões de consumo diferenciados das classes mais abastadas ou dominantes, esse padrão vai determinar o padrão de consumo.

Para Mattoso (2005) não se pode perder de vista as realidades das condições econômicas dos/as consumidores/as que levam a suprimir demandas, particularmente quando se considera consumidores/as de classes pobres dos países emergentes, cuja escassez de recursos e renda é elemento central. Para Mattoso (2005) os problemas financeiros dos pobres decorrem de inúmeros fatores, que acabam dando origem a uma cadeia de casualidades perversas, que por sua vez leva a inadimplência e outros problemas com o consumo.

Em relação ao calçado atender as necessidades

Quando os respondentes desta pesquisa foram inquiridos/as sobre os calçados se atendem ou não suas necessidades, 63,33% de todas as classes sociais disseram que sim (atendiam), porque na hora de comprar os calçados, consideravam muito bem as características do calçado em relação a conforto, segurança, praticidade ao calçar e maciez. Já para 36,67%, das classes C, D e E, os calçados não atendem suas necessidades, os sapatos sempre provocam algum tipo de desconforto (apertam, deslizam, machucam os dedos, dor na sola do pé e dor no calcanhar).

Estudos mostraram (Lima, 2013; Santos, 2020) que os problemas com calçados podem ser tanto de ordem de saúde do próprio indivíduo (incluem lesões ortopédicas como fascite plantar, metatarsalgia e tendinite), quanto problemas relacionados a durabilidade, defeitos de fabricação e qualidade do calçado (incluem couro descascando, rasgos, solas descolando, tipo do material do solado não antiderrapante, entre outros defeitos). Esses problemas podem justificar as respostas da parcela dos/as idosos/as que se colocam insatisfeitos com os calçados, não atenderem suas demandas.

Para Santos (2020) o envelhecimento promove alterações nos sistemas anatômicos e na dinâmica da marcha que podem favorecer o desconforto com uso de calçados inadequados e a ocorrência de quedas em idosos. Uma possibilidade de intervir nesses problemas é o/a idoso/a utilizar calçados com solados que oferecem maior coeficiente de atrito e sejam capazes de resistir a possíveis deslizamentos e contribuir para dá mais segurança, proteção e conforto ao idoso/a.

Considerações Finais

O estudo alcançou os objetivos propostos, uma vez que caracterizou o perfil socioeconômico, demográfico e cultural dos/as idosos/as de classes alta, médias e populares, bem como apresentou suas representações sociais acerca do consumo de produtos

de moda (vestuário, calçados e acessórios), pontuando como estes têm impacto em sua qualidade de vida.

As entrevistas realizadas com os/as idosos/as permitiram coletar informações sobre suas histórias individuais, visões e percepções sobre o universo de suas representações sociais sobre o consumo de produtos moda (vestuário, calçados e acessórios).

Considera-se nesse estudo, que a condição de classe social influencia diretamente nas necessidades, demandas, preferências, escolhas, desejos e motivações na hora da compra do vestuário, calçado ou acessório. As classes pobres, C, sobretudo, D e E, em face de seus baixos vencimentos, pensões e aposentadorias, diferentes das classes dominantes A e B, não se importam com outros aspectos que dão qualidade aos produtos que consomem, a preocupação é o preço.

Com base nesses resultados, pode-se considerar que o consumo desses produtos, é influenciado, sobretudo, quando se considera a classe social. O salário, o nível educacional, os rendimentos, particularmente, são fatores que vão determinar a posição que cada idoso/a ocupa na sociedade e o consumo desses produtos, considerando a quantidade, a marca, o uso, o tipo e o preço. Entretanto, esses fatores não impedem o consumo desses bens, uma vez que todos/as idosos/as, independente de classe, sexo, raça, escolaridade, renda, consomem produtos moda (vestuário, calçados e acessórios), o que modifica, conforme a classe social, é a marca, o tipo, sobretudo, o valor do produto.

Quanto ao consumo de produtos de marcas de luxo pelos/as idosos/as dos estratos superiores, o consumo parece funcionar como instrumento de diferenciação das outras classes. A partir das análises, pode-se classificar o consumo dos/as idosos/as a considerar as condições socioeconômicas, base para entender a configuração da sociedade de consumo e as desigualdades sociais.

Embora estudos mostrem que consumir produtos com marcas de moda famosas ou de luxo tem apresentado grande crescimento, principalmente no que tange a sua aquisição por parte das classes populares, que vão em busca de produtos que carregam uma marca ou *grife*, nesse estudo não se evidenciou essa busca pelas classes populares, mais especificamente, por parte dos/as idosos/as que apresentam um poder aquisitivo baixo. O que se confirmou é que as marcas, independentes de serem famosas, não constituiu preocupação das classes populares, o que importa para esses sujeitos na hora da compra do produto moda (vestuário, calçado, acessório) é o preço, que seja compatível com o seu poder aquisitivo. Sem deixar de chamar a atenção daqueles/as idosos/as que nunca compram roupas, só consomem peças usadas.

Muitos são os estudos que mostram as fragilidades e as dificuldades dos/as idosos/as em relação ao atendimento de suas necessidades e demandas em diferentes campos do consumo de produtos e de serviços. Nesse estudo, constata-se as dificuldades que os/as entrevistados/as, particularmente, das classes D e E tem em relação ao atendimento de suas demandas e a capacidade de realizar seus desejos de consumo moda (vestuário, calçados, acessórios), porque não tem poder aquisitivo. Portanto, considera-se que a qualidade de vida tem classe social, está associada ao poder aquisitivo, a capacidades dos/as idosos/as de realizar seus desejos de consumo, se ele/a não tem poder de compra para arcar com suas demandas de moda (vestuário, calçado e acessórios), compromete a qualidade de vida em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

O poder aquisitivo é, portanto, um dos fatores essenciais que vai propiciar aos idosos/as a condição de poder consumir produtos de moda (vestuário, calçados e acessórios) de acordo com as suas necessidades, demandas, desejos, escolhas, decisão e de ter autonomia e independência sobre o que consome e sobre sua própria vida. O equilíbrio defendido entre o bem-estar físico, a saúde mental e emocional, o equilíbrio espiritual e

o bom convívio social, exige, portanto, condições econômicas que vai propiciar poder de compra, satisfação, realização pessoal, bem-estar, por conseguinte, qualidade de vida.

Os/as consumidores/as idosos/as de baixa renda dos países emergentes como o Brasil, tem hábitos e padrões de consumo diferentes das classes mais abastadas. Isso significa dizer para as organizações da iniciativa privada que desejem aproximar o mercado desse segmento, que precisam repensar vários aspectos de seus modelos de produção e de comercialização, tendo em vista atender as necessidades e demandas de moda (vestuário, calçados e acessórios) de pessoas idosas com qualidade, que possuem desejos e demandas específicas, cujas necessidades requerem atenção quanto suas limitações e que apresentam um poder aquisitivo baixo.

Referências

BLESSMANN, Eliane Jost. **CORPOREIDADE E ENVELHECIMENTO: O SIGNIFICADO DO CORPO NA VELHICE**. Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano, Programa de Pós-Graduação, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 10. ed. São Paulo: Cultrix ... Lisboa: temas e debates, 1995.

CHACHAMOVICH, Eduardo; TRENTINI, Clarissa; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Qualidade de vida em idoso: conceituação e investigação. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. 164 p.

CRESWELL, J. Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions. **Thousand Oaks**, CA: Sage, 1998.

DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, **Thousand Oaks**, v. 18, n. 1, p. 59-82, jul. 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE. 2022.

LIMA, Elisane Pinto da Silva Machado de. **Entre a (des)organização urbana, um automóvel-corpo e um discurso itinerante: o dizer dos adesivos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Mestrado em Letras, Pelotas, BR, 2002. Orientador: Ernest - Pereira, Aracy.

MATTOSO, C.O. **Classes Sociais: uma discussão sobre os conceitos na sociedade e sua incorporação ao marketing.** In: XXIX ENANPAD, 2005, Brasil. Anais: ANPAD, 1CD-ROM.

MENEGUECCI, Franciele e Santos Filho, Abílio Garcia. **Proteção e conforto: a relação entre os tecidos e o design ergonômico do vestuário para idosos.** in: congresso brasileiro de pesquisa e desenvolvimento em design (9º, 2010, São Paulo).

MOUCLIER, J. Prefácio- A alma do luxo. In: ALLÉRÈS, D. Luxo... estratégias, marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MOSCOVICI, On social representations. In: FORGAS, J. P. (org.). **Social cognition. Perspectives on everyday understading.** Nova York: Academic Press, 1981. p. 181-209.

MOSCOVICI. Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ONESKO, Jéssica de Almeida. **Qualidade e satisfação com a vida: percepção de beleza, autoestima e felicidade de idosos em um grupo de terceira idade.** Maringá-PR: UNICESUMAR, 2018. 120 f.; 30 cm.

ROSA, Vitor Pena Prazido; CAPPELLARI, Fátima Cristina Bordin Dutra; URBANETTO, Janete de Souza. Análise dos fatores de risco para queda em idosos institucionalizados. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, vol. 22(1), e180138, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562019022.180138>.

HARVEY, B. **Social research methods.** Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

SANTOS, Rosangela Monteiro. **Solados de calçados feminino para idosos: análises do coeficiente de atrito.** Tese (doutorado), FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design: Bauru, 2020, 189 f.

VEBLEN, Thornstein. **Teoria da classe ociosa.** São Paulo: Abril Cultural, 1965.

VIANA, Claudia; Quaresma, Manuela. **Ergonomia: conforto têxtil no vestuário do idoso.** 15º ERGODESIGN - Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-tecnologia I 15º USIHC - Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-computador. Junho 2015 vol. 2 num. 1. Recife-PE.

PARTE III.
ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

Capítulo 8

Idosas e idosos em Recife-PE: Perfis socioeconômicos e TIC

Alinne Mayara Barbosa de Morais, Giuseppa Maria Daniel Spennillo

Apresenta-se aqui um estudo sobre comunicação, informação e qualidade de vida entre idosas e idosos em Recife, com o objetivo de caracterizar os perfis socioeconômicos, demográficos e culturais de pessoas idosas residentes em Recife, conforme a classe social a que pertencem, de modo a interpretar as trocas materiais e simbólicas que configuram suas representações da comunicação na velhice, no que refere à autonomia, à interdependência e à qualidade de vida.

Tendo em vista o atual cenário em que a tecnologia e a digitalização estão cada vez mais presentes no dia a dia, observam-se as transformações que ocorrem a partir delas em todas as relações sociais. Conforme Tauk Santos (2009), o acesso à internet e a navegação no ciberespaço são uma questão de cidadania, uma vez que através da internet, as possibilidades de informação, comunicação e consumo são quase ilimitadas. A internet conecta e aproxima pessoas que estão separadas até mesmo por continentes, assim como favorece o acesso a produtos diversos, tanto locais quanto internacionais, e também serve de ferramenta para consulta de documentos, dados bancários, acesso a bens culturais e entretenimentos, entre tantas outras funções, e de forma prática. Desse modo, para uma plena inclusão social do indivíduo é necessária a inclusão digital deste.

No entanto, o contexto de desigualdades educacionais e socioeconômicas revela os desafios a serem enfrentados, visto que as pessoas idosas que pertencem às classes sociais com menores faixas de renda, além dos desafios tecnológicos, são desafiados a garantir sua própria subsistência e de suas famílias num cenário onde as desigualdades sociais separam cada vez mais o ideal do real.

Diante desta situação, foram entrevistados 23 pessoas idosas, das quais foram selecionados, para a análise, 15 indivíduos de acordo com a estratificação social: 1, 2, 3, 4 e 5 idosas ou idosos, respectivamente das Classes A, B, C, D e E. As/Os 15 entrevistadas/os foram selecionadas/os com base na estratificação social do IBGE, e se constituiu da seguinte forma: 1 indivíduo da classe A; 2 indivíduos da classe B; 3 indivíduos da classe C; 4 indivíduos da classe D e 5 indivíduos da classe E. As entrevistas foram realizadas em cinco dias do mês de junho de 2022.

Idosas e Idosos em Recife: distinções sociais

A partir dos dados coletados, foi traçado um panorama do perfil social dos indivíduos, e conforme dispostos nos gráficos abaixo, é possível observar que 66,7% dos entrevistados eram brancos, 33,3% pretos e pardos; 60% dos entrevistados eram do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Referente à escolaridade, 20% eram analfabetos, 20% tinham o ensino fundamental incompleto, 6,7% o ensino médio incompleto, 20% o ensino médio completo, e 33,3% tinham o ensino superior completo. Não foi possível encontrar no IBGE dados de estratificação social por bairros em Recife, portanto os dados referentes à população e rendimento foram coletados através das informações disponibilizadas no site da Prefeitura do Recife.

Gráfico 1 - Classe Social

15 respostas

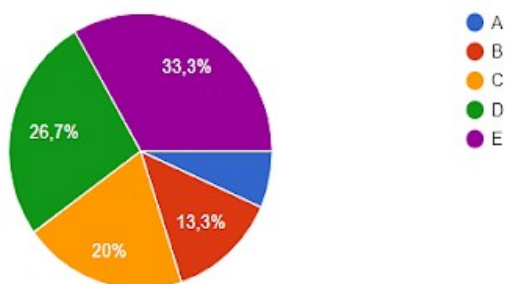


Gráfico 2 - Etnia

15 respostas

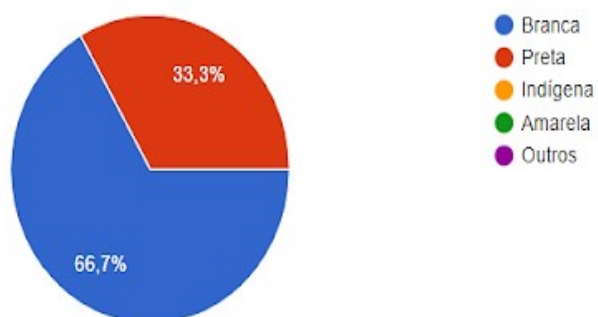


Gráfico 3 - Gênero

15 respostas

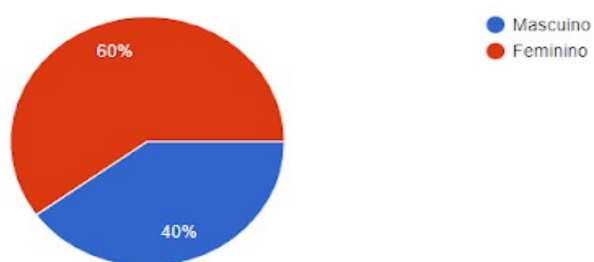
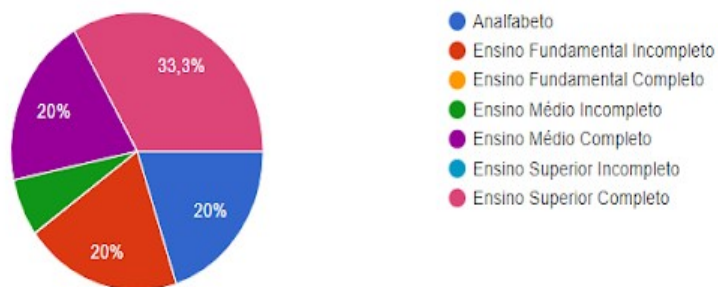


Gráfico 4 – Escolaridade

15 respostas



As classes sociais, etnias, gêneros e escolaridades estão intrinsecamente relacionados, como será detalhado a seguir, com os perfis socioeconômicos, demográficos e culturais, conforme os dados obtidos nas entrevistas.

Perfis socioeconômicos: uma perspectiva de classes

Associado às distinções sociais, encontram-se as desigualdades econômicas, forjadas na estrutura da divisão social em classes. No Brasil, as e os indivíduos estão distribuídos conforme o rendimento econômico, sendo agrupados nas classes socioeconômicas A, B, C, D e E. Nesse sentido, o corpus empírico deste estudo pode ser agrupado conforme as classes socioeconômicas, o que conforma a seguinte distribuição:

A classe A é formada por um indivíduo do sexo masculino, empresário, branco, com ensino superior completo.

A classe B é composta por um indivíduo do sexo masculino, corretor imobiliário, branco, com ensino superior completo; um indivíduo do sexo feminino, branca, aposentada e viúva de um general militar, com ensino médio incompleto.

A classe C é composta por dois indivíduos do sexo feminino, brancas, ambas com ensino médio completo e aposentadas; um indivíduo do sexo masculino, preto, com ensino superior completo, exerce a função de professor.

A classe D é composta por um indivíduo do sexo feminino, branca, com ensino superior completo, aposentada; um indivíduo do sexo masculino, preto, analfabeto, aposentado e trabalha como pedreiro; um indivíduo do sexo masculino, branco, com ensino médio completo, aposentado e proprietário de bar; um indivíduo do sexo masculino, branco com ensino fundamental incompleto, aposentado e exerce a função de pescador.

Classe E é composta por um indivíduo do sexo feminino, branca, com ensino superior completo, freira, escritora e diretora de escola; um indivíduo do sexo feminino, branca, analfabeta, aposentada; um indivíduo do sexo masculino, preto, com ensino fundamental incompleto, aposentado e trabalha como ambulante; um indivíduo do sexo feminino, preta, analfabeta, aposentada; um indivíduo do sexo feminino, preta, com ensino fundamental incompleto, diarista.

Detalhando o perfil de cada um dos 15 entrevistados, temos:

- Na Classe A:

Indivíduo 1: sexo masculino, 68 anos de idade, empresário no ramo gastronômico, homem branco, ensino superior completo, três dependentes, reside em apartamento próprio já quitado em um condomínio no bairro das Graças em Recife, possui mais de um carro próprio, tem plano de saúde e faz consultas médicas em média duas vezes ao ano. Possui aparelhos de telefone celular, *tablet*, computador; seus principais veículos de comunicação são: jornal impresso, jornal digital, *Whatsapp* e revista digital. Acessa as redes sociais como *Whatsapp*, *Telegram*, *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*. Costuma ler sobre política, gastronomia e mercado financeiro. Muito comunicativo, tem excelente relação com familiares e vizinhos, normalmente se sente muito confortável em expressar suas opiniões nos espaços em que faz parte. Sua principal fonte de lazer no espaço familiar é nas dependências do condomínio, como caminhar, praticar esportes, natação e ficar na piscina do condomínio onde mora. Sua fonte de lazer no espaço público são participações em eventos, frequenta muitos restaurantes, frequentemente faz viagens interestaduais e internacionais.

- Na Classe B:

Indivíduo 2: sexo masculino, 66 anos de idade, homem branco, ensino superior completo, dois dependentes, corretor de imóveis, reside em um apartamento próprio quitado em um condomínio em Casa Forte – Recife, possui plano de saúde e faz consultas médicas em média quatro vezes ao ano. Possui mais de um carro próprio, possui aparelhos de telefone celular, *tablets* e computador; os veículos de comunicação que costuma acessar são jornal impresso, jornal digital, *Whatsapp*, revista impressa e revista digital; as redes sociais que acessa são *Twitter*, *Instagram* e *Telegram*; costuma ler sobre o mercado financeiro, mercado imobiliário e atualidades. Tem uma ótima relação com os familiares e vizinhos, vários são seus clientes. Costuma ser bem-falante e faz amizades muito rápido. As principais fontes de lazer em espaço familiar são reuniões com a família e amigos nas áreas de lazer do condomínio. Sua fonte de lazer em espaços públicos são viagens frequentes para outros estados, viagens internacionais, reuniões em hotéis, frequentemente visita muitos restaurantes, museus, feiras artesanais, academias e gosta de correr na praia.

Indivíduo 3: sexo feminino, mulher branca, 67 anos, ensino médio incompleto, aposentada, viúva de general do exército há 30 anos, não tem dependentes, reside em casa própria no bairro das Graças, Recife. Possui um carro próprio, plano de saúde e faz consultas médicas em média quatro vezes ao ano. Possui computador e telefone celular, veículos de comunicação que acessa: TV, jornal digital e revista digital. Costuma acessar as redes sociais *Whatsapp* e *Instagram*. Não costuma ler. Principais fontes de lazer no espaço familiar são receber visitas, assistir televisão, filmes, séries e fazer palavras cruzadas. Tem uma boa relação com a família, mora com filho, nora e neta. Tem pouco contato com os vizinhos, não costuma falar muito nos espaços que frequenta. Fontes de lazer em espaço público: passear e caminhar na praça, faz natação duas vezes na semana, faz viagens interestaduais em média três vezes ao ano, para descansar.

- Na Classe C:

Indivíduo 4: sexo feminino, 67 anos de idade, mulher branca, aposentada, reside em casa própria quitada em Jardim São Paulo, Recife, mora com seu filho e sua nora, não possui dependentes, tem plano de saúde, faz consultas médicas de três a quatro vezes ao ano. Tem carro próprio, possui aparelhos de telefone celular, *tablet* e computador. Acessa aos veículos de comunicação TV, jornal digital e *Whatsapp*. Costuma ler sobre espiritualidade e notícias em geral. Excelente relação com seus familiares e vizinhança. Seu lazer no espaço familiar é ler, cuidar de seu jardim e receber amigas. Formas de lazer no espaço público: frequentar restaurantes, shoppings, missas, eventos da igreja, cinema, barzinho. Visita para São Paulo todos os anos para visitar sua irmã. Costuma fazer caminhada e hidroginástica três vezes na semana.

Indivíduo 5: sexo feminino, 67 anos de idade, mulher branca, aposentada, ensino médio completo, mora com quatro pessoas, em casa própria herdada de seus pais no bairro de Jardim São Paulo, Recife. Não tem dependentes, possui plano de saúde, faz consultas médicas em média seis vezes ao ano, tem carro próprio, telefone celular, *tablet* e computador. Seus veículos de comunicação são *Whatsapp*, TV e rádio, não costuma ler com frequência. Sua fonte de lazer no espaço familiar é ouvir rádio, assistir TV. Boa relação com a família e vizinhança, todas as tardes/noites seus familiares e vizinhos se reúnem em sua casa para jogar dominó, frequentemente se reúnem em churrascos em sua casa. Fonte de lazer no espaço público: frequenta shoppings e restaurantes, barzinhos, faz caminhada todos os dias pela manhã com alguns familiares e vizinhos.

Indivíduo 6: sexo masculino, 66 anos de idade, homem negro, ensino superior completo, é professor estadual, mora com a esposa, filha e genro, em apartamento próprio quitado em condomínio em Jardim São Paulo, Recife. Não tem dependentes. Possui plano de saúde, frequenta consultas médicas de uma a duas vezes no ano, tem carro próprio, tem uma excelente relação com a família, mas passa a maior parte do tempo trabalhando, o que afeta a sua interação com eles. Tem pouco contato com os vizinhos. Possui telefone de celular, *tablets* e computador, acessa veículos de comunicação: TV, rádio, jornal digital, *Whatsapp* e revista digital. Acessa as redes sociais *Facebook*, *Youtube* e *Instagram*. Costuma ler sobre esportes e atualidades em geral. Sua fonte de lazer no espaço familiar é assistir TV, ouvir música e cuidar de suas plantas. No espaço público, frequenta restaurantes, barzinhos, praia, caminhar e passear com os cachorros na praça.

- Na Classe D:

Indivíduo 7: Sexo feminino, 68 anos de idade, mulher branca, ensino superior completo, é aposentada, mora com esposa e neta em sua casa própria financiada em uma vila no bairro de Areias, Recife. Tem dois dependentes, utiliza o sistema de saúde SUS, não costuma fazer consultas médicas regularmente, utiliza o transporte público. Relata ter uma boa convivência com a sua esposa e neta, mas com o restante da família a relação é um pouco conturbada e não se sente confortável em se expressar. Tem uma relação um pouco complicada com os vizinhos, pois estes não respeitam o seu espaço e extrapolam os limites, ela relata que isso acontece principalmente por não haver nenhum homem em sua casa, então todos se sentem à vontade para invadir seu espaço. Possui telefone celular e computador, principais veículos de comunicação são TV, rádio, jornal digital e *Whatsapp*. Costuma acessar as redes sociais *Instagram* e *Facebook*. Costuma ler sobre atualidades e literatura. Seu lazer em espaço familiar é assistir filmes, séries e ler. Em espaços públicos o seu lazer é passear em feiras, feiras de livros, shoppings e praça.

Indivíduo 8: sexo masculino, 71 anos de idade, homem negro, analfabeto, é aposentado e trabalha como pedreiro, mora com a esposa, filhos e netos em casa própria quitada em vila, em Jequiá, Recife. Tem quatro dependentes. Possui o SUS como sistema de saúde, não frequenta consultas médicas, não tem carro próprio, utiliza o transporte público. Tem uma excelente relação com a família. Tem boa relação, mas pouco contato com os vizinhos. Possui telefone celular, acessa veículos de comunicação: TV, rádio. As redes sociais que acessa são o *WhatsApp*, sempre por áudios, chamada de voz e vídeo, e *Youtube* por comando de voz. Não costuma ler. Sua fonte de lazer no espaço familiar é assistir noticiários e jogos de futebol na TV, ouvir rádio. Lazer no espaço público: jogar dominó com os amigos na praça e ir a barzinhos.

Indivíduo 9: sexo masculino, 69 anos de idade, homem branco, ensino médio incompleto, é aposentado e dono de um bar, mora com a esposa e dois filhos em casa própria quitada em vila, no Pina, Recife. Tem três dependentes. Possui plano de saúde, faz consultas médicas em média duas vezes ao ano, tem uma motocicleta. Tem uma excelente relação com a família. Tem relação muito boa com os vizinhos, seu bar funciona na vizinhança há quase 10 anos e é muito querido onde mora. Possui telefone celular e computador, acessa veículos de comunicação: TV, rádio e *Whatsapp*. As redes sociais que acessa são o *Whatsapp*, *Instagram* e *Youtube*. Não costuma ler com frequência, mas está sempre em busca de novidades para o seu bar, onde também é cozinheiro. Sua fonte de lazer no espaço familiar é realizar festas reunindo a família e alguns vizinhos, ama cozinhar e ter a casa cheia de pessoas. Lazer no espaço público: correr na praia, costuma viajar ao menos uma vez por ano com a esposa para descansar.

Indivíduo 10: sexo masculino, 69 anos de idade, homem branco, ensino fundamental incompleto, é aposentado e pescador, mora com a esposa, filho e netos em casa própria quitada em vila, no Pina, Recife. Tem quatro dependentes. Possui o SUS como sistema de saúde, não costuma fazer consultas médicas regulares, não possui veículo próprio, utiliza o transporte público. Tem uma relação muito boa com a família, seu filho também é pescador e trabalham juntos. Nasceu e se criou na mesma localidade, relação muito boa com os vizinhos e participa da cooperativa de pescadores da região. Possui telefone celular, acessa veículos de comunicação: TV, rádio e *Whatsapp*. As redes sociais que acessa são o *Whatsapp*, e *Tik Tok*. Não costuma ler com frequência. Sua fonte de lazer no espaço familiar ouvir rádio, assistir TV e *Youtube*, ver vídeos de *Tik Tok* e fazer churrasco em família. Lazer no espaço público: conversar e tomar uma cerveja com seus amigos na rua enquanto joga dominó.

- Na Classe E:

Indivíduo 11: sexo feminino, 70 anos de idade, mulher branca, ensino superior completo, é freira, escritora e diretora de um colégio religioso, mora com outras 12 freiras no colégio onde dirige, no bairro das Graças, Recife. Trabalha como diretora em missão, a congregação da qual faz parte não permite que ela receba salário pelo trabalho. Não possui renda fixa, uma vez que sua renda se dá através do seu trabalho como escritora. Não possui dependentes. Possui o SUS como sistema de saúde, costuma fazer consultas médicas regulares em média seis vezes ao ano, não possui veículo próprio, utiliza o transporte público. Tem uma relação boa com a família, mas mora no colégio onde é diretora e visita a família poucas vezes ao ano. Sua relação com as demais freiras no colégio é muito boa. É muito respeitada e querida em sua localidade e possui relação muito boa com os vizinhos. Possui telefone celular e computador, acessa veículos de comunicação: TV, rádio, jornal digital e *Whatsapp*. As redes sociais que acessa são o *Whatsapp*, *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. Costuma ler sobre conteúdos cristãos, atualizações da congregação, literatura e notícias cotidianas. Sua fonte de lazer no espaço familiar é rezar e escrever. Lazer no espaço público: compromissos literários em hotéis, restaurantes, shoppings, costuma fazer viagens para outros estados para realizar encontros literários e promover seus livros. Também costuma fazer natação, pedalar e caminhar.

Indivíduo 12: sexo feminino, 69 anos de idade, mulher branca, analfabeta, é aposentada e viúva, mora com filhas e netos em casa própria herdada de seus pais, no bairro da Mustardinha, Recife. Tem sete dependentes. Utiliza o SUS como sistema de saúde, faz consultas médicas em média duas vezes ao ano, não tem veículo próprio, utiliza o transporte público. Tem uma boa relação com a família, mas relata que em alguns momentos não se sente ouvida “quando a gente fica velha, ninguém liga para o que você fala, até precisar de dinheiro, aí te tratam como gente até conseguir”. Tem relação muito boa com os vizinhos, mora na mesma casa quase a vida toda e conhece todos os vizinhos próximos. Possui telefone celular, acessa veículos de comunicação: TV, rádio. Não costuma acessar redes sociais. Não sabe ler. Sua fonte de lazer no espaço familiar é assistir TV, ouvir programas evangélicos no rádio. Lazer no espaço público: ir à igreja e à feira.

Indivíduo 13: sexo masculino, 72 anos de idade, homem negro, ensino fundamental incompleto, é aposentado e trabalha como ambulante vendendo água, pipoca, lanches e doces na estação de metrô do Barro. Mora com a esposa, filhos e netos em casa alugada em vila, no bairro da Mangueira, Recife. Tem cinco dependentes. Possui o SUS como sistema de saúde, não costuma fazer consultas médicas. Utiliza o transporte público, tem uma boa relação com a família, mas só chega em casa durante a

noite, pois passa o dia trabalhando. Tem relação muito boa com os vizinhos, na vila onde reside é o morador mais antigo e é amigo de todos na vizinhança. Possui telefone celular, acessa veículos de comunicação: TV e *Whatsapp*. As redes sociais que acessa são o *Whatsapp*, *Facebook* e *Youtube*. Não costuma ler com frequência. Sua fonte de lazer no espaço familiar é comer com a família, assistir TV, comemorar o fim de semana com a família e os vizinhos. Lazer no espaço público: praia e barzinho.

Indivíduo 14: sexo feminino, 85 anos de idade, mulher negra, analfabeta, é aposentada. Mora com filhos e netos, em casa própria construída em uma vila familiar em San Martin, no Recife. Tem cinco dependentes. Possui o SUS como sistema de saúde, costuma fazer consultas médicas em média duas vezes ao ano. Utiliza o transporte público, tem uma boa relação com a família. Tem relação muito boa com os vizinhos, a maioria são seus familiares e todos se ajudam. Não possui telefone celular, *tablet* ou computador, acessa veículos de comunicação: TV. Não acessa nenhuma das redes sociais. Não sabe ler. Sua fonte de lazer no espaço familiar é conversar com suas irmãs que moram perto de sua casa, assistir TV, cuidar de suas plantas e constantemente faz novenas em casa. Lazer no espaço público: ir à igreja.

Indivíduo 15: sexo feminino, 65 anos de idade, mulher negra, ensino fundamental incompleto, é diarista. Mora com suas filhas e netos, em casa própria numa vila no bairro do Caçote, Recife. Tem seis dependentes. Possui o SUS como sistema de saúde, não costuma fazer consultas regulares. Utiliza o transporte público. Sobre a relação com a família ela relata: “a relação é como toda família, às vezes é um pouco complicada, nem abro a boca, porque sei que não vão me escutar”. Passa a maior parte do tempo trabalhando, não tem muito contato com os vizinhos, mas se cumprimentam. Possui telefone celular, acessa veículos de comunicação: TV. Redes sociais que acessa: *Whatsapp*. Não costuma ler. Sua fonte de lazer no espaço familiar é cuidar de sua casa, assistir TV. Lazer no espaço público: não costuma sair.

Com base nos dados coletados, observamos que os indivíduos das classes A, B e C dispõem de mais recursos financeiros, o que lhes permite adquirir uma variedade maior de dispositivos eletrônicos, como celulares, *tablets* e computadores. Esses aparelhos são utilizados não apenas para fins pessoais, mas também como ferramentas de trabalho, educação, acesso a serviços bancários e compras on-line. Em contraste, os indivíduos das classes D e E, em sua maioria, possuem apenas um celular, utilizando-o principalmente para comunicação pessoal e profissional e acesso às redes sociais, especialmente o *Whatsapp*.

Essa disparidade pode ser explicada pela combinação de fatores socioeconômicos e educacionais. As classes A, B e C, com maior nível de escolaridade e melhores condições econômicas, têm mais facilidade e oportunidade de utilizar uma ampla gama de tecnologias digitais. Por outro lado, as classes D e E enfrentam maiores barreiras, tanto econômicas quanto educacionais, que limitam seu acesso e capacidade de uso de tecnologias mais avançadas.

Essas diferenças são refletidas diretamente nos padrões de uso das tecnologias entre os indivíduos de diferentes classes sociais, evidenciando como as condições socioeconômicas e educacionais influenciam a relação das pessoas com o mundo digital. Em resumo, essas desigualdades mostram a importância de levar em conta a situação socioeconômica ao analisar o acesso e uso da tecnologia hoje em dia.

2.1. Estratificação social por bairros de acordo com a classe social – segundo dados da Prefeitura do Recife

- Classe Social A:

O indivíduo 1 reside no bairro das Graças, neste bairro a renda média mensal per capita é de R\$ 9.484,01; com taxa de alfabetização acima de 10 anos de 99,2%, a população com 60 anos ou mais corresponde a 18,23%, a população branca corresponde a 76,68% e a população preta e parda corresponde a 22,25%.

- Classe Social B:

O indivíduo 2 reside no bairro de Casa Forte, no bairro, o rendimento médio mensal per capita é de R\$ 11.318,97; a taxa de alfabetização acima dos 10 anos é de 99,1%; a população com 60 anos ou mais corresponde a 18,5%; a população branca corresponde a 77,41%, a população preta e parda corresponde a 21,97%.

O indivíduo 3 reside no bairro das Graças, os rendimentos mensais per capita e distinção da população do bairro já foram citados acima.

- Classe Social C:

Os indivíduos 4, 5 e 6 residem em Jardim São Paulo, o rendimento médio mensal per capita no bairro é de R\$ 1.973,10; a taxa de alfabetização acima dos 10 anos é de 94,9%; a população com 60 anos ou mais corresponde a 12,67%; a população branca corresponde a 42,34%, a população preta e parda corresponde a 56,35%.

- Classe Social D:

O indivíduo 7 reside no bairro de Areias, onde a renda média mensal per capita é de R\$ 1.941,97; a taxa de alfabetização acima dos 10 anos é de 95,3; a população com 60 anos ou mais corresponde a 13,49%; a população branca corresponde a 42,28%, a população preta e parda corresponde a 56,96%.

O indivíduo 8 reside no bairro do Jiquiá, o rendimento médio mensal per capita no bairro é de R\$ 1.555,32; a taxa de alfabetização acima dos 10 anos é de 92,6%; a população com 60 anos ou mais corresponde a 10,03%; a população branca corresponde a 35,71%, a população preta e parda corresponde a 63,06%.

Os indivíduos 9 e 10 residem no bairro do Pina, o rendimento médio mensal per capita no bairro é de R\$ 2.446,83; a taxa de alfabetização acima dos 10 anos é de 92,2%; a população com 60 anos ou mais corresponde a 12,04% da população; a população branca corresponde a 37,73% e a população preta e parda correspondem a 61,13%.

- Classe Social E:

O indivíduo 11 reside no bairro das Graças, os dados referentes à população e renda no bairro já foram citados mais acima.

O indivíduo 12 reside no bairro da Mustardinha, a renda média mensal per capita no bairro é de R\$ 1.251,81, a taxa de alfabetização acima de 10 anos é de 91,5%; a população com idade igual ou acima de 60 anos corresponde a 11,62%, a população branca corresponde a 30,17% e a população preta e parda corresponde a 68,92%.

O indivíduo 13 reside no bairro da Mangueira, no bairro a renda média mensal per capita é de R\$1.161,71; a taxa de alfabetização acima dos 10 anos é de 91,2%; a população com 60 anos ou mais corresponde a 11,25%; a população branca corresponde a 30,84% e a população preta e parda corresponde a 68,04%.

O indivíduo 14 reside no bairro de San Martin, a renda média mensal no bairro é de R\$ 2.080,85; a taxa de alfabetização é de 94,6%; a população com 60 anos ou mais corresponde a 12,48%, a população branca corresponde a 40,04% e a população preta e parda corresponde a 58,93%.

O indivíduo 15 reside no bairro do Caçote, a renda mensal média no bairro é de R\$ 1.110,61; a taxa de alfabetização acima dos 10 anos é de 91,4%; a população com 60 anos ou mais corresponde a 8,09%; a população branca corresponde a 30,93%, e a população preta e parda corresponde a 68,9%.

A partir dos dados, é revelado que os indivíduos das classes sociais mais altas (A e B) residem em bairros com maior renda média per capita, maior taxa de alfabetização e uma maior porcentagem de população branca. Por exemplo, os bairros das Graças e Casa Forte possuem rendas médias superiores a R\$ 9.000,00 e altas taxas de alfabetização, acima de 99%.

Em contraste, os indivíduos das classes sociais mais baixas (D e E) vivem em bairros com menor renda média per capita, menores taxas de alfabetização e uma maior proporção de população negra. Bairros como Mustardinha, Mangueira e Caçote apresentam rendas médias inferiores a R\$ 2.000,00 e taxas de alfabetização em torno de 91%.

Essas diferenças refletem a estratificação social existente, onde as condições socioeconômicas e demográficas dos bairros variam significativamente conforme a classe social dos residentes. Ou seja, a distribuição de renda, escolaridade e composição racial são indicadores claros das desigualdades sociais que permeiam os bairros do Recife.

Comunicação, representação simbólica e consumo: o que dizem os perfis socioeconômicos dos entrevistados

Segundo Moscovici, a representação simbólica é construída diariamente através da linguagem, práticas de comunicação e representações culturais. O significado cultural atribuído às diferentes classes sociais influencia diretamente na comunicação, comportamentos e interações dos indivíduos. Por exemplo, o indivíduo 1 do grupo A relatou sentir-se plenamente confortável para se expressar em sua família e nos espaços que frequenta. Em contraste, o indivíduo 15 do grupo E mencionou que, em determinados momentos, "nem abre a boca para falar nada, pois sabe que não será ouvida". O que está por trás dessas falas?

Analisando com base em Bourdieu, entende-se que pessoas de diferentes classes sociais têm níveis distintos de acesso à capitais culturais e bens de consumo, além de diferentes valores sociais e simbólicos. Esses fatores influenciam significativamente o acesso à informação e as interações familiares e sociais.

O indivíduo do grupo A - homem branco, empresário, de classe alta, com ensino superior completo - é socialmente visto como uma pessoa de poder e respeito. Já o indivíduo 15 - uma mulher negra, com ensino fundamental incompleto, diarista e pertencente ao grupo de menor faixa de renda - culturalmente, é vista como subserviente e sem prestígio social. Enquanto um é valorizado, o outro recebe descrédito.

A partir dos dados, percebe-se as desigualdades de raça, gênero e socioeconômicas em cada classe, pois dentre os 15 indivíduos entrevistados, três são analfabetos, destes, um é homem negro; uma é uma mulher negra e uma é uma mulher branca. Dos cinco indivíduos com ensino superior completo, apenas um é homem negro, enquanto dois são homens brancos e dois são mulheres brancas.

A classe E, com menor faixa de renda, tem quatro mulheres, nas quais duas delas são negras, entre elas, uma é analfabeta e a outra possui o ensino fundamental incompleto. Das outras duas mulheres da amostra do grupo E, uma é analfabeta e a outra possui ensino superior completo. O grupo possui um homem negro com ensino fundamental incompleto.

Ao analisar os grupos de A a E, e observar os dados, entende-se que faixa salarial não categoriza classe social, uma vez que se entende os capitais de Bourdieu. Um exemplo disso é o indivíduo 11 no grupo E, com ensino superior completo, e que para além da faixa salarial baixa, em contraponto possui todos os demais capitais e habitus que a situam em outra classe social. Enquanto todos os outros indivíduos deste grupo possuem baixa escolaridade, alguns mesmo aposentados trabalham de maneira informal e residem em localidades marginalizadas e precárias, o indivíduo em destaque reside em um dos bairros mais nobres de Recife e possui um emprego valorizado. Enquanto os demais membros desse grupo não sabem ou não costumam ler e possuem alguns atritos com vizinhos, e relataram não realizar nenhum tipo de viagem, este indivíduo possui prestígio social e faz viagens interestaduais para divulgar seus livros.

Teoria de classe e Mobilidade Social

Segundo Bourdieu, a trajetória de classe do indivíduo define simbolicamente seu lugar na sociedade e na estrutura social, a partir do acúmulo de capitais, o indivíduo pode ter mais ou menos facilidade na interação social, na comunicação, no acesso à informação e à valorização social. Ainda que a distinção de classe seja caracterizada de acordo com o acúmulo de capitais, o habitus varia de acordo com a trajetória de classe do indivíduo: “O habitus integra o conjunto dos efeitos das determinações impostas pelas condições materiais de existência (...) Ele é a classe incorporada – incluindo propriedades biológicas socialmente moduladas tais como sexo ou idade” (Bourdieu, 2007, p. 410).

Dessa forma, conforme Bourdieu, o valor social representado pelos capitais varia de acordo com a classe simbólica de seu detentor, sendo assim, o valor que um diploma possui socialmente pode variar consideravelmente de acordo com a idade de seu titular, a sua origem social, a sua etnia ou raça, a sua origem geográfica e seu sexo.

A amostra das classes A B e C possuem juntas seis indivíduos no total, desses indivíduos apenas um deles é negro, e este pertence à classe C, classe com menor faixa de renda entre as três, os outros cinco indivíduos são brancos. Já nas classes com menor faixa de renda, D e E, seis dos nove indivíduos são negros. Segundo Jessé Souza, essa desigualdade social existe desde a colonização, mas foi oficializada com a abolição da escravidão.

O momento que deveria ser de libertação para o povo explorado que construiu o país e grande parte de sua riqueza foi na verdade o momento em que “inaugurando, a partir daí, um abandono secular de uma “ralé” despreparada para enfrentar as novas condições socioeconômicas” (Souza, 2015, p. 97). Essa ralé não diz respeito apenas às pessoas negras, mas a uma classe de pessoas pobres que vive em extrema carência de recursos básicos, e por mais que trabalhem sem parar, não conseguem ter uma mobilidade social. Um exemplo disso são os indivíduos 8, 10, 13 e 15, pois três deles mesmo estando aposentados, continuam trabalhando em funções precarizadas para garantir a sua subsistência.

Segundo Jessé Souza, os indivíduos são construídos de forma distinta em seus limites e possibilidades na competição do campo social dependendo do ponto de partida de sua classe. Segundo ele, os pais que possuem um maior capital financeiro, cultural e social repassam os capitais culturais para seus filhos, investem o seu capital financeiro em boas escolas para que seus filhos possam acumular ainda mais capitais e produzir e reproduzir assim o sistema de classe. Isso pode ser observado em relação aos entrevistados, os indivíduos com faixa de renda mais altas tiveram índices mais altos de escolaridade e melhores empregos comparados aos indivíduos com faixa de renda mais

baixas, e possivelmente seus filhos permanecem produzindo e reproduzindo o mesmo sistema.

Ainda conforme Jessé Souza, é necessário compreender a diferença entre faixa de renda e classe social. Souza utiliza as categorias dos capitais de Bourdieu para explicar essa diferença. Para Bourdieu, a classe pode ser definida como um conjunto de agentes situados em condições semelhantes de existência, que devido às suas disposições idênticas são condicionados a produzir e reproduzir práticas semelhantes. Segundo ele, as classes são detentoras de diferentes capitais em constante disputa no campo social.

Os capitais para Bourdieu não têm uma conotação puramente marxista, no sentido de capital financeiro, mas são as bagagens que os indivíduos acumulam ao longo da vida e determinam sua posição nas relações de poder, agindo como facilitadores para que o indivíduo se desloque entre as camadas sociais. Os capitais de Bourdieu são: Capital Econômico: o que pode ser avaliado de acordo com as posses materiais do indivíduo como dinheiro, bens, propriedades etc.; Capital Cultural: acúmulo de aprendizados, saberes e conhecimentos que podem ser validados por anos de estudo, diplomas e títulos; Capital Social: relações sociais, rede de contatos e influências que podem ser transformadas em capital; Capital Simbólico: o valor social do indivíduo na sociedade a partir da trajetória da sua classe.

Nesse sentido, nos chamou a atenção durante as entrevistas, o fato de que os indivíduos 9 e 10, que pertencem a classe D, se declararam brancos à pesquisa. No entanto, por mais que a questão racial no Brasil seja por autodeclaração, esses indivíduos são negros, mesmo possuindo uma pele mais clara comparados a alguns entrevistados de pele mais retinta. Um deles possui o cabelo crespo e o outro tem o cabelo raspado, mas ambos possuem traços negros bem evidentes, como formato do nariz e dos lábios.

Segundo Darcy Ribeiro (1995), o racismo no Brasil é diferente de como é em outros países, como os estados Unidos, onde o racismo é baseado na origem do indivíduo. No Brasil, ainda conforme Ribeiro (1995), o racismo é pautado na tonalidade da pele, em que quanto maior a quantidade de melanina na pele do indivíduo, mais este tende a sofrer racismo, enquanto quanto menos melanina possui, maior a possibilidade de transitar entre os espaços sem sofrer situações de racismo.

Dessa forma, o negro de pele mais clara tende a não se enxergar como tal, quando se compara a outros negros de pele mais retinta. Nesse aspecto existem várias reflexões que podem ser feitas, como o auto ódio, carência de letramento racial, mas também a autoproteção do estigma. Segundo Norbert Elias, o estigma que determinado grupo sofre pode ser internalizado em seus membros, de forma que eles não se reconheçam como parte do mesmo grupo e passem a inferiorizar os demais que participam dele, de forma a sempre desejar pertencer ao grupo “superior” e não estigmatizado.

Os indivíduos das classes sociais A e B relataram uma ótima relação com a família e que residem na mesma casa há muitos anos, dessa forma possuem uma boa relação com os vizinhos, se sentindo plenamente confortáveis em expressar suas opiniões e tendo a mesma respeitada diante da sua exposição.

Dos três indivíduos da classe social C, dois possuem ensino médio completo e um deles possui ensino superior completo, os indivíduos relatam ter uma boa relação com a família e com os vizinhos. Já os indivíduos da classe D relatam ter uma boa relação com as famílias e os vizinhos no geral, eventualmente tendo algum atrito, mas que logo é resolvido. Enquanto os indivíduos da classe E relatam ter uma boa relação

com família e vizinhos, três relatam não se sentir confortáveis em expressar suas opiniões em determinados momentos.

Para a compreensão dos aspectos dos indivíduos e classes citadas acima, pode-se relacionar os capitais de Bourdieu, assim como a teoria da coesão e pertencimento ao grupo de Elias, ou mesmo as representações sociais de Moscovici, como será mostrado a seguir. Os indivíduos das classes A, B e C possuem maior facilidade de interação social, alguns residem em condomínios que a área de lazer é compartilhada (o que estreita os laços de coesão e pertencimento ao grupo) se sentem pertencentes aos grupos que participam, se sentem respeitados e com poder de voz e autonomia entre a família e os vizinhos. Conforme Elias (2000), as normas e práticas sociais podem definir as relações de superioridade ou estigmas entre os grupos e estes processos sociais de valorização e desprestígio podem levar aos indivíduos incorporar tais características. Dessa forma, entende-se que a posição do indivíduo é construída em sociedade e o espaço que o idoso ocupa nessa relação de interdependência de poder é afetada pelo capital simbólico, sua coesão com o grupo que pertence, ao mesmo tempo que a sua autoimagem é produzida também através dessa interdependência.

Segundo Moscovici, a representação social está relacionada à maneira como os sujeitos sociais avaliam uns aos outros e encontram nele um significado. Esse significado passa a ser produzido e compartilhado pelo grupo, se instaurando no senso comum e se tornando uma regra de comunicação. Todas as experiências afetivas, condutas, respostas corporais e verbais do indivíduo são efeitos não de uma excitação exterior como tal, mas das representações sociais que se constituem sobre elas. O mundo é interpretado a partir das representações sociais que a sociedade constrói a cerca dele.

Consumo

Podemos observar diferentes padrões de consumo entre as classes sociais, especialmente em relação ao uso e acesso à tecnologia. A seguir são destacadas algumas observações sobre o padrão de consumo associado a cada classe social:

Classes A e B:

Os indivíduos destes grupos possuem uma variedade de dispositivos tecnológicos em suas residências, como celulares, *tablets* e computadores. Utilizam a internet para uma ampla gama de atividades, incluindo compras online, consultas de informações, transações bancárias, trabalho remoto e comunicação por meio de redes sociais. Demonstram um padrão de consumo mais diversificado e voltado para atividades que exigem uma infraestrutura tecnológica mais avançada.

Classe C:

Os indivíduos deste grupo também possuem dispositivos tecnológicos, embora em menor quantidade ou variedade em comparação com as classes A e B. O uso da internet é principalmente para compras online e acesso a redes sociais, como *Telegram*, *Whatsapp* e *Instagram*. Embora o acesso à tecnologia seja presente, o padrão de consumo parece ser mais limitado em comparação com as classes A e B.

Classe D:

Os indivíduos deste grupo possuem principalmente telefone celular como meio de tecnologia, informação e comunicação. O uso da internet é voltado principalmente para redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*, além de assistir vídeos no

Youtube. O padrão de consumo é mais restrito em termos de variedade de dispositivos e atividades online, refletindo uma menor disponibilidade de recursos econômicos.

Classe E:

Também se baseia principalmente no telefone celular como meio de tecnologia e comunicação. O acesso à internet é direcionado principalmente para redes sociais como *Whatsapp*, *Facebook* e *Youtube*. Este grupo demonstra o padrão de consumo mais limitado em termos de acesso à tecnologia e variedade de atividades on-line, com apenas um indivíduo possuindo ensino superior completo.

A partir dos dados, entende-se que os padrões de consumo refletem as disparidades socioeconômicas entre as diferentes classes sociais, com as classes mais altas tendo acesso e uso mais amplos da tecnologia, enquanto as classes mais baixas têm acesso mais limitado e padrões de consumo menos diversificados. Essas discrepâncias destacam a importância da inclusão digital e do acesso equitativo às tecnologias para reduzir as desigualdades de consumo.

Informação e Comunicação

a) Escolaridade e Acesso à informação:

Classes A e B: Nestes grupos, a maioria dos indivíduos possui ensino superior completo, o que está associado a melhores oportunidades e ampla diversidade de acesso a informação e com isso, mais possibilidades de comunicação.

Classe C: Variação entre ensino médio e superior completo, possibilitando um variado acesso a informações.

Classes D e E: Os indivíduos destes grupos possui um menor nível educacional, com alguns indivíduos analfabetos ou com educação fundamental incompleta, o que pode limitar oportunidades e impactar negativamente o seu acesso a informações e comunicação.

Classes A e B: Têm amplo acesso à informação por meio de uma variedade de dispositivos (celulares, *tablets*, computadores) e utilizam a internet para uma ampla gama de atividades, incluindo compras, consultas bancárias, e-mails, conferências de trabalho e redes sociais.

Classe C: Também têm acesso a múltiplos dispositivos e usam a internet principalmente para compras on-line e redes sociais.

Classe D: Possuem apenas celulares e utilizam a internet principalmente para redes sociais e entretenimento, como assistir vídeos no *Youtube*.

Classe E: Similar à classe D, possuem apenas celulares e usam a internet principalmente para redes sociais.

b) Comunicação – Relações Sociais

Classes A, B e C: Relatam boas relações familiares e com vizinhos, com pouca variação entre os níveis de atrito relatados. Estão confortáveis em expressar suas opiniões e têm essas opiniões respeitadas.

Classes D e E: Também relatam boas relações com familiares e vizinhos, mas alguns indivíduos da classe E mencionaram desconforto em expressar suas opiniões.

Uso da tecnologia para comunicação:

Classes A e B: Usam uma variedade de plataformas para comunicação, incluindo redes sociais, chamadas de vídeo e e-mails. A comunicação com amigos e familiares é diversificada e frequente.

Classe C: Utilizam principalmente redes sociais como *Telegram*, *Whatsapp* e *Instagram*.

Classe D: Comunicação principalmente através de redes sociais (*Facebook*, *Instagram*, *Whatsapp*) e chamadas de voz/vídeo.

Classe E: Similar à classe D, usam redes sociais e chamadas de voz/vídeo para comunicação.

Pode-se concluir que as classes A, B e C: relatam boas relações familiares, alguns residem em condomínios com diversos espaços de lazer, o que permite que desfrutem de espaços e momentos agradáveis, estreitando os laços de coesão do grupo. A partir dessas vivências comunitárias, são reforçados os sentimentos de pertencimento ao grupo e os indivíduos sentem-se respeitados e confortáveis em suas comunidades.

Enquanto, as Classes D e E: os indivíduos destes grupos relatam boas relações familiares e comunitárias, mas alguns indivíduos da classe E relataram desconforto em expressar algumas opiniões, alegaram que em alguns momentos têm o seu espaço individual violado, o que pode indicar uma menor sensação de inclusão e respeito, impactando o bem-estar emocional.

Qualidade de vida

Para analisar a qualidade de vida das diferentes classes sociais, foi levado em consideração fatores como número de dependentes, acesso a bens e serviços, saúde, lazer e atividades diárias. A seguir estão detalhadas algumas observações.

Classes A e B

Número de Dependentes:

Em média, 1 a 2 dependentes, o que geralmente resulta em menor pressão financeira e maior capacidade de prover para cada dependente.

Bens e Serviços:

Todos os indivíduos entrevistados destes grupos possuem moradia e carro próprios, o que se caracterizam como indicativos de segurança e estabilidade financeira.

Também possuem plano de saúde, o que garante acesso a cuidados médicos de qualidade.

Lazer e Viagens:

Frequentam restaurantes e fazem viagens interestaduais e internacionais frequentemente, sugerindo uma alta qualidade de vida e acesso a atividades de lazer mais sofisticadas.

Atividades Diárias:

Possuem menos dependentes, o que permitem mais tempo e recursos para atividades pessoais, lazer e auto aperfeiçoamento.

Classe C

Número de Dependentes:

Os indivíduos deste grupo não possuem dependentes, o que reduz responsabilidades financeiras e permite mais liberdade pessoal e financeira.

Bens e Serviços:

Todos os indivíduos deste grupo possuem moradia e carro próprios, além de plano de saúde, garantindo estabilidade e acesso a cuidados médicos.

Lazer e Viagens:

Os indivíduos deste grupo relataram que frequentemente vão a restaurantes e barzinhos, e realizam viagens interestaduais uma a duas vezes ao ano, indicando um bom equilíbrio entre trabalho e lazer.

Atividades Diárias:

Os indivíduos deste grupo praticam exercícios físicos semanalmente, o que contribui para uma boa saúde física e mental.

Classe D

Número de Dependentes:

Os indivíduos deste grupo possuem, em média, quatro dependentes, o que significa maior pressão financeira e responsabilidades domésticas.

Bens e Serviços:

Casa própria, mas em pequenas vilas. Maioria depende do SUS para cuidados médicos, o que pode limitar a qualidade e rapidez do atendimento.

Uso de transporte público, exceto um indivíduo que possui motocicleta.

Lazer e Viagens:

Lazer centrado em atividades gratuitas ou de baixo custo, como assistir TV, *Youtube*, passeios locais e encontros com familiares e amigos.

Raramente fazem viagens, limitando a diversidade de experiências de lazer.

Atividades Diárias:

A necessidade de continuar trabalhando mesmo após a aposentadoria para sustentar a família pode reduzir a qualidade de vida, condicionando os indivíduos a menos tempo e recursos para atividades pessoais e lazer.

Classe E

Número de Dependentes:

Em média, seis dependentes, indicando alta pressão financeira e responsabilidades domésticas.

Bens e Serviços:

Maioria usa o SUS para cuidados médicos e depende do transporte público.

Três possuem casa própria, mas recursos são muito limitados.

Lazer e Viagens:

Lazer centrado em atividades domésticas e gratuitas, como cuidar da casa e plantas, ir à igreja e assistir televisão.

Quase nunca fazem viagens, restringindo as oportunidades de lazer e descanso.

Atividades Diárias:

Alta pressão financeira e responsabilidade doméstica, com muitos indivíduos continuando a trabalhar após a aposentadoria.

Pouco tempo e recursos para atividades pessoais e lazer, e baixo acesso a atividades de auto aperfeiçoamento como a leitura.

A análise dos dados revela uma disparidade significativa na qualidade de vida entre as diferentes classes sociais. As classes mais abastadas (A e B) desfrutam de maior segurança financeira, acesso privilegiado a serviços de saúde de qualidade e uma vasta gama de opções de lazer e viagens. Eles também experimentam uma menor dependência financeira, permitindo-lhes dedicar mais tempo e recursos a atividades pessoais e de lazer. Além disso, residem em áreas com um melhor padrão de saneamento básico, contribuindo para uma qualidade de vida mais elevada.

Por outro lado, os indivíduos pertencentes à classe média (C) também desfrutam de um nível razoável de qualidade de vida, com acesso a bens e serviços essenciais, embora de forma um pouco mais restrita em comparação com as classes mais privilegiadas.

Entretanto, as classes socioeconômicas mais baixas (D e E) enfrentam desafios substanciais. Estes incluem um maior número de dependentes, acesso limitado a serviços de saúde de qualidade, dependência de transporte público e opções de lazer mais limitadas, centrado em atividades domésticas e de baixo custo. Além disso, os bairros habitados por esses grupos sociais apresentam um padrão precário de saneamento básico, o que contribui para uma qualidade de vida inferior e expõe essas comunidades a diversos riscos à saúde.

É importante ressaltar que a estrutura das casas também desempenha um papel crucial na qualidade de vida. Nas classes D e E, muitas moradias são precárias, construídas pelos próprios moradores com ajuda de mutirões das famílias e amigos, frequentemente em áreas de risco. Isso não apenas aumenta os riscos à segurança dos moradores, mas também contribui para a falta de conforto e bem-estar geral. As condições precárias das habitações nessas áreas podem exacerbar problemas de saúde e criar um ambiente desfavorável ao desenvolvimento pessoal e social.

Ademais, conforme observado por Takahashi, a qualidade de vida também está intrinsecamente ligada à plena inclusão no acesso à informação, comunicação e tecnologia. A digitalização aproxima as comunicações, os indivíduos e os conteúdos, possibilitando um melhor acesso a recursos e oportunidades. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo diante dos avanços tecnológicos, muitos idosos acima de 65 anos ainda se veem obrigados a permanecer em trabalhos insalubres e precários para garantir seu sustento.

Isso evidencia o abismo social existente, assim como a desigualdade no acesso à rede, especialmente entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade. O baixo índice de alfabetização digital no Brasil também representa um obstáculo significativo, limitando o acesso dessas populações aos recursos disponíveis na internet e seus serviços.

Importância da Informação e da Comunicação para a cidadania

Segundo Bourdieu, a educação escolar e a familiar fornecem ao indivíduo a base de recursos culturais que funcionam como elementos na construção subjetiva e social do indivíduo. Esses elementos atuam diretamente nas relações de comunicação, informação e qualidade de vida entre idosos. Na era da internet, essas formas de comunicação e informação estão cada vez mais associadas à digitalização e ao acesso à internet, uma vez que, através da rede, a possibilidade de acesso às informações é quase ilimitada, assim como as possibilidades de comunicação.

Além disso, Takahashi afirma que, numa sociedade da informação como a brasileira, a qualidade de vida está associada a uma plena inclusão no acesso à informação, comunicação e tecnologia. Para este autor, as tecnologias digitais aproximam as comunicações, os indivíduos e os conteúdos.

Por sua vez, segundo Tauk Santos, não existe mais área do cotidiano de nossas vidas que não tenha sido afetada pela internet: “É só olhar as manchetes dos jornais e verificar que a rede ajuda a achar o amor e a amizade” (2009, p. 39). É possível observar que o uso da internet se amplia e se diversifica, seja para conectar e fazer novos amigos, buscar produtos e serviços locais e internacionais, acessar informações sobre outras culturas, consumir conteúdo de entretenimento, agendar exames médicos, encontrar oportunidades de emprego, enviar currículos, ter acesso praticamente ilimitado ao conhecimento e aproximar a comunicação de pessoas separadas por continentes. Dessa forma, para Tauk Santos, o acesso à rede mundial de computadores e a navegação no ciberespaço se colocam como uma questão de cidadania.

Assim, a internet faz parte das novas tecnologias da comunicação, a comunicação informatizada. O novo, nesse sentido, não significa que essas são as tecnologias mais recentes na história das tecnologias de comunicação, mas se refere às novas e diferentes formas de comunicação que essas tecnologias geram, em comparação às tecnologias de comunicação de massa.

Comparativamente, a comunicação de massa, por meio da televisão e do rádio, possibilita uma rápida comunicação entre o emissor e os receptores, que, mesmo separados por distâncias geográficas e sociais, podem viver a mesma experiência de informação, recebendo simultaneamente a mesma mensagem. A distinção entre a tecnologia dos meios de comunicação de massa e as novas tecnologias digitais de comunicação e informação, a comunicação informatizada, segundo Tauk Santos, se dá pela possibilidade de interagir no ato comunicacional de forma pessoal e controlar individualmente a duração e o tempo da comunicação.

A partir dessa compreensão do acesso à internet como uma questão de cidadania, surgem vários desafios na inclusão social e digital dos idosos, como a situação econômica, visto que o acesso à internet necessita da disponibilidade de meios físicos de comunicação, como telefone, computadores e acesso à rede. O preço médio de um computador ou telefone equivale a quase um terço da renda média anual brasileira per capita. Outro desafio é o índice de analfabetismo entre idosos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019, a taxa de analfabetismo entre idosos na região Nordeste é de 37,20%, no Norte é de 25,50%, e no Sul e Sudeste é de 10%. Esses números refletem a desigualdade no país, na qual o Norte e o Nordeste possuem mais dificuldades no acesso à educação, comparado às regiões Sul e Sudeste.

Consequentemente, esse índice de analfabetismo se reflete na pesquisa, em que 20% dos idosos entrevistados eram analfabetos, o que os impede de compreender o poder da leitura no desenvolvimento pessoal. A leitura estimula o raciocínio, amplia o vocabulário e as formas de expressão, além de fomentar a criatividade para resolver problemas. O analfabetismo impacta diretamente o acesso à informação e comunicação, afetando a qualidade de vida dos idosos, visto que, com as tecnologias de informação e comunicação, os processos de integração e interação social ocorrem cada vez mais de forma digitalizada.

No entanto, se para uma plena cidadania é necessário incluir os idosos no acesso à internet, é preciso fornecer as bases para que essa inclusão ocorra. É necessária a universalização dos serviços de informação e comunicação, com a implementação de programas sociais voltados para a alfabetização digital desse grupo, assim como fornecer acesso aos meios de tecnologia, como telefone celular, *tablets* e computadores.

Considerando que a tecnologia reformula as formas de comunicação, informação e consumo, é imprescindível a inclusão qualificada dos idosos nas plataformas digitais como elemento de inclusão plena na sociedade e exercício da cidadania. No entanto, o cenário de desigualdades educacionais e socioeconômicas revela desafios a serem enfrentados, visto que idosos de classes sociais com menor renda enfrentam, além dos desafios tecnológicos, a necessidade de garantir sua própria subsistência e a de suas famílias, num contexto no qual as desigualdades sociais afastam cada vez mais o ideal do real.

Portanto, para garantir uma cidadania plena e digna qualidade de vida, são necessárias novas representações sociais e maior investimento na educação dos grupos mais carentes, para reduzir o índice de analfabetismo, possibilitar novas realidades e reduzir as desigualdades sociais. A inclusão dos idosos no acesso à internet exige a universalização dos serviços de informação e comunicação e a implementação de programas sociais voltados para a alfabetização digital, além do fornecimento de acesso aos meios tecnológicos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 2008.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE .
Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/pesquisa/30/84366>. Acesso em 15 de abril de 2024.

MIRANDA, Georgia Cavalcanti Alves de. **SANEAMENTO BÁSICO NA CIDADE DO RECIFE: entre a idealidade do planejamento e a realidade da execução**. Recife: 2014.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social sobre a Psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

RECIFE, Prefeitura. Home / Serviço Cidadão / Planejamento Urbano / Perfil dos Bairros. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros> . Acesso em 15 de abril de 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. Paraná: Companhia das Letras, 1995.

SIMÕES, José Luis (Org). **Escritos a partir de Elias**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SOCIEDADE brasileira de geriatria e gerontologia. **Analfabetismo e a pessoa idosa: realidade no país**. Acesso em 19 de julho de 2022.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.

TAKAHASHI, Tadao (Org). **Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett (Org). **Inclusão Digital, Inclusão Social?** Usos das tecnologias da informação e comunicação nas culturas populares. Recife: Editora do autor, 2009.

Capítulo 9

Ser idosa em Recife: uma conversa com moradoras na periferia

Carla Caroline Sales de Santana, Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Paola Giulia Spenillo Colonio

Viver numa cidade contemporânea, viver na periferia de uma cidade contemporânea, ser uma mulher numa periferia urbana, ser uma mulher idosa vivendo na periferia urbana de um país estruturalmente desigual, com uma história de colonização e um colonialismo persistente, que discrimina e desfavorece a diversidade sociocultural. É sobre esta realidade, ao mesmo tempo singular e corriqueira, desafiadora e invisível, que tratamos neste capítulo. Para isto, trazemos aportes teóricos acerca da cidade contemporânea e aportes empíricos que encontramos num grupo de idosas com o qual passamos uma tarde numa unidade de saúde de uma das muitas periferias da Cidade de Recife, em Pernambuco, nordeste brasileiro.

A realidade de uma idosa moradora numa periferia urbana guarda condições marcadamente limitantes de sua qualidade de vida, considerado o pacto social atual em função do novo, do consumo desenfreado, das relações efêmeras ou passageiras, da superficialidade como tônica da reciprocidade no cotidiano urbano, de uma socialidade sem solidariedade, da aceitação das contingências impostas pelo anonimato e pela transitoriedade do viver em centros ou periferias urbanas. Uma senhora idosa, fora do mundo do trabalho e mesmo daquela considerada a vida útil doméstica, sem grande poder aquisitivo, sem o glamour da beleza jovem, sem espaços de participação política, encontra-se quase tão descartável quanto os objetos de consumo imediato que sustentam o modo de vida contemporâneo.

No entanto, esta senhora vive na cidade, ocupa e dá significados a um lugar e à vida de quem ali também vive. Nesse sentido, ao realizarmos a pesquisa *Cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis: o que as Ciências Sociais têm a dizer?*, visitamos um grupo de idosas que se reúnem semanalmente numa atividade lúdica e ocupacional com agentes de saúde no bairro do Totó, em Recife. Esta visita seguiu uma metodologia de investigação social com fundamento na compreensão configuracional das dinâmicas de vida dos indivíduos em sociedade (Elias, Scotson, 2000). Com esta abordagem buscamos identificar os sentidos coletivos e, neles, elementos na vida urbana que apontam para as dinâmicas: 1) da inclusão/exclusão, 2) da segurança e da insegurança, expressas como confiança e medo nas cidades globais contemporâneas (Bauman, 2009), 3) da resiliência, enquanto manifestação do comunitário ou de seu oposto, a individualidade manifesta na indiferença e na impessoalidade (Simmel, 2013), e 4) da sustentabilidade do modo de vida urbano.

Para isto, procedemos à escuta atenta de moradoras e moradores da Região Metropolitana de Recife/RMR, a partir da prática do grupo focal e da observação participante e configuracional. Desde março de 2023, vimos realizando diálogos orientados entre nosso grupo de pesquisa, o *COMUDI-Comunicação, Mudanças Sociais e Direitos* e grupos sociais que encontramos na RMR, com o intuito de conhecer dinâmicas, procedimentos e percepções acerca da vida urbana, dando ênfase a questões relacionadas com o direito à cidade, a solidariedade, a comunidade e a segurança. São os registros do diálogo com 20 senhoras moradoras em localidades da periferia de Recife, realizado em 05 de maio de 2023 na Unidade de Saúde Bidu Krause, no bairro do Totó, que servem de base para a reflexão que apresentamos a seguir sobre ser idosa em Recife.

A Cidade e seus sentidos

Cerca de 55% da população mundial reside atualmente em áreas urbanas, conforme dados da ONU para 2019, que prevê um aumento para os 70% até 2050. Para além da ameaça aos ecossistemas circundantes, o estilo de vida concentrado nas grandes cidades - população densa, concentração de edifícios, produção e consumo exagerados - vem exaurindo também os recursos sociais, o que inclui a exploração da mão de obra em empregos precários, os problemas de mobilidade, a violência urbana, os medos, as doenças mentais como a ansiedade e a depressão e uma intensificação de conflitos por visibilidade e por direitos.

Frente a essa situação, a questão do direito à cidade, originalmente levantada por Henri Lefebvre na década de 1960, retorna como um desafio teórico e prático, que exige respostas rápidas e inovadoras para as complexas questões da vida urbana: existe de fato um direito à cidade? Se sim, para quem exatamente se aplica? O que ele inclui e o que exclui? Quais demandas apresenta? Como é ou não exercido? Quais sentidos coletivos podem sustentar a noção de direito à cidade? Conforme expresso por Spenillo (2019), o direito à cidade só se tornará um bem comum quando todos compartilharem a responsabilidade de construir a vida urbana.

A Agenda 2030 da ONU, lançada em 2015, parece querer inspirar um novo pacto social em favor dessa partilha de responsabilidades quanto ao modo de vida urbano, ao propor um “plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”. Esse plano, composto por “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas”, aborda as cidades e todos os tipos de assentamentos humanos, visando torná-los inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Entretanto, nas cidades, locais nos quais, segundo Bauman (2009), as transformações trazidas pela modernidade e pela globalização se encontram em maior destaque, assistimos a uma cada vez maior aceleração da vida e a um crescente individualismo. Aceleração e individualismo estão relacionados a uma lógica capitalista que intensifica o ritmo de trabalho e de produção, incentivando uma busca incessante pelo lucro, pelo sucesso econômico e pela primazia do novo.

Em função disso, há um progressivo enfraquecimento das relações humanas, que tendem a ser, conforme argumentado por Simmel (2013), cada vez mais impessoais e objetivas. O espírito coletivo que sustenta a vida em comunidades cede lugar ao individualismo competitivo nas cidades, criando um sistema de relações que, em última análise, é baseado na indiferença e na falta de empatia.

As cidades, com sua densidade populacional e demandas por recursos, são locais de profunda interdependência, forjando relações urbanas de novos tipos, como a do indivíduo na multidão, a atitude blasé (Simmel, 2013), o medo (Bauman, 2001), a luta pelo direito à cidade (Harvey, 2014), a segregação social espacial (Rolinik, 1995; Bauman, 2001) e a abstração civilizatória (Krenak, 2020), dentre outras. Estas relações urbanas parecem desafiar os sentidos da vida na cidade, em particular no que tange à solidariedade como atributo dessas relações, conforme percebemos nas contribuições dos autores a seguir.

Georg Simmel e o fenômeno urbano

Em *A Metrópole e a Vida Mental*, publicado pela primeira vez em 1902, Simmel analisa precisamente os fenômenos relativos à passagem de um estilo de vida mais agrário e ligado ao campo, para um estilo de vida urbano. Conforme a compreensão do autor, esta passagem não significou uma mudança meramente geográfica, mas

provocou, sobretudo, uma transformação na própria constituição psíquica dos indivíduos e nas relações que se estabelecem entre eles em sociedade.

Desta maneira, Simmel (2013) expõe duas realidades essencialmente díspares: a vida em uma cidade pequena e a vida em uma cidade grande. A primeira, marcada por um ritmo de vida lento e uma menor quantidade de pessoas e de estímulos, possibilitaria a construção de relações interpessoais que comportam melhor as emoções e que se enraízam no inconsciente dos indivíduos. Em contraste com a vida no campo, a vida na metrópole seria caracterizada, conforme o autor, por uma grande quantidade de estímulos que são oferecidos ao indivíduo, tornando-se impossível apreender tudo de uma só vez.

Simmel (2013: 112) denominou de intensificação da vida nervosa a este fenômeno de exposição do indivíduo aos inúmeros estímulos e acontecimentos da vida nas grandes cidades: “Com isso se compreende sobretudo o caráter intelectualista da vida anímica da cidade grande em comparação ao da cidade pequena, que é antes baseado no ânimo e nas relações pautadas pelo sentimento.”.

O autor entendia o dinheiro como um símbolo da cultura moderna, um importante meio de quantificar e de trocar valor. Assim, as metrópoles seriam ambientes onde as interações sociais estão mediadas pelo dinheiro, que se torna uma das principais formas de interação social, substituindo relações pessoais e mais afetivas. Isso ocorre porque a cidade grande é um ambiente formado por pessoas desconhecidas, o que dificulta a construção de relações duradouras e pessoais.

Diante da crescente complexidade da sociedade moderna, da constante sobrecarga de estímulos que os indivíduos enfrentam nas grandes cidades e da racionalização das relações entre estes, Simmel (2013) cunhou o termo *atitude blasé* para se referir à atitude de indiferença e desinteresse em relação aos acontecimentos ao seu redor, desenvolvida na vida em uma metrópole.

Para o autor, a atitude blasé é caracterizada pela falta de entusiasmo, pela apatia e pela falta de engajamento com o mundo, características que os habitantes das grandes cidades desenvolvem paulatinamente, consciente ou inconscientemente, como uma forma de autopreservação contra o estresse e a sobrecarga intelectual e emocional: A essência do caráter blasé é o embotamento em relação à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas (...), mas sim de tal modo que o significado e o valor das distinções das coisas, e com isso das próprias coisas, são sentidos como nulos. (Simmel, 2013: 114)

Segundo Simmel, a atitude blasé se estende, por vezes, para além de uma mera indiferença, na medida em que, o indivíduo nas grandes metrópoles vai desenvolvendo uma espécie de fobia em se relacionar. Assim, as pessoas deixam de confiar umas nas outras, desenvolvem aversão a se relacionar até mesmo com vizinhos ou pessoas próximas.

Destarte, de acordo com Simmel (2013), a vida na metrópole pode levar à diminuição dos laços sociais mais tradicionais, como os laços familiares e as relações de vizinhança, que eram mais comuns em ambientes rurais ou em cidades menores, e gerar um aumento da individualidade e da impessoalidade nas relações. No entanto, o autor também enxergava um aspecto positivo nesse processo. Para ele, embora a diminuição dos laços sociais fosse, de fato, uma perda, também resultava em uma maior liberdade de ação para os indivíduos. Com menos pressões sociais e expectativas, as pessoas tinham mais espaço para explorar diferentes identidades, escolhas de carreira, modos de vida e expressões pessoais.

Temos, portanto, que a perspectiva de Simmel (2013) sobre a vida na metrópole destaca como esse ambiente pode ser duplamente impactante. Por um lado, a metrópole

gera uma individualidade mais complexa e desenvolvida devido à necessidade de adaptação e diferenciação. Por outro lado, essa mesma individualidade pode ser alcançada, em parte, através da diminuição das relações comunitárias tradicionais, levando a uma sensação de impessoalidade, mas também proporcionando uma maior liberdade de escolha e ação.

Bauman: sentidos da cidade em tempos líquidos

Zygmunt Bauman, no seu vasto legado de reflexões sociológicas sobre o século XX, chama a atenção para as transformações que se sucederam nas sociedades contemporâneas com a falência das metanarrativas e do estabelecimento da chamada *sociedade de consumo*. Para o autor, uma nova dinâmica se desenvolveu graças aos avanços tecnológicos, a internet, o estímulo ao desejo de consumir, o marcante individualismo e a efemeridade nas relações humanas. Por conseguinte, o indivíduo contemporâneo experimenta a fluidez da liberdade de escolhas que essa sociedade oferta com opções renovadas a cada dia. Logo, para Bauman, é apropriado relacionar essa fase da sociedade com o estado de liquidez da matéria. Conforme o sociólogo, “[...] os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos a mudá-la” (Bauman, 2001: 08).

Nesse sentido, pode-se pensar as relações interpessoais, nas configurações urbanas contemporâneas, como relações fluidas, líquidas. Na perspectiva de Bauman, as cidades atuais são espaços de convivência com muitas possibilidades para se obter produtos, incessantemente renovadas, o que parece servir de não estímulo à preservação, à durabilidade e ao enraizamento do que quer que seja, inclusive das relações sociais e pessoais. Assim, Bauman (2001) nomeia essa fase das sociedades humanas como *Modernidade Líquida*.

Nessa fase da humanidade, uma lógica global associada ao advento da internet e de redes digitais de comunicação, informação e consumo, faz a vida parecer instantânea, reconfigurando a percepção de espaço e tempo. Basta estar em posse de um smartphone com acesso à internet e ter conhecimentos do seu funcionamento – ou, ao menos, a coragem e a vontade de arriscar-se no uso das ferramentas digitais – para interagir online com todo o mundo.

Por outro lado, os grandes centros urbanos abrigam comércios dirigidos por imigrantes, os lugares tidos como cartão-postal de uma cidade são ocupados por turistas estrangeiros em momento de lazer e também para trabalhos ocasionais que podem ser a venda de artesanatos, serviços de temporada e mesmo o comércio de produtos locais, como a água de coco no Brasil ou de produtos globais, como os refrigerantes. Estas transformações trazidas pelos processos de globalização também podem ser concebidas como consequências, pois de acordo com Bauman (2009), a variedade que há no ambiente urbano atrai e repele na mesma medida.

No sentido descortinado pelo autor, as cidades são o epicentro para as transformações provenientes da globalização e também são os campos de depósito para os seus eventuais problemas. Esses fenômenos afetam a forma de organização de vida dos moradores da cidade. Dentre esses problemas está o sentimento do medo de habitar na cidade, de circular por seus espaços, de encontrar pessoas diferentes nas ruas, das quais se desconhece as intenções. Conforme Bauman (2009: 40), “as cidades hoje estão cada vez mais associadas ao perigo.”

Nessa configuração de mundo, há uma perda de confiança em viver com o outro no espaço urbano, essa sensação de perigo constante leva as pessoas a se isolarem cada vez mais dentro dos seus lares, erguendo muros, sejam físicos, sejam virtuais com o celular sendo utilizado como uma ilusão sobre o mundo lá fora. Diante do medo ou da

desconfiança, o espaço público, principal local de encontro com a diversidade na cidade, acaba por ser esvaziado pela descoberta de que todos os que estão nele são estranhos uns aos outros e, logo, uma ameaça à segurança individual.

Em *Confiança e Medo na Cidade*, Bauman (2009) chama atenção para a vida nas grandes cidades, locais em que se expressam mais claramente todas as mudanças trazidas pela modernidade. O autor aponta que, por um lado, as cidades são lugares que oferecem mais oportunidades para as pessoas, funcionando como um atrativo àqueles que desejam algo diferente em suas vidas, àqueles que estão cansados de viver em lugares pequenos, menos tolerantes e com menores perspectivas de vida. A este sentimento, Bauman (2009) dá o nome de mixofilia, isto é, o gosto por estar em um ambiente diferente.

No entanto, por outro lado, as cidades são também os locais em que mais se expressam e até são produzidos novos medos e inseguranças, devido ao fato de não existirem muitos parâmetros pelos quais se guiar. Mixofobia é o nome dado por Bauman (2009) a esse medo do diferente – ou, conforme o autor, do estrangeiro:

Como as pessoas esqueceram ou negligenciaram o aprendizado das capacidades necessárias para conviver com a diferença, não é surpreendente que elas experimentem uma crescente sensação de horror diante da ideia de se encontrar frente a frente com estrangeiros. Estes tendem a parecer cada vez mais assustadores, porque cada vez mais alheios, estranhos e incompreensíveis. E também há uma tendência para que desapareçam - se é que já existiram - o diálogo e a interação que poderiam assimilar a alteridade deles em nossa vida. (BAUMAN, 2009: 46).

Segundo Bauman (2009), a partir desses medos, criam-se sistemas de controle e de vigilância, como câmeras, muros e cercas, como proteção frente à pobreza, ao estrangeiro, e, em última análise, a tudo que é estranho. Aqueles que têm condições, adquirem sua moradia em um condomínio fechado, “um lugar isolado que fisicamente se situa dentro da cidade, mas, social e idealmente, está fora dela” (2009:39). Não obstante, conforme o autor, esse fenômeno contribui ainda mais para o sentimento de estranheza e de afastamento com relação ao outro, pois divide a cidade entre quem está “dentro” e quem está “fora”. Bauman (2009: 55) alerta, ainda, que construção de muros é lucrativa para o mercado: “[...] o ‘capital do medo’ pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial.” A oferta de muros e outros aparatos de segurança, como mercadorias disponíveis em nossas cidades, faz com que o sentimento de insegurança nunca cesse.

O espectro arrepiante e apavorante das ‘ruas inseguras’ mantém as pessoas longe dos espaços públicos e as afasta da busca da arte e das habilidades necessárias para compartilhar a vida pública.” Bauman, 2001: 110). Ao vivermos nesses espaços em busca por proteção, renunciamos à nossa liberdade. Segundo Bauman não há uma fórmula perfeita que equilibre liberdade e segurança: “A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. (Bauman, 2003, p. 10).

Bauman aponta que somos compostos por diferenças e é através delas que aprendemos uns com os outros. Todavia, a marcante individualização é uma característica da nossa época, o que torna custoso o compartilhamento de experiências, e de uma possível construção de vínculos através delas. O isolamento do indivíduo no populoso espaço público das grandes cidades faz “a vida na cidade parecer mais

‘propensa ao perigo’ e, portanto, mais angustiante, em vez de mostrá-la mais segura e, portanto, mais fácil e divertida”. (Bauman, 2009, p. 50).

David Harvey e os sentidos pós-modernos do direito à cidade

Em *A Condição Pós-Moderna*, David Harvey (2008) explora os processos de passagem da modernidade para a pós-modernidade. Se uma abordagem científico-racional permeou diversos aspectos da vida cotidiana moderna, resultando em uma orientação mais lógica e sistemática na ocupação das cidades, outra abordagem do espaço urbano parece redesenhar as cidades na chamada pós-modernidade. Nos contextos da modernidade, se fez notar o surgimento de ambientes urbanos cada vez mais racionalizados, em que se visava otimizar ao máximo todas as interações e atividades humanas, a exemplo da cidade projetada de Brasília.

Harvey (2008) argumenta que a pós-modernidade acarreta uma nova transformação na relação entre o ser humano e o seu entorno. Para o autor, a modernização não conseguiu padronizar todas as interações humanas com o ambiente, levando as grandes metrópoles a destoarem do modelo de racionalização e a abrigarem uma interação diversa, fluida, e até caótica entre os seus moradores e os seus espaços. Na pós-modernidade, a cidade é enxergada não como um cenário de relações rigidamente planejadas, mas como um espaço onde múltiplas possibilidades coexistem. Os espaços adquirem perspectivas não lineares e a subjetividade humana se destaca, contrapondo-se às noções racionais preexistentes.

Nesse contexto, segundo Harvey (2008), a comunicação também desempenha um papel crucial. A proliferação de mensagens e imagens publicitárias pela cidade influencia a forma como as pessoas se relacionam com o ambiente. Tal fenômeno se relaciona com o que Lyotard (2013) argumentou sobre a quebra das “metanarrativas”, isto é, enquanto na modernidade os indivíduos se guiavam por normas e diretrizes, a pós-modernidade é caracterizada pela ausência dessas estruturas. As bases que anteriormente moldavam a existência humana tornam-se menos definidas, levando a uma vivência mais fluida.

Em primeiro lugar, as comunicações contemporâneas derrubaram as "fronteiras usuais do espaço e do tempo", produzindo tanto um novo internacionalismo como fortes diferenciações internas em cidades e sociedades baseadas no lugar, na função e no interesse social. Essa "fragmentação produzida" existe num contexto com tecnologias de comunicação e de transporte capazes de lidar com a interação social no espaço de maneira bastante diferenciada. A arquitetura e o projeto urbano viram-se, portanto, diante de oportunidades novas e mais amplas de diversificar a forma espacial do que ocorrera no período pós-guerra imediato. Formas urbanas dispersas, descentralizadas e desconcentradas são hoje muito mais factíveis tecnologicamente do que antes. (Harvey, 2008, p. 77).

Em síntese, conforme Harvey, a pós-modernidade representa uma ruptura com os alicerces construídos pela modernidade, seja nas interações humanas, seja nas relações entre os indivíduos e os ambientes ao seu redor. A mudança de paradigmas, para o autor, se estabelece porque a vida urbana contemporânea, que denomina de pós-modernidade, desafia noções estabelecidas na modernidade e direciona o foco das relações para sentidos subjetivos do estar na cidade.

Um sentido reconhecido por David Harvey (2014, p. 27-28) para a vida urbana é o do direito à cidade, como uma noção de direito coletivo, em oposição aos direitos individuais, “individualistas e baseados na propriedade” que foram estabelecidos no

mundo moderno. O direito coletivo à cidade, conforme formulado pelo autor, aspira que todos os habitantes de uma cidade devem ter o direito de participar ativamente na construção, gestão e usufruto coletivo das cidades em que vivem: “reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização”.

Harvey (2014, p. 15-16) retoma, em *Cidades rebeldes*, a ideia de Henri Lefebvre sobre a cidade como um direito que “Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.”. Para o autor, a contribuição incontornável de Lefebvre, como intelectual e acadêmico, está em apresentar no livro *O direito à cidade* um “método dialético de investigação crítica imanente” para conhecer a cidade como um direito, de modo a “oferecer um modelo inspirador sobre como poderíamos responder a essa queixa e a essa exigência” que vem das ruas, daqueles que vivem a vida urbana e dela se ressentem.

Para Harvey (2014), o direito à cidade é entendido, sobretudo, enquanto uma luta social por parte dos indivíduos habitantes das cidades por esse seu direito de participar ativamente na criação e recriação do ambiente em que vivem de acordo com seus desejos e necessidades, o que, para o autor, se dá por meio dos movimentos sociais. No entanto, para o autor, existem obstáculos como a privatização excessiva dos espaços urbanos, a especulação imobiliária e a busca implacável pelo lucro, que minam muitos desses princípios.

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. (Harvey, 2014, p. 30).

A cidade como um direito, na perspectiva de Harvey, como na de Lefebvre, implica uma mudança vinda dos oprimidos e espoliados pelo sistema capitalista de acumulação exacerbada. Isto significa a proclamação “de seu direito à cidade – seu direito a mudar o mundo, a mudar de vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos” (Harvey, 2014: 65). Para o autor, mudar a cidade resultará de prospecções, como já apontava Lefebvre (2012), sobre qual cidade se quer e, inseparavelmente, sobre quais “tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos” (Harvey, 2014: 28).

Para ambos, Harvey (2014) e Lefebvre (2012), a academia e as atividades intelectuais de pesquisa e ação social estão convocadas a contribuir com uma sistemática que favoreça a reunião e integração dos muitos desejos e valores que ocupam os habitantes das cidades. A cidade como um direito é, pois, um lugar teórico inspirador para a pesquisa em curso que nos leva a ouvir os *gritos de socorro e amparo* das senhoras moradoras de uma periferia em Recife. Desses e de outros gritos dos excluídos da lógica capitalista que se impõe sobre as cidades virá a mudança porque, como afirmou Harvey (2014, p. 66), referenciado em Lefebvre, “a revolução de nossa época tem de ser urbana – ou não será nada”.

Raquel Rolnik e os três sentidos da cidade: o imã, a escrita e a política

Dialogamos a seguir com Raquel Rolnik sobre o fenômeno moderno da cidade. De acordo com Rolnik (1995), a cidade nasce com o processo de sedentarização - a partir do momento em que os seres humanos adquirem o domínio da produção de alimentos e deixam de ser nômades - e o seu surgimento delimita uma nova relação com a natureza, qual seja, a de que, para fixar-se permanentemente em uma região para

cultivar alimentos e para morar, é necessário primeiramente garantir o domínio permanente deste território. Segue-se, portanto, que, associada à própria definição de cidade, está a organização da vida social em paralelo com o domínio da terra e, conseqüentemente, a necessidade de uma gestão do território e da produção coletiva. Dessa forma, segundo Rolnik (1995, p. 8), “Indissociável à existência material da cidade está sua existência política”.

Diante dessa constatação, a autora destaca três características de uma cidade: a cidade enquanto “ímã”, a cidade enquanto “escrita”, e a cidade enquanto organização política. Para Rolnik (1995), a cidade funciona como um “ímã”, pois cria uma espécie de “campo magnético que atrai, reúne e concentra” (1995, p. 12) pessoas pelas mais variadas necessidades, como trabalho, moradia, comércio ou motivos religiosos. Ao serem atraídas, passam a escrever, a partir de formas geométricas - que são as ruas, as casas e as construções - um novo território, moldando desta forma a sua cidade. Da vida nesta cidade, emerge um caráter coletivo, isto é, “construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva. Na cidade nunca se está só, mesmo que o próximo ser humano esteja para além da parede do apartamento vizinho ou em um veículo no trânsito.” (Rolnik, 1995, p. 19).

Destaca-se, assim, a concepção de cidade como um espaço construído por uma coletividade, e que só tem a sua existência garantida por meio deste seu caráter de interdependência: o indivíduo que mora na cidade é sempre parte de uma coletividade. Outro destaque de Rolnik (1995) é para o fenômeno de racionalização das cidades, dado pela busca por organização e planejamento urbanos racionais, com efeitos profundos na configuração das cidades e na vida de seus habitantes.

A autora chama atenção para que a racionalização das cidades advém em grande parte da lógica capitalista e das imposições para diferenciação social promovidas pelo modo burguês de estar na cidade. Se a racionalização na gestão e no planejamento urbanos muitas vezes implica em uma abordagem técnica e burocrática da cidade, com a otimização no uso dos espaços, recursos e serviços urbanos, a necessidade de diferenciação social da burguesia provoca a segregação espacial e o conseqüente esvaziamento do espaço público, tanto para a convivência como para a vida política da cidade.

É importante notar que mesmo a racionalização capitalista da cidade, quando exacerbada, pode, já levar a uma segregação e/ou gentrificação, deslocando ou separando as populações de classes diferentes em diferentes lugares (bairros, guetos, zonas, condomínios). Conforme Rolnik (1995, p. 40), também a divisão do trabalho é fundamental para se pensar a segregação dos espaços dentro da cidade, que passam paulatinamente a ser delimitados segundo a sua especialidade: “é como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais”.

Essa segregação, contudo, não se limita ao campo do trabalho, visto que, no decorrer do tempo e da complexificação das cidades, a própria população passa a viver segregada dentro das cidades. A cidade, como uma produção do capitalismo, é contraditória, criando áreas pouco ou muito valorizadas. Já como resultado do “padrão burguês de habitação” (Rolnik, 1995, p. 50), a cidade contemporânea expressa-se na dicotomia casa-rua, na qual a rua deixa de ser um espaço de troca coletiva para a burguesia e passa a ter um significado de caos e de risco para o seu status. A família se volta para dentro de si e se confina na intimidade do lar. Isto, por sua vez, suspende a função do espaço da rua como lugar de trocas e de socialização.

Consideramos, assim, com Rolnik (1995, p. 52) que “a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais

separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto”. Os sentidos da cidade, em Rolnik (1995), associam, assim, a noção de comunidade fechada voluntária e involuntária do Bauman com a luta pelo direito à cidade do Harvey, uma vez que a autora encontra na segregação uma estratégia burguesa de isolamento e um “conteúdo político” latente, ou seja, a “possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade.” (Rolnik, 1995, p. 50-51).

Ailton Krenak e os sentidos perdidos da conexão com a natureza

Ailton Krenak (2020), filósofo, poeta e escritor da etnia indígena krenaque, observa o ritmo frenético e as mudanças constantes na vida urbana, estabelecidos pelo paradigma capitalista, como uma espécie de realidade nefasta que nos desconecta do organismo vivo da Terra. Ressalta que a vida urbana vem se configurando em função de consumos e entretenimentos, propiciados pelos processos globais de produção de mercadorias, de modo incessante e febril. Com esse sistema, conforme Krenak (2020a, p. 44), estamos “vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos”.

A vida de quem vive nas cidades, na perspectiva de Krenak (2020), pode se assemelhar a uma ilusão romântica, pois tudo parece estar ao alcance das mãos, sejam serviços, sejam produtos, tanto fisicamente, na livre circulação pelas ruas das cidades, quanto por meio digital, em que o comprar sem sair de casa resume-se a um clique do celular ou computador. Krenak (2020^a, p. 35), convida a olhar para o que importa, como sua etnia exercita ao reconhecer as pessoas, a natureza e o planeta como entes conectados e inalienáveis: “Nós não precisamos de nada que esse sistema pode nos oferecer, mas ele nos tira tudo que temos”.

Esta é uma afirmativa do povo Krenak, cujo território está localizado na região do médio Rio Doce em Minas Gerais. Em novembro de 2015, houve lá um grande crime socioambiental com o rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco/BHP Billiton, da Vale, em Bento Rodrigues, distrito de Mariana, em Minas Gerais. O Rio Doce, a que os Krenak se referem por Watu, foi afetado por esse incidente. Enquanto o sistema capitalista considera o Watu como apenas um recurso do qual se deve extrair tudo para sustentar o sistema, os Krenak o reconhecem como uma entidade que agora está em coma em razão das atividades do capital. Não é apenas o Watu, a natureza e o povo Krenak que sofrem com as demandas do capital, mas também a própria maneira de nos relacionarmos uns com os outros.

Nessa configuração de dominância capitalista predatória, viver em uma cidade contemporânea, onde a impessoalidade, as mudanças constantes e o consumo desenfreado são as marcas registradas do cotidiano dos seus habitantes, leva a uma perda do sentimento de pertencer ao espaço urbano. Conforme Krenak (2020^a, p. 47), “muitas pessoas vivem sozinhas nesses centros, deixamos de ser sociais porque estamos em um local com mais 2 milhões de pessoas”.

Habitar em uma cidade pode acarretar significados distintos para diferentes realidades de vida. O amplo quantitativo de seres humanos vivendo nelas é uma realidade e essa quantidade tem particularidades próprias. Levantar defesas sejam elas tangíveis ou intangíveis para nos proteger só faz com que nos afastemos ainda mais uns dos outros e dos demais seres vivos. Perde-se a conexão com elementos naturais, com os ciclos de funcionamento do Planeta, com os tempos próprios de cada elemento, como as estações do ano e a sazonalidade de frutos, rios, mares.

Isto porque vivemos no primado moderno da razão humana, que legitima a opressão e a subjugação das espécies vivas pelos humanos por se reconhecerem estes os

únicos portadores da razão, da capacidade de narrar o mundo e simbolizar a existência. Cria-se uma aura sobre os seres humanos, advinda do pacto pelo progresso nos moldes europeus industriais. Krenak (2020a) nega este lugar central à humanidade:

Quando falo de humanidade não estou falando só do *Homo sapiens*, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleia, tiramos barbatana de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele. Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada, que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida, abrigo. Somos a praga do planeta, uma espécie de ameoba gigante. (...) É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. (Krenak, 2020a, p. 9-10)

Com Krenak (2020b, p. 10-11) podemos avançar na problemática dos sentidos da cidade, questionando se e como cada um/a de nós continua a validar essa noção exclusivista de humanidade ao pensarmos que pertencemos ao clube seletivo de indivíduos que a compõem: “como é que, ao longo dos últimos 2 mil ou 3 mil anos, nós construímos a ideia de humanidade?”. Para o autor, o distanciamento de nossa natureza se deu em função de uma segunda natureza, a civilização ou socialização: “Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história”. Colocada dessa forma, a desconstrução da ideologia europeia sobre a humanidade pode ser feita como uma crítica ao nosso próprio pensar/agir nas cidades contemporâneas.

Para seguir com a ruptura crítica do primado da razão, em seu legado de desigualdades cognitivas ao longo da modernidade, uma possibilidade para o estar na cidade vem da re colocação da História, de modo a ser entendida como ressonância das vivências na Terra. Krenak cita narrativas plurais de mundo, recorrentes entre povos ameríndios originários, que descolam a nossa existência do surgimento desse mundo moderno, com um significado europeu de validade e com data de criação. Para o autor, “Tudo que pensamos que já existiu está acontecendo agora, se as pessoas conseguirem acessar isso, poderão sentir que esse mundo que nós, de diferentes perspectivas, acreditamos que existe segue em transformação.” (Krenak, 2020a, p. 69-70).

Krenak aborda o aparato tecnológico que nos rodeia atualmente de modo a desconstruir a confiança que colocamos no que recebemos pronto e consumimos sem reflexão sobre as origens, a necessidade, os impactos. Para suspeitar das tecnologias, toma como ponto de referência a pandemia de coronavírus vivida em 2020: “É incrível que esse vírus que está aí agora esteja atingindo só as pessoas. (...) Estamos sendo lembrados de que somos tão vulneráveis que, se cortarem nosso ar por alguns minutos, a gente morre.” (Krenak, 2020a, p. 10-11).

O chamado para um mundo com a floresta amplia as propostas já conhecidas de um mundo em coletividades, com os diferentes em busca dos sentidos da reconexão perdida: “A agrofloresta e a permacultura mostram aos povos da floresta que existem pessoas nas cidades viabilizando novas alianças, sem aquela ideia de campo de um lado e cidade do outro.” (Krenak, 2020a, p. 22). A partir de Krenak percebe-se que é preciso ultrapassar o reconhecimento das diferenças entre humanos em prol de uma interculturalidade com as demais entidades vivas da Terra como forma de estar num mundo configurado em cidades, pactuado sobre um modo de vida urbano.

A cidade e o envelhecimento populacional

No Brasil, os direitos específicos para pessoas idosas foram reconhecidos e estão assegurados legalmente desde 2003, quando o Estatuto do Idoso foi promulgado na forma da Lei 10.741/2003, tendo sua redação atualizada pela Lei 14.423/2022, passando a ser nomeado de Estatuto da Pessoa Idosa.

Em resumo, o Estatuto garante a idosas e idosos que “por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

No Título II do Estatuto da Pessoa Idosa estão dispostos os 10 direitos que lhe devem ser assegurados, conforme elencados no Art. 3º do Título I – Disposições Preliminares, a saber:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

Há no texto do Estatuto o detalhamento das condições ideais de vida para a pessoa idosa no Brasil, com instruções para sua prática e sanções aplicáveis quando do descumprimento da Lei. Aqui cabe ressaltar que esse ordenamento jurídico, ao definir e assegurar direitos a pessoas idosas, define também os deveres dos entes sociais coletivos, quais sejam, a família, a sociedade, a comunidade e o poder público. Ou seja, estes quatro coletivos estão reconhecidos e acionados nos como responsáveis pela qualidade de vida da população idosa.

Como estas responsabilidades são assumidas e estabelecidas na prática cotidiana, seja pelo poder público, seja pelas demais pessoas não idosas que configuram as famílias, sociedades e comunidades urbanas atuais?

Quanto ao poder público, nomeadamente a figura estatal nas suas diversas instâncias e instituições, as respostas aos direitos dos idosos e das idosas, assumem o estatuto de marcos legais orientadores de ações do poder público, seja como promotor dos direitos, seja como regulador das ações dos demais entes sociais. Nesse sentido, no que se refere à instância local da vida das idosas aqui em questão, o município de Recife, encontramos o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instituído pela Lei 18.173/2015 e regulamentado pelo Decreto 29.571/2016.

Quanto ao Plano Diretor do Recife (<https://planodiretor.recife.pe.gov.br/plano-de-ordenamento-territorial>), as referências ao bem-estar das pessoas na cidade não explicita qualquer especificidade sobre pessoas idosas, como a adequação de espaços públicos e equipamentos sociais para que atendam as necessidades delas, em particular.

Já no que se refere aos marcos globais, temos os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas, que foram adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1991 e estão disponíveis na Resolução ONU 46/91. Desde anos antes, a questão do envelhecimento populacional está nas agendas das nações e a partir de 1991, institui-se o dia 01 de Outubro como Dia do Idoso, como forma de chamar a atenção para a necessidade de cuidados e proteção com pessoas na terceira idade e sua qualidade de vida.

Nesse sentido, em 2023, a ONU lançou o tema Cumprindo as Promessas da Declaração Universal dos Direitos Humanos dos Idosos: Ao longo de Gerações, em reconhecimento a experiências de vida que podem “contribuir para a paz, o desenvolvimento sustentável e a proteção do planeta”, nas palavras de António

Guterres, secretário-geral da ONU (ONU News, 01 Outubro 2023). A mesma reportagem destaca o fato de estarmos vivenciando a chamada Década do Envelhecimento Saudável (até 2030) e apresenta uma fala importante de Patrícia Morsch, assessora da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas):

O envelhecimento saudável é alcançado quando as pessoas podem desenvolver suas capacidades individuais e podem continuar fazendo aquilo que elas gostam, aquilo que elas querem nas idades mais avançadas. Está muito relacionado às possibilidades que as pessoas têm de manter as suas relações, de participar nas suas comunidades, ter uma aprendizagem contínua e de se manter uma locomoção saudável, e claro, ter as suas necessidades básicas. Dessa forma, para alcançar um envelhecimento saudável, a gente precisa de ações multissetoriais, que vão favorecer a saúde física, a saúde mental das pessoas e comunidades que favoreçam essa participação das pessoas e o desenvolvimento dessas suas habilidades. (ONU News, 01 Outubro 2023).

A preocupação das nações acerca do envelhecimento saudável extrapola as questões mais estritas sobre os direitos dos idosos e das idosas ao apontar para o aumento populacional de pessoas com idade maior que 65 anos nas próximas décadas. A previsão é de que em 2050 esta faixa da população mundial será o dobro da atual, chegando a 1,6 bilhões e com maior incidência na faixa etária a partir dos 80 anos. É uma reconfiguração da população humana e com implicações diretas para as relações sociais, econômicas e ocupacionais. É sobretudo uma recolocação de valores como o reconhecimento, a solidariedade e o cuidado com o outro e com o coletivo. Nesse sentido, os marcos legais serão suficientes? Como esperar das sociedades urbanas uma construção para o bem-estar e a vida qualificada de pessoas idosas? Talvez as falas das senhoras de Recife possam servir de pistas.

A cidade de Recife para as idosas moradoras do Totó, em Recife

“Quando uma pessoa fala na rua, a gente responde andando, não pára”, afirmou uma das 20 senhoras na roda de diálogo sobre a vida na cidade de Recife, realizada em maio de 2023. Tal afirmação carrega uma forte carga de insegurança, revelando o medo e a indiferença presentes no cotidiano de pessoas idosas moradoras de um centro urbano.

A partir de Simmel (2013), compreendemos essa situação da vida nas metrópoles, onde há uma enorme concentração de pessoas, que estão sempre em fluxo, itinerantes, indo para lá e para cá, em todas as direções e a todo momento. São pessoas anônimas umas para as outras e, assim, desinteressadas umas nas outras, concentrando-se apenas em seus próprios objetivos. Para cada uma dessas pessoas, todas as outras representam estímulos que devem ser evitados, através da atitude blasé, para que não perturbem o cumprimento de seus objetivos. Assim, as idosas restam como esquecidas, inexistentes.

Na linha de compreensão de Ailton Krenak (2020), este esquecimento social das pessoas idosas é resultado dos vínculos frágeis e rapidamente substituíveis que caracterizam o mundo contemporâneo, seguindo as normativas mercadológicas que se incorporam à vida social. Nesse sentido, chama a atenção a expressão dos desafios urbanos encontrados por aquelas senhoras em seu cotidiano. A precariedade do transporte público, os buracos e outros obstáculos nas calçadas, a fiação exposta, caída sobre as áreas de passagem, a ausência de policiamento, a sujeira, os pisos

escorregadios são condicionantes da falta de qualidade de vida para as senhoras escutadas.

Além de problemas infraestruturais na cidade, as idosas também destacaram o fato de se sentirem invisíveis ao andarem pelas ruas, tendo muita dificuldade de realizar atividades simples quando se encontram sozinhas, como por exemplo atravessar as ruas. Por esse motivo, elas contaram que costumam se ajudar quando estão juntas, dando as mãos umas às outras para se sentirem mais seguras ao atravessar. No entanto, por essas razões citadas, elas contaram que passam muito tempo fechadas dentro de casa, referindo inclusive que, na maioria dos dias, se sentem entediadas de passar o dia assistindo à TV. Segundo elas, a maior forma de interação que têm cotidianamente é a troca de mensagens pelo aplicativo virtual WhatsApp, até mesmo com vizinhas, pois, apesar de morarem perto, não sentem segurança em se encontrarem pessoalmente na rua.

Com Bauman (2009) observamos que circular pela cidade com confiança vem sendo um desafio, em razão do medo que está cada vez mais associado à vida urbana. Na visão do sociólogo, a vida nas cidades pode ser equiparada a um campo de batalha, no qual é preciso lutar para sobreviver. Essa percepção leva a uma perda de solidariedade e de interação com as diferenças que coabitam no mundo, dificultando a construção de uma sociedade inclusiva, como aparece nas falas:

“Cada um na sua casa, pronto para servir”

“Vizinho lá, a gente cá, até a hora que precise”

É o sentido do dever, e não o da interação, que rege os frágeis laços de vizinhança permitidos a quem vive na insegurança associada à falta de liberdade. Este é um forte indicador do distanciamento da comunidade em que se encontram as senhoras moradoras de periferias urbanas, se tomarmos em consideração o parâmetro oferecido por Bauman (2003).

Uma das senhoras afirmou, resumindo o sentimento manifesto pelas companheiras de grupo: “perdemos a liberdade”, constatando as transformações pelas quais passou a cidade de Recife desde a infância delas, vivida pela maioria no mesmo lugar onde residem ainda hoje. Mesmo ao ficar em casa não encontram mais o sentimento de segurança do lar. Elas se sentem presas dentro de casa, e em guarda de que algo ruim possa acontecer. A razão disso é que muitas delas moram perto do presídio Professor Aníbal Bruno e temem tiroteios e invasão das casas por fugitivos.

Elas disseram que os seus netos, e antes mesmo os seus filhos, não brincam nas ruas. Pelo perigo que isso poderia constituir. Então, elas se sentem presas tanto quanto os presos nos presídios. Apesar do medo de habitar, nesta área próxima do presídio, muitas delas viram a construção dessa instituição acontecer. Já estavam lá antes do local ser edificado. Aquele espaço é o seu lar, seu lugar de pertencimento. Então, quando perguntado se elas sairiam de lá. Disseram que não, pois a oportunidade já havia se apresentado. Mas ainda assim elas se negaram a sair. Pois ali era a sua casa, elas já tinham uma rotina própria, tinham os seus vizinhos, conheciam o lugar. E acreditam que não podiam viver da forma que viviam em outro espaço, por mais seguro que este poderia vir a ser.

Logo, um dos sentimentos identificados é o medo pela perda da liberdade. Em contraponto, há uma confiança no que é conhecido, na vizinhança antiga, na forma de viver da comunidade, o que revela uma resiliência entre elas. Já, andar pelas ruas do centro da Cidade do Recife, é uma necessidade e não um prazer, uma busca por conhecer coisas novas. Só vão quando há uma consulta médica ou uma compra a fazer. É como se o Centro fosse outro mundo. No entanto, é um mundo também fascinante,

que oferece eventos artísticos, lazer, festas. Estar nesse Centro é desejável, porém pouco provável, porque a condução é difícil (poucos ônibus e inapropriados para idosos) e o local muitas vezes se mostra hostil a idosos.

Como projetar um direito à cidade que inclua estas e tantas outras senhoras e senhores? Em seus depoimentos, transparece a necessidade de tornar a cidade um lugar seguro, de modo a que possam aproveitar o que a vida urbana oferece, como as festas de Carnaval, de São João e outros eventos, já que, como afirmaram, “Recife é muito rico em cultura”. Elas querem o direito de viver a vida delas na cidade em que cresceram, criaram seus filhos e envelheceram, com acesso a bens sociais como cursos, aulas de dança e de pintura, espaços de lazer e de exercício físico. No entanto, sentem que “tudo é uma luta para conseguir”, o que expressa o caráter não inclusivo da estrutura da cidade em que vivem.

O formato digital de acessibilidade, via Aplicativos, mostra-se igualmente excludente, porque não conhecem a tecnologia, não são introduzidas a ela porque renegadas a um lugar de ultrapassadas por uma sociedade acelerada e voltada para o novo. Idosas vão sendo confinadas a uma exclusão social via exclusão digital, porque têm a lógica do pensamento digital desenvolvida, não são estimuladas a exercitar essa habilidade e não dispõem de pessoas jovens ao seu lado sempre que precisam utilizar tecnologias digitais.

Ou seja, surge um novo medo urbano contemporâneo, materializado no isolamento do indivíduo remetido para o mundo virtual sem que para isto receba suportes ou, ao menos, empatia. O desvio para o virtual é, portanto, mais um degrau de distanciamento nas relações de solidariedade e convivência com o diferente – nesse caso, uma diferença etária.

Perguntadas sobre as suas sugestões para uma cidade em boas condições para viverem, responderam sem dúvidas: policiais mais próximos da população; educação para viver na cidade; hipermercado no bairro onde moram; mais ônibus; aplicativo mais fácil para pedir viagens (como os do tipo Uber); lazer disponível e acessível para elas e limpeza urbana.

Considerações Finais

Tendo em conta a Agenda 2030/ONU, o direito à cidade virá a se construir na busca por um modelo urbano mais inclusivo, seguro, sustentável e resiliente. Para nós, isto aparece como uma exigência para que se incorpore a solidariedade como um princípio orientador. O direito à cidade, conforme estabelecido por Lefebvre (2012), refere-se à ideia de que todos os habitantes de um local devem ter o direito de participar ativamente na construção, gestão e usufruto das cidades em que vivem.

No entanto, a indiferença e o individualismo crescentes nas cidades apresentam-se como obstáculos significativos à implementação desse direito. À medida que as pessoas priorizam seus interesses pessoais sobre o bem-estar coletivo, a coesão social enfraquece, resultando em uma grande dificuldade de encontrar soluções para questões urbanas complexas, como o transporte, a segurança, a moradia, a marginalização, a discriminação, o acesso e uso das infraestruturas públicas e dos equipamentos sociais.

O capitalismo, como sistema econômico e social, promove uma forte centralização do indivíduo em detrimento da coletividade. Quer seja por uma busca pelo sucesso pessoal, pelo bem-estar individual, ou por uma sobrecarga de informações e funções, há, cada vez mais, um enfraquecimento de um senso de coletividade e de solidariedade entre os indivíduos. Estes tornam-se donos de sua própria vida e escolhas, assumindo pouco a pouco toda a responsabilidade e os ônus de suas ações, e se sentem

cada vez menos dispostos a se envolver em ações coletivas, sobretudo se, aparentemente, elas não estiverem ligadas às suas vidas.

Diante disso, podemos eventualmente afirmar que, em um mundo líquido, como caracterizado por Bauman (2001), as fronteiras e as instituições tradicionais desaparecem, enquanto as barreiras entre as pessoas se tornam cada vez presentes. Os laços sociais tornam-se frágeis e efêmeros, os indivíduos não se veem como parte de um mesmo grupo, e o sentido de coletividade se esfacela, uma vez que o *eu* se sobrepõe ao *nós*, reconfigurando as bases sociais que forjam os *habitus* e socializam o indivíduo para a vida em sociedade, como demonstrado por Elias (1994; 1990). Isso resulta na falta de participação ativa nas questões relativas à vida nas cidades. Há, ainda, o sentido da segurança que, na perspectiva de Bauman (2009), deve ser compreendido na relação do local com o global, ou, da reconstrução da convivência com o outro, diferente e desconhecido, nos espaços urbanos.

Nessa figuração, o viver na cidade é estar em contato com os elementos advindos desse fenômeno. É estar em contato com o estranho, com as surpresas e as incertezas dessa realidade. Com isso, desdobra-se o sentimento do medo, de circular pelas vias urbanas, de dividir o espaço com o desconhecido trazendo a sensação de insegurança à sua volta e temor por sua segurança pessoal. Algumas pessoas possuem a opção de se isolarem seja por muros, seja nos celulares. Pois este último dispõe de um mundo alternativo que se apresenta como a opção mais segura de se relacionar com o outro. Em contraposição, muitas outras pessoas precisam conviver com essas inseguranças trazidas pelo global, pois necessitam circular por suas vias. Assim, é no espaço da cidade que se desenvolve a discussão sobre elementos globais (Bauman, 2009).

No espaço público, entra-se em contato com a diversidade de pessoas que compõem a nossa sociedade, mas não se tem a confiança necessária para estreitar laços com elas, uma vez que personificam as desventuras da globalização.

Além do mais, o sentimento de medo nos abstém da solidariedade para com o outro, desconfiamos do que o outro possa estar passando, antes de tudo prezamos pela nossa segurança. Destaca-se, ainda, na configuração do medo nas cidades, que o mundo virtual é tido como uma zona de conforto, um espaço seguro que não provoca a solidão e possui uma gama de ofertas. Essa lógica, acaba por reforçar ainda mais os muros físicos que estão ao nosso redor.

No entanto, parece que vamos atrasados nessa perspectiva. Como afirma Krenak (2020a, p. 20), “Quem já ouvia a voz das montanhas, dos rios e das florestas não precisa de uma teoria sobre isso: toda teoria é um esforço de explicar para cabeças-duras a realidade que eles não enxergam”.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes** - do direito à cidade à revolução urbana. SP: Martins Fontes, 2014.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Cia das Letras, 2020a.

Krenak, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2020b.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Lisboa: Letra Livre, 2012.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. **ONU News**, Fevereiro 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em: 22/08/2023.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 22/08/2023.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. Foco nos direitos humanos marca Dia Internacional do Idoso. **ONU News**, Outubro 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/10/1821122#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20preveem%20que,et%C3%A1ria%20acima%20dos%2080%20anos>.

Acesso em: 19/03/2024.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 3ª edição, 1995, 6ª reimpressão, 2009.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. BOTELHO, André. **Essencial Sociologia**. Penguin, 2013.

SPENILLO, Giuseppa. The right to the city in Henri Lefebvre: from an ideal to a real use of urban space. PEREIRA, Paula. COUTO, Maria João (orgs.). **Philosophy, city and public space**. Porto, Afrontamento, 2019.

Capítulo 10

Mulheres, geração e consumo na perspectiva da pesca artesanal

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Joseana Maria Saraiva

A proposta deste artigo consiste em resgatar a história de duas mulheres idosas, com base em suas vivências como trabalhadoras da pesca artesanal, uma do litoral Norte de Pernambuco e outra de Recife – PE. Duas mulheres líderes com forte espírito de equipe: a primeira presidente da Colônia de Pescadores/as do Brasil, desde 1989 e, a segunda reconhecida como Patrimônio Vivo do Recife, em 2024.



Foto 1 - Joana Rodrigues Mousinho¹



Foto 2 - Edileuza Silva do Nascimento²

A abordagem do tema mulheres, geração e consumo, exige configurar: 1) As relações de poder configuradas através das relações de gênero e do modelo patriarcal, que, de acordo com Safiotti (2011), concretiza-se, especialmente, nas hierarquias socialmente construídas, caracterizadas pela primazia masculina, pela dominação e pela opressão; 2) As questões geracionais aqui abordadas a partir da escuta de narrativas de mudanças sociais nas vivências destas mulheres, hoje idosas, redefinindo o lugar delas nos domínios público e privado e no processo de envelhecimento; 3) O consumo aqui abordado, na perspectiva de que, nas sociedades capitalistas, a pessoa idosa, tende a diminuir o valor social, à medida que diminui sua produtividade econômica e sua capacidade de consumo de bens (produto) e de serviços (Delboni, Joaquim, Ploner e Cyrini, 2013).

Em função dessa condição, com o crescimento da população de idosos/as no cenário mundial, a qualidade de vida dessa população é encarada com um grande desafio. O último Censo, IBGE (2022) constata a longevidade está propiciando as pessoas viverem cada vez mais, não só no Brasil, mas, no mundo de forma geral.

Contudo, faz-se necessário estudos que abordem acerca dos fatores relacionados a condição, qualidade de vida e bem-estar dos/as idosos/as, diferentes cotidianos e vivências. Estes assuntos precisam ser investigados, uma vez que realçam a importância da autonomia do/a idoso/a, mostrando seus desejos, necessidade, demandas, ambições, orgulho de trajetórias, percepções de cuidado consigo entre outros aspectos que ajudam a promover a sua qualidade de vida.

¹ Arquivo pessoal Joana Rodrigues Mousinho.

² Acervo Prefeitura do Recife – Publicada no Jornal Diário de Pernambuco em 20/12/2024 12:48.

Caminhos da Pesquisa

Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, que envolveu levantamento bibliográfico, visitas de campo e pesquisa-ação Thiollent (2011). O estudo de caso possibilitou apreender resgatar a história dessas duas mulheres idosas a partir de contexto mais amplo e reais em que se encontram situadas. A pesquisa-ação, vivenciada com estas duas mulheres a mais de uma década, possibilitou coletar dados em vivências cotidianas e transitar da prática à política, o que tornou possível e proveitoso evidenciar as conquistas dessas mulheres e suas reivindicações por equidade de gênero, raça, renda, territórios pesqueiros, entre outros.

A exploração do tema abordado está ancorada na epistemologia feminista e na literatura referente às violências produzidas pelo patriarcado: exclusão das mulheres, inclusive vedando-se o seu acesso ao trabalho remunerado e aos direitos sociais que advêm da regulamentação das atividades laborais; trabalho precário.

A pesquisa de campo ocorreu nas Colônias de Pescadores/as de Itapissuma - PE e do Pina/Recife-PE. A proposta metodológica de conhecimento situado, adotada neste estudo, vem resgatando histórias de mulheres há dezesseis anos através do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade (GPDESO), ligado ao CNPq-UFRPE (www.gpdeso.com). Nesse grupo, criado em 2002, foi incluída uma linha de pesquisa sobre pesca artesanal. Sob o recorte metodológico adotado, problematiza-se a vida das mulheres acompanhadas pelo Grupo, buscando mostrar quem são elas, o que fazem e os obstáculos que superam em sua rotina diária.

Além de livros e periódicos especializados no tema, foi utilizado um portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto, o OasisBR, por meio do qual foi feito um levantamento do estado da arte dentro do tema abordado. Abaixo, tem-se uma relação entre as palavras-chave empregadas nesse levantamento e o número de publicações científicas localizadas através delas:

- “mulheres idosas e consumo”, os resultados obtidos da busca foram 769 textos, no tempo de busca: 1,18s;
- “mulheres trabalhadoras idosas e consumo” os resultados da busca foram 248, no tempo de busca: 1,29s;
- “marisqueiras idosas e consumo”, nenhum registro correspondeu ao resultado da busca.

Esta busca no OasisBR demonstrou o ineditismo do fenômeno estudado, conferindo importância e atualidade ao trabalho. Realizou-se estudos de caso, com abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação com coleta de dados atual; porém o processo de troca de fazeres e saberes entre a universidade e os sujeitos da pesquisa já ocorre há mais de uma década.

O capítulo está elaborado a partir dos três conceitos, gênero, geração, consumo e pesca artesanal, e apresenta o perfil das duas mulheres idosas sujeitos do estudo; os registros das memórias da luta das mulheres pescadoras de Itapissuma; a cidade de Itapissuma na vanguarda de inclusão das mulheres na presidência das colônias de pescadores/as em Pernambuco, com Joana Mousinho, presidente da Colônia Z-10/Itapissuma e Edileuza Silva do Nascimento-Leu, Patrimônio Vivo de Recife 2024.

Conhecendo o perfil das duas mulheres idosas

Apresentamos duas mulheres pescadoras guerreiras, por se destacarem pela força, a resiliência e a capacidade de enfrentar desafios com coragem na lutar em suas trajetórias todos os dias por igualdade de condições, por liberdade, pelos direitos

humanos e sociais, sobremaneira, por acesso à saúde, a educação, a preservação do meio ambiente, o direito a serem mulheres pescadora, Veras e Leitão (2012).

Complementando esse perfil com os dados socioeconômico, os resultados mostram em relação ao estado civil que as duas mulheres são cassadas, mães, encontram-se na faixa etária entre 60 e 70 anos, sendo as duas aposentadas cujos proventos chegam a 2 salários-mínimos. A escolaridade é baixa, refletindo as barreiras que as mulheres idosas tiveram ao acesso educacional e suas implicações econômicas e sociais.

Nas cidades das duas mulheres sujeitos desse estudo, pode-se afirmar que, assim como elas, outras mulheres carregam o peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Constata-se, portanto, o fato de ainda existir no Brasil quantidades significativas de idosas analfabetas ou de baixa escolaridade, evidenciando a escassez de políticas e programas de alfabetização para este segmento.

Essas constatações podem evidenciar que quanto menor o grau de escolaridade das mulheres idosas, menor é a renda das mulheres. Segundo as mulheres entrevistadas, a baixa escolaridade vai se dá em decorrência da existência de ocupações que, à época em que as idosas entrevistadas estavam em idade escolar, não exigiam qualificação pautada na escolaridade, mas sim na prática do aprender-fazendo. Nesses termos, para ser pescadoras, não se exigia escolaridade, bastava a prática do saber pescar.

Segundo Santos (2017), na atual sociedade de consumo, as necessidades do mundo do trabalho requerem outras habilidades e especializações, exigindo um maior nível de escolaridade das trabalhadoras, uma vez que os/as consumidores/as estão mais exigentes quanto à qualidade de bens (produtos) e de serviços e, para isto, as trabalhadoras devem possuir nível de escolaridade compatível com a função e estar qualificadas.

As idosos/as revelam que foram capazes de entender a importância de se estabelecer uma ligação entre ascensão do nível de escolaridade, melhoria salarial e qualidade de vida para mulheres, sobremaneira, no processo de envelhecimento. Esta percepção reforça o interesse das idosas em se envolver na luta por melhores condições de vida para as mulheres pescadoras. Para elas, as mulheres “não podem enxergar sua vida como um fardo, mas, sim, vê a sua vida como uma grande oportunidade, desafios a serem vencidos, resultados a serem alcançados, na luta das mulheres por direitos”.

Entendemos que, medidas como educação, previdência social organizada, e serviços de saúde de qualidade, são garantias de direitos para as mulheres no processo de envelhecimento essenciais para melhorar a condição e a qualidade de vida das mulheres idosas. As desvantagens vivenciadas pelas mulheres em decorrência da violência, da discriminação, dos salários mais baixos, da dupla jornada de trabalho, além da possibilidade de serem mais pobres e dependentes das políticas governamentais, precisam ser urgentemente repensadas.

As relações de gênero na pesca artesanal

Além das autoras já referidas, outras de diferentes regiões do Brasil têm se debruçado sobre as relações de gênero na pesca artesanal, entre elas, Maneschy, Siqueira e Álvares (2012), Alencar (1993), Motta-Maués (1999), Woortmann (1977), Leitão (2013a, 2013b, 2019a, 2019b) e Leitão e Cruz (2009, 2010a, 2010b, 2012a, 2012b). Seus estudos diagnosticam a divisão sexual do trabalho na pesca artesanal e a sobrecarga gerada para as pescadoras na dupla jornada de trabalho. Por meio deles, essas mulheres passam a ter mais visibilidade em seu papel de sujeitos sociais, de cidadãs que desenvolvem uma atividade produtiva universalizada como trabalho masculino e perpetuada como tal pela exclusão social destas trabalhadoras.

Para entender o funcionamento das colônias de pescadores/as, uma boa referência é a obra de Callou (2010), que pode ser incorporada ao acervo de resgate histórico das colônias de pesca, criadas em 1919 sob a tutela da Marinha de Guerra. A relação institucional das colônias com uma instituição de caráter militar, restrita aos homens, contribuiu para excluir as mulheres do direito de associar-se a essa cadeia produtiva e de ser reconhecidas como trabalhadoras do setor. Felizmente, porém, tal situação foi legalmente resolvida pelo Decreto-Lei nº 81.563, em 1978. O documento possibilitou o acesso das mulheres à carteira de pesca em Pernambuco, e esta passou a ser expedida pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) em 1979 (Leitão, 2010b).

Um fato a ser questionado é que, quarenta anos antes da concessão desse direito, o Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938, já autorizava o exercício da pesca no Brasil a todos os maiores de 16 anos, desde que munidos de licença. Isso está expresso no capítulo I do Decreto, Da pesca e seu exercício, art. 6º: “é permitido o exercício da pesca em todo o território da República, mediante licença, a todos os brasileiros maiores de 16 anos” (grifo nosso). Ou seja, muito tempo foi decorrido até que as mulheres tivessem acesso a um direito já oficializado.

Apesar desse avanço, em pleno século XXI, ainda existem muitas mulheres sem esse registro. Um aspecto importante que distancia as mulheres pescadoras do acesso aos direitos sociais e contribui para sua invisibilidade no ambiente institucional relacionado à pesca artesanal é o arcabouço burocrático instituído pelo Decreto-Lei nº 81.563/1978.

Acrescente-se a essas dificuldades burocráticas que a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores da pesca é historicamente precária, um contingente de pessoas que retiram seu sustento do extrativismo, realizado com poucos recursos econômicos e com um saber construído e repassado de uma geração a outra. Desde o início do século XX, esse grupo vem se organizando em colônias de pesca, que, de acordo com o Decreto-Lei nº 794, art. 9º, “são agrupamentos de pescadores atuando numa mesma zona e constituídos, no mínimo, por 150 (cento e cinquenta) profissionais de pesca”.

Memória da luta das mulheres pescadoras de Itapissuma

A aldeia indígena de Itapissuma, banhada por mar e rio, foi transformada em vila no século XVI³ e, no século seguinte, construiu-se ali a capela de São Gonçalo de Amarante, o santo padroeiro do local. A tradição da festa de São Gonçalo é mantida até hoje no local, ocorrendo no mês de janeiro, com a busca da imagem do santo para a celebração no Canal de Santa Cruz.

Atualmente o município conta com 70% da população envolvida na atividade da pesca artesanal. A localidade faz parte do turismo gastronômico, sendo famosa pela caldeirada, um cozido de frutos do mar vendido por mulheres, como Irene, Lidiane e outras cozinheiras que comercializam o prato típico nos boxes do Mercado Público às margens do Canal de Santa Cruz.

Em 1989, ocorreu a eleição da primeira mulher presidente de uma colônia de pescadores/as no Brasil, Joana Rodrigues Mousinho, uma mulher negra cuja trajetória é permeada por diversas interseccionalidades⁴ de gênero, raça, classe social e escolaridade

³ Informações disponíveis em: <http://itapissuma.pe.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

⁴ Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) identifica as interseccionalidades com os múltiplos sistemas de subordinações e discriminações das mulheres. Elas envolvem o sexismo, o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros conjuntos de estigmatizações e hierarquias que redundam em desigualdades.

Furtado (2012). Esse acontecimento viria a se tornar o divisor de águas no processo de empoderamento das pescadoras de Itapissuma.

A eleição de Joana Mousinho trouxe visibilidade à luta das mulheres pescadoras pernambucanas pela conquista de seus direitos sociais, tornando-se um fato histórico na participação política dessas mulheres. Após treze anos de sua eleição, numa entrevista ao jornal *Diário de Pernambuco*, em 08 de março de 2002, Joana expressa seu empoderamento e seu engajamento na defesa dos direitos sociais e ambientais: “Essa é minha vida, lutar pela cidadania. Dia da mulher é todo dia”.

Todos os acontecimentos vividos por Joana, antes e durante os treze anos à frente como primeira mulher presidente de uma colônia de pescadores/as no Brasil, a levaram a se dedicar, integrada e apoiada por outras ações de grupos feministas, até a atualidade, a luta contra os sérios problemas de injustiças sociais e abjeção a direitos, vivenciados pela maioria das mulheres como a desigualdade salarial, a jornada de trabalho maior incluindo o trabalho doméstico, a violência doméstica, dentre outros problemas que são constatados na sociedade, incluindo as à luta das mulheres pescadoras pernambucanas.

Nesse processo, na luta pelos direitos das mulheres pescadoras, participou do terceiro marco no processo de inclusão e protagonismo das mulheres da pesca artesanal em Pernambuco, a criação da Articulação das Mulheres Pescadoras. Esse evento foi catalisado e impulsionado pelo 1º Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura (Brasília), oficializado pela Portaria Seap/PR nº 253, de 9 de setembro de 2004, assinada pelo secretário especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, José Fritsch.

A Portaria planeja encontros estaduais para debates sobre os contextos locais e regionais. Para o encontro citado, foi definido o tema “Trabalhadoras da pesca e aquicultura: rumo à superação das desigualdades sociais”. De acordo com o artigo 5º do documento, o Encontro foi dividido em palestras, grupos de trabalho, oficinas, plenário geral, painéis alternativos e apresentação cultural, durante os quais se exploraram as seguintes temáticas:

I - dificuldades e desafios enfrentados pelas trabalhadoras da pesca e aquicultura; II - direitos trabalhistas e previdenciários; III - assistência à saúde e questões ambientais e culturais; e IV - projetos específicos para a produção e acesso ao crédito. (Brasil, 2004).

A Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco, ocasionada pelo ambiente crítico fomentado nos debates anteriores ao Encontro e idealizada durante a realização do evento, foi liderada por Joana Mousinho, Maria das Neves Santos, Josefa Ferreira da Silva, Lindomar Rodrigues de Barros e Iolanda Moura dos Santos.

A Articulação das Mulheres Pescadoras expandiu-se para um movimento nacional que passou a contar com a participação de representantes dos seguintes estados: Bahia, Alagoas, Ceará, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Pará.

A conjuntura nacional impulsionou outros encontros e ações de formação dessas pescadoras, demarcando novos rumos para as lideranças das colônias de pesca em Pernambuco. Desde 2006, vem crescendo o número de colônias presididas por mulheres, conforme se vê em Ponta de Pedras, Atapuz, Jaboatão dos Guararapes, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Tamandaré, Porto de Jatobá, entre outras localidades.

Itapissuma na vanguarda de inclusão das mulheres na presidência das colônias de pescadores/as em Pernambuco

A eleição de mulheres ao cargo máximo nas colônias de pescadores/as, das quais se encontravam excluídas até 1978-1979, consiste em uma mudança de paradigma operada a partir de finais da primeira década do século XXI, especialmente com o fortalecimento da Articulação. No seu discurso expresso nas ações do movimento, as mulheres declararam-se insatisfeitas com o não atendimento, pelo governo federal, de certas demandas levantadas por elas, e, diante disso, foi definida, na ocasião, uma comissão por estado para discutir e reivindicar os direitos dessas mulheres.

No que se refere às mulheres pescadoras, declararem estar insatisfeitas com o não atendimento, pelo governo federal, de certas demandas levantadas por elas, reflete um processo histórico de invisibilização que se reflete nas políticas de negação e omissão assumidas pelo governo federal e, também, no governo do estado de Pernambuco.

Exemplo disto foi o tratamento dado por estes governos às pescadoras e às comunidades tradicionais pesqueiras ante ao derramamento de petróleo em 2019 e, posteriormente, durante a pandemia do novo Coronavírus, cenários em que se evidenciou a política de abandono que as mulheres da pesca enfrentam (Esta Carta Política foi elaborada no Encontro de Pescadoras, 2022).

Apesar desse contexto desfavorável, evidencia-se inúmeras expressões de mobilização e resistência de mulheres pescadoras, no campo, nas águas, nas florestas e nas cidades. Os coletivos, movimentos sociais, ONG's, continuam a denunciar as desigualdades, as violações de direitos e o desmontes das políticas públicas e sociais, bem como a defender firmemente a democracia e a efetivação da cidadania das mulheres.

Joana Mousinho, presidente da Colônia Z-10/Itapissuma

Joana Mousinho, a primeira mulher eleita presidente de uma colônia de pescadores/as no Brasil, em 1989, tem atualmente 69 anos e é mãe de quatro filhos – dois falecidos. Vem de uma família numerosa composta por dez filhos e trabalhou na pesca desde os oito anos. Além de pescar, ela desenvolvia outras tarefas remuneradas: lavava roupa e carregava lenha e água na cabeça. Aprendeu com seu pai, no cotidiano familiar, a tecer à mão uma rede de pesca. Seu ingresso na atuação política da colônia Z-10 em Itapissuma iniciou em meados de 1975. Antes de ser eleita presidente da Z-10, Joana compôs diretorias nas funções de membro do conselho fiscal e secretária dessa colônia.

Ao ser eleita, enfrentou forte reação masculina ao seu exercício da presidência, incluindo o risco de violação do seu corpo⁵ dentro da própria colônia. Entretanto, apesar da existência e permanência de homens machistas na Colônia, Joana afirma que boa parte dos associados da Z-10 reconhece seu trabalho.

As dificuldades e lutas vivenciadas por Joana Mousinho podem ser atribuídas não apenas à cultura machista da pesca artesanal de sua região, mas também à estrutura e ao funcionamento da cadeia produtiva dessa pesca. Embora tenha ocupado e continue ocupando lugares de poder, ela atuou também em todas as especificidades de seu trabalho: pescar peixes em embarcações, tecer e consertar redes, coletar siris, caranguejos, sururus e ostras, beneficiar o pescado e os mariscos e comercializar a pesca. Os espaços de poder político que alcançou dentro da Colônia de Pescadores/as

⁵ Michelle Perrot (2007, p. 41) discute sobre o corpo das mulheres acentuando que o corpo tem uma história, e “a diferença dos sexos que marca os corpos ocupa uma posição central nessa história”. Assim, em virtude da constituição física do corpo dos homens, estes não sofrem risco ao ocupar um lugar de poder.

foram conquistados graças ao apoio do Conselho Pastoral da Pesca, em que sempre se manteve atuante.

Outro aspecto importante da vida de Joana é o engajamento nas lutas ambientais de que participa na atualidade. Um exemplo de suas ações nesse âmbito são as denúncias sobre os impactos do óleo (em suas palavras, petróleo) derramado na costa brasileira em 2019: as repercussões do acidente na vida dos/as trabalhadores/as da pesca. Maneschy, Siqueira e Álvares (2012, p. 714) citam Lia Zanotta Machado (2010) para comentar essa intrínseca relação socioambiental em que as mulheres se acham incluídas como gestoras e realizadoras das atividades de cuidado na sociedade. Na opinião das autoras, como consequência desse envolvimento, elas ficam mais vulneráveis às relações de poder opressivas e às diversas formas de violência dentro dos contextos de subordinação.

É o caso das mulheres pescadoras, historicamente ofuscadas e deslegitimadas em seu exercício da profissão, seja como coletoras, beneficiadoras ou comercializadoras do pescado e de outros frutos do mar. Geralmente as trabalhadoras da pesca são identificadas como mulheres de pescadores, como se fosse essa a sua única função dentro de uma relação hierarquizada pela sociedade patriarcal. Mas o fato é que, além de pescadoras, são sobrecarregadas pelo trabalho doméstico, considerado eminentemente feminino, e isso as distancia de forma discriminatória dos direitos sociais e dos espaços de poder e decisão.

A escrita sobre a vida da pescadora Joana Mousinho tem possibilitado romper com essa invisibilidade. Sua história e suas ações influenciaram a luta dessas trabalhadoras pela conquista de acesso a direitos civis, sociais e políticos que durante tanto tempo lhes foram negados. O legado deixado por Joana é consequência direta da atuação do Conselho Pastoral da Pesca, um movimento social aberto com a criação de espaços sociais durante os governos de 2003 a 2016, que incluíram os debates sobre as minorias, entre elas, as mulheres negras e as trabalhadoras da pesca artesanal. O período contou, inclusive, com a abertura de editais e linhas de pesquisa e extensão que proporcionaram visibilidade a essas minorias e mobilizaram a troca de saberes com mulheres em trabalhos precários, a exemplo da pesca artesanal.

Edileuza Silva do Nascimento reconhecida como Patrimônio Vivo do Recife

Edileuza Silva do Nascimento - Leu é uma marisqueira que semelhante a Joana em Itapissuma, realiza a atividade de mariscagem desde a mais tenra infância. Aos 68 anos Leu teve o seu saber reconhecido, o que muito nos alegra, porque representa mudanças de paradigmas no reconhecimento da mulher em uma atividade considerada masculina, é o reconhecimento de um saber fazer de uma idosa e é o reconhecimento de saber fazer tradicional.

Leu, imortalizada em fotografias, em vídeos, a exemplo de “O Rio Não Tem Porta”, agora reconhecida como Patrimônio Vivo do Recife, afirma que a idade trouxe mais segurança, mais sabedoria e que se sente satisfeita com a sua realidade.

Ela tem razão em orgulhar-se deste reconhecimento considerando que "Patrimônio vivo" são sujeitos sociais que realizam e contribuem a preservação de conhecimentos e técnicas oriundos da cultura popular e tradicional.

Leu sempre afirma que “pesca é o meu maior prazer”, labor que garantiu criar os 5 filhos, realiza a coleta do sururu mergulhando na maré. Conhecida também por beneficiar o produto e vendê-lo na praia.

Considerações finais

Descrever a história das mulheres pescadoras de Pernambuco, especialmente as da Colônia Z-10, presidida por mulheres desde 1989, consiste em dar voz a pessoas historicamente silenciadas.

No resgate da história dessas mulheres, fica evidente que sempre trabalharam na pesca artesanal: a maioria iniciou o ofício acompanhando suas mães na labuta diária. No entanto, não eram reconhecidas como pescadoras, e sim qualificadas pela função que os outros lhes atribuíam, a de auxiliares de seus maridos, irmãos e filhos. Nessas condições, seu trabalho mantinha-se no âmbito da reprodução e, obviamente, não era valorizado.

Buscamos resgatar o passado dessas mulheres em diálogo com o presente e, neste processo, encontramos uma Joana Mousinho combativa defendendo em 2020 as mesmas causas a que se dedicara desde o passado até chegar à presidência da Colônia de Pescadores/as de Itapissuma em 1989: as desigualdades de gênero e o papel do Estado na garantia dos direitos sociais e ambientais. Joana continua, até hoje, problematizando e denunciando a existência dessas questões.

O processo de inserção das mulheres nos direitos sociais da pesca artesanal em Pernambuco já dura quatro décadas, e a Articulação de Mulheres Pescadoras tem quase dezesseis anos de existência. Esses dois fatores contribuíram muito para a visibilidade e as conquistas destas trabalhadoras, tirando do esquecimento as vidas das mulheres da pesca em seu conjunto. Enfim, ajudaram a romper o silêncio reinante em torno da história dessas mulheres, demonstrando o quanto elas fazem parte da história da pesca artesanal em Pernambuco e no Brasil.

A inclusão das pescadoras nos espaços de poder e decisão das colônias de pescadores/as, e em especial na colônia de Itapissuma, Pernambuco, representa uma conquista expressiva em lugares onde anteriormente essas mulheres eram excluídas como profissionais. Hoje elas podem até ser indesejáveis na pesca artesanal, mas conseguem um espaço e uma representação significativa dentro desse setor, ocupando por volta de um terço das presidências no estado pernambucano. É certo que não podemos falar em feminização da cadeia produtiva da pesca artesanal, mas podemos referenciar lideranças de mulheres nessa área, a exemplo das citadas neste capítulo.

Em que pesem alguns avanços nas pesquisas neste universo das mulheres pescadoras, reconhecemos que ainda há muito a aprofundar no assunto, sobretudo no tocante às interseccionalidades de gênero e raça e às violências físicas e simbólicas que envolvem o corpo dessas trabalhadoras.

Referências

ALENCAR, Edna Ferreira. **Pescadeiras, companheiras e perigosas**: um estudo sobre a pesca feminina em Lençóis. 1991. 188 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991. Disponível em: [https://www.academia.edu/15723177/Pescadeiras_companheiras_e_perigosas_a_pesca_feminina_na_Ilha_dos_Lençóis_MA](https://www.academia.edu/15723177/Pescadeiras_companheiras_e_perigosas_a_pesca_feminina_na_Ilha_dos_Len%C3%A7%C3%B3is_MA) Acesso em: 5 Jun. 2025.

ARAÚJO, Silvana Marques Porto. **Mulher além da maré**: um diálogo cinematográfico entre pesquisa ação, violência e desenvolvimento local vivenciados por pescadoras artesanais do município de Itapissuma (PE). 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6114 Acesso em: 5 Jun. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938**. Aprova e baixa o Código de Pesca. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-794-19-outubro-1938-350346-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 4 Jun. 2025.

BRASIL. Portaria Seap/Pr nº 253, de 9 de setembro de 2004. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 175, 10 set. 2004. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2004/p_seap_253_2004_convocacao_1encontronacionaldepesca.pdf. Acesso em: 2 Jun. 2025.

CARTA POLÍTICA. Elaborada no Encontro de Pescadoras realizado em Tamandaré em agosto de 2022, numa ação conjunta da Articulação Nacional de Pescadoras –ANP, em parceria com o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP a Fase, o Grupo curumim e o SOS Corpo.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 45-48, 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000300018. Acesso em: 10 maio 2025.

CNS. 326ª **Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde**. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/bNK3aIk3fU0>. Acesso em: 12 out. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2025.

DELBONI, Bárbara Slonski; JOAQUIM, Stephanie Bittencourt; PLONER, Katia Simone & CYRINI, Arthur Rangel (2013). Gerascofobia: o medo de envelhecer na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, 10(2), 203-214. Recuperado em 01 setembro, 2018, de: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/3320>

FURTADO, Gilmar Soares; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho. In: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana (org.). **Gênero e trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. Florianópolis: Editora de Mulheres, 2012. p. 221- 236.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana (org.). Gênero e políticas públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: FERNANDES, Angelo Brás Callou; TAUKE, Maria Sallet (org.). **Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras tradicionais**. Recife: Ed. Fasa, 2009. v. 1, p. 161-174.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana (org.). Gênero, geração e políticas públicas na pesca artesanal. In: RIAL, Carmem; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (org.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Editora de Mulheres, 2010a, pp 103-124.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana (org.). **30 Anos de registro geral da pesca para mulheres**. Recife: Ed. Fasa, 2010b.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana (org.). **Gênero e pesca artesanal**. Recife. Ed. Liceu, 2012a.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana (org.). **Gênero e trabalho**: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais. Florianópolis: Editora de Mulheres, 2012b.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e trabalho: oficinas com mulheres pescadoras do litoral ao sertão de Pernambuco. *In*: SCHERER, Elenise (org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca**: ambiente e reconhecimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2013a, pp. 51 - 78.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero, pesca e cidadania. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, UFPA, v. 5, n. 1, p. 98-115, 2013b. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1307/1718> Acesso em: 13 maio. 2025.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e cidadania: trabalho e meio ambiente. *In*: MARTINEZ, Sílvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (org.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos de Goytacazes, RJ: Ed. Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2019a. p. 141-162.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Memórias, mulheres e poder na presidência das colônias de pescadores/as em Pernambuco. *In*: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). **Cultura: conceito sempre em desenvolvimento**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2019b. p. 87-98.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **O LEME**: Boletim do Conselho Pastoral da Pesca, Olinda, ano 7, n. 42, p. 6, mar. 1979.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **Pescadoras de Barreirinha (AM) conquistando direitos e resignando mitos**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/9995548a-91c3-4e77-85d5-bc0f4d8ebf61>. Acesso em: 15 maio 2025.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deisand; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 713-737, set.-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3FXRfFdKF8kKDNcsk9JxNzb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2025.

MOUSINHO, Joana Rodrigues. **1 Ano [do] vazamento do petróleo**. [Entrevista cedida ao] *Marco Zero Conteúdo*. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/4nKQu5Wkg88> Acesso em: 5 abr. 2025.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **“Trabalhadeiras” & “camarados”**: um estudo sobre o *status* das mulheres numa comunidade de pescadores. 1977. 496 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1977. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Trabalhadeiras_e_camarados.html?id=hpPwtgAACAAJ&redir_esc=y Acesso em: 13 nov. 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Eline Almeida. **Mulheres pescadoras-mulheres mangabeiras**: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/10370>. Acesso em: 10 maio 2025.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos. **Envelhecimento e qualidade de vida na sociedade de consumo** /Dissertação (mestrado) – Pós-graduação em Ciências do Consumo. UFRPE, 2017. 187 f.: il.

VERAS, Dimas Brasileiro; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Por uma articulação ambientalmente sustentável: práticas e representações da educação ambiental na Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco. *In*: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana (org.). **Gênero e trabalho**: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais. Florianópolis: Editora de Mulheres, 2012. p. 201-220.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UFRPE. **Mulheres pescadoras**. 2015. Disponível em: <https://youtu.be/2mbMUry2gdk>. Acesso em: 13 maio 2025.

COMUNICAÇÃO, CONSUMO E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS PARA A QUALIDADE DE VIDA (organizado por Joseana Maria Saraiva, Giuseppa Maria Daniel Spenillo e Iêda Litwak Andrade Cezar e gentilmente prefaciado por Rosa Maria de Aquino) é uma coletânea de artigos que tratam dos desafios da comunicação, do consumo e da qualidade de vida para populações que vivem, hoje, o fenômeno da longevidade. Os artigos apresentam diferentes análises dos aspectos que configuram os processos de envelhecimento. A opção pelo tema deriva de estudos anteriormente realizados pelas organizadoras da obra, a considerar, especialmente, os resultados da pesquisa – Padrão de consumo, envelhecimento populacional e impacto na qualidade de vida de pessoas idosas de classes sociais distintas – realizada no período de 2022 a 2025 através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, envolvendo professoras e estudantes dos cursos de Ciências do Consumo e de Ciências Sociais da UFRPE, com coautoria de outros/as estudiosos/as da temática.

O fenômeno da longevidade populacional vem impulsionando novas necessidades e alterações nos padrões, nas relações e no consumo de produtos e de serviços dos/as idosos/as. A partir dessa problemática, a abordagem da coletânea recai em analisar a percepção dos/as idosos/as acerca do padrão de consumo no que se refere aos seus hábitos, preferências e comportamentos na hora da compra de produtos de beleza; vestuário, calçados, acessórios e moda; serviços de saúde e alimentação; atividades de condicionamento físico e aqueles relacionados diretamente com as tecnologias da informação e da comunicação. Os capítulos a seguir não apenas chamam a atenção para o fenômeno da longevidade e do aumento da população idosa, mas apontam, sobretudo, para a complexidade e os principais desafios gerados por esses fenômenos e suas implicações para a qualidade de vida. Desde as necessidades diversas de cuidados, de alimentação saudável, de prática de exercícios físicos, de se vestir bem, de se comunicar e se divertir, passear, viajar, participar e interagir socialmente e de autossatisfação até as impossibilidades estruturais para se alcançar um patamar digno para vivenciar essa fase específica, uma vez que as desigualdades sociais estabelecem distinções de acesso e uso dos equipamentos e bens coletivos.



ISBN DIGITAL: 978-85-7946-491-1

